

RELATÓRIO BIÊNIO 2017-2018

UMA GESTÃO
VOLTADA
PARA
PESSOAS





TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL



ACESSE A VERSÃO DIGITAL DO RELATÓRIO NO PORTAL DO TJMS
<http://www.tjms.jus.br/noticias/publicacoes.php>

EDITORIAL

Vou cuidar das pessoas! Com esta afirmação encerrei meu discurso de posse e hoje, finalizando a minha administração, ante a adversidade, demonstro os resultados alcançados.

Foram dois anos de muitos desafios e a criatividade se sobrepôs. Conteí com auxílio de uma equipe coesa e competente, elogiada inclusive pelo Des. Carlos Vieira von Adamek, do TJSP e auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, que destacou o Tribunal de Justiça de MS como um dos melhores tribunais do país em qualidade de trabalho, no dia em que finalizou a inspeção ordinária, em abril de 2018.

Na adversidade é que devemos ser criativos e acima de tudo competentes. Trabalhamos com afinco e dedicação em busca de melhorar e agilizar os trâmites judiciais e garantir o sentimento de justiça a cada um dos sul-mato-grossenses.

Ao longo destas páginas apresento o que promovemos de melhorias nos prédios da justiça, nos equipamentos públicos e suas instalações, e, principalmente, os mecanismos criamos capazes de incrementar os procedimentos para efetivamente alcançarmos melhores resultados com menos investimento e com mais eficiência.

Entendo que instituições não fazem sucesso, pessoas sim! Pensando dessa forma, focamos em promover a melhoria no sentido de valorizar cada um de nossos colaboradores. Quando o servidor está satisfeito o cidadão ganha muito mais!

Fizemos concurso para servidores e concluímos o da magistratura, nomeamos juízes e servidores, fizemos as movimentações necessárias. Pagamos direitos adquiridos e esquecidos, aparelhamos a máquina como um todo. Hoje já estamos colhendo os bons resultados em números, que se apresentam em cumprimento de metas e celeridade, e em economia, o que nos faz acreditar que a direção foi acertada.

Agradeço a todos que nos apoiaram e foram parceiros desta gestão.

Obrigado!



PRESIDENTE

Des. Divoncir Schreiner Maran

VICE-PRESIDENTE

Des. Julizar Barbosa Trindade

CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA

Des. Romero Osme Dias Lopes (de 27/01/17 a 03/07/18) - *in memoriam*

Des. Carlos Eduardo Contar (de 12/07/18 a 31/01/19)

DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TJMS

Marcelo Vendas Righetti

TRIBUNAL PLENO

Des. Claudionor Miguel Abss Duarte

Des. João Maria Lós

Des. Divoncir Schreiner Maran

Des^a. Tânia Garcia de Freitas Borges

Des. Paschoal Carmello Leandro

Des. Julizar Barbosa Trindade

Des. Carlos Eduardo Contar

Des. Sérgio Fernandes Martins

Des. Sideni Soncini Pimentel

Des. Dorival Renato Pavan

Des. Vladimir Abreu da Silva

Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva

Des. Fernando Mauro Moreira Marinho

Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso

Des. Dorival Moreira dos Santos

Des. Marco André Nogueira Hanson

Des. Manoel Mendes Carli - *in memoriam*

Des. Ruy Celso Barbosa Florence

Des. Marcos José de Brito Rodrigues

Des. Luiz Gonzaga Mendes Marques

Des. Eduardo Machado Rocha

Des. Marcelo Câmara Rasslan

Des. Amaury da Silva Kuklinski

Des. Luiz Claudio Bonassini da Silva

Des. Vilson Bertelli

Des. Odemilson Roberto Castro Fassa

Des. Nélio Stábile

Des. Paulo Alberto de Oliveira

Des. Alexandre Bastos

Des. José Ale Ahmad Netto

Des. Jairo Roberto de Quadros

Des. Geraldo de Almeida Santiago

Des. Jonas Hass Silva Júnior

Des. Emerson Cafure

Des^a. Dileta Terezinha Souza Thomaz

RELATÓRIO DO BIÊNIO 2017 | 2018

Realização

Secretaria de Comunicação do TJMS

Jornalista Responsável

Carlos Kuntzel - DRT 041/MS

Redação: Coordenadoria de Imprensa

Impressão: Coordenadoria Gráfica

Fotos: Divulgação SCOM-TJMS

Circulação Nacional

Parque dos Poderes - Bloco 13

Campo Grande - MS

CEP: 79031-902

Telefone: (67) 3314-1432

www.tjms.jus.br

Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais

Des. Paschoal Carmello Leandro

Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de conflitos

Mediação – Des. Ruy Celso Barbosa Florence

Conciliação – Des. Vladimir Abreu da Silva

Ouvidoria Judiciária

Des. Marcos José de Brito Rodrigues

Coordenadoria das Varas de Execução Penal

Des. Luiz Gonzaga Mendes Marques (de 01/02/17 a 23/09/18)

Des. José Ale Ahmad Netto (de 24/09/18 a 31/01/19)

Coordenadoria da Infância e da Juventude

Juíza Katy Braun do Prado

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

Juíza Jacqueline Machado

Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul

Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso

Juízes Auxiliares da Presidência do Tribunal de Justiça

Dr. Luiz Antonio Cavassa de Almeida

Dr. Flávio Saad Peron

Dr. Renato Antonio de Liberali

Juízes Auxiliares da Vice-Presidência do Tribunal de Justiça

Dr. Albino Coimbra Neto

Dr^a. Simone Nakamatsu

Juízes Auxiliares da Corregedoria-Geral de Justiça

Dr. Fernando Paes de Campos

Dr. Fábio Possik Salamene

DIRETORES

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura

Jessica Areco

Secretaria da Corregedoria-Geral de Justiça

Azenaide Rosselli Alencar

Secretaria Judiciária

Arnaldo Liogi Kobayashi

Secretaria de Finanças

Julio Dias de Almeida

Secretaria de Bens e Serviços

Larissa de Almeida Fagundes

Secretaria de Gestão de Pessoal

Raphael Vicente Bilinski

Secretaria de Obras

Daniel Felipe Hendges

Secretaria de Tecnologia da Informação

Altair Junior Ancelmo Soares

Secretaria de Comunicação

Carlos Alberto Kuntzel

Secretaria Judiciária de Primeiro Grau

Conceição Pedrini Pereira

Secretaria da Escola Judicial

Natacha Neves de Jonas Bastos

Assessoria de Planejamento

Newton Cesco Junior

Controle Interno

Kele Cristina Leite de Melo

Assessoria Jurídico-Legislativa

Isnaete Morais Santos Vieira

Assessoria de Cerimonial

Jorge Miguel da Silva Garcia

Assessoria Militar

Coronel Jonildo Theodoro de Oliveira

Assessoria de Inteligência

Delegado Edi Ederaldo de Almeida

Delegada Suzimar Batistela

Desembargadores do TJ julgam mais de 114 mil processos.....	8
Tribunal de Justiça de MS recebe Selo Justiça em Números Ouro	9
CNJ realiza inspeção e destaca qualidade de trabalho do TJMS dentre os melhores do país	10
Mais de 96% dos processos da Justiça Comum e Juizados são eletrônicos.....	11
Des. Romero Osme Dias Lopes marca sua passagem no Judiciário de MS.....	12
Des. Carlos Eduardo Contar é empossado no cargo de Corregedor-Geral de Justiça	14
Mutirão carcerário analisa situação processual de presos de MS.....	15
TJMS está integrado ao Banco Nacional de Monitoramento de Prisões.....	17
TJMS lança projeto-piloto de apresentação de apenados por biometria	18
TJMS e OAB lançam enunciados sobre o novo CPC.....	19
Conselho de Supervisão atua na melhoria do sistema dos Juizados em MS	20
JUÍZES LEIGOS E CONCILIADORES	24
Nova página dos Juizados no Portal do TJMS facilita acessibilidade.....	25
TJ instala Justiça Itinerante e entrega ônibus na comarca de Três Lagoas.....	26
Nupemec atua na solução consensual de conflitos.....	28
Semana da Conciliação de MS resulta em mais de R\$ 92 mi em acordos em 2017 e 2018.....	37
Ouvidoria Judiciária soluciona mais de 90% das demandas recebidas	38
Campo Grande recebe Encontro Nacional de Ouvidores Judiciais	41
Ações de Comitê permitem a redução da Judicialização da Saúde em MS.....	42
Coordenadoria atua na garantia dos direitos da criança e do adolescente	43
Coordenadoria avança na defesa das mulheres em situação de violência doméstica	46
TJMS institui política de enfrentamento à violência contra a mulher.....	52
Criado Comitê de Gênero, Raça e Diversidade de MS	53
Tribunal desmembra Seção Criminal e cria Seção Especial	54
Seis novos desembargadores são empossados no TJMS	55
Presidente representa TJMS em eventos e recebe visitas no biênio 2017/2018.....	58
Judiciário de MS conta com 18 novos juízes substitutos	62
Comarca de Campo Grande passa a contar com seis varas de Família e Sucessões	63
Parceria permite quitação de débitos fiscais com o município de Campo Grande.....	64
Judiciário destina mais de R\$ 3,8 mi de penas pecuniárias a	65
entidades da Capital.....	65
Carreta da Justiça leva o Judiciário a 25 comarcas de MS.....	67
Judiciário investe em infraestrutura em benefício do jurisdicionado.....	69
Parceria viabilizará Sala de Estado-Maior em presídio da Capital	73

Sumário

TJMS passa a ter Julgamento Virtual no Segundo Grau	74
Teletrabalho é realidade na Central de Processamento Eletrônico	75
TJ institui teletrabalho para assessores e assistentes de gabinete de magistrados.....	77
Parceria do TJ com a UFMS dá os primeiros passos para a inteligência artificial	78
TJMS firma convênio de transferência de tecnologia para prefeitura da Capital	79
TJ disponibiliza serviço para recolhimento de diligências do Oficial de Justiça	80
Emissão de guia para pagamento de custas do 1º Grau é simplificada	80
TJMS investe em acessibilidade com tecnologia para cegos	81
Judiciário de MS investe em melhorias na área de Tecnologia da Informação	82
Tribunal de Justiça estabelece meta de redução de gasto público	92
Secretaria atua na gestão de Bens e Serviços do Judiciário de MS	93
Controle Interno cumpre ações programadas nos Planos Anuais de Atividades.....	96
Administração do TJ investe em segurança no Poder Judiciário	100
Instalados postos de vigilância no Fórum de Ponta Porã.....	100
População participa da construção das Metas da Justiça	101
Oficinas estimulam iniciativas estratégicas no Judiciário de MS	102
Convênio com o TRE permite empréstimo recíproco de material	103
Tribunal de Justiça entrega Comenda Colar do Mérito Judiciário	104
Concurso de Servidores reúne mais de 22 mil candidatos	105
Tribunal de Justiça avança na implantação da Gestão por Competências	106
Valorização: Servidores contam com Programa de Preparação para Aposentadoria	107
Tribunal de Justiça de MS cria exposição Memória em Movimento	108
TJ beneficia ex-servidores do Judiciário com pagamento da URV	110
Crianças e idosos são beneficiados por campanhas do Tribunal de Justiça.....	111
Vice-Presidência padroniza procedimentos e reduz estoque de processos	114
TJ expede alvarás de forma automática e paga R\$ 367 mi em precatórios.....	118
Portal do TJMS permite consulta de IRDR, IAC e processos sobrestados.....	121
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA	122
EJUD	139



Desembargadores do TJ julgam **mais de 114 mil** processos

2017
2018

114.706
processos julgados

11.367
novos feitos distribuídos

99.116
acórdãos publicados

942
sessões de julgamento

Os desembargadores que compõem o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul julgaram 114.706 processos de fevereiro de 2017 a 21 de novembro de 2018, com 11.367 novos feitos distribuídos, o que gerou uma taxa de 102,99% dos processos julgados. Nesse período foram publicados 99.116 acórdãos e realizadas 942 sessões de julgamento.

Dos processos julgados, além das mais de 100.765 decisões colegiadas, 13.941 foram decisões monocráticas dos desembargadores. Do total de processos distribuídos, 110.374 ingressaram em formato eletrônico e 993 são feitos físicos. De todo o acervo em trâmite no Judiciário de MS em 2º Grau, 97,78% dos processos tramitam de forma eletrônica.

A classe processual com o maior número de feitos distribuídos foi a de apelações cíveis, 35.439, seguida de agravos de instrumento, 21.833, e embargos de declaração, 19.515.

Os dados fornecidos dizem respeito às Câmaras, às Seções e ao Órgão Especial, excluída a Presidência e a Vice-Presidência.



Tribunal de Justiça de MS recebe **Selo Justiça em Números Ouro**

Histórico

O Selo Justiça em Números é conferido aos tribunais, desde 2013, com o objetivo de fomentar a qualidade dos dados estatísticos do Judiciário, sobretudo referentes ao Relatório Justiça em Números.

Em reconhecimento ao investimento na gestão da informação e no cumprimento de normas de transparência, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) concedeu ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, no ano de 2017, o Selo Justiça em Números Ouro.

O fornecimento de informações passou a ser obrigatório no ano de 2017 conforme previsto na Portaria CNJ nº 46/2017. Além do requisito básico de encaminhamento adequado das informações constantes no Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ), também foram avaliados, para a concessão do selo, outros itens como o nível de informatização do tribunal, o uso de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico e o cumprimento de resoluções do CNJ alinhadas à gestão da informação.

Entre as exigências para recebimento do Selo Justiça em Números 2017 estava a implantação, pelos tribunais, de núcleos socioambientais, conforme previsto na Resolução CNJ n. 201, de 2015, que determina aos órgãos do Poder Judiciário a implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS) para reduzir o impacto ambiental de suas atividades.

Outro item avaliado foi a implantação do Comitê Gestor Regional no tribunal, conforme determina a Resolução CNJ n. 194, de 2014, que instituiu a Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição. A norma tem por objetivo fazer frente às dificuldades de funcionamento de varas, cartórios e outros órgãos da primeira instância, devido ao volume excessivo de ações para julgar e ao déficit de recursos materiais e humanos.



legenda fotos ...

CNJ realiza inspeção e destaca qualidade de trabalho do TJMS dentre os melhores do país



Foi realizada, no período de 23 a 27 de abril de 2018, a inspeção ordinária do Conselho Nacional de Justiça no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul. No encerramento, o Des. Carlos Vieira von Adamek, do TJSP e auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, destacou o Tribunal de Justiça de MS como um dos melhores tribunais do país em qualidade de trabalho.

Para o presidente do Tribunal de Justiça, Des. Divoncir Schreiner Maran, é importante essa avaliação periódica por parte da Corregedoria do CNJ para que se atinjam cada vez mais melhores resultados no atendimento à

população.

A inspeção de 2018 foi instaurada por meio da Portaria nº 16, da Corregedoria Nacional de Justiça, publicada no Diário da Justiça de 2 de abril. A Corregedoria Nacional tem a atribuição de realizar inspeções/correções em todos os tribunais do país para apurar fatos relacionados ao funcionamento dos serviços judiciais e auxiliares, além de zelar pelo aprimoramento dos serviços judiciários, fiscalizando as diversas

unidades do Poder Judiciário e os serviços por ele realizados.

O Corregedor Nacional de Justiça, Ministro João Otávio de Noronha, delegou os trabalhos de inspeção ao Des. Carlos Vieira von Adamek, além de magistrados e servidores designados pelo CNJ. Anteriormente, a Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça realizou inspeções ordinárias no Poder Judiciário de MS nos anos de 2010 e 2014.



Mais de 96% dos processos da Justiça Comum e Juizados são eletrônicos



Processos Eletrônicos

96%

A Justiça de 1º Grau do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul possui 797.707 processos em andamento, dos quais 687.057 na Justiça Comum e 110.650 nos Juizados Especiais. Desse total, 765.491 são eletrônicos (96%) e 32.216 físicos (4%). Os dados são referentes ao dia 22 de novembro de 2018.

No período de fevereiro de 2017 a 22 de novembro de 2018, foram distribuídos 767.055 processos/procedimentos, 545.529 feitos na Justiça Comum e 221.526 nos Juizados.

Em relação às movimentações do Poder Judiciário, entre fevereiro de 2017 e 22 de novembro de 2018, foram 399.364 sentenças, 665.544 decisões interlocutórias e 1.379.775 despachos na Justiça Comum. Nos Juizados, foram 228.113 sentenças, 94.441 decisões interlocutórias e 256.045 despachos. O total geral da movimentação foi de 627.477 sentenças, 759.985 decisões interlocutórias e 1.635.820 despachos.

Dados de 22 de novembro de 2018 apontam que as quatro comarcas sul-mato-grossenses de Entrância Especial concentram 61% dos processos em andamento no Estado: Campo Grande possui 371.071 feitos em andamento, Dourados, 51.124, Três Lagoas, 44.615, e Corumbá, 17.869 processos.

Des. Romero Osme Dias Lopes marca sua passagem no Judiciário de MS

O dia 3 de julho de 2018 ficou marcado como uma data triste na história do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul devido ao falecimento do Des. Romero Osme Dias Lopes, Corregedor-Geral de Justiça do TJMS, cujos serviços prestados ao Judiciário sul-mato-grossense foram relevantes.

Mineiro de Manhuaçu, Romero ingressou na magistratura sul-mato-grossense em setembro de 1980, quando assumiu suas funções e, em abril de 1983, por merecimento, foi promovido para atuar na 2ª entrância como juiz da 2ª vara cível em Aquidauana. Em setembro do mesmo ano, a pedido, foi removido para a comarca de Paranaíba.

Quatro anos depois, por antiguidade, recebeu outra promoção, dessa vez para a entrância especial e, na Capital, atuou na vara de Execução Fiscal. Em abril de 2007, por permuta, foi removido para a 4ª Vara de Família, onde nem chegou a atuar, pois quando estava em transição foi indicado para o Tribunal de Justiça.

A experiência de atuar como desembargador não foi nova para Romero. Em 2001, na ausência do Des. Jorge Eustácio da Silva Frias, foi designado para substituí-lo. Em maio de 2007, foi promovido ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Foi responsável pela implantação da conciliação e da mediação no MS, quando Coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça de MS, além de autor de várias palestras nos circuitos universitários e em Congressos Jurídicos.

Na Associação dos Magistrados de MS (Amamsul) foi diretor de Esporte de 1989 a 1992; foi diretor de Comunicação de 1993 a 2000, exercendo também a função de Editor-Chefe do periódico jurídico.

Pós-graduado em Direito e Antropologia Filosófica, lecionou na Escola Superior da Magistratura (Esmagis), na Uniderp e na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), na disciplina de Direito Tributário, por 20 anos.

Foi juiz eleitoral da 36ª Zona e membro do TRE/MS, juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça, por duas vezes, e coordenador das Varas de Execução Penal (COVEP). Tomou posse como Corregedor-Geral de Justiça em 30 de janeiro de 2017.

Em solenidade, no dia 27 de julho de 2018, o Des. Romero recebeu, *in memoriam*, por sua dedicação à causa da justiça, a Comenda Colar do Mérito Judiciário.





Des. Carlos Eduardo Contar é empossado no cargo de Corregedor-Geral de Justiça

Depois de ser eleito por aclamação, o Des. Carlos Eduardo Contar foi empossado no cargo de Corregedor-Geral de Justiça, no dia 12 de julho de 2018, pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Des. Divoncir Schreiner Maran, na presença do Vice-Presidente do TJ, Des. Julizar Barbosa Trindade, e do Corregedor-Geral de Justiça Adjunto, Des. Vilson Bertelli.

Carlos Eduardo Contar completou o biênio 2017/2018 integrando a administração, em razão do falecimento do Des. Romero Osme Dias Lopes, no dia 3 de julho. Ele ingressou na magistratura como desembargador na vaga correspondente ao quinto constitucional, reservada ao Ministério Público, em agosto de 2007.

De forma inédita, em junho de 2018, conquistou o primeiro ISO 9001 entre todos os órgãos públicos de Mato Grosso do Sul - a mais importante certificação de

Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ). A certificação é o coroa-mento de um trabalho sistêmico e eficiente que reduziu substancialmente os processos do gabinete para um acervo mínimo, do qual há controle total.

Para se ter uma ideia do trabalho do Des. Contar, em 2016, quando apurada a produtividade em atendimento à Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ele atingiu o índice de julgamento correspondente a 115,08%, destacando-se em 1º lugar no Tribunal de Justiça de MS.

Mantendo o mesmo propósito de eficiência, celeridade e da melhor correção na aplicação do Direito e da Justiça, finalizou o ano de 2017 com a menor carga de processos existentes em seu poder, destacando-se, novamente, em 1º lugar dentre os membros da Corte Estadual.

O Corregedor-Geral de Justiça é natural da Capital sul-mato-grossense, formado em Ciências Jurídicas e em Filosofia. Tem Mestrado em Ciências Jurídicas pela Universidade de Coimbra (Portugal).



Mutirão carcerário **analisa situação processual** de presos de MS

O Tribunal de Justiça realizou, nos anos de 2017 e 2018, o mutirão carcerário com a mobilização de magistrados para a reanálise de processos de presos provisórios e definitivos do Estado de Mato Grosso do Sul. O mutirão carcerário é uma ação já institucionalizada pelo Poder Judiciário de MS realizada desde o ano de 2009.

A edição de 2017, realizada de 22 de maio a 23 de junho, teve esforço concentrado na análise de processos da 1ª Vara Criminal da comarca de Três Lagoas, da 3ª Vara Criminal da comarca de Dourados, e da 2ª Vara de Execução Penal de Campo Grande, para o reexame de todas as execuções penais de presos condenados, definitivos ou provisórios, em cumprimento de pena nos regimes fechado, semiaberto e aberto, beneficiados com livramento condicional, e de condenados a penas restritivas de direito, decidindo-se quanto à possibilidade de concessão de benefícios da Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984).

A mobilização envolveu ainda as Guias de Execução que versam sobre cumprimento de suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei 9.099/95) as quais tramitam na Central de Execu-

ção de Penas Alternativas, decidindo-se sobre a extinção da punibilidade ou devolução ao juízo da ação penal, no caso de descumprimento das condições do benefício.

No mutirão também foi feito o reexame dos processos de presos provisórios de todas as Varas Criminais do Estado pelos juízes da causa nas comarcas em que os feitos tramitam.

De acordo com o relatório da edição 2017 do mutirão carcerário, mais de 11 mil processos foram verificados com sucesso, sendo 1.786 de presos provisórios e 9.459 processos de presos definitivos. Do total de ações de presos provisórios reanalisadas, cerca de 15% das prisões foram revogadas e 85% mantidas. No caso das ações de presos definitivos, o percentual de pena em cumprimento regular é de 86%.

O grupo de trabalho foi formado pelos juízes Alexandre Antunes da Silva, Eduardo Eugênio Siravegna Júnior, Eguieliell Ricardo da Silva, Fábio Henrique Calazans Ramos e Giuliano Máximo Martins e teve como coordenador o juiz Wilson Leite Corrêa.



Reuniões preparatórias para os mutirões carcerários



MUTIRÃO 2018

Realizado de 15 de agosto a 14 de setembro de 2018, a mobilização teve esforço concentrado nos 11.575 processos de presos condenados em MS, além do reexame de todos os processos de presos provisórios nas Varas Criminais.

Segundo o relatório final dos trabalhos, 1.796 processos de presos provisórios foram reanalisados. Deste total, em 1.604 foram mantidas as prisões, o que representa 89% dos casos. Ainda segundo o documento, 6 mil processos estão em regular cumprimento de pena, além de terem sido concedidos mais de 2 mil benefícios aos apenados que preenchiam os requisitos legais para esse fim.

O mutirão foi coordenado pelo juiz Alexandre Antunes da Silva e contou, no reexame dos proces-

sos de presos sentenciados, quanto aos benefícios da execução com os trabalhos, os juízes César de Souza Lima, Eguílliel Ricardo da Silva, Fábio Henrique Calazans Ramos, Luiz Felipe de Medeiros Vieira, Mário José Esbalqueiro Júnior, e Wilson Leite Correa, os quais foram indicados pelo supervisor da Coordenadoria das Varas de Execução Penal (Covep), Des. Luiz Gonzaga Mendes Marques, e designados pelo presidente do Tribunal de Justiça, Des. Divoncir Schreiner Maranhão.

O reexame de todos os processos de presos provisórios nas Varas Criminais do Estado, e o empenho no julgamento, competiu aos respectivos magistrados, nas Comarcas em que os feitos tramitam.

TJMS está integrado ao Banco Nacional de Monitoramento de Prisões



O Tribunal de Justiça de MS concluiu, no dia 10 de maio de 2018, o cadastro da população carcerária do Estado no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP), sistema desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Mato Grosso do Sul foi a nona unidade da federação a finalizar o cadastro.

O BNMP é um banco de dados construído a partir das informações sobre os presos disponíveis à Justiça. Com todos os tribunais alimentando o sistema, o BNMP centraliza informações de toda a população carcerária em um painel de informações inédito na área.

A ferramenta possibilita que a justiça tenha acesso a informações como nome, apelidos, características físicas (sinais de nascença, tatuagens), filiação a facção criminosa, que estão concentradas no Registro Judicial Individual (RJI) da pessoa presa, assim como os dados relacionados à condenação (duração das penas, crimes cometidos) e ao cumprimento da pena (faltas disciplinares cometidas na prisão, por exemplo).

Em Mato Grosso do Sul, o trabalho de cadastramento começou em 19 de março de 2018, com uma equipe de 20 servidores do TJMS, que trabalhavam fora do horário normal de expediente. Um reforço acrescentou 20 servidores à equipe e o trabalho de cadastramento adentrou os finais de semana de abril para cumprir a meta acordada entre o presidente do TJMS, Des. Divoncir Schreiner Maran, e a



Juízes e servidores receberam treinamento para implantação do BNMP 2.0

presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia: integrar o TJMS ao BNMP até 30 de maio.

Prisões estendidas além do tempo previsto na sentença, por exemplo, deixam de ser inevitáveis na rotina da justiça criminal, pois todo documento processual relacionado ao preso é produzido dentro da plataforma digital disponibilizada aos magistrados e servidores da Justiça criminal, mediante cadastro funcional específico que controla o acesso ao sistema.

Automação

Desde março, quando magistrados e servidores foram capacitados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o cadastramento era feito no sistema *web*, manualmente, mas no dia 2 de maio foi criada uma funcionalidade dentro do Sistema SAJ que acelerou o procedimento. No primeiro dia de automação, mais de 1.500 cadastros foram realizados com a integração de sistema.

Quarenta servidores do Tribunal de Justiça de MS atuaram no cadastramento dos presos provisórios ou definitivos no BNMP 2.0, também chamado de Cadastro Nacional de Presos. Antes da automação no SAJ, a inclusão de dados levava mais de 30 minutos por processo. Com a integração de sistemas, o procedimento leva poucos minutos, o que permitiu a finalização do cadastro em tempo menor do que o esperado.

TJMS lança projeto-piloto de apresentação de apenados por biometria

Teve início no dia 26 de agosto de 2018, na Central de Execução de Penas Alternativas (Cepa), no Fórum de Campo Grande, o projeto-piloto de uma nova solução de TI do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. No local foi instalada a primeira “Unidade Eletrônica de Apresentação em Juízo”, um totem, ao estilo do utilizado para o registro de ponto dos servidores. A nova ferramenta tecnológica serve para o registro de presença dos apenados que têm a obrigação de se apresentarem pessoalmente à Cepa.



O registro é feito pelo cadastramento das digitais, e a “Unidade Eletrônica de Apresentação em Juízo” faz a leitura biométrica do apenado e já emite o comprovante de seu comparecimento. Além de evitar filas e o envolvimento de pessoal para fazer o procedimento manualmente, uma outra grande vantagem do uso do equipamento é a alimentação automática no sistema.

Até então, durante a apresentação, no balcão, os dados eram inseridos no computador, o comprovante impresso e assinado pelo sentenciado. Este documento precisava ainda ser digitalizado para então ser anexado ao sistema SAJ. Já com o uso do totem, o sistema gera automaticamente a certidão a partir do momento em que o usuário faz o registro eletrônico de sua presença. O sistema também acusa a existência de alguma pendência, indicando ao apenado que se dirigir ao balcão de atendimento a fim de saná-la.

O intuito não é substituir a apresentação pessoal, até porque nos casos em que há a prestação pecuniária, por exemplo, os boletos são emitidos via balcão de atendimento, mas sim uma facilidade sobretudo para quem necessita apenas registrar o comparecimento ao Fórum.



O objetivo é disponibilizar o serviço também para os sentenciados que estão em liberdade condicional, os quais necessitam se dirigir até os cartórios criminais, comprovando onde estão trabalhando, etc. Com a disponibilização da “Unidade Eletrônica de Apresentação em Juízo” é mantido o controle desse procedimento, porém, alivia os cartórios desse trabalho, visto que a automatização da tarefa diminui o tempo gasto na execução dessa demanda.



TJMS e OAB lançam enunciados sobre o novo CPC

O Poder Judiciário de MS, por meio da Escola Judicial (Ejud-MS), apresentou, no dia 27 de março de 2018, os 34 enunciados sobre a aplicação da Lei nº 13.105/2015, o Novo Código de Processo Civil, elaborados em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional MS. A apresentação contou com a participação de magistrados e advogados, que passaram a utilizar essa fonte do direito como parâmetro jurídico.

O presidente do TJMS, Des. Divoncir Schreiner Maranhão, e o presidente da OAB/MS, Mansour Elias Karmouche, participaram do lançamento e louvaram a iniciativa de construir os enunciados de forma conjunta, por meio da Comissão Mista TJMS/OAB-MS do Novo CPC, criada a partir de um termo de cooperação técnica firmado entre as duas instituições em agosto de 2016.

O diretor-geral da Ejud-MS e coordenador da comissão, Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, contou que, depois de um ano e meio de discussões, magistrados e advogados sul-mato-grossenses chegaram aos 34 enunciados que ajudam no melhor entendimento do CPC de 2015.



Integraram a comissão mista os desembargadores Marcelo Câmara Rasslan e Vilson Bertelli, os juízes Alexandre Correa Leite, Juliano Rodrigues Valentim e Alessandro Carlo Meliso Rodrigues, que é também diretor-geral da Escola Superior da Magistratura (Esmagis) e os advogados Ana Paula Tavares Simões, Alexandre Ávalo Santana, Guilherme Ferreira de Brito, Heitor Miranda Guimarães e Mozart Vilela Andrade Jr. Já compuseram a referida comissão mista os juízes José de Andrade Neto e Mário José Esbalqueiro Jr. e o advogado Cassiano Garcia Rodrigues.



Conselho de Supervisão atua na melhoria do sistema dos Juizados em MS

Com a função de supervisionar administrativa e financeiramente todos os atos e sistemas dos Juizados do Estado de Mato Grosso do Sul, o Conselho de Supervisão, sob a Presidência do Des. Paschoal Carmello Leandro, em conjunto com a Presidência do TJMS, atuou neste biênio no sentido de incorporar ferramentas modernizadoras e práticas de racionalização, tanto no serviço administrativo como, em especial, no desenvolvimento da função jurisdicional, com o intuito único de propiciar rapidez e agilidade na prestação jurisdicional.



O Conselho de Supervisão tem lutado constantemente para uma prestação jurisdicional rápida e eficiente dos conflitos facilitando, assim, o acesso à justiça.

Dentre as medidas adotadas, destacam-se as principais realizações nos anos de 2017 e 2018:



INTIMAÇÃO POR WHATSAPP

Iniciativas como a implementação de intimação por *WhatsApp* nos Juizados Especiais estão sendo estudadas e debatidas pelo Conselho de Supervisão juntamente com a Corregedoria-Geral de Justiça e Secretaria de Tecnologia da Informação. Havendo a viabilidade da utilização desse aplicativo para realização de intimações, será testado em computadores de alguns Juizados da Capital e do interior, de forma experimental.

MANUAL DOS JUIZADOS

Está em fase final de correção e aprovação as orientações do Manual dos Juizados Especiais na Área Criminal (MAJES CRIMINAL), elaboradas para uniformizar o cumprimento dos expedientes forenses de acordo com as normas dispostas na Constituição da República, Lei Federal nº 9.099/95, Lei Estadual nº 1.071/90, Códigos Penal e de Processo Penal, Enunciados dos Encontros Estaduais dos Juizados Cíveis e Criminais do Mato Grosso do Sul e Enunciados do Fórum Nacional de Juizados Especiais (FONAJE), bem como as decisões do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, da Corregedoria-Geral de Justiça Estadual e Nacional e da Seção Especial e de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado de Mato Grosso do Sul.

Há também, em fase final de elaboração, as orientações do Manual dos Juizados Especiais – Área Cível (MAJES CÍVEL), elaboradas para uniformizar o cumprimento dos expedientes forenses de acordo com as normas dispostas na Constituição da República, Lei Federal nº 9.099/95, Lei Estadual nº 1.071/90, Códigos Civil, de Defesa do Consumidor, de Processo Civil, dentre outras leis, Enunciados dos Encontros Estaduais dos Juizados Cíveis e

Criminais do Mato Grosso do Sul e Enunciados do Fórum Nacional de Juizados Especiais (FONAJE), bem como as decisões do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, da Corregedoria-Geral de Justiça Estadual e Nacional e da Seção Especial e de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado de Mato Grosso do Sul.

AMPLIAÇÃO DO EXPRESSO

O Expresso do Juizado Especial foi criado para promover a solução dos conflitos antes mesmo de se ajuizar uma ação. Atualmente conta com os guichês das empresas Energisa, Águas Guaribroba e Brasil Telecom/Oi. O serviço expresso no Juizado tem se mostrado de grande valia e, com o intuito de aprimorar ainda mais essa qualidade e auxiliar na solução das questões trazidas ao juizado, o Conselho de Supervisão, juntamente com a juíza diretora do Foro do Centro Integrado de Justiça – Cijus, tem buscado uma forma de ampliar o número de empresas participantes. Já foi realizada uma reunião com os advogados das 12 empresas mais demandadas, apresentando a proposta e divulgando os resultados positivos das três empresas que já participam do Expressinho, que funciona no Cijus.

5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL NO CIJUS

A fim de proporcionar um melhor atendimento à população, a 5ª Vara do Juizado Especial passou a funcionar no Centro Integrado de Justiça (Cijus). A 5ª Vara do Juizado Especial, que funcionava dentro da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), mudou-se para facilitar a acessibilidade da população que recorre à prestação jurisdicional dos Juizados. A centralização das serventias promove benefícios à Defensoria Pública e aos advogados, já que o deslocamento de um Juizado para o outro acontece dentro de um único espaço.



Centro Integrado de Justiça
- CIJUS

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS

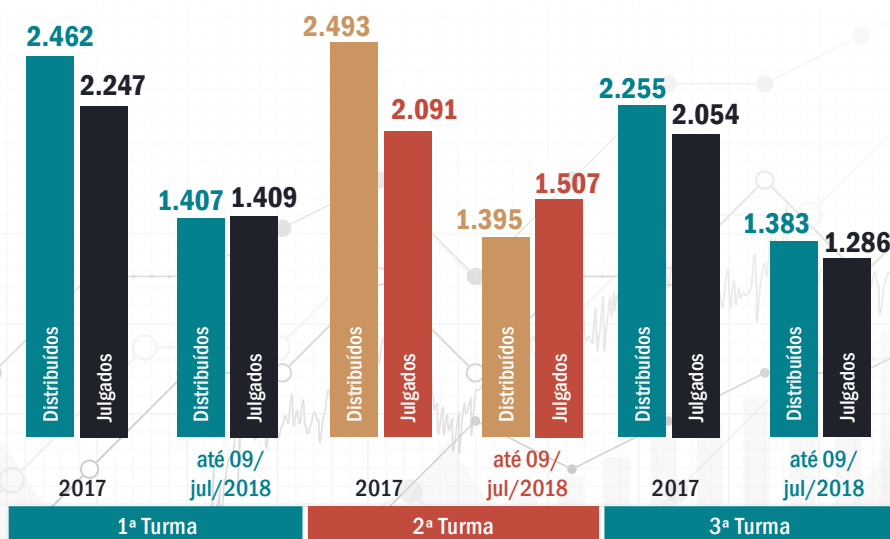
O relatório extraído do sistema SAJ, referente ao período de fevereiro de 2017 a julho de 2018, disponibilizado pelo Departamento do Conselho de Supervisão, Coordenadoria de Apoio, Estatística 1º Grau e Monitoramento Cartorário, aponta uma movimentação processual crescente. Dos dados estatísticos, extrai-se:

TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL - ANO DE 2017

Em andamento em dezembro/2016	104.504
Entrados por distribuição em todo o Estado/2017	122.996
Processos sentenciados	121.696
Arquivados definitivamente	119.874
Processos em andamento - Dezembro/2017	110.995

TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL - ANO DE 2018

Em andamento em julho/2018	111.489
Entrados por distribuição em todo o Estado/2018	65.667
Processos sentenciados	66.748
Arquivados definitivamente	64.413



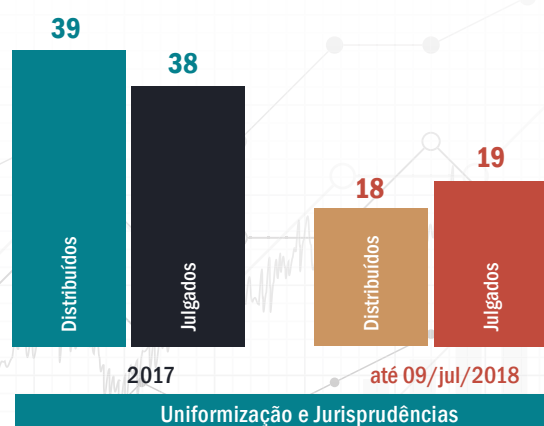
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DAS TURMAS RECURSAIS MISTAS

Total geral	2017		até 09/ jul/2018	
	Distribuídos	Julgados	Distribuídos	Julgados
	7.210	6.392	4.185	4.202

UNIFORMIZAÇÃO DAS TURMAS RECURSAIS

A Seção Especial e de Uniformização da Jurisprudência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais foi instituída pela Resolução nº 528, de 25 de julho de 2007, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, para fins de observância do Provimento nº 22 do Conselho Nacional de Justiça, e tem como competência processar e julgar originariamente os mandados de segurança contra atos dos juízes de direito praticados no exercício de funções nas Turmas Recursais Mistas, incluídos os atos do respectivo presidente, os incidentes de uniformização de jurisprudência, suscitados pelas Turmas Recursais Mistas ou pelas partes, quando a divergência a respeito da interpretação do direito ocorrer entre as Turmas, fazendo editar a respectiva Súmula de jurisprudência, e deliberar sobre a alteração e o cancelamento da Súmula.

Em julgamento realizado no dia 27 de outubro de 2017, a Seção Especial de Uniformização da Jurisprudência das Turmas Recursais editou a Súmula nº 2, referente ao preparo, no Juizado Especial Cível, que corresponde ao recolhimento integral das Tabelas A e C, conforme dispõe o artigo 6º, I, e § 1º, da Lei n. 3.779/09, e deverá ser recolhido integralmente dentro do prazo das 48 horas seguintes à interposição do recurso, independentemente de intimação, vedada complementação posterior.



Uniformização e Jurisprudências

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

JUÍZES LEIGOS E CONCILIADORES

Com a necessidade de padronizar os procedimentos foram editadas as Instruções nº 35, 36/2017 e 37/2018 que regulamentam as funções, a forma de recrutamento, a designação, a remuneração, a revogação e os deveres funcionais dos juízes leigos e dos conciliadores no sistema de Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

Uma novidade que veio para estimular a produtividade dos juízes leigos, mediante a perspectiva da remuneração relativa ao excedente mensal, além da possibilidade de maior garantia de estabilidade financeira, tendo em vista o recesso forense que acaba restringindo a atuação e, conseqüentemente, a elaboração dos julgados, é o banco de sentenças instituído por meio

dos artigos 44 a 48 da Instrução nº 35/2017. Trata-se de uma ferramenta do Sistema de Produtividade que foi programado para realizar o acúmulo mensal de projetos de sentença homologados que ultrapassem o teto remuneratório dos juízes leigos, previsto no art. 7º, II, da Resolução Estadual nº 564/2010.

De acordo com o Des. Paschoal Carmello Leandro, o objetivo da implementação dessa ferramenta é melhorar a produtividade dos juízes leigos e, ao mesmo tempo, compensá-los financeiramente pela produção do trabalho.

Outra inovação relevante para o aperfeiçoamento dos Juízes Leigos e Conciliadores foram os cursos *on-line* realizados pela Ejud-MS com o tema “Juizados Especiais e Legislação Aplicada – Conciliador e Juiz Leigo”, com cinco turmas capacitadas em 2017 e término da primeira turma de 2018 com as seguintes alterações: compactação do conteúdo teórico para melhor interpretação e aplicação; inserção de videoaulas e vídeos tutoriais sobre utilização do SAJ, do Sistema de Produtividade e das principais normatizações, como as Instruções nº 35 e 36/2017, além das relativas a valores de gratificações.

Em 2018 ainda foi aprovada a Resolução nº 205/2018, que definiu quantitativo e função de juízes leigos e conciliadores que atuarão nas unidades jurisdicionais dos Juizados Especiais de Mato Grosso do Sul.





Nova página dos Juizados no Portal do TJMS facilita acessibilidade

O presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, Des. Paschoal Carmello Leandro, buscando utilizar-se de meios tecnológicos menos burocráticos e visando facilitar a vida dos jurisdicionados, mais uma vez inovou ao implantar novas funcionalidades e ferramentas para a página dos Juizados Especiais no Portal do TJMS, adequada aos modernos padrões de acessibilidade.

A acessibilidade foi preocupação do desembargador desde a concepção do projeto, ao escolher cores e tamanho de fontes para o novo *layout* da página.

Desenvolvido em parceria entre o Departamento do Conselho de Supervisão e Secretarias de Comunicação e de Tecnologia da Informação, o novo visual tornou a apresentação mais dinâmica,

A nova página dos Juizados permite consultar a pauta de julgamento das Turmas Recursais e da Seção de Uniformização e Jurisprudência das Turmas, além de um *link* que disponibiliza informações das jurisprudências das Turmas Recursais (processos físicos e eletrônicos), com acesso à íntegra do documento de acórdão.

moderna, funcional e mais agradável, na medida em que direciona o usuário para uma navegação mais fácil e agradável.

As vantagens da repaginação estão na objetividade das informações e na visibilidade de meios alternativos de solução de conflitos, com a divulgação dos trabalhos realizados no Expressinho, Procon, Cejuscs, entre outros.

E as novidades não param: para os magistrados que atuam nos juizados especiais cíveis e criminais será criada uma área de monitoramento estatístico, onde será possível consultar *on-line* informações de audiências, produtividade de juízes leigos e conciliadores e acordos realizados.

Para o cidadão foi criado um canal de interatividade denominado “Fale com os Juizados”, no qual é possível solicitar informações e encaminhar sugestões, elogios, críticas e reclamações relativas aos processos de competência dos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

TJ instala Justiça Itinerante e entrega ônibus na comarca de Três Lagoas

No dia 20 de julho de 2018, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul instalou a Justiça Itinerante na comarca de Três Lagoas e entregou o ônibus, doado pela empresa Eldorado Brasil Celulose, que leva a justiça até os bairros da comarca que se tornou de Entrada Especial no ano de 2016. A solenidade contou com a presença do presidente do Tribunal de Justiça, Des. Divoncir Schreiner Maran, acompanhado do presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados, Des. Paschoal Carmello Leandro.

O serviço da Justiça Itinerante funciona vinculado à Vara do Juizado Especial Cível e Criminal e atende nos locais afastados da sede, democratizando a justiça e efetivando direitos.

Destaque-se o crescimento populacional da comarca, situação que exige do Poder Judiciário a otimização da prestação jurisdicional e a melhor aproximação da justiça com a população. O censo de 2010 apontou que Três Lagoas tinha 101.791 habitantes, porém, estima-se que atualmente o número cresceu para mais de 117.400.

Além disso, em junho, houve a doação de um ônibus adaptado para o serviço, no valor de R\$ 590 mil, recebido da empresa Eldorado Brasil Celulose, com intuito de atender os jurisdicionados da comarca. Assim, o Poder Judiciário de MS atenderá com a mesma qualidade e eficiência os 94 bairros daquele município.

A doação do ônibus e a instalação da Justiça Itinerante na comarca de Três Lagoas é uma vitória para o Des. Paschoal Carmello Leandro, grande incentivador da proposta de levar a justiça até o cidadão.





Presidente do TJMS, Des. Divoncir Schreiner Maranhão, e presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, Des. Paschoal Carmello Leandro, estiveram na entrega do ônibus e solenidade de instalação da Justiça Itinerante em Três Lagoas

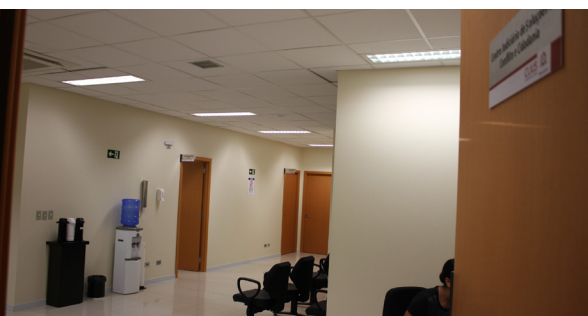




Nupemec atua na solução consensual de conflitos

Órgão permanente de assessoria à Presidência do Tribunal de Justiça, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) atua no cumprimento da Resolução nº 125, do Conselho Nacional de Justiça, que instituiu a Política Judiciária Nacional de Tratamento dos Conflitos de Interesses, como utilizar métodos alternativos de solução de conflitos, como a conciliação e a mediação, para proporcionar uma resposta mais célere do Judiciário à sociedade com foco nos denominados meios consensuais, que incentivam a autocomposição de litígios e a pacificação social.

No Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, o Nupemec é composto por um Coordenador da Mediação, Des. Ruy Celso Barbosa Florence, e um Coordenador da Conciliação, Des. Vladimir Abreu da Silva.



Balanço das atividades 2017/2018

ANO 2017

Em fevereiro de 2017, foi instalado o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) do Centro Integrado de Justiça (Cijus), voltado ao atendimento dos casos de família e consumidor, tanto na fase pré-processual quanto na processual, por meio da conciliação e mediação.

Em 29 de junho de 2017 foi inaugurado o Cejus-UCDB, instalado na Universidade Católica Dom Bosco, voltado ao atendimento aos casos de família e consumidor, pré-processual e processual, por meio da conciliação e mediação.

Em 4 de setembro de 2017, deu-se início a APAC - Associação de Assistência aos Condenados, ação pela paz, procedimento em fase de implantação, com a filosofia: “matar o criminoso e salvar o homem”, dar assistência aos condenados, com vistas a proporcionar a reintegração social.

De 11 a 19 de dezembro foi realizado o mutirão de execução fiscal do município, em atendimento ao Provimento nº 57, do Conselho Nacional de Justiça, que instituiu de forma permanente o Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais da Corregedoria Nacional de Justiça. O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul realizou o mutirão para extinção, mediante transação, de processos de execução fiscal em curso pela Vara de Execução Fiscal da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Campo Grande, em parceria com o Município de Campo Grande, com a finalidade de promover a cidadania, a redução do acervo processual e a recuperação do crédito público. Foram alcançados 2.539 acordos, R\$ 2.157.126,23 negociados à vista, R\$ 370.582,40 de forma parcelada, totalizando R\$ 2.527.708,00.

Relatório de produtividade dos mutirões realizados pelo Nupemec

MUTIRÃO DPVAT 2017



Índice de acordo para o ano de 2017
18,82%

MUTIRÃO ENERGISA 2017

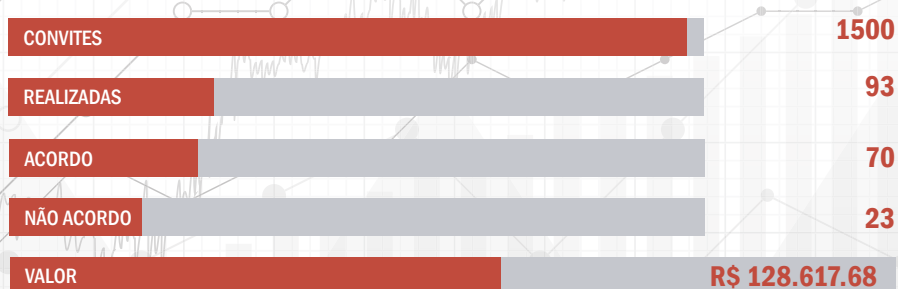
Campo Grande - Mutirão processual



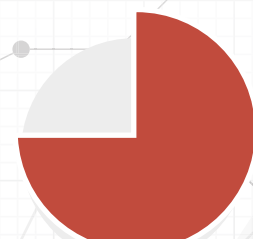
Corumbá - Mutirão pré-processual



Dourados- Mutirão pré-processual



Índices
52,29%

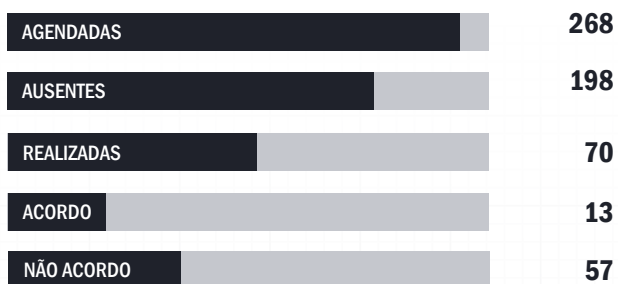


Índices
75,26%

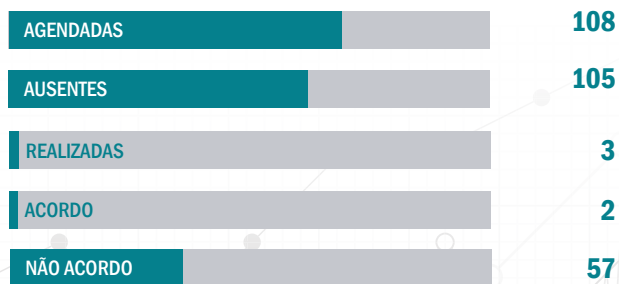


MUTIRÃO COLÉGIO MACE

Processuais



Pré-processuais



MUTIRÃO PRÉ-PROCESSUAL ÁGUAS GUARIROBA



Produtividade dos Cejuscs Campo Grande e Comarcas em 2017:

Mediações Processuais

Status	Quantidade
Designada	1708
Redesignada	34
2ª ou 3ª sessão	179
Quantidade a realizar	1921
Realizada	1238
Não realizada pela ausência do requerente	73
Não realizada pela ausência do requerido	389
Não realizada pela ausência de ambas as partes	133
Desistência da ação	22
Não realizada	95
Com acordo	762
Sem acordo	476
Não designada	59

Mediações Pré-Processuais

Status	Quantidade
Designada	929
Redesignada	6
2ª ou 3ª sessão	83
Quantidade a realizar	1017
Realizada	894
Não realizada pela ausência do requerente	10
Não realizada pela ausência do requerido	53
Não realizada pela ausência de ambas as partes	25
Desistência da ação	7
Não realizada ou resultado não informado	14
Não realizada	14
Com acordo	731
Sem acordo	163
Não designada	132

Conciliações Processuais

Status	Quantidade
Designada	758
Redesignada	22
2ª ou 3ª sessão	25
Quantidade a realizar	803
Realizada	432
Não realizada pela ausência do requerente	11
Não realizada pela ausência do requerido	281
Não realizada pela ausência de ambas as partes	17
Desistência da ação	16
Não realizada	58
Com acordo	271
Sem acordo	161

Conciliações Pré-Processuais

Status	Quantidade
Designada	1687
Redesignada	1
2ª ou 3ª sessão	2
Quantidade a realizar	1690
Realizada	1580
Não realizada pela ausência do requerido	107
Não realizada ou resultado não informado	2
Não realizada	1
Com acordo	1457
Sem acordo	123

ANO 2018

Em 20 de março, foi celebrado convênio com o Procon para instalação de Cejusc, o qual está em fase de implantação, voltado aos atendimentos pré-processuais em causas que envolvam os direitos dos consumidores.

Em 25 de abril foi autorizada pela Presidência do TJ a formalização do Termo de Acordo de Cooperação entre a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e o TJMS visando ao desenvolvimento do Projeto de Pesquisa, Ensino ou Extensão “Mecanismos Alternativos e Sustentáveis de Solução de Conflitos”.

No ano de 2018, também foram realizados o mutirão DPVAT, o mutirão processual e pré-processual da Energisa, a instalação da Câmara Especializada de conciliação/mediação no Cejusc - Defensoria para atendimento de casos com histórico de violência doméstica contra a mulher e a implantação da Justiça Restaurativa. Em agosto de 2018, teve início a implantação, em casos práticos, das Oficinas de Parentalidade.



Produtividade dos Cejuscs Campo Grande e Comarcas (8 de janeiro a 5 de julho de 2018)

Mediações Processuais

Status	Quantidade
Designada	1010
Redesignada	12
2ª ou 3ª sessão	76
Quantidade a realizar	1097
Realizada	659
Não realizada pela ausência do requerente	54
Não realizada pela ausência do requerido	235
Não realizada pela ausência de ambas as partes	82
Desistência da ação	14
Não realizada	56
Com acordo	404
Sem acordo	255
Não designada	5

Mediações Pré-Processuais

Status	Quantidade
Designada	692
Redesignada	9
2ª ou 3ª sessão	78
Quantidade a realizar	778
Realizada	625
Não realizada pela ausência do requerente	8
Não realizada pela ausência do requerido	81
Não realizada pela ausência de ambas as partes	49
Desistência da ação	3
Não realizada ou resultado não informado	5
Não realizada	7
Com acordo	390
Sem acordo	235
Não designada	112

Conciliações Processuais

Status	Quantidade
Designada	205
Redesignada	5
2ª ou 3ª sessão	16
Quantidade a realizar	225
Realizada	145
Não realizada pela ausência do requerente	1
Não realizada pela ausência do requerido	24
Não realizada pela ausência de ambas as partes	5
Desistência da ação	7
Não realizada ou resultado não informado	14
Não realizada	32
Com acordo	78
Sem acordo	64

Conciliações Pré-Processuais

Status	Quantidade
Designada	64
Quantidade a realizar	64
Realizada	61
Não realizada pela ausência do requerido	3
Com acordo	58
Sem acordo	3
Não designada	2

Semana da Conciliação de MS resulta em mais de R\$ 92 mi em acordos em 2017 e 2018



SEMANA NACIONAL
DA CONCILIAÇÃO
27/11 A 1/12 • 2017

Durante os dez dias de Semana da Conciliação, realizada pelo Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul em todas as comarcas do Estado de 27 de novembro a 1º de dezembro de 2017 e de 5 a 9 de novembro de 2018, foram homologados 3.825 acordos, que resultaram em um montante de R\$ 92.447.860,34 em valores homologados. Ainda conforme dados da Coordenadoria de Estatística do TJMS, 18.318 pessoas foram atendidas nas 7.581 audiências realizadas.

As ações conciliatórias promovidas pelo Tribunal de Justiça de MS integraram a campanha nacional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), realizada em âmbito nacional.

2017 - Na Semana da Conciliação em 2017 foram homologados 1.017 acordos, que resultaram em um montante de R\$ 10.217.153,34. Foram atendidas 8.760 pessoas nas 3.684 audiências realizadas.

No período atuaram 175 magistrados, 59 juízes leigos, 331 conciliadores e 244 colaboradores. Estes números são a soma dos cinco dias de mobilização, podendo os participantes terem atuado em vários dias.

O objetivo da ação conjunta do Poder Judiciário Nacional é mobilizar os operadores do Direito

e a sociedade para desenvolver a conscientização e a cultura conciliatória como um mecanismo eficiente para a efetiva prestação da tutela jurisdicional.

Dentre a movimentação processual em Mato Grosso do Sul, foram homologados 279 acordos na fase pré-processual, que contabilizou R\$ 3.804.929,06; 208 acordos em audiências designadas, conforme o artigo 334 do CPC, com valores de R\$ 771.781,38; 449 acordos de outras fases do processo civil, contabilizando R\$ 5.692.942,90; além das audiências criminais, com 54 Sentenças Homologatórias de Transação Criminal e 29 Composições Criminais.

Nesta edição da Semana da Conciliação, houve um incremento tanto em valores quanto em número de acordos em relação ao ano de 2016. Foram R\$ 2,2 mi a mais em valores e cerca de 200 acordos a mais.

2018 - A Semana da Conciliação em 2018 somou R\$ 82.230.707,00 em acordos homologados em Mato Grosso do Sul. Mais que números e valores em dinheiro, a iniciativa, proposta pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e realizado todos os anos pelo Poder Judiciário de MS, deu visibilidade aos métodos autocompositivos de solução de conflito. Uma forma de resolução que faz

com que as próprias partes dialoguem e cheguem a um acordo bom para ambas.

Segundo os números totalizados, foram designadas 5.008 audiências conciliatórias, das quais 3.897 foram efetivamente realizadas. Deste total, 2.808 acordos foram firmados, pondo fim a processos e ao litígio entre as pessoas envolvidas. 9.558 pessoas foram atendidas durante os cinco dias de trabalhos.

A coordenação da Semana da Conciliação em MS em ambos os anos esteve sob responsabilidade do Des. Vladimir Abreu da Silva e do juiz Cezar Luiz Miozzo, sob a presidência do primeiro. Todos os acordos obtidos por meio da conciliação têm validade jurídica e, caso uma das partes não cumpra o acordado, a ação pode ser levada novamente à justiça.



Ouvidoria Judiciária soluciona mais de 90% das demandas recebidas



Por consequência do aprimoramento do atendimento ao público, nos últimos dois anos houve um sensível crescimento no número de reclamações realizadas junto à Ouvidoria Judiciária, sob o comando do Des. Marcos José de Brito Rodrigues. Tanto que, no ano de 2017, a Ouvidoria Judiciária autuou 2.344 pedidos de prioridade, dos quais a maioria versou a respeito da demora na tramitação de processos. Desses, 99% foram solucionados, incluindo-se 179 pedidos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Foram respondidos mais de 2.000 e-mails neste período acerca de todo e qualquer serviço prestado pelo Poder Judiciário, tais como o funcionamento dos cartórios, atuação de servidores, etc. Também foram encaminhados Ofícios do Ouvidor Judiciário à Corregedoria-Geral de Justiça, Juízes Diretores e Magistrados solicitando informações/providências ou dando ciência de fatos relatados pelos usuários.

Ouvidor Judiciário, Des. Marcos José de Brito Rodrigues



O setor atendeu inúmeras ligações pelo 0800 da Ouvidoria e outros ramais, em que foram repassadas informações diversas e autuadas as devidas reclamações, além do atendimento pessoal aos jurisdicionados na Ouvidoria e no posto de atendimento situado no Fórum da Capital.

Nesse período, receberam-se expedientes do Presidente da OAB/MS e da Ouvidoria do CNJ solicitando adoção de medidas administrativas no sentido de impulsionar o andamento de processos da Capital e do interior, dos Juizados e do Tribunal de Justiça (recursos), os quais foram devidamente respondidos, formalizadas reclamações e, quando o atraso na movimentação processual se referia a expediente de cartório, na grande maioria das vezes foi possível resolver de imediato, por meio de contato com os diretores/ chefes de cartório das Varas/Juizados.

No biênio, foram recebidas as cartas dos reeducandos enviadas pela “Central do Cidadão” do Supremo Tribunal Federal. As correspondências foram encaminhadas aos magistrados competentes e os pedidos de recursos foram distribuídos junto à Secretaria Judiciária do TJMS.

O departamento da Ouvidoria Judiciária também recebeu e autuou os pedidos referentes aos Cartórios Extrajudiciais, atribuição que está sendo desenvolvida em cumprimento à Meta nº 9, uma das apresentadas no I Encontro de Corregedores do Serviço Extrajudicial, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça.

O Ouvidor Judiciário acompanhou a visita de representantes da OAB/MS ao Fórum de Campo Grande para tratar diretamente com os magistrados temas de interesse da categoria.

No ano de 2018, até o final do mês de julho, foram processadas 1.309 reclamações, das quais aproximadamente 91% foram resolvidas. Solucionaram-se 96 pedidos oriundos da Ouvidoria do CNJ, mais de 80 processos (2º grau) tramitando em grau de recurso julgados por meio de pedido de prioridade do Ouvidor Judiciário junto aos Desembargadores Relatores e 1.314 andamentos de processos regularizados em contato direto com os diretores de Cartório.



2017

2.344

pedidos de prioridade

179

pedidos do CNJ

+ de **2000**



2018

1.309

reclamações

96

pedidos do CNJ

1.314

processos regularizados



Participação em eventos

A Ouvidoria Judiciária divulgou os trabalhos realizados pelo órgão, por meio do comparecimento do Ouvidor Judiciário, Des. Marcos José de Brito Rodrigues, em eventos nacionais realizados em outros Estados, dos quais destacam-se:

I- III Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais (COJUD), realizado em Belo Horizonte/MG, nos dias 6 e 7 de julho de 2017, onde houve palestra da presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ, Ministra Cármen Lúcia, com o

tema “Poder Judiciário e Sociedade Democrática /Lei de Acesso à Informação – O papel das Ouvidorias Judiciais” e discutidas matérias como “A importância da disseminação da cultura da solução pacífica de conflitos”. Também foi realizado o lançamento nacional da coletânea sobre “Ouvidorias de Justiça, Transparência e Lei de Acesso à Informação”.

II- Encontro regional do Colégio Nacional de Ouvidores (COJUD), em São Paulo, nos dias 5 e 6 abril de 2018, marcado pelo intercâmbio de suges-

tões e experiências desenvolvidas pelas Ouvidorias. Participaram da reunião Ouvidores de órgãos do Judiciário das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do país.

III- IV Encontro do COJUD, no Tribunal de Justiça de MS, de 17 a 19 de maio de 2018, onde foi realizada palestra de abertura com o Ministro Humberto Martins, do Superior Tribunal de Justiça, apresentação de trabalhos desenvolvidos nas Ouvidorias Judiciais e debates sobre a regulamentação da Lei 13.460 e seus efeitos nas Ouvidorias Judiciais.



Campo Grande recebe **Encontro** **Nacional** de Ouvidores Judiciais

O Encontro Nacional de Ouvidores Judiciais foi promovido pelo Cojud e pelo Tribunal de Justiça de MS, por meio da Escola Judicial (Ejud-MS).

De 17 a 19 de maio de 2018, a Capital de Mato Grosso do Sul sediou o Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais. Dentre os objetivos do encontro estavam difundir o instituto das ouvidorias como instrumento de promoção da cidadania e de aprimoramento democrático da gestão do Poder Judiciário, incentivar a integração entre as ouvidorias judiciais e fomentar a atuação transparente, ética e responsável.

Realizado pela primeira vez em março de 2016, o evento reuniu ouvidores dos Tribunais de Justiça de todo o Brasil, com o propósito de permitir a atuação uniformizada das ouvidorias, por meio da discussão coletiva dos problemas enfrentados.

A abertura do evento contou

com a presença do presidente do TJMS, Des. Divoncir Schreiner Maran, do Ouvidor Judiciário do TJ, Des. Marcos José de Brito Rodrigues, do diretor-geral da Escola Judicial de MS, Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, do presidente do Colégio de Ouvidores Judiciais, Des. Altair de Lemos Júnior, além do então vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Humberto Martins, que proferiu a palestra magna do evento.

Com vasta programação, os três dias de encontro do Colégio Permanente de Ouvidores Judiciais (Cojud) tiveram a intenção de compartilhar práticas adotadas pelos ouvidores permitindo que se avaliasse a possibilidade e a necessidade da aplicação de rotinas de trabalho em seus tribunais, observada a realidade de cada um.

Ações de Comitê permitem a **redução da** **Judicialização da Saúde** em MS

Sob a coordenação do Des. Nélio Stábile, o Comitê Estadual do Fórum Judiciário para a Saúde realizou, no biênio 2017/2018, reuniões periódicas do órgão, que tem a função de aconselhar e sugerir aos entes federativos, magistrados, classe médica e demais operadores do Direito envolvidas com saúde pública medidas que visem amenizar o problema da judicialização da saúde, além de estreitar laços com as principais esferas políticas, por meio de política judiciária voltada ao gerenciamento da área da saúde.

Como resultado desses encontros, foram realizadas diversas recomendações, tanto na questão jurisdicional, tal como a suspensão de processos por determinação do Superior Tribunal de Justiça, quanto a setores dos Poderes Executivos Municipal e Estadual, com medidas que podem ser tomadas para melhorar o atendimento à população nos hospitais sul-mato-grossenses.

NAT – A frente do Comitê, o Des. Nélio Stábile viabilizou o aumento da composição do Núcleo de Apoio Técnico (NAT), instância colegiada que visa assessorar, por meio de pare-

ceres técnicos, o Poder Judiciário nas demandas relativas ao fornecimento de medicamentos, exames, internações e demais tratamentos em face do Sistema Único de Saúde (SUS).

O termo aditivo do convênio, que entre si celebraram o Tribunal de Justiça, o Governo de MS e a Prefeitura de Campo Grande, permitiu a inclusão de mais dois médicos designados pelo Município de Campo Grande. Assim, o Núcleo de Apoio Técnico passou a ser composto por sete profissionais das seguintes especialidades: quatro médicos, dois farmacêuticos e um enfermeiro. Estes novos profissionais propiciaram maior agilidade aos trabalhos desenvolvidos pelo NAT.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DE MATO GROSSO DOS SUL



Coordenadoria atua na garantia dos direitos da criança e do adolescente



Pela primeira vez conduzida por uma magistrada de primeiro grau, a Coordenadoria da Infância e da Juventude, na gestão do biênio 2017/2018, seguiu sua trajetória na busca da garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Sob a coordenação da juíza Katy Braun do Prado, titular da Vara da Infância, da Adolescência e do Idoso de Campo Grande, vários avanços foram alcançados, tais como: instituir a Comissão de Supervisão do Depoimento Especial para aprimorar o atendimento da criança e do adolescente em

todas as comarcas do Estado; interceder para a edição do regulamento estadual para o Depoimento Especial (Provimento-CSM n. 404/2018); acompanhar e supervisionar, presencialmente e por videoconferência, os magistrados e os servidores em todas as comarcas do Estado quanto aos procedimentos para a oitiva das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência; e capacitar 31 magistrados e 112 servidores presencialmente e via EAD para dar cumprimento ao disposto na Lei n. 13.431/2017 e no protocolo do CNJ.

Nesse período também foi possível atualizar o regulamento sobre o procedimento de preparação à adoção na comarca de Campo Grande, que serve como referência para as outras comarcas do Estado, por meio da Portaria n° 001/2017, de 15 de setembro de 2017, expedida pela Vara da Infância, da Adolescência e do Idoso da Capital.

Outra conquista foi a proposta para regulamentar o Programa de Apadrinhamento, baseado no art. 19-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990), com a redação dada pela Lei n. 13.509/2017, que repaginou o Projeto Padrinho, estabelecido pela Resolução n. 429/2003, e ampliou seu alcance para todas as comarcas do Estado.

A Coordenadoria intercedeu ainda para a regulamentação do Comissário Voluntário da Criança e do Adolescente, como *longa manus* do juiz no cumprimento das diligências na área da infância e da adolescência, para suprir a ausência do extinto inspetor de menor.

Sobre a Justiça Restaurativa Juvenil e a Justiça Restaurativa Escolar, a Coordenadoria manteve as parcerias com o Governo do Estado, com a interveniência da Secretaria de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) e Secretaria de Educação (SED), e com a Prefeitura Municipal de Campo Grande, com a interveniência da Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

A novidade nesta área durante este biênio foi a capacitação de 140 voluntários, com a participação de ilustres palestrantes, tais como o juiz Egberto de Almeida Penido, da 1ª Vara Especial da Infância e da Juventude de São Paulo, coordenador do Centro de Estudos de Justiça Restaurativa da Escola Paulista de Magistratura.

Outra novidade foi a criação do banco de dados sobre as atividades da Justiça Restaurativa, pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJMS, em cumprimento ao disposto no §2º do art. 18 da Resolução n. 225, de 31 de maio de 2016, do CNJ, com o objetivo de compilar os dados quantitativos e qualitativos da Justiça Restaurativa para disponibilizá-los ao Conselho Nacional de Justiça.

Quanto aos resultados, foram obtidos os seguintes dados da atuação dos facilitadores restaurativos referentes ao período de janeiro de 2017 a agosto de 2018:

Outra novidade foi o Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) para a realização de estágio nas ações e nos projetos da Coordenadoria da Infância e da Juventude desenvolvidos nas entidades de acolhimento.

Também foi firmada uma parceria com o aplicativo *Urban*, de assistência material às entidades de acolhimento, mediante a destinação de parte do lucro às necessidades das crianças e dos adolescentes como uma forma de apadrinhamento financeiro.

Justiça Restaurativa nas Escolas Estaduais e Municipais em Campo Grande

Escolas Estaduais de Campo Grande atendidas	23
Escolas Municipais de Campo Grande atendidas	7
Visitas realizadas nas escolas	524
Diálogos restaurativos	1.254
Círculo de construção de paz com alunos, com professores e com pais (612 encontros realizados com 7.260 participantes)	14.832
Capacitação de multiplicadores (alunos)	88
Capacitação de voluntários	140
Procedimentos Restaurativos (47 casos atendidos com 155 participantes)	155

Justiça Restaurativa Juvenil

(dados referentes aos feitos em tramitação na Vara da Infância e da Adolescência de Campo Grande)

Pré-círculos realizados	1.092
Círculos Restaurativos realizados	317
Pós-círculos realizados	302
Informes	349
Quantidade de Relatórios	268
Número de Encaminhamentos	128
Visitas	4
Total de pessoas atendidas	4.785
Total de Procedimentos (Pré/Círculo/pós)	1.681



Eventos

Campo Grande sediou, em novembro de 2018, o Fórum Nacional de Justiça Protetiva (FONAJUP), com o objetivo de promover o debate de temas relevantes entre os magistrados com competência na infância e adolescência, bem como trabalhar na elaboração legislativa pertinente para que a magistratura seja ouvida em todos os projetos de lei que digam respeito à criança e adolescente em situação de vulnerabilidade.

No mesmo período foi realizado o Fórum Nacional de Justiça Juvenil (FONAJUJ) que, por sua vez, visa incentivar o intercâmbio de experiên-

cias bem-sucedidas de cada região para construir soluções que garantam a agilidade na prestação da tutela jurisdicional infantojuvenil, bem como para debater temas da área infracional da infância e juventude, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da Lei do Sinase e da execução das medidas socioeducativas.

Os resultados obtidos foram possíveis pelo apoio incondicional da Administração do Tribunal de Justiça e pela dedicação e profissionalismo de toda a equipe da Coordenadoria da Infância e da Juventude.



Coordenadoria avança na **defesa** **das mulheres** em situação de violência doméstica



Coordenadoria Estadual da Mulher
em Situação de Violência Doméstica e Familiar

Durante o Biênio 2017/2018, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, órgão de assessoria vinculado à Presidência do TJMS, esteve sob a coordenação da juíza Jacqueline Machado, titular da 3ª Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, primeira vara do país especializada em medidas de proteção à mulher. A magistrada passou a responder pela Coordenadoria em 1º de fevereiro de 2017.

Criado para efetivar o compromisso do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul quanto à garantia dos direitos das mulheres, o órgão é responsável pelo planejamento e execução das ações de combate e prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher.



Realizações da Coordenadoria no Biênio 2017/2018

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMS assumiu muitos desafios neste biênio e obteve diversas conquistas.

O primeiro avanço foi a reestruturação da Coordenadoria. Até o início do ano de 2017, a Coordenadoria da Mulher do TJMS contava com um coordenador magistrado, dois servidores designados pela Presidência e duas servidoras do núcleo psicossocial do Fórum de Campo Grande, as quais atuavam na Coordenadoria da Mulher de forma voluntária, isto é, sem prejuízo de suas atividades no Fórum e sem vinculação à estrutura da Coordenadoria.

Iniciada a gestão do biênio 2017/2018, ao ser indicada para o cargo de coordenadora da Coordenadoria da Mulher e, diante da publicação da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher instituída pelo CNJ, a juíza Jacqueline Machado pleiteou à Presidência do Tribunal a nomeação de quatro juízes para atuar como colaboradores, a criação de um cargo de assessor jurídico e a designação de dois servidores para compor, exclusivamente, a equipe multiprofissional.

Deferidos os pedidos, restava aprimorar as atividades da Coordenadoria no contexto das áreas de atuação, conforme diretrizes da Portaria n. 15/2017 do CNJ, motivo pelo qual, em fevereiro de 2018, foi encaminhada à Presidência uma proposta de reestruturação da Coordenadoria da Mulher, sugerindo que sua estrutura contasse com uma assessoria jurídica, uma coordenadoria administrativa, uma coordenadoria de projetos, uma coordenadoria de política judiciária de prevenção e uma equipe multiprofissional. O pedido foi fundamentado com

base nas atribuições e diretrizes indicadas na Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do CNJ.

Outra grande conquista foi a Política Judiciária Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, como forma de fomentar a execução, no interior do Estado, dos programas e ações da Coordenadoria da Mulher.

Ao propor que fosse instituída a Política Judiciária Estadual, a necessidade de sua criação foi justificada como forma de adequação da política nacional à realidade local e foi elaborada a política seguindo, como parâmetro norteador, a Política Judiciária Nacional instituída pelo CNJ. Ela prevê, como parte da política do Poder Judiciário de MS, os programas e ações criados e executados pela Coordenadoria, além de dois programas criados e executados pela 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Campo Grande, a primeira vara de medidas protetivas do país.

Além disso, aproveitando a ocasião, foi sugerido que fosse instituído, na própria Política Judiciária Estadual, o Banco de Boas Práticas, em cumprimento ao artigo 4º, inciso XI, da Portaria n. 15/2017 do CNJ. O texto foi

publicado como Portaria, sob o n. 1.346, reforçando a política de interiorização das ações de combate e enfrentamento à violência contra a mulher.

Outro avanço que também merece destaque é o Comitê de Gênero, Raça e Diversidade, uma iniciativa da Coordenadoria da Mulher do TJMS. O órgão foi instituído por meio da Portaria n. 1.347, de 7 de agosto de 2018, com a atribuição de identificar problemas e propor ações de melhoria e igualdade no ambiente de trabalho, ocasião em que nomeou os integrantes e fixou prazo para apresentação do regulamento do órgão.

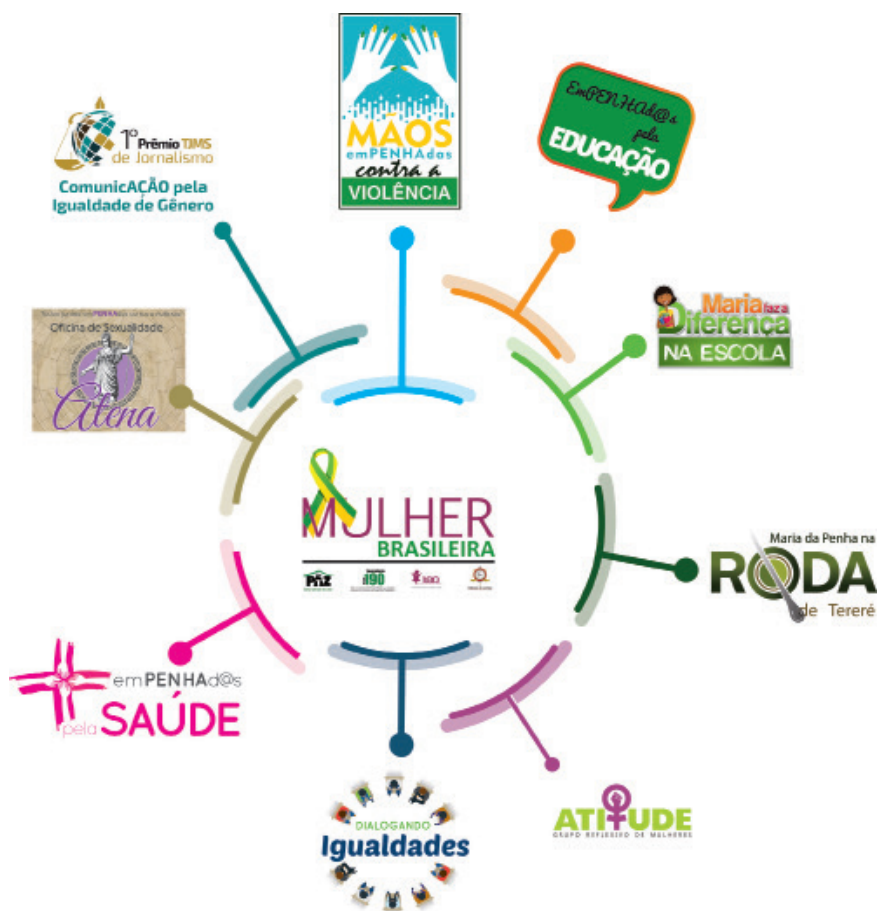
Assim, na busca de se fortalecer, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul tem realizado um trabalho incansável e conquistado muitas vitórias devido ao comprometimento não só da equipe que a compõe mas também à atual gestão do Tribunal.

Disponíveis no Portal do TJMS no link https://www.tjms.jus.br/violenciadomestica/projetos_acoes.php, confira as principais ações e programas desenvolvidos pela Coordenadoria da Mulher no biênio 2017/2018.

Campanha Mulher Brasileira

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, com a Secretaria de Comunicação, promoveu diversas ações para reforçar as estratégias do Poder Judiciário no combate e prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres, com a execução de uma série de projetos e ações integradas com organizações governamentais e não governamentais que possibilitam uma sensibilização da sociedade para uma necessária construção de uma cultura de paz, igualdade de gênero e empoderamento das mulheres.

O objetivo maior é informar a sociedade sobre os crimes, as formas de violência, os serviços de ajuda e fomentar a cultura da paz, proporcionando a verdadeira transformação desta realidade que ainda existe no Brasil.



Lançamento da campanha Mulher Brasileira



Mãos empenhadas

O “Mãos EmPENHAdas contra a violência” tem o objetivo de capacitar profissionais da área da beleza para que sejam agentes multiplicadores de informação no combate à violência, identificando e orientando as clientes com base na Lei Maria da Penha. O projeto propõe que, após o conteúdo repassado, referidos profissionais possam identificar os tipos de violência e orientar as clientes sobre como ter acesso aos serviços da rede de enfrentamento e proteção à mulher. Espera-se que os estabelecimentos participantes tornem-se espaços de exposição de ideias, de troca de informações e experiências sobre o tema, de desmistificação de estereótipos de gênero, ações estas capazes de fomentar o conhecimento, de empoderar a mulher, de alterar a concepção sobre o espaço feminino na sociedade e, por conseguinte, gradativamente, reduzir os índices de violência e opressão contra a mulher em todos os ambientes (público e privado).



Resultados:

40 estabelecimentos parceiros em Campo Grande que totalizam, aproximadamente, 20 mil clientes/mês;

167 profissionais capacitados na Capital;

3.590 pessoas, aproximadamente, tiveram acesso ao material (cartilhas e cartão 180), sendo a maioria por meio de busca espontânea;

640 pessoas, aproximadamente, buscaram informação sobre a temática (aproximadamente 30% dos entrevistados não responderam);

Os entrevistados apontaram que 56 clientes, aproximadamente, relataram que estavam em situação de violência;

39 consultores de beleza capacitados da empresa Mary Kay apontaram que atendem 4.092 clientes/mês, aos quais serão replicados o conhecimento;

Distribuíram-se 6.614 materiais (cartilhas; cartão 180; 108 bótons; adesivos; DVDs; cartazes e folders);

Replicação do projeto pelo TJ do Piauí em Teresina-PI.

Interesse em replicar pelo TJ do Pará em Santarém-PA.

Projeto Atena

Dentro do programa Mulher Brasileira, há o projeto contínuo de oficinas sobre sexualidade para as mulheres em situação de violência. A delimitação do tema fica em torno de conversas sobre corpo e sexualidade com mulheres que possuem medidas protetivas de urgência.



O interesse em trabalhar a temática “sexualidade” surge da importância de promover um espaço de escuta, reflexão e empoderamento a mulheres em situação de violência doméstica, a partir do conhecimento do próprio corpo e das diversas expressões de vivências de sua sexualidade.

O objetivo é propiciar às mulheres, vítimas de violência doméstica, informações que possibilitem a compreensão e vivência de sua sexualidade, viabilizando uma melhoria na qualidade de vida e nas relações afetivas e sociais.

Resultados alcançados: O Atena realizou duas edições em 2017, a primeira com 5 mulheres e a última com um público que variou entre 7 a 10 usuárias, totalizando 50 intervenções ao ano. São 5 oficinas quinzenais, com o máximo de 10 participantes, com intervalo de seis meses.



EmPENHAD@s pela Educação

Ação integrada na perspectiva da educação que propõe a união de dois programas de prevenção à violência contra a mulher, por meio de capacitação de educadores da rede de ensino fundamental para serem multiplicadores do conhecimento proposto na metodologia dos programas “Maria faz a Diferença na Escola” e “Mulheres Inspiradoras”, fazendo da educação um instrumento efetivo de prevenção e combate à violência contra mulheres e um meio que promova a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Maria faz a diferença na Escola

Este projeto se define pela realização de palestras para estudantes e professores de escolas municipais, estaduais e particulares, com o objetivo de promover um espaço de discussão e reflexão sobre gênero, raça/etnia e violência contra a mulher, contribuindo para a diminuição dos casos de violência.



Mulheres Inspiradoras

O projeto Mulheres Inspiradoras foi idealizado e implantado pela Prof^a. Gina Pontes, em Brasília/DF, com o objetivo de proporcionar aos estudantes do Ensino Fundamental um espaço de discussão e reflexão sobre as temáticas relacionadas à valorização da mulher, garantia dos direitos das mulheres e meninas, desconstrução das masculinidades hegemônicas, equidade de gênero, representação da mulher na mídia, ciberviolência contra a mulher, a partir de práticas pedagógicas comprometidas com a aprendizagem e pautadas pela Pedagogia de Projetos que priorizam a leitura, a produção de textos autorais e o protagonismo dos estudantes.



Maria da Penha na Roda de Tereré

O projeto objetiva a promoção de um espaço de discussão e reflexão em canteiros de obras para profissionais que atuam ou atuarão na construção civil, acerca da temática de gênero, raça/etnia e violência contra a mulher, contribuindo para uma mudança cultural quanto à desigualdade de gênero e uma possível diminuição de casos de violência de gênero.



EmPENHAD@s pela Saúde

O projeto tem por objetivo qualificar os profissionais que atendem a mulher vítima de violência (profissionais da saúde, do Judiciário e outros) fornecendo subsídios teóricos e práticos em suas diversas áreas de atuação, englobando os aspectos jurídicos, psicológicos, sociais, políticos e de atenção à saúde. Trata-se de um curso na modalidade EAD disponível na plataforma de ensino dos órgãos parceiros, de modo que os profissionais de todo o país possam acessá-lo gratuitamente.



Assinatura do convênio Empenhadas pela Saúde

Resultados alcançados:

Alta adesão ao curso pelo elevado número de inscritos (475 inscritos);

Maior alcance de informação à sociedade e de multiplicadores referentes ao tema da violência doméstica contra a mulher;

Mínimo investimento financeiro, tempo, espaço, força de trabalho, porém com significativo alcance de beneficiadas;

Grande adesão do público-alvo, sendo que foram contabilizadas 475 inscrições e 382 acessos ao curso;

Plataforma *on-line* de fácil acesso, em que o material pode ser consultado a qualquer momento, mesmo após o término do treinamento, uma vez que pode-se fazer *download* do conteúdo digital e ser disponibilizado em outras plataformas de acesso;

Trabalho premiado no 8º CBTMs – Congresso Brasileiro de Telemedicina e Telessaúde.



Dialogando Igualdades

O projeto objetiva promover mudança cultural sobre a violência contra a mulher, a partir da reflexão e responsabilização de homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher, por meio de realização de atividades grupais de caráter reflexivo e psicopedagógico. Os participantes são homens autores de violência encaminhados por determinação judicial contra os quais tenha sido proferida decisão de medida protetiva da Lei n. 11.340/2006 ou sentença condenatória. São no máximo 16 integrantes por grupo e cada um deve participar de 16 encontros de duas horas cada. Os grupos são coordenados por uma dupla formada sempre por um homem e uma mulher, devidamente capacitados em questões de gênero e de dinâmicas grupais.

Resultados alcançados: O Dialogando Igualdades trata-se de um grupo reflexivo aberto, em que os participantes devem concluir os 16 encontros, com no máximo 25% de faltas, com reposição de carga horária. A primeira série de 16 encontros foi concluída nos dias 16 e 17 de março de 2018.

Oficina do Projeto Atitude na UBSF Sírio Libanês

Grupo Reflexivo
Atitude



O objetivo do projeto é propiciar às mulheres vítimas de violência que solicitam revogação das medidas protetivas de urgência um espaço para dialogar sobre gênero e violência, em uma perspectiva transformadora e de empoderamento, por meio de escuta especializada e individualizada das mulheres participantes. Tem a finalidade de levantar dados estatísticos mensais das mulheres que solicitam a revogação, e realização de oficinas com a participação coletiva de mulheres que solicitam a revogação das medidas, ocasião em que são aprofundados os temas já abordados no atendimento individual (Identidade, Ciclo da violência, Culpabilização, Questões de gênero e Papéis sociais) e realizada a troca de experiências entre as participantes. O levantamento dos dados estatísticos é realizado em parceria com o Ministério Público e as oficinas são coordenadas por um(a) psicólogo(a) e um(a) assistente social.

Resultados alcançados: As parcerias com o Ministério Público e Defensoria Pública, que encaminham as vítimas de violência doméstica que solicitam revogação da medida protetiva para as reuniões do Grupo Reflexivo, proporciona o espaço de reflexão para as referidas vítimas, com significativo alcance das beneficiadas. Com a parceria com os referidos órgãos, observa-se por meio dos discursos das requerentes a importância de um espaço para discussão dos temas como gênero, violência doméstica, sexualidade, entre outros. Por se tratar de um encaminhamento sem caráter obrigatório, e a dificuldade das vítimas em se reconhecerem em um relacionamento abusivo, dificulta-se o comparecimento de todas as atendidas nas reuniões.



TJMS institui política de enfrentamento à violência contra a mulher

No dia 7 de agosto de 2018, quando a Lei nº 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, completou 12 anos de vigência, foi instituída, por meio da Portaria nº 1.346/2018, a Política Judiciária de Enfrentamento à Violência Doméstica ou Familiar contra a Mulher em Mato Grosso do Sul.

A política define diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, nos termos da legislação nacional e estadual vigente e das normas internacionais sobre direitos humanos. A portaria aborda o programa nacional Justiça pela Paz em Casa, a campanha Mulher Brasileira em 1º Lugar e institui o banco de boas práticas, foco das muitas ações que a Coordenadoria da Mulher desenvolve.

São programas que compõem a Campanha Mulher Brasileira em 1º Lugar: EmPENHAD@s pela Educação, Maria da Penha na Roda de Tereré, Mãos EmPENHAdas contra a Violência, Dialogando Igualdades, EmPENHAD@s pela Saúde, Comunicação pela Igualdade de Gênero, Oficina de Sexualidade Atena e o Grupo Reflexivo Atitude.

Além disso, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência é responsável por organizar e coordenar a realização das semanas de esforço concentrado do programa nacional Justiça pela Paz em Casa, com o apoio do Conselho Nacional de Justiça.

A portaria institui também o Banco de Boas Práticas da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, com objetivo de identificar e disseminar as iniciativas de magistrados e servidores do Poder Judiciário de MS no enfrentamento à violência de gênero.

Destaque-se que boa prática deve ser definida como atividade, iniciativa, ação ou experiência que promova prevenção e combate à violência de gênero, como palestras, seminários, blitz educativas, apresentação cultural, programas em rádios, estruturação da rede de atendimento, entre outros.



Saiba mais

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar é um órgão de assessoria da Presidência do TJMS, com atribuições relativas à gestão de políticas, ações e mecanismos de atendimento à mulher no combate e prevenção à violência doméstica e familiar.

Entre os objetivos da Política Judiciária Estadual de Enfrentamento à Violência Doméstica ou Familiar contra a Mulher está estimular parcerias entre órgãos governamentais nas áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação, em níveis estadual e municipal, para efetivação de programas de prevenção e combate a todas as formas de violência contra a mulher.

A política visa também promover ações institucionais entre os integrantes do sistema de Justiça, para aplicação da legislação nacional e estadual e dos instrumentos jurídicos internacionais sobre direitos humanos e a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, além de impulsionar a criação de órgãos prestadores de serviços de reeducação e responsabilização para agressores.





Criado Comitê de Gênero, Raça e Diversidade de MS



**Comitê de Gênero
Raça e Diversidade**

do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Por meio da Portaria nº 1.347, de 7 de agosto de 2018, o Tribunal de Justiça de MS instituiu o Comitê de Gênero, Raça e Diversidade de MS, que tem como atribuição identificar problemas e propor ações de melhoria e igualdade no ambiente de trabalho, nos aspectos físicos, sociais, psicológicos e organizacional.

A proposição foi da juíza Jacqueline Machado, que responde pela Coordenadoria da Mulher de MS. O comitê será órgão auxiliar permanente da estrutura do Tribunal de Justiça de MS, em razão do compromisso do TJMS com a concretização dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal e nos Pactos Internacionais.

Compõem o comitê um desembargador, duas juízas, um representante da Direção-Geral, um da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, um da Secretaria de Comunicação, um da Secretaria de Gestão de Pessoal, uma servidora, um servidor negro, um servidor com deficiência e um servidor LGBTI.



Tribunal desmembra Seção Criminal e cria Seção Especial

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça aprovou, em março de 2017, proposta de projeto de lei que desmembrou a Seção Criminal e criou a Seção Especial Criminal. Até então, a Seção Criminal era composta por nove desembargadores, isto é, todos os que atuavam nas Câmaras Criminais. A lei estadual foi publicada em 1º de junho de 2017.

A proposta foi consequência da Lei nº 4.906/16, que criou três cargos de desembargador na estrutura do Poder Judiciário, que tem em sua atual gestão a Presidência do Des. Divoncir Schreiner Maran, elevando de três para quatro o número de integrantes das Câmaras Criminais.

Assim, a elevação do quantitativo de desembargadores para atuar na área criminal permitiu o desmembramento da Seção Criminal, criando-se duas Seções Criminais, cada uma com seis desembargadores, e a Seção Especial Criminal, com todos os 12 em atividade, com reflexos altamente positivos na prestação jurisdicional e benefícios na própria gestão administrativa.

Na mesma sessão, os desembargadores aprovaram proposta de Resolução que dispõe sobre a composição e funcionamento das Seções Criminais, das Câmaras Criminais e da Seção Especial Criminal do TJMS.

Dessa forma, observada a ordem de antiguidade nas Câmaras, a 1ª Seção Criminal é composta pelo primeiro desembargador da 1ª Câmara Criminal, o primeiro da 3ª Criminal, o segundo da 2ª Criminal, o terceiro da 1ª Criminal, o terceiro da 3ª Criminal e o quarto da 2ª Criminal.

Na 2ª Seção Criminal estão o primeiro desembargador da 2ª Câmara Criminal, o segundo da 1ª Criminal, o segundo da 3ª Criminal, o terceiro da 2ª Criminal, o quarto da 1ª Criminal e o quarto da 3ª Criminal.

Nas três Câmaras Criminais em funcionamento permanecem os mesmos integrantes atuais, acrescida cada uma de um desembargador empossado no dia 8 de março de 2017, passando de três para quatro membros cada Câmara.

Seis novos desembargadores são empossados no TJMS

No decorrer do biênio 2017/2018, seis juízes foram empossados no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. São eles os desembargadores José Ale Ahmad Netto, Jairo Roberto de Quadros e Geraldo de Almeida Santiago, no dia 22 de fevereiro de 2017, Jonas Hass Silva Jr., no dia 19 de julho de 2018, e Emerson Cafure e Dileta Terezinha Souza Thomaz, no dia 3 de outubro de 2018.

Conheça os desembargadores do Tribunal de Justiça empossados neste biênio:

José Ale Ahmad Netto

Nascido em Paraguaçu Paulista, formou-se na Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie (SP) em 1983 e, após ser aprovado no IX concurso de Provas e Títulos, ingressou na magistratura de MS em junho de 1988, na 9ª circunscrição.

Dois meses depois foi promovido para a comarca de Ribas do Rio Pardo. Em abril de 1992, foi promovido para Maracaju e, em outubro de 1999, novamente promovido para o cargo de juiz auxiliar em Campo Grande.

Na Capital, atuou no 8º Juizado Especial Cível e como membro da Turma Recursal, antes de ser designado para juiz auxiliar da Vice-Presidência (2011), juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça (2013/2014) e para atuar como designado no TJMS como desembargador (2014/2016). Era titular da 4ª Vara de Fazenda Pública e Registros Públicos. Promovido para ocupar um dos cargos criados pela Lei nº 4.906/2016.



Jairo Roberto de Quadros

Sul-mato-grossense de Nova Andradina, é formado pelas Faculdades Unidas Católicas de MT (Fucmat), turma de 1983, e ingressou na magistratura de MS em janeiro de 1989, na 3ª circunscrição.

Em junho de 1989 passou a judicar em Aparecida do Taboado e, em novembro de 1992, foi promovido para a comarca de Ponta Porã. Dois anos depois, a pedido e por remoção, deixou a área criminal para atuar em vara cível na mesma comarca.

Em outubro de 1999, foi promovido para a 2ª Vara Criminal de Dourados, comarca onde atuou como integrante e suplente da Turma Recursal Mista. Por remoção, em novembro de 2014, passou a judicar na 3ª Vara do Juizado Especial Central em Campo Grande. Duas semanas depois, foi convocado para a função de desembargador. Promovido para ocupar um dos cargos criados pela Lei nº 4.906/2016.



Geraldo de Almeida Santiago



Formado pelas Faculdades Unidas Católicas de MT (Fucmat), em 1983, é campo-grandense e ingressou na magistratura sul-mato-grossense em junho de 1988, na 7ª circunscrição.

Dois meses depois, foi promovido para a comarca de Angélica, e em dezembro de 1990, uma nova promoção o levou para a comarca de Jardim. Em abril de 2000, foi promovido para a Capital e assumiu a 5ª Vara Cível Residual.

Foi membro e suplente da Turma Recursal e, em 2015, atuou por três meses como juiz convocado no Tribunal de Justiça. Era titular da 5ª Vara Cível Residual. Promovido para ocupar um dos cargos criados pela Lei nº 4.906/2016.

Jonas Hass Jr.



Nascido em Fernandópolis, interior paulista, Jonas ingressou na magistratura de MS em janeiro de 1989, como juiz substituto na 2ª circunscrição, depois de ser aprovado no XI concurso de provas e títulos.

Em junho de 1989, foi promovido para a comarca de Porto Murtinho e, em agosto de 1992, foi removido para judicar em Caarapó. Uma nova promoção, em setembro de 1993, levou o juiz para a 2ª Vara Cível de Aquidauana, comarca onde foi também dire-

tor do Foro por mais de uma vez.

Promovido mais uma vez, em junho de 2000, assumiu a titularidade da 5ª Vara Cível de Dourados – onde também respondeu, mais de uma vez, pela direção do Foro, e permaneceu cumprindo a função de magistrado na prestação jurisdicional. Em sessão do Tribunal Pleno de 18 de julho de 2018, foi promovido ao cargo de desembargador em consequência do falecimento do Des. Romero Osme Dias Lopes, no dia 3 de julho.

Emerson Cafure

Nascido em Porto Murinho, Emerson Cafure ingressou na magistratura em dezembro de 1988, na 5ª circunscrição. Em maio de 1989, foi promovido para a comarca de Bonito e, em fevereiro de 1992, uma nova promoção o levou para Corumbá, comarca de segunda entrância.

Foi diretor do Foro, integrou Turma Recursal e, em março de 2001, foi promovido a juiz de entrância especial, assumindo a 4ª Vara Criminal de Campo Grande.

Na Capital, julgou também na 8ª Vara Cível e, em 2005, por remoção, titularizou a 11ª Vara do Juizado Especial. Foi membro da Turma Recursal e diretor do Foro dos Juizados Especiais.

Em maio de 2018 foi designado para atuar como juiz convocado no Tribunal de Justiça.



Dileta Terezinha Souza Thomaz

Gaúcha de Catuípe, Dileta ingressou na magistratura sul-mato-grossense em junho de 1989, após aprovação no XI concurso de provas e títulos. Iniciou julgando na comarca de Anaurilândia.

Em 1991, por remoção, passou a julicar em Deodópolis. Em outubro de 1994, foi promovida para Ponta Porã, comarca de segunda entrância. Uma nova promoção em junho de 2000 levou-a para a 6ª Vara Cível de

Dourados. Por remoção, no ano seguinte, assumiu a 1ª Vara Criminal. Em agosto de 2011, por remoção, passou a julicar na 7ª Vara Cível de Dourados. Foi diretora do Foro e integrante de Turma Recursal.



Presidente representa TJMS em eventos e recebe visitas no biênio 2017/2018

Neste biênio 2017/2018, o presidente do Tribunal de Justiça, Des. Divoncir Schreiner Maran, representou o Judiciário sul-mato-grossense em diversos eventos oficiais e recebeu inúmeras visitas com demandas em prol do jurisdicionado, das quais algumas foram possíveis de serem atendidas ainda em sua gestão.

Dentre as visitas recebidas com solicitações de melhorias, destacam-se o pedido de criação de mais uma Vara na comarca de Nova Alvorada do Sul; o pedido de instalação de mais uma Vara na comarca de Iguatemi; e o pedido de elevação das comarcas de Anastácio e Terenos para 2ª Entrância.

Neste período, o presidente do TJMS também recebeu a Medalha do Mérito Acadêmico Eleitoral, da Escola Judiciária Eleitoral de MS, e a medalha “Mérito Tamandaré”, pelos relevantes serviços prestados na divulgação ou no fortalecimento das tradições da Marinha do Brasil, honrando seus feitos ou realçando seus vultos históricos.

Confira a Galeria de Fotos de alguns eventos e visitas recebidas.



02/02/2017 - Presidente do TJ participa da abertura do Ano Legislativo de 2017



03/02/2017 - Presidente do TJMS recebe diretoria da OAB/MS



16/02/2017 - Presidente do TJMS recebe representantes do Grupo Viver Bem



16/02/2017 - Presidente do Tribunal de Justiça recebe autoridades da Polícia Civil



16/02/2017 - Novo presidente da Assomasul visita presidente do TJMS



23/03/2017 -Presidente do TJMS recebe visita de representantes do Cotelengo



05/11/2018 -Presidente do TJMS recebe visita do novo comandante do CMO



05/06/2017 -Presidente do TJ recebe comandante do CMO que servirá em missão da ONU



08/06/2017 -Presidente do TJMS recebe representantes da PM e Bombeiros



23/06/2018 -Presidente do TJ recebe diretoria da OAB/MS e presidentes de subseções



14/04/2018 - Presidente do TJMS participa de reunião no STF sobre o BNMP



18/04/2018 - Presidente do TJMS recebe Medalha Mérito Tamandaré da Marinha



18/05/2018 - Desembargadores do TJ recebem Medalha do Mérito Acadêmico Eleitoral



19/04/2018 - Presidente do TJMS recebe ministro do STJ e presidente do TRF3



22/05/2018 - Presidente do TJ recebe comitiva da comarca de Nova Alvorada do Sul



18/05/2018 - Magistrados da Bolívia conhecem o TJMS e a CPE



Presidente do TJMS participou de Encontros do Conselho dos Tribunais de Justiça



23/07/2018 - Presidente do TJ recebe comitiva de Iguatemi e determina melhorias



06/08/2018 - Presidente do TJMS recebe pedido para elevação da comarca de Anastácio



07/07/2018 - Presidente do TJMS recebe representante do IDAMS



21/08/2018 - Presidente do TJMS participa de apresentação do BNMP 2.0



13/11/2018 - Presidente do TJ recebe contra-almirante do 6º Distrito Naval



28/08/2018 - Presidente do TJMS prestigia posse do novo Corregedor Nacional de Justiça



22/08/2018 - Presidente do TJMS recebe pedido para elevação da comarca de Terenos

Judiciário de MS conta com 18 novos juízes substitutos



O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul empossou, no dia 19 de julho de 2017, no plenário do Tribunal Pleno, os 18 aprovados no 31º Concurso para o cargo de Juiz Substituto do Estado de MS.

Foram empossados Marcelo da Silva Cassavara, Mario Cesar Mansano, Alan Robson de Souza Gonçalves, Larissa Luiz Ribeiro, Edimilson Barbosa Ávila, Carolinne Vahia Concy, Thielly Dias de Alencar Pithan e Silva, Bruno Palhano Gonçalves, Camila de Melo Mattioli Gusmão S. Figueiredo, Vinícius Aguiar Milani, Bruna Tafarelo, Diogo da Silva Castro, Diogo de Freitas, Milton Zanutto Jr, Daniel Foletto Geller, Aldrin de Oliveira Russi, Daniel Raymundo da Mata e Juliano Luiz Pereira.

No início do certame, 2.678 candidatos compareceram à prova objetiva seletiva, realizada no dia 19 de julho de 2015. A Prova Discursiva do 31º Concurso da Magistratura foi realizada no dia 17 de novembro de 2015 na Unidade Centro da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

Dos 333 candidatos convocados para submeterem-se às Provas Discursivas I, II e III, apenas 24 não compareceram para a prova discursiva I, que consistiu de 10 questões escritas sobre Noções Gerais de Direito, Formação Humanística e disciplinas do Anexo I do Edital de Abertura do certame. As provas discursivas II e III consistiram, respectivamente, na elaboração de sentenças cível e penal. Todas as provas têm caráter eliminatório e classificatório.

Para este concurso foram disponibilizadas 25 vagas para o cargo de juiz substituto. Na fase final, foram avaliados 64 candidatos e, dos 19 aprovados, houve uma desistência e 18 foram empossados.

Formação – Os novos juízes participaram do curso de formação inicial que contou com dois módulos. No período de 24 a 28 de julho de 2017, ocorreu o Módulo Nacional oferecido pela Enfam (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados). Formadores da Enfam de diversos Estados conduziram o curso, com carga horária de 40

horas/aula.

No dia 31 de julho teve início o Módulo Local, composto por três módulos, sob a coordenação-geral do Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, diretor-geral da Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul (Ejud-MS), com carga horária de 480 horas-aula e se estendeu até o dia 26 de outubro.

O Módulo I do curso da Ejud, realizado no período de 31 de julho a 14 de setembro, abordou as disciplinas do conteúdo obrigatório mínimo estabelecido pela Enfam e foi coordenado pela juíza Luíza Vieira Sá de Figueiredo.

Na sequência, os novos juízes tiveram aulas do Módulo II, coordenado pelo juiz Ricardo Galbiati, no período da manhã, com disciplinas de interesse da Administração do TJMS, e, no período da tarde, atividade de prática judicante, integrante do Módulo III, coordenado pelo Des. José Ale Ahmad Netto.



Solenidade de instalação da 6ª Vara de Família e Sucessões de Campo Grande

Comarca de Campo Grande passa a contar com seis varas de Família e Sucessões

Por meio da Resolução nº 176, de 14 de julho de 2017, foram transformadas as Varas de Família e a Vara de Sucessões e instalada a 6ª Vara de Família e Sucessões da comarca de Campo Grande. Com isso, as quatro Varas de Família passaram a ser denominadas Varas de Família e Sucessões, mantendo-se a numeração. A Vara de Sucessões até então existente foi denominada 5ª Vara de Família e Sucessões e foi instalada a 6ª Vara de Família e Sucessões.

Para as alterações, considerou-se a necessidade de atendimento da demanda, em razão do elevado número de processos iniciados mensalmente e de processos em curso perante as varas com essas competências.

Como forma de estabelecer uma melhor distribuição processual nestas Varas, propôs-se a fusão da competência. Importante ressaltar que parcela importante dos procedimentos pertinentes às sucessões foi deferida às serventias extrajudiciais e que o remanejamento de competências teve a finalidade de otimizar a prestação jurisdicional na comarca de Campo Grande, com severa repercussão social, dada a natureza das demandas deduzidas perante as Varas de Família.

Pela resolução, é competência das Varas de Família e Sucessões processar e julgar as ações e incidentes relativos à família em geral, ao casamento, divórcio e separação, à capacidade das pessoas, aos alimentos, as relativas à convivência comum, decorrentes do companheirismo, aos inventários, aos arrolamentos, às sobrepartilhas de bens, às habilitações de créditos, a testamento, à anulação de partilha e, em geral, a todo e qualquer feito relativo a sucessões e seus respectivos incidentes.

O remanejamento de competências teve o propósito de otimizar a prestação jurisdicional na comarca de Campo Grande, sem, contudo, acarretar aumento de despesa ao Poder Judiciário.

Parceria permite **quitação de débitos fiscais** com o município de Campo Grande

Por meio de convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de MS e a Prefeitura de Campo Grande, foi realizado o programa Fique Legal, uma ação conciliatória que deu à população a oportunidade de quitar dívidas com o município, com a possibilidade de descontos de até 100% sobre os juros e custas processuais.

Em sete dias de atendimento, o programa Fique Legal conseguiu celebrar 2.539 acordos e 7.745 pessoas foram atendidas. Realizada com apoio da Fiems, a parceria demonstrou ser eficiente para os propósitos que objetivavam reduzir o número de processos da Vara de Execução Fiscal Municipal.

A ação foi realizada no Centro de Convenções Albano Franco, de 11 a 19 de dezembro de 2017, com a participação de 30 conciliadores do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), coordenado pelos desembargadores Ruy Celso Barbosa Florence (Mediação) e Vladimir Abreu da Silva (Conciliação), que estiveram de plantão das 8 às 18 horas para atender a demanda.



A ideia surgiu como uma proposta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para reduzir o número de processos em andamento, melhorando a atuação do Judiciário e promovendo a regularização dos débitos ajuizados, já que as ações de execução fiscal representam um número enorme do conjunto de processos em tramitação no Poder Judiciário de MS.

No programa Fique Legal, o contribuinte primeiro passava por uma consulta com servidores da prefeitura de Campo Grande, que

mostravam o total de débitos e uma proposta de acordo de quitação, levando em consideração se o pagamento seria à vista (com 100% de desconto) ou, ainda, parcelado em até 18 vezes, com descontos também.

Com o acordo aceito e o boleto pago, o cidadão dirigia-se até os conciliadores do Tribunal de Justiça, que lavravam o termo de quitação de dívida e, então, um juiz homologava o acordo que extinguiu a ação judicial.

No período do programa, o Tribunal de Justiça suspendeu os prazos judiciais apenas na Vara de Execução Fiscal Municipal, pois houve um esforço conjunto que envolveu um número expressivo de servidores, todos empenhados em resolver os processos ajuizados na Vara.



Judiciário destina **mais de R\$ 3,8 mi** de penas pecuniárias a entidades da Capital



No biênio 2017/2018, instituições beneficentes de Campo Grande receberam R\$ 3.855.960,63 de penas pecuniárias, aquelas em que o réu é condenado ao pagamento de determinadas quantias em dinheiro. O dinheiro é arrecadado, por meio das penas alternativas estabelecidas pelos juízes das varas criminais do Fórum de Campo Grande e das varas dos Juizados Especiais da Capital, e o montante é depositado em subconta judicial.

Anualmente, as instituições sociais cadastradas na Central de Execução de Penas Alternativas (Cepa) apresentam seus respectivos projetos e, após análise das propostas e visitas nas instituições, são selecionados aqueles que atendem a melhor finalidade: como as necessidades apresentadas e a utilização dos recursos, objetivando priorizar os projetos com maior relevância social, abrangência e benefícios à sociedade. Em contrapartida, a entidade beneficiada deve receber em suas dependências sentenciados que cumprem pena de prestação de serviços à comunidade, além de apresentar a devida prestação de contas dos recursos recebidos.

Receberam recursos da Cepa as seguintes entidades:

Associação Anandamóyi;
Associação Beneficente dos Renais Crônicos de MS;
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;
Associação dos Amigos da Casa de Abraão;
Associação Escola Clínica Santa Terezinha;
Associação Franciscanas Angelinas – Afrangel;
Associação Pestalozzi;
Casa de Ensaio; Educandário Getúlio Vargas;
Casa de Integração da Criança e do Adolescente;
Centro de Apoio e Orientação à Criança Lar Vovó Miloca;
Comando-Geral da Polícia Militar;
Cotolengo Sul-Matogrossense;
Escola Colibri;
Fundação de Apoio à Pessoa Humana;
Grupo da Fraternidade Espírita Hilário Silva;
Grupo Espírita Amor e Paz;
Instituto Luther King;
Lar Nossa Senhora Aparecida;
MEIMEI – Sociedade Assistencial;
Obras Sociais Francisco Thiesen;
Recanto da Criança;
SIRPHA- Lar do Idoso.



REPASSAR 2017 Central de Execução de Penas Alternativas

R\$ 1.678.974,32
Beneficiando 18 entidades e mais de 7.400 pessoas.

Desde 2010, foram direcionados mais de R\$ 3 milhões relativos à prestação das penas pecuniárias para o desenvolvimento de projetos que já estão em execução, sendo recorrentes. Veja alguns:

Em 2017, as verbas estão distribuídas desta forma:

INSTITUIÇÕES	VALOR
Associação dos Amigos da Casa de Abrigo	R\$ 11.000,00
Associação Franciscana Angelinas - Afrangel	R\$ 185.634,80
Associação Pastozinho	R\$ 101.970,68
Casa de Emílio	R\$ 56.474,50
Centro de Apoio e Orientação à Criança - LUMICA	R\$ 4.413,57
Centro de Integração da Criança e do Adolescente	R\$ 27.184,20
Colégio Sul-mato-grossense	R\$ 138.769,59
Educandário Getúlio Vargas	R\$ 300.000,00
Escola Colibri	R\$ 33.900,00
Grupo Superior Amor e Paz	R\$ 13.642,10
Hospital do Câncer de Campo Grande	R\$ 149.400,40
Hospital do Câncer de Novo Lar	R\$ 110.471,29
Hospital São João	R\$ 88.916,50
Instituto Luther King	R\$ 49.612,50
Travessa da Criança	R\$ 227.270,34
HEMEL - Sociedade Assistencial	R\$ 73.500,00
Sítio - Lar dos Idosos	R\$ 262.598,45
Comunidade Princesa Leopoldina	R\$ 24.000,00

Outras obras em andamento em maio de 2015:

- Hospital Dia de Hospital Psiquiátrico Novo Lar - Atendimento com transtornos mentais
- Alven de prédio de indicação Infantil do Educandário Getúlio Vargas inaugurado em novembro de 2015.
- Beleário II da creche da Associação Anandamóyi, no bairro Novo Lar - Atende mais de 150 crianças de zero a seis anos.

Acompanhe o investimento, fiscalize!
O dinheiro arrecadado é investido em benefício da sociedade.

CEPA ALTERNATIVAS
SECRETARIA DE JUSTIÇA

Juiz Mário José Esbalqueiro Jr. no ato de entrega do dinheiro às instituições em 2017

Obras

Nos últimos dois anos, dentre outras, foram realizadas as seguintes obras e aquisições com o dinheiro distribuído pela Cepa: aquisição de equipamentos cirúrgicos e de apoio a cirurgias de três hospitais de Campo Grande, o São Julião, o Nosso Lar e o do Câncer; construção de um bloco de apartamentos para a SIRPHA; construção de depósito e playground na Associação Franciscana Angelinas (Afrangel); construção de um Centro de Atendimento à Criança e Escola de Mães na Associação Anandamóyi; aquisição de um exoesqueleto para a Associação de Pais de Amigos dos Excepcionais de Campo Grande (Apae); e a construção de uma cozinha industrial em um contêiner na Fundação de Assistência à Pessoa Humana.



Interior

Nos moldes do que já é desenvolvido na Capital, no interior do Estado os magistrados de varas criminais também destinam verbas oriundas das penas pecuniárias a instituições e órgãos que apresentam projetos em benefício da comunidade.

Em Três Lagoas, foram destinados R\$ 72 mil para melhorias na Penitenciária de Segurança Média, além de R\$ 3 mil para obras na Colônia Penal. As obras de reforma e ampliação nestas unidades penais tiveram mão de obra de detentos dos próprios presídios masculinos.

Três instituições de Miranda e Bodoquena, além de três que integram o Conselho Comunitário de Segurança de Miranda, foram beneficiadas com R\$ 53.409,09 resultantes de penas pecuniárias para a realização de obras e aquisição de equipamentos. Somente a APAE de Miranda, a APAE de Bodoquena e o Lar dos Idosos de Miranda receberam mais de R\$ 44 mil.

Em Nova Andradina, foram doados R\$ 103.048,08 para projetos que prestam algum tipo de serviço em prol do cidadão nova-andradinense e do bem-estar social. Receberam verbas a Casa do Migrante de Nova Andradina, o Lar Alternativo São José, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), o Conselho da Comunidade de Nova Andradina, a Associação Nova Andradinense do Deficiente Físico, a Comunidade Católica Betel e o Conselho Comunitário de Segurança de Nova Andradina.

Na comarca de Coxim, foi entregue o novo Instituto Médico Legal (IML), obra custeada com cerca de R\$ 80 mil em recursos de penas alternativas e da venda de madeira apreendida pela justiça. Presos do regime fechado, com bom comportamento, trabalharam nesta obra.



Carreta da Justiça leva o Judiciário a 25 comarcas de MS

Lançada em agosto de 2016 e com atendimentos desde outubro do mesmo ano, a Carreta da Justiça percorreu, no biênio 2017/2018, por meio do programa "Judiciário em Movimento", as 25 comarcas de Mato Grosso do Sul que ainda não possuem estrutura física para o atendimento ao jurisdicionado. O objetivo da proposta, apoiada pelo presidente do TJMS, Des. Divoncir Schreiner Maran, é aproximar o Judiciário da população e dar

cidadania àqueles que nunca tiveram atividade judicial e judiciária em sua cidade.

Nos últimos dois anos foram atendidos os jurisdicionados dos municípios de Alcinoópolis, Antônio João, Aral Moreira, Bodoquena, Caracol, Corguinho, Coronel Sapucaia, Douradina, Figueirão, Guia Lopes da Laguna, Japorã, Jaraguari, Jateí, Juti, Ladário, Laguna Carapã, Novo

Horizonte do Sul, Paraíso das Águas, Paranhos, Rochedo, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Tacuru, Taquarussu e Vicentina.

A carreta é a miniatura de um fórum e tem gabinete para o juiz, salas para Defensoria Pública e Ministério Público, recepção, espaço para advogado, além de copa e banheiros. A unidade móvel tem jurisdição em todo o Estado e competência para apreciar e julgar todas as ações de natureza cível, criminal e juizados especiais distribuídas durante suas jornadas, assim como atuar em mutirões processuais, além de processos do Tribunal do Júri.

Nas visitas às comarcas, a maioria dos atendimentos foi a casais que efetivaram a conversão de união estável em casamento.



Acessibilidade

Graças à estrutura da Carreta, foi possível a realização da conversão da união estável em casamento de um casal, na comarca de Aral Moreira, em que uma das partes era cadeirante e a utilização dos elevadores da unidade móvel permitiu o sonho do casamento. A Carreta da Justiça funciona em conformidade com a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas e critérios para promover a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

JÚRI

Durante este biênio, foram realizadas as primeiras sessões de julgamento do Tribunal do Júri das comarcas de Figueirão, Alcinópolis e Caracol.



MEDIAÇÃO

No atendimento em Paraíso das Águas, no ano de 2017, foi realizada a primeira sessão de Mediação feita pela Carreta da Justiça. Com isso, a Justiça sul-mato-grossense dá efetividade à Resolução 125 do CNJ, que implementa a política Judiciária Nacional, com vista à boa qualidade dos serviços e à disseminação da cultura de pacificação social.

HOMENAGENS

A equipe da Carreta da Justiça recebeu, ao longo do ano de 2017, três moções honrosas por onde passou. A Corte sul-mato-grossense foi homenageada na pessoa de seu presidente, Des. Divoncir Schreiner Maranhão, e do juiz Luiz Felipe Medeiros Vieira, pelos relevantes serviços prestados nos municípios de Guia Lopes da Laguna, Bodoquena e Figueirão.



Judiciário investe em infraestrutura em benefício do jurisdicionado



No biênio 2017/2018, a administração do Poder Judiciário investiu no setor de infraestrutura para melhorar as condições de trabalho de servidores e as instalações para o atendimento ao jurisdicionado.

As reformas e construções são uma forma de adequação à crescente demanda da justiça sul-mato-grossense. A melhoria da estrutura física de diversos prédios da justiça estadual foi necessária para comportar as exigências da sociedade de Mato Grosso do Sul. Relatório da Secretaria de Obras aponta que, nesses dois anos, foram executados diversos serviços, sempre se pautando na racionalização do gasto público, de acordo com as políticas de redução do custeio que marcaram a Administração do biênio.

Destacam-se as reformas com ampliação dos prédios dos Fóruns das Comarcas de Aparecida do Taboado, Sidrolândia (com a instalação da 3ª Vara), Brasilândia e Nova Andradina, bem como as reformas de Naviraí (com a instalação da 4ª Vara) e Dourados (com a instalação da 2ª Vara de Família), além da obra de construção do novo Fórum da Comarca de São Gabriel do Oeste.

OBRAS REALIZADAS				
Localidade	Entrância	Início	Término	Valor da Obra
Construção				
São Gabriel do Oeste	2ª	07/02/2018	07/12/2018	R\$ 3.425.000,00
Reforma com Ampliação				
Aparecida do Taboado	2ª	17/04/2017	17/09/2017	R\$ 593.087,60
Brasilândia	2ª	16/10/2017	30/06/2018	R\$ 554.162,79
Sidrolândia	2ª	18/10/2017	17/08/2018	R\$ 792.271,09
Nova Andradina	2ª	16/06/2018	29/08/2018	R\$ 866.209,74
Ampliação				
Tribunal de Justiça		04/12/2017	02/05/2018	R\$ 282.781,68
Reforma				
Naviraí	2ª	15/05/2018	14/08/2018	R\$ 34.593,77
Reparos				
Corumbá	Especial	23/06/2017	21/08/2017	R\$ 60.351,18
Ivinhema, Angélica, Itaquiraí, Fátima do Sul, Naviraí e Caarapó	1ª e 2ª	04/12/2017	18/03/2018	R\$ 67.255,36
EJUD	2ª	13/11/2017	01/02/2018	R\$ 140.792,60
Dourados	Especial	04/12/2017	21/03/2018	R\$ 199.616,81
Jardim e Maracaju	2ª	06/12/2017	21/03/2018	R\$ 43.698,68
Elaboração e Projeto				
Elaboração de Projetos Complementares e Planilha Orçamentária para Prédio de Ponta Porã	2ª	18/04/2017	14/02/2018	R\$ 258.026,95



Além dessas obras, foi iniciada no mês de agosto de 2018 a obra de reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Ponta Porã, objetivando que sejam mantidas as condições mínimas de trabalho e segurança no prédio até a construção do novo projeto, ainda sem data prevista.

Durante o ano de 2017, a Secretaria de Obras, por meio de sua equipe de projeto e da contratação de mão de obra especializada na montagem e desmontagem de divisórias, contando ainda com sua equipe terceirizada de manutenção predial, realizou alterações e readequações de *layout* em grande parte da Secretaria do Tribunal de Justiça, aprimorando a distribuição do espaço nos setores e proporcionando a instalação de novas áreas que foram surgindo com a modernização da prestação jurisdicional. Os serviços totalizaram mais de 1.000 m² de divisórias remanejadas. Foram ainda elaborados diversos projetos de modernização e readequação de *layout* para os Gabinetes dos

Desembargadores, serviços estes que ainda estão em andamento.

Diante do quadro de restrições de ordem orçamentária e com o advento da publicação da Portaria nº 1.056/2017, a Secretaria passou a se empenhar ainda mais no sentido da redução do custeio do Poder Judiciário de MS. Iniciou-se uma campanha e foram encaminhadas orientações a todas as Comarcas para que adotassem práticas de eficiência no uso dos sistemas de iluminação, ar-condicionado e água, o que refletiu em reduções nas contas de consumo. Nesse contexto, também foi iniciada em 2018 a substituição de todas as lâmpadas fluorescentes da Secretaria do TJMS por similares em LED.

Ações Socioambientais –

Durante o biênio 2017/2018, o Núcleo Socioambiental do TJMS encaminhou para reciclagem mais de 13 toneladas de materiais recicláveis coletados no prédio do Tribunal de Justiça, mais de 350 quilos de pilhas e baterias e mais de 12 mil lâmpadas inservíveis.

Novas varas e estruturas repaginadas melhoram atendimento à população

No período de fevereiro de 2017 a janeiro de 2019, o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Des. Divoncir Schreiner Maran, entregou ao jurisdicionado sul-mato-grossense novas estruturas em prédios do Judiciário e instalou varas que permitem maior celeridade processual, além de ter proporcionado a aprovação de projetos de elevação a 2ª Entrância de comarcas do interior.

Confira os principais eventos de instalação e inauguração presididos pelo Des. Divoncir Schreiner Maran.



Reforma e ampliação do prédio e instalação da 3ª Vara de Sidrolândia



Nova Sala dos Oficiais de Justiça do Fórum da Capital





Instalação da 2ª Vara de Família e Sucessões em Dourados



Reforma e ampliação do Fórum de Brasilândia



Instalação da 2ª Vara Criminal de Naviraí



Reforma e ampliação do Fórum de Nova Andradina



Parceria viabilizará Sala de Estado-Maior em presídio da Capital

Foi assinado no dia 28 de junho de 2018, na Sala de Reuniões da Presidência do TJMS, o termo de cooperação mútua que viabilizará uma sala de Estado-Maior nas instalações do prédio em que funciona o Presídio Militar Estadual, situado em Campo Grande. O documento foi assinado pelo presidente do Tribunal de Justiça, Des. Divoncir Schreiner Maran, pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional MS, Mansour Elias Karmouche, pelo secretário de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), Antonio Carlos Videira, e pelo diretor da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen), Aud de Oliveira Chaves.

O ato contou ainda com a presença do juiz titular da Vara da Justiça Militar Estadual, Alexandre Antunes da Silva, do juiz da 2ª Vara de Execução Penal da Capital, Mário José Esbalqueiro Júnior, além de advogados da diretoria e membros de comissões da OAB/MS.

A sala atenderá ao disposto no artigo 7º, inciso V, do Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906/94), o qual prevê como direito do advogado não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado-Maior, com instalações e comodidades condignas.

Cooperação

Pelo termo de cooperação mútua, o Tribunal de Justiça disponibilizará Projeto Arquitetônico, Elétrico e Planilhas de Quantitativos, além do acompanhamento da obra. A Sejusp e a Agepen, junto com a 2ª Vara de Execução Penal, providenciarão mão de obra para a viabilização da sala, por meio do trabalho de presos que cumprem pena em regime semiaberto no sistema prisional estadual. Caberá à OAB/MS o fornecimento de todo o material necessário à obra pretendida e mobiliários para a composição da sala.



TJMS passa a ter **Julgamento Virtual** no Segundo Grau

O Provimento nº 411, de 12 de junho de 2018, dispôs sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos jurisdicionais do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul em caso de julgamento de processos de forma virtual. Os julgamentos ocorrerão em ambiente eletrônico, dentro do Sistema de Automação da Justiça, com adesão do órgão julgador e anuência das partes do processo, que podem se opor a esta forma de julgamento no prazo de cinco dias úteis.

Nos termos do provimento, a remessa dos autos, físicos ou digitais, ao gabinete do relator sorteado, será imediatamente após a distribuição, estando incluídos automaticamente na pauta de julgamento virtual. O relator encaminhará seu voto aos demais componentes do órgão julgador por meio eletrônico (dentro do SAJ), que manifestarão seu posicionamento igualmente por meio eletrônico.

Não manifestada a divergência dos membros, o voto do relator servirá como acórdão para publicação na imprensa oficial. Já em caso de divergência, o voto será transmitido ao relator e aos demais julgadores, sendo ambos publicados, prevalecendo para acórdão aquele que for escolhido pela maioria, aplicando-se, inclusive, o disposto no art. 942 do Código de Processo Civil, quando couber.

Tal modalidade de julgamento será gradativamente adotada pelos Gabinetes, em conjunto com a Secretaria Judiciária, e visa dar maior celeridade aos trâmites, assegurando às partes a duração razoável do processo.

Primeiro acórdão

No dia 5 de setembro de 2018, foi assinado o primeiro acórdão de julgamento virtual em 2º Grau. Para registrar o momento histórico para o Poder Judiciário Sul-Mato-Grossense, os desembargadores convidaram o presidente do Tribunal de Justiça, Des. Divoncir Schreiner Maran, para participar do ato. O acórdão foi assinado pelo Des. Alexandre Bastos, relator do feito.

Além do presidente do TJMS e do relator do processo, estiveram presentes no ato da assinatura do acórdão o presidente da 2ª Câmara Cível, Des. Paulo Alberto de Oliveira, os demais desembargadores que compõem o órgão julgador, Des. Vilson Bertelli e Des. Marcos José de Brito Rodrigues, e o procurador de justiça Sérgio Luiz Morelli.

Teletrabalho é realidade na Central de Processamento Eletrônico



Ganhando espaço nos últimos anos, o teletrabalho começou a valer também no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, que regulamentou, por meio do Provimento nº 399, de 28 de novembro de 2017, a possibilidade de servidores da Secretaria Judiciária de 1º Grau (CPE) cumprirem sua rotina de atribuições sem precisar sair de casa.

A facilidade de implantação do teletrabalho no TJMS deveu-se a fatores como a tramitação eletrônica de processos, o que possibilita o trabalho remoto ou a distância. Por outro lado, o Tribunal preocupa-se em promover a melhora da qualidade de vida de seu quadro funcional, sobretudo em relação à mobilidade urbana e aos reflexos na produtividade do servidor.

Em Mato Grosso do Sul, a experiência do teletrabalho foi avaliada por meio de oito servidores da Central de Processamento Eletrônico (CPE) que já atuavam diretamente de suas casas. Desse modo, o Provimento instituiu o regime de teletrabalho no Poder Judiciário de MS exclusivamente para servidores lotados na CPE, área vinculada à Secretaria Judiciária de 1º Grau.

Dessa prática adotada pela Central, a primeira constatação foi o aumento significativo da produtividade por parte dos servidores que estão no teletrabalho. O regulamento estabeleceu a meta de desempenho de, no mínimo, 30% superior à meta de cada coordenadoria para quem cumpre o expediente presencial na CPE, todavia há servidores que fazem aproximadamente o dobro da meta.

As atividades desenvolvidas em regime de teletrabalho são permanentemente monitoradas por meio de instrumentos apropriados de planejamento, acompanhamento e avaliação. O teletrabalho é facultativo, pautado pelos critérios da conveniência e da oportunidade do serviço público.

Objetivos do teletrabalho

O desenvolvimento das atividades fora das dependências físicas da CPE, localizada no Centro Integrado de Justiça (Cijus), visa aumentar a produtividade e a qualidade de vida dos servidores, além de economizar tempo e custo de deslocamento dos servidores até o local de trabalho, como também contribuir para a melhoria de programas socioambientais, com a diminuição de poluentes e redução do consumo de água, esgoto, energia, papel e outros bens e serviços disponibilizados nos órgãos do Poder Judiciário, entre outros.

CPE

Com o início de sua atuação em 2013 nas Varas de Execução Penal do Estado, a Central de Processamento Eletrônico está constantemente ampliando sua atuação em diversas varas da Capital e do interior do Estado. O resultado desta ação tem sido um volume muito grande de processos sendo arquivados.

O “Cartório do Futuro”, como é conhecido, permite uma automatização de muitas etapas, além disso, a efetividade da CPE se deve a fatores estruturais e tecnológicos. A Secretaria Judiciária de Primeiro Grau (SJPG) é a responsável pela execução e funcionamento da CPE.

Dentre os diferenciais da CPE estão o uso de equipamentos de alta tecnologia, treinamento de pessoal, além de uma estrutura física onde o mobiliário e o local foram planejados para propiciar o máximo de produtividade e concentração.

O objetivo da Central é estar, em poucos anos, atuando em processos de todas as Varas do Poder Judiciário estadual. Tudo isso só será possível porque atualmente quase a totalidade dos processos que tramitam em Mato Grosso do Sul são eletrônicos.

A inovação do TJMS despertou interesse por parte de várias Cortes brasileiras, que já enviaram representantes para conhecerem pessoalmente as instalações da CPE.

Equipes técnicas e de magistrados de vários estados visitaram a CPE.



TJ institui teletrabalho para assessores e assistentes de gabinete de magistrados

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul instituiu em 28 de setembro de 2018, por meio do Provimento nº 421, do Conselho Superior da Magistratura, o Regime de Teletrabalho para assessores e assistentes de gabinete de magistrados no âmbito do Poder Judiciário de MS.

A norma foi publicada de acordo com a regulamentação do Teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, por meio da Resolução nº 227, e é possível pela utilização do processo eletrônico, no âmbito do Judiciário sul-mato-grossense, cujo sistema permite o trabalho remoto ou a distância.

Preocupada com a qualidade de vida dos servidores, principalmente no que concerne à mobilidade deles nos grandes centros urbanos e os consequentes reflexos na produtividade, o presidente do Tribunal de Justiça, Des. Divoncir Schreiner Maran, considera que a melhoria da gestão de pessoas é um dos macros desafios do Poder Judiciário, a teor da Resolução nº 198, do Conselho Nacional de Justiça, o que compreende a necessidade de motivar e comprometer as pessoas, bem como buscar o aperfeiçoamento do clima organizacional e da qualidade de vida dos servidores.

De acordo com o Provimento, pode trabalhar sob o regime de teletrabalho o servidor nomeado para o cargo em comissão de

assessor de juiz ou desembargador, além do servidor designado para atividade de assistência de gabinete do magistrado.

A atuação do assessor ou assistente de gabinete em regime de teletrabalho deve ser requerida pelo magistrado ao Presidente do Tribunal, com a anuência do servidor, valendo-se do Termo de Declaração de Teletrabalho.

Para o deferimento desse pedido, o magistrado deve estabelecer metas (diária, semanal e/ou mensal) a serem atingidas pelo gabinete como um todo. É atribuição do magistrado monitorar o cumprimento das metas estabelecidas e a efetiva participação no seu atingimento dos assessores ou assistentes em regime de teletrabalho, bem como avaliar a qualidade do trabalho desenvolvido por eles. Os magistrados devem encaminhar à Comissão de Gestão do Teletrabalho, semestralmente, relatório sobre o cumprimento das metas e sobre o desempenho de cada servidor em regime de teletrabalho.

Apenas 30% dos servidores de cada gabinete podem atuar em teletrabalho, admitida excepcio-

nalmente a majoração para 50%, a critério da Presidência do Tribunal, e o estabelecimento desse regime não pode comprometer o atendimento ao público.

O Provimento nº 421 criou ainda a Comissão de Gestão de Teletrabalho, que é composta por um Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal, designado pelo Presidente do Tribunal; um servidor da Coordenadoria de Saúde e um servidor da Secretaria de Gestão de Pessoal, nomeados pelo Presidente do Tribunal.

São atribuições da Comissão, além das previstas no art. 17 da Resolução nº 227/2016 – CNJ: realizar encaminhamentos para a capacitação e acompanhar magistrados e servidores envolvidos com o regime de teletrabalho, sempre que se mostrar necessário; expedir orientações aos servidores em teletrabalho; e elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça o relatório de que trata o art. 21 da Resolução nº 227/2016 – CNJ.

No Poder Judiciário de MS, o teletrabalho já era utilizado por servidores lotados na Secretaria Judiciária de Primeiro Grau (CPE).





Parceria do TJ com a UFMS dá os primeiros passos para a inteligência artificial

O Tribunal de Justiça e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) firmaram, no dia 10 de maio de 2018, um convênio que visa a troca de conhecimentos, em especial em inteligência artificial, por meio de programas de pós-graduação, além de estudar a aplicação e desenvolvimento de tecnologia customizada para as necessidades de magistrados e servidores.

Em reunião realizada em outubro de 2017, ficou definido que, por meio do termo de cooperação entre o Tribunal de Justiça e a UFMS, sejam desenvolvidas tecnologias de ponta, como a inteligência artificial, que visem auxiliar o serviço judiciário para uso, em especial, nos gabinetes dos magistrados.

Com a parceria, a Faculdade de Computação da UFMS, por meio de seus programas de mestrado e doutorado, criará linhas de pesquisa específicas para resolver demandas do Judiciário que utilizem conceitos de inteligência artificial para auxiliar o magistrado, propiciando ainda mais agilidade nos gabinetes.

TJMS firma convênio de transferência de tecnologia para prefeitura da Capital

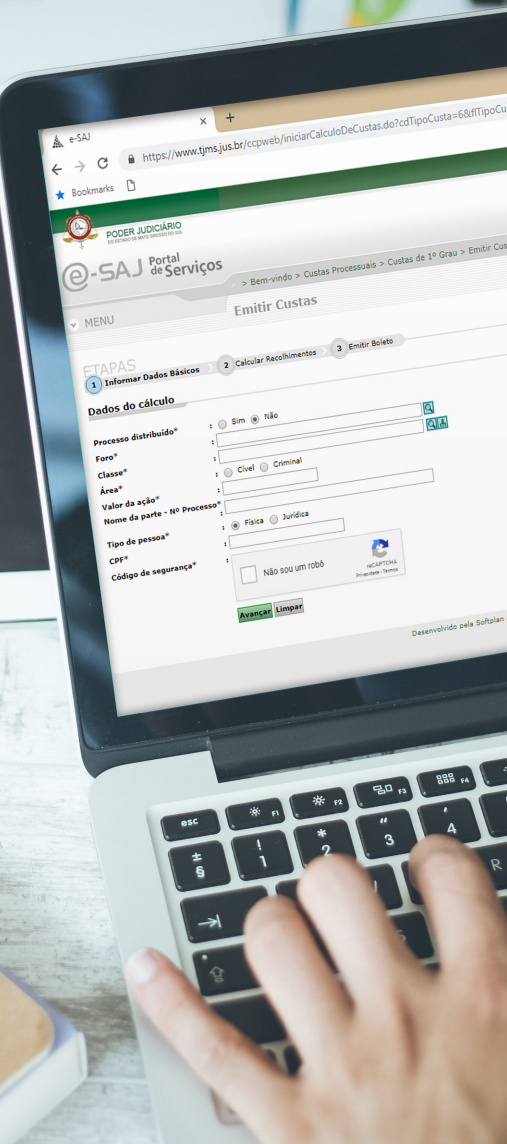
O presidente do TJMS, Des. Divoncir Schreiner Maranhão, firmou, no dia 5 de julho de 2018, um Termo de Cooperação Técnica para transferir tecnologia do Tribunal de Justiça para implementação do sistema de informatização de Legislação Municipal.

Na prática, com o Sistema desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça e utilizado no âmbito do Poder Judiciário Estadual, quando instalado na Prefeitura, qualquer cidadão poderá ter acesso eletronicamente, pela internet, a legislações e atos públicos do município de Campo Grande. A cedência foi gratuita e evitará que o executivo municipal gaste com a aquisição de um *software* próprio.

Pelo termo, além de ceder tecnologia com um sistema próprio do Poder Judiciário de MS, a prefeitura terá disponível os conhecimentos utilizados na sua construção e desenvolvimento, intercâmbio de informações, estudos e pesquisas de assuntos de interesse comum. Pelo termo, também haverá a transferência de conhecimentos entre as partes, o que possibilitará a melhoria do sistema.

O sistema de buscas por legislações do TJMS é simples e intuitivo, características que estarão no sistema da prefeitura. A busca pode ser feita pelo número do ato (Lei, Portaria, Provimentos etc.), ano, assunto, entre outros temas. O retorno com a resposta é rápido, segundo os desenvolvedores.





TJ disponibiliza serviço para recolhimento de diligências do Oficial de Justiça

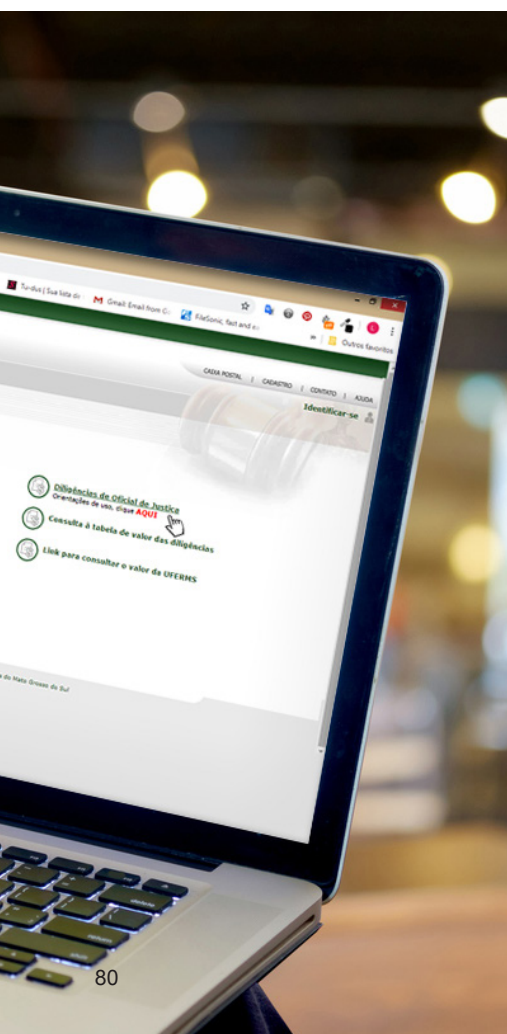
Com o intuito de dar mais celeridade e segurança aos processos que tramitam em 2º grau, o Poder Judiciário de MS disponibilizou em seu portal, no mês de novembro de 2017, o serviço de emissão de guia de diligências do Oficial de Justiça. A partir de então, o recebimento do comprovante e sua vinculação ao processo é feita de forma automática, tal como já acontece em 1º grau.

Antes da disponibilização desse serviço, para que fossem recolhidos os valores das diligências era preciso comunicar a parte interessada para que esta realizasse o depósito e levasse pessoalmente o comprovante de pagamento para que fosse anexado aos autos.

Porém, a partir do oferecimento deste serviço, o Tribunal de Justiça

agiliza essa fase do processo de uma forma simples, pois agora basta que a parte comunicada sobre esse recolhimento acesse o portal do TJMS, vá até o link “Serviços” e clique em “Cálculo de Custas Iniciais de 2º Grau”. Nessa opção, clique em “Diligências do Oficial de Justiça”, na qual terá que informar os dados do processo, lançar a quantidade de diligências para emitir o boleto para pagamento e, ao finalizar o procedimento, a guia já fica automaticamente vinculada ao processo, dispensando a necessidade de levar o comprovante pessoalmente.

Dessa forma, o pagamento é efetuado e comprovado de forma mais agilizada, bem como impede eventuais transtornos na hora do recebimento.



Emissão de guia para pagamento de custas do 1º Grau é simplificada

Desde o dia 1º de março de 2018, a emissão da guia de pagamento das custas processuais foi unificada. A novidade vale apenas para o 1º Grau e simplificou o procedimento, não trazendo aumento nos valores.

Antes, o usuário ingressava no portal e-SAJ, no site do Tribunal de Justiça, e deveria emitir diversas guias, entre elas o recolhimento para os Fundos FUNADEP, FUNDE-PGE e FEADMP. Em alguns casos, o pagamento não era recolhido, o que interrompia o processo e prejudicava as entidades.

A emissão da guia de pagamento continua sendo feita no e-SAJ, mas agora em boleto único. Isto garante rapidez, redução de erros e fortalecimento dos Fundos dos entes que integram o Sistema Jurídico estadual.

O trâmite financeiro do rateio de crédito para o Judiciário e para os Fundos das Instituições é feito pela rede bancária, com auditoria da Secretaria de Finanças do TJMS. A ferramenta foi desenvolvida pelo Departamento de Sistemas Jurisdicionais da Secretaria de Tecnologia da Informação do TJMS.



TJMS investe em acessibilidade com tecnologia para cegos

Entre servidores concursados, estagiários e mirins que trabalham no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, sete são cegos. Com atividades e atribuições iguais aos outros trabalhadores, a inclusão está na possibilidade de atuarem com ferramentas que auxiliem na execução das tarefas.

Neste biênio, o Tribunal de Justiça, por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação, adquiriu a licença do *Software Jaws*, que é leitor de tela que permite usuários com deficiência visual lerem a tela por meio de uma saída de texto para voz.

A inclusão e o acesso são questões que o Poder Judiciário tem como valores e princípios, ao posicionar em seu mapa estratégico a responsabilidade social e a qualidade de vida do servidor e potencializar o capital humano.

O portal do Tribunal de Justiça é outro exemplo do esforço de inclusão. Ele pode ser lido por pessoas cegas com o *software* de leitura de tela com saída de texto para voz. Já o processo de implantação da chamada descrição de imagens ou conteúdo imagético acessível (contextualização de uma imagem por meio de texto) está em fase de estudo e implantação.

Judiciário de MS investe em melhorias na área de Tecnologia da Informação



Essencial para o desenvolvimento e efetividade da atividade jurisdicional, a área de Tecnologia da Informação esteve dentre as prioridades da gestão do biênio 2017/2018. Para que os objetivos fossem atingidos, a Secretaria de TI do Tribunal de Justiça, por meio de seus departamentos, desenvolveu sistemas para a melhoria dos trabalhos desenvolvidos em diversas áreas do Poder Judiciário, além da aquisição de ferramentas que proporcionam maior segurança às atividades das áreas fim e meio.

Dentre os trabalhos desenvolvidos pelos departamentos, destacam-se:

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA



Análise de segurança – Contratação de empresa especializada de auditoria para verificar a segurança para o acesso aos dados computacionais do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

Aquisição de aparelho de gravação telefônica – Aquisição de equipamentos PCTEL (aparelho de gravação telefônica digital) e suprimentos complementares como linhas telefônicas e computadores compatíveis, para as Comarcas do interior e da Capital para atendimento do Provimento nº 150/2017, editado pela Corregedoria-Geral de Justiça, no qual estende a toda a Justiça Estadual de Primeiro Grau a utilização da intimação telefônica por meio do SITRA.

Aquisição de certificados digitais, certificados digitais CNPJ e tokens – Necessário para assinatura digital de documentos pelo Presidente do Tribunal, por servidores e magistrados em documentos eletrônicos.

Aquisição de certificados WEB – Aquisição de certificados para permitir a comunicação segura de sistemas críticos disponibilizados por meio do portal do TJMS com usuários internos e externos.

Aquisição de componentes computacionais – Início do processo de aquisição de componentes para possibilitar o prolongamento da vida dos atuais equipamentos e evitar aquisição de novos computadores/notebooks em função das restrições orçamentárias.

Aquisição de equipamento de protocolo digital – Aquisição de servidor de confiança, que gera recibos (protocolos digitais), com a indicação segura do instante de tempo em que foram emitidos, permitindo rastreabilidade e auditoria de todo o processo.

Aquisição de equipamentos para depoimento especial – Aquisição de parte dos equipamentos necessários para permitir melhoria da qualidade do áudio gravado nas salas de audiência e de apoio para a realização do depoimento especial.

Aquisição de fitas de backup – Necessário para a guarda segura de dados para casos de problemas nos sistemas computacionais.

Aquisição de leitores biométricos – Aquisição de leitores biométricos para permitir a montagem de totems para controle de pena em parte dos fóruns e juizados do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

Aquisição de licenças Microsoft – Aquisição para renovação de licenças de uso, manutenção e upgrade de software Microsoft, para atender as necessidades do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

Aquisição de licenças Netbackup – Aquisição de licenças para contemplar a realização dos backups devido ao aumento da volumetria anual dos dados salvaguardados.

Aquisição de lousa digital – Implantar um recurso tecnológico mais atualizado e dinâmico nas salas de treinamento da Escola Judicial, melhorando a interação aluno/professor no ambiente de sala de aula.

Aquisição de monitores – Aquisição de monitores com características de ergonomia, desempenho, tecnologias / funcionalidades necessárias e/ou auxiliares às atividades desenvolvidas nas diversas áreas do PJMS.

Aquisição de nobreak short-break senoidal - Aquisição de equipamentos para evitar que os trabalhos executados pelos colaboradores sejam perdidos/interrompidos durante quedas e demais anomalias da rede elétrica nas comarcas do interior, nos Juizados e demais instalações do Poder Judiciário na Capital que não dispõem de rede estabilizada central.

Aquisição de roteadores com suporte à rede sem fio – Início do projeto para permitir aquisição de roteadores com suporte à rede sem fio para serem utilizados em unidades de uso temporário como, por exemplo, convênios de curta duração em locais com infraestrutura precária.

Aquisição de roteadores com suporte à VPN – Aquisição de roteadores com suporte à VPN para serem utilizados em unidades administrativas externas aos prédios oficiais do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, como convênios, Carreta da Justiça, entre outros.

Aquisição de servidores de banco de dados – Aquisição de novos equipamentos para suportar os ambientes de produção, homologação e testes dos bancos de dados SQL Server.

Aquisição de softwares de apoio para deficientes visuais – Aquisição de licenças de software de tecnologia assistiva que permita ao usuário com deficiência visual total ou parcial utilizar o computador, por meio da síntese de voz dos elementos exibidos em tela e software de reconhecimento óptico de caracteres permitindo com que servidores e estagiários do PJMS com deficiência visual possam realizar suas atividades laborais.

Aquisição de softwares de correção de provas – Aquisição de licenças de software para promover a correção automática de folha de respostas em provas aplicadas nos processos seletivos de estagiários visando atender à Secretaria de Gestão de Pessoal.

Aquisição de webcam – Aquisição de câmeras de vídeo do tipo Webcam e tripés de sustentação, para uso em Audiências e Videoconferências, para a renovação do parque de equipamentos distribuídos no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

Aquisição de workstations – Aquisição de workstations para atender demanda das áreas de produção multimídia e de projetos de engenharia e arquitetura do Poder Judiciário do Mato Grosso do Sul.

Contratação de licenças controle de conteúdo – Solução de filtro de conteúdo para realizar o controle de segurança nos acessos à Internet a fim de bloquear acessos indevidos com varredura contra malwares das páginas acessadas e arquivos transferidos.

Contratação de licenças IPS – Solução de prevenção contra intrusão para fazer controle de todo o tráfego de entrada e saída dos links de internet das aplicações utilizadas, tentando identificar e impedir ataques.

Gerenciamento de estações de trabalho – Início do projeto de implantação de ferramentas necessárias para melhorar a estrutura de acesso remoto às estações de trabalho para suporte, atualização de segurança, instalação remota de aplicativos, produção de relatórios de uso de software e inventário.

Melhoria da rede de backup – Melhorar os equipamentos de rede necessários para a realização dos backups do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

Melhoria de interconexão do Datacenter – Aquisição de cabeamento de alta velocidade para permitir melhor comunicação entre os equipamentos de rede.

Mídia Indoor (TVTJ) – Aquisição de TV e minicomputador para permitir a exibição de vídeos institucionais nos prédios do PJMS.

Padronização de equipamentos das audiências e júris – Readequação e expansão dos ambientes de Audiência, Júri, Conciliação e Depoimento Sem Dano.

Rede sem fio – Instalação de uma rede sem fio segura no prédio sede do Tribunal de Justiça e parte das comarcas do interior para possibilitar o acesso aos serviços on-line do PJMS pelos magistrados, servidores e jurisdicionados por meio de dispositivos móveis.

Substituição do AntiSpam – Implantar nova ferramenta de AntiSpam para possibilitar redução de despesa com licenciamento e garantir proteção contra ameaças cibernéticas por meio do sistema de e-mail institucional.

Substituição do antivírus – Implantar nova ferramenta de antivírus para possibilitar a redução de despesa com licenciamento e garantir proteção contra ameaças cibernéticas nos dispositivos computacionais (estações de trabalho, servidores e dispositivos móveis institucionais) do PJMS.

DEPARTAMENTO DE SISTEMAS ADMINISTRATIVOS



Migração de solução de banco de dados do SAJ

Após a descontinuação, por parte da IBM, da solução *Pure Data*, utilizada pelo TJMS para armazenar os dados do sistema SAJ, buscou-se uma nova solução que pudesse atender as demandas do órgão. Deu-se então início a um processo ousado e inédito entre os Tribunais que usam o sistema SAJ, que foi a troca do sistema de banco de dados utilizado no sistema.

Como resultado, instalou-se o sistema de Gestão de Banco de Dados da *Microsoft*, *SQL Server*, e também foi alterada a estrutura física onde o sistema executa, de modo que o poder computacional atual é equivalente a três vezes o ambiente anterior, sendo que parte desses recursos são para aumento de capacidade de processamento e parte para aumento da redundância do sistema.

Com isso, o sistema SAJ ganhou um ambiente de banco de dados muito mais robusto. Como resultado, após superado um primeiro período de adaptações no sistema, o SAJ hoje executa com um sistema de banco de dados com recursos suficientes para suportar o crescimento de demanda esperado para os próximos cinco anos.

Finalização da Integração com o SINIC da Polícia Federal

A integração com a Polícia Federal foi iniciada em 2016, porém devido à troca de equipe terceirizada daquele órgão, o processo ficou paralisado por longos períodos, sendo finalizado somente no ano de 2018.

Nesse período, a Polícia Federal tentou não mais receber as informações em meio físico, o que demandaria da CPE a inserção manual no sistema SINIC. Isso oneraria a área de modo a praticamente inviabilizar a comunicação entre os órgãos.

Agora, com a integração, a comunicação é feita por um sistema que lê os dados do SAJ e envia-os para o SINIC por meio eletrônico, mantendo a comunicação entre os órgãos sem onerar a equipe da CPE.

Aperfeiçoamentos no Sistema de Gestão de Pessoal

O Sistema de Gestão de Pessoal (SGP) é utilizado pela Secretaria de Gestão de Pessoal e pela Secretaria da Magistratura, e trata tanto da parte cadastral quanto da folha de pagamento dos servidores, magistrados, juízes leigos, conciliadores e mediadores.

Quando o sistema foi concebido, os módulos cadastral e de folha possuíam pouca integração, pois na época da criação optou-se por dar maior autonomia entre as áreas de cadastro e de folha, de modo que o trabalho na folha de pagamento não dependesse do processamento prévio pela área de cadastro. Com isso, alguns trabalhos poderiam ser paralelizados e se ganharia agilidade.

Com o aumento considerável de servidores e magistrados na última década, esse modelo de baixo acoplamento mostrou-se insustentável, necessitando que os módulos, especialmente o da folha, contasse com o maior nível de automação possível.

Com a evolução do sistema, as novas funcionalidades foram criadas de forma integrada e foram despendidos esforços da STI para integrar os lançamentos das funcionalidades já existentes.

Em 2016, foi iniciado um trabalho que se intensificou em 2017 para diminuir consideravelmente a quantidade desses lançamentos manuais, especialmente para agilizar o controle da folha de pagamento.

Em 2017, houve também um grande esforço de melhoria do SGP resultante do 1º Ciclo de Melhoramento de Processos, promovido pela Assessoria de Planejamento, por meio da iniciativa de gestão por processos (BPM). Com isso, diversas situações não muito numerosas, porém bastante complexas, foram automatizadas, como a folha de pagamento na entrada em exercício, de 1ª e 2ª parcelas do 13º salário, de aposentadoria, dentre outras.

Já no segundo semestre de 2017 e em 2018, o principal foco passou a ser a integração com o e-Social, obrigatória a partir de janeiro de 2019. Para tanto, o SGP está sendo amplamente ajustado para que os dados necessários possam ser enviados ao e-Social.

Sistema de validação de funções da gestão por competências

A Secretaria de Gestão de Pessoal tem promovido a gestão por competências no âmbito do TJMS, e a STI desenvolveu o sistema que permitiu o mapeamento dos perfis de cada servidor. Assim, nas fases subsequentes será possível avaliar cada servidor de acordo com a função atribuída a ele.

Sistema de controle de protocolo da Direção-Geral

A Direção-Geral da Secretaria do TJMS é ponto de entrada de diversas solicitações que são enviadas às áreas internas do tribunal.

Anteriormente, os requerimentos eram recebidos manualmente e cadastrados no SCDPA para posterior envio às áreas. Além disso, a Direção-Geral informava, seja por telefone ou outro meio, o demandante do andamento de seu pedido e, ao final, encaminhava para ele a resposta do órgão.

Com o novo sistema, o requerente protocola seu requerimento diretamente no sistema web, acessível pelo Portal do TJMS. Após análise da Direção-Geral, o sistema autua o processo administrativo de forma automática dentro do SCDPA, onde é movimentado pelas áreas. O requerente pode acompanhar o andamento pelo próprio Portal do TJMS, sem necessidade de acionamento da Direção-Geral e, ao final, esta área seleciona a peça de dentro do processo, a qual servirá de resposta e a enviada ao requerente.

Assim, o novo sistema desonera a Direção-Geral de manter o requerente atualizado e ainda define um fluxo padrão de como se dá a autuação e a resposta desses requerimentos.

Sistema de plantão de Magistrados

Assim como o sistema de controle de férias de servidores desenvolvido no biênio 2015/2016, o sistema de plantão de magistrados permite que a própria comarca realize o lançamento dos plantões dos magistrados, e esse sistema se encarrega da integração com o sistema SGP, utilizado pela Secretaria da Magistratura.

Como resultado, o novo sistema desonera a referida secretaria do cadastro manual desses plantões, racionalizando a força de trabalho da área.

Sistema de controle de promoção de magistrados

A Direção-Geral da Secretaria do TJMS efetua o registro e apuração dos votos nos processos de promoção de magistrados. O processo muitas vezes é complexo, com muitos votos a serem registrados e apurados muito rapidamente.

Além da velocidade, o processo segue o rito definido em Resolução que define os critérios de pontuação e desempate, algo que manualmente é complexo de se fazer.





Com o novo sistema, os Desembargadores podem registrar as pontuações atribuídas aos candidatos à promoção e o sistema trata toda a regra de negócio, deixando o processo ainda mais célere, sem a possibilidade de erro humano, e ainda evita que o Desembargador tenha que depois enviar a pontuação que irá compor o processo pormenorizada, visto que tais informações já estarão no sistema.

Cabe ressaltar que toda a pontuação informada pelo Desembargador não será visível por qualquer outra pessoa até que a votação seja encerrada, de modo a não permitir “vazamento” de pontuações.

Módulo de pagamento de precatórios do SAPRE

O Sistema de Administração de Precatórios (SAPRE) é uma referência nacional, despertando interesse de diversos Tribunais, tendo sido cedido para alguns destes. Além de gerenciar o ciclo de vida do precatório ou ROPV, o SAPRE possibilitava o pagamento de forma automatizada de ROPVs, mas, devido à maior complexidade dos precatórios, estes ainda não contavam com tal automatismo.

Agora, o SAPRE também automatiza o processo de pagamento dos precatórios, gerando os alvarás eletrônicos no sistema de gestão da conta única (SGCU) e, após a assinatura digital do juiz, possibilita o envio eletrônico da transferência bancária por meio de comunicação com o sistema bancário.



Tal nível de automação deu destaque ao sistema, que além de bastante completo, é desenvolvido utilizando ferramentas livres e/ou gratuitas, o que facilita a adoção por outros tribunais.

Expansão da solução de relatórios gerenciais (BI)

A Secretaria de Tecnologia da Informação iniciou a adoção da tecnologia de relatórios gerenciais principalmente para atender à Resolução nº 76 do CNJ, que possui quase duas centenas de indicadores, que por sua vez são compostos por um número ainda maior de métricas.

No entanto, essa ferramenta tem como característica a flexibilidade de permitir a visualização de uma mesma informação por diferentes perspectivas, e isso, em boa parte das vezes, sem precisar da intervenção da TI, bastando a presença de uma pessoa minimamente treinada para operar a ferramenta.

Com isso, praticamente todas as secretarias do TJ hoje possuem televisores que exibem seus principais indicadores retirados de sistemas que registram a operação daquela unidade. Por exemplo, a Secretaria de Gestão de Pessoal vê em tempo real os dados de funcionários e folha de pagamento; a Assessoria de Planejamento tem acesso aos indicadores que são enviados ao CNJ e os que servem de apoio estratégico à Presidência do TJ, etc.

Dessa maneira, o órgão como um todo ganha agilidade, visto



que não é possível prever todos os tipos de relatórios possíveis e colocá-los nos sistemas utilizados pela área, mas com o BI é possível obter as informações necessárias sem precisar alterar os sistemas existentes e em muitas vezes a área pode criar seus próprios relatórios antes de precisar acionar a Secretaria de TI.

Reformulação do sistema de gestão de legislação

Assim como o SAPRE, o sistema de gestão de legislação também é uma referência no seu segmento, tendo sido cedido à prefeitura da Capital mediante Acordo de Cooperação Técnica firmado no ano de 2018.

Apesar do TJ já contar com esse sistema, que desde sua primeira versão foi desenvolvido pela STI, a nova versão, além de melhorar a gestão, inclusão e alteração das normas de interesse do Tribunal e da população, também traz uma grande melhoria no tempo e na acuracidade das respostas para quem realiza as buscas, graças ao emprego das mais avançadas tecnologias em indexação e busca de textos.

Com a nova versão, a área que mantém os registros pode optar pelo tipo de documento a ser inserido, que agora permite PDF, que deixa o resultado com uma formatação muito mais apresentável para quem consulta. E quem realiza a consulta agora obtém o resultado em menos de um segundo, algo que antes poderia levar muito mais tempo.

Sistema de acompanhamento de indicadores estratégicos

A Assessoria de Planejamento tem entre suas responsabilidades a incumbência de acompanhar os indicadores estratégicos do TJMS e, antes do desenvolvimento do sistema, estes dados eram coletados enviando *e-mail* aos responsáveis por cada indicador, e estes respondiam o *e-mail* com um documento em anexo que continha a resposta. Ao final, a equipe da Assessoria de Planejamento inseria esses dados em uma base de dados para então acompanhar os resultados.

Agora, a equipe da Assessoria de Planejamento possui um sistema onde é possível disparar o questionamento de determinados indicadores, e o responsável pelo mesmo recebe o *link* do formulário onde pode inserir os dados, que automaticamente vão para a base de dados acompanhada pela equipe da Assessoria.

Assim, não é mais necessário fazer uma gestão via *e-mail*, recebendo dados desestruturados, via arquivo de texto. Nem é preciso mais inserir manualmente esses dados em outro sistema, algo suscetível à falha humana, já que o sistema faz essa integração.

Sistema de acompanhamento de custas (envio à PGE)

Uma importante fonte de receita do Poder Judiciário é o recolhimento de custas judiciais. No entanto, parte desse valor deixava de ser arrecadado pois os valores não eram pagos e esse débito não

era inscrito em dívida ativa, nem mesmo protestado devido à complexidade em se operacionalizar o envio dessas informações à Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Devido a isso, o custo operacional poderia superar o valor a ser arrecadado, o que fazia que somente os maiores valores fossem cobrados.

Com a implantação do módulo Gecof do SAJ, foi possível organizar o trabalho administrativo dessa cobrança dentro da CPE. Porém, somente com o desenvolvimento de uma aplicação por parte da STI, é que foi possível a integração desse módulo do SAJ com o sistema de inscrição em dívida ativa da PGE.

Após a integração dos sistemas, o custo operacional dessas inscrições, e posteriormente o protesto desses valores, baixou muito, o que permitiu ao PJMS cobrar valores menores, que anteriormente eram perdidos.

Com a integração com a PGE, e a integração que esta tem com os cartórios, caso o cidadão tenha custas pendentes, além da inscrição na dívida ativa, seu débito será protestado, o que o impede de ter acesso a parcelamentos no comércio, e conseqüentemente gera o interesse na quitação de tais débitos.

Sistema de integração de multas penais (envio à PGE)

Já está em estágio de validação pela Secretaria da Corregedoria-Geral de Justiça a integração com a PGE para envio dos débitos referentes às multas penais de forma semelhante ao que já ocorre com as custas judiciais.

Assim como ocorreu na integração anterior, espera-se que tal implementação resulte em aumento nos valores pagos pelos devedores. Com isso, haverá maior efetividade nas sanções pecuniárias impostas pelo Judiciário, o que auxilia o órgão no alcance de seu objetivo maior que é a pacificação social.

Sistema de controle de acesso – Portaria Cijus

O Tribunal de Justiça possui um sistema terceirizado de controle de acesso, interligado às catracas e às portarias do prédio. No entanto, tal solução atende somente ao Tribunal, não se estendendo ao Cijus, que possui um fluxo intenso de pessoas.

Para organizar e controlar o acesso ao prédio, a STI foi demandada para o desenvolvimento de uma solução para o Cijus, pelo menos até que o prédio passe a contar com uma portaria no mesmo padrão do TJ, onde seria avaliada a viabilidade da contratação de um serviço de portaria, catracas e sistema como há no Tribunal.

Com tal implementação, é possível contabilizar a quantidade de pessoas que circula pelo Cijus, e extrair os relatórios necessários para a boa gestão do controle de acesso por parte da direção do local.



DEPARTAMENTO DE SISTEMA JURISDICCIONAL



Migração dos processos das Turmas Recursais do sistema SG3 para SG5

Como um dos requisitos para a migração do sistema gerenciador de banco de dados do SAJ, de IBM DB2 para *Microsoft SQL*, foi realizada a segunda etapa da migração dos processos do SAJ SG3 para o SG5, com a migração dos processos do foro “Turmas Recursais”. Na primeira etapa, ocorrida em julho de 2012, foram migrados somente os processos do foro “Tribunal de Justiça”. Com isso, todos os processos de segundo grau passam a ser armazenados em uma base única.

Implantação do sistema de Certidões de Antecedentes Cíveis e Criminais do Segundo Grau e disponibilização no portal e-SAJ

Diante da iminência das eleições de 2018 e da necessidade de uma ferramenta para atender à demanda de certidões, foi disponibilizado novo módulo de certidões de antecedentes cíveis e criminais de segundo grau, no qual é possível, por meio do SAJ SG5, realizar a criação e configuração de modelos de certidão, cadastro e consulta de certidões emitidas, e a emissão de relatórios estatísticos de certidão. O algoritmo de pesquisa também foi otimizado, trazendo maior agilidade e confiabilidade nas pesquisas.

Implantação do Julgamento Virtual no Segundo Grau

Com o objetivo de trazer celeridade no julgamento dos processos, foi disponibilizado novo módulo no SAJ SG5, onde estão disponíveis novas modalidades para julgamento de processos. Uma delas é a modalidade “sem sessão”, onde o processo é julgado em uma sessão “virtual”, independente da realização da sessão presencial. Trata-se de um projeto-piloto, inicialmente para a 1ª e 2ª Câmaras Cíveis.



Configuração da CPE de Segundo Grau

Diante dos bons resultados na implantação da CPE em Primeiro Grau, foi iniciado o piloto da CPE de Segundo Grau nos processos da 2ª Câmara Cível. Para isso foi disponibilizado novo fluxo de trabalho no SAJ SG5, unificando e automatizando algumas das atividades dos cartórios das coordenadorias de processamento, expediente e baixa do Departamento dos Órgãos Julgadores. Também foram implantadas melhorias (automações) nos fluxos da Coordenadoria de Distribuição e Gabinetes dos Desembargadores. O intuito é cada vez mais automatizar tarefas e a padronização dos procedimentos realizados pelos cartórios.

Automatização das publicações judiciais de segundo grau

Foi disponibilizado novo módulo no SAJ SG5 que permite a configuração da publicação automática de decisões, despachos e acórdãos de processos em segundo grau, que antes era feita manualmente. Também foram configuradas novas rotinas que, além de realizar o envio da publicação ao Diário da Justiça, também realiza a certificação automática da publicação.

Implantação do serviço para recolhimento de diligências do Oficial de Justiça nos processos de 2º Grau

Com o intuito de dar mais celeridade e segurança aos processos que tramitam em 2º grau, o Poder Judiciário de MS disponibilizou em seu portal o serviço de emissão de guia de diligências do Oficial de Justiça.

Adequação do sistema para atendimento da Resolução nº 235 do Conselho Nacional de Justiça

Para atendimento da Resolução nº 235 do CNJ, que dispõe sobre a padronização de procedimentos administrativos decorrentes de julgamento

de repercussão geral, de casos repetitivos e de incidente de assunção de competência, foi disponibilizado novo módulo no SAJ SG5, que permite o cadastro dos temas, a vinculação dos processos aos temas, geração de relatórios e também o envio, via *webservice*, das informações ao BNPR - Banco Nacional de Dados de Demandas Repetitivas.

Implantação do Rateio de Crédito

Implementada funcionalidade que gera um boleto único de Custas Processuais e efetua o rateio para as instituições conveniadas.

Implantação do Boleto Registrado

Nova Plataforma da Cobrança é um sistema para modernizar o processo de liquidação e compensação dos boletos bancários, com mecanismos que trazem mais controle e segurança a esse meio de pagamento, para garantir mais confiabilidade e comodidade aos usuários.

Implantação da verificação de Litispendência Estadual

Anteriormente, a pesquisa de litispendência realizada pelo sistema considerava somente o foro do processo no momento da distribuição. A funcionalidade de distribuição do processo foi afetada pelo novo serviço, porém, se a pesquisa de litispendência pela distribuição estiver desabilitada, a verificação no foro de distribuição do processo também será realizada pelo novo serviço com os mesmos procedimentos dos demais foros.

Migração do banco de dados dos sistemas SAJ do sistema de gerenciamento de banco de dados IBM DB2 para o Microsoft SQL Server 2016

Migração de todas as informações do sistema SAJ Primeiro e Segundo Graus para o banco de dados da *Microsoft*. Um banco de dados mais robusto e escalável.



Nova ferramenta para assinatura de petições

Tendo em vista a descontinuidade de suporte ao NPAPI (tecnologia obrigatória para *applets* Java) pelos navegadores *Google Chrome* e recentemente também pelo *Mozilla Firefox*, a Secretaria de Tecnologia da Informação homologou uma nova versão do Portal e-SAJ que disponibiliza o *Web Signer*, novo *plugin* para *login* e peticionamento que substitui o *applet* Java.

Implantação da integração entre o sistema SAJ e o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões do CNJ - BNMP 2.0

Foi realizada a integração do sistema SAJ com o sistema BNMP 2.0 do CNJ e também realizado o lançamento de todo o acervo de presos.

Implantação da Apresentação Biométrica

Ferramenta que permite a apresentação dos apenados em penas alternativas de apresentarem-se sem necessidade de assinatura, utilizando biometria, já integrado ao sistema SAJ.

Conclusão da implantação do sistema de gerenciamento de cobranças administrativas de taxas judiciárias de processos baixados (GECOF)

Foram finalizadas as implantações e treinamentos para utilização da ferramenta para cobrança das taxas judiciais em processos baixados (GECOF). Ferramenta que normatiza a cobrança de custas ao final do processo, podendo-se definir os percentuais devidos de cada parte, finalizando com o pagamento do débito ou com o encaminhamento do devedor para dívida ativa.

Desenvolvimento da solução para integração com o sistema SIGO

Foi desenvolvida a solução/ferramenta que permite a integração do sistema do Tribunal (SAJ) com o sistema da Secretaria de Justiça e Segurança Pública (SIGO). Com a integração são realizados os ajuizamentos instaurados na delegacia, bem como o envio de documentação complementar por ambos os partícipes, como mandados e alvarás de soltura.

Carta Precatória Eletrônica

Permite que todo o trâmite de cartas precatórias entre os juízos dentro do Estado ocorra eletronicamente dentro do sistema SAJ. O Juízo deprecante solicita, por meio da emissão de documento, carta precatória e automaticamente no juízo deprecado é distribuída a carta precatória para ser cumprida. Ao término, esta é devolvida ao deprecante por meio do sistema SAJ, agilizando os feitos e reduzindo retrabalhos e utilização de outros meios e/ou sistemas.

Central Compartilhada de Mandados

Com a Central Compartilhada de Mandados é possível expedir um mandado para ser cumprido em outro foro. Na expedição do mandado, ao ser selecionada uma parte em que o endereço pertence a outra comarca, automaticamente o sistema envia esse mandado para ser cumprido por oficial na comarca destino, e a devolução deste também é realizada por meio do sistema. O oficial ou a central de mandados da comarca digitaliza o mandado cumprido e este será encaminhado para o processo que originou o mandado.

Envio eletrônico de Guia de Execução (PEC)

Com o objetivo de possibilitar ao usuário encaminhar às VECs as guias de recolhimento, internação e tratamento ambulatorial para a criação e a distribuição dos PECs, foi criada a tela Envio de Guias de Execução. Esta tela está disponível no menu Cadastro, abaixo da opção Exclusão de PEC. Por meio desta tela é possível: separar as peças do processo que deverão acompanhar a guia; digitalizar novas peças que serão utilizadas para compor a guia; enviar a guia para a vara de destino; cancelar o envio da guia; e informar uma justificativa quando for necessário enviar uma guia sem que todos os documentos obrigatórios estejam presentes.

Foi criada uma função de segurança na tela para conceder autorização para envio de guias sem documentos obrigatórios. A nova função de segurança é denominada Envio de guias sem documentos obrigatórios. O sistema lança automaticamente no processo de origem uma movimentação para indicar que a guia foi enviada para a vara de execuções criminais.



Tribunal de Justiça estabelece meta de redução de gasto público

Por meio de portaria publicada no dia 13 de fevereiro de 2017, o presidente do Tribunal de Justiça, Des. Divoncir Schreiner Maran, determinou a implantação de medidas de racionalização do gasto público com o objetivo de reduzir em 20% o valor do custeio no âmbito do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

A norma foi editada com o objetivo de prevenir riscos capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Poder Judiciário de MS, tendo em vista a restrição de ordem orçamentária e financeira enfrentadas pelas instituições públicas de todo o país.

As medidas foram colocadas em prática imediatamente, comparando números anteriores em busca de resultados. A administração do TJ recebeu, periodicamente, relatórios de despesas, por comarca, para averiguação e cobrança do atingimento da meta.

Pela norma, ficaram estabelecidas, no âmbito do Judiciário de MS, a racionalização do gasto público, no custeio das atividades forenses (água, luz, telefone, material de consumo e serviço de terceiros, dentre outros gastos), aperfeiçoamento de pessoal, ajuda de custo, diárias, obras, aquisição de equipamentos, materiais permanentes e demais despesas de qualquer órgão do Poder Judiciário.

Magistrados, diretores, chefes de cartório, secretários e demais detentores de cargo ou função de gestão tiveram o compromisso de racionalizar os gastos públicos, fiscalizando e repassando orientações aos servidores de suas respectivas áreas de trabalho, com vistas a atingir a meta estabelecida.

Os contratos e instrumentos congêneres relativos à aquisição de bens e à prestação de serviço foram reavaliados pela Comissão de Revisão dos Contratos Admi-

nistrativos do Poder Judiciário de MS, assim como a prorrogação ou celebração de novos contratos observaram sempre a essencialidade de seu objeto e o relevante interesse público.

Resultados

Ao completar 100 dias da gestão do Des. Divoncir Schreiner Maran na Presidência do TJ, os resultados obtidos já apontaram os efeitos das medidas de economia adotadas pelos setores do Tribunal de Justiça. No primeiro relatório apurado após a entrada da norma em vigor, as despesas em geral do TJMS tiveram diminuição de 13,39% em média, com destaque para a redução nos gastos com passagens e despesas com locomoção (58,12%), outros serviços de terceiros – pessoa física (41,74%), diárias (40,93%), indenizações e restituições (28,29%) e materiais de consumo (24,71%), o que gerou a economia de R\$ 5.439.192,09 aos cofres públicos no primeiro quadrimestre de 2017 em relação ao último quadrimestre de 2016.

De acordo com relatório da Secretaria de Obras do TJ, houve ainda a redução de consumo registrado nas contas de energia e água/esgoto do Judiciário de MS, com queda de 9% nos gastos com energia, na comparação de março com fevereiro de 2017, e de 12% no consumo de água, na comparação do mês de março de 2017 com março de 2016.

Secretaria atua na gestão de Bens e Serviços do Judiciário de MS

No biênio 2017/2018, a Secretaria de Bens e Serviços do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul realizou diversas ações que beneficiaram as rotinas de trabalho de magistrados, servidores e jurisdicionados que frequentam as instalações do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

A SBS é a responsável por planejar, gerenciar, coordenar e executar as atividades inerentes à gestão dos locais de trabalho, atividades de apoio, licitações, compras e contratos, controle e acompanhamento de serviços terceirizados, além de outras atividades relacionadas à área.

Com a publicação da Portaria nº 1.056, em fevereiro de 2017, com objetivo de reduzir em 20% o valor do custeio do Poder Judiciário de MS, a racionalização do gasto público foi um dos focos da Secretaria de Bens e Serviços nos últimos dois anos.

Confira o balanço de atuação de cada área da SBS:

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E DE LICITAÇÕES



Convite

Foram realizadas 7 licitações nessa modalidade, com R\$ 60.877,42 de economia, aproximadamente 13,3% em relação ao valor reservado em 2017 e 10,8% até o mês de julho de 2018.

ECONOMIA
R\$ 60.877,42



Concorrência e Tomada de Preços

Foram realizadas 7 licitações nessas modalidades: 1 Concorrência e 6 Tomadas de Preços, com uma economia de R\$ 1.565.051,23, aproximadamente 24,15% em relação ao valor reservado.

ECONOMIA
R\$ 1.565.051,23



Pregão Eletrônico

Foram realizadas, até julho de 2018, 140 licitações nesta modalidade. Deste total, 45 se referem a registro de preços. No total, foi registrado um total de R\$ 11.218.417,03 de economia em relação aos valores reservados.

ECONOMIA
R\$ 11.218.417,03



Servidores aderiram à caneca e copos de plástico como medida de racionalização do gasto público

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS



Além das atividades do dia a dia, neste biênio, até julho de 2018, obteve-se a redução de gastos em contratos novos e vigentes no valor de R\$ 1.819.975,17.

REDUÇÃO DE GASTOS
R\$ 1.819.975,17

Foram registradas economias nos seguintes contratos:

Segurança do Fórum de Dourados

Copa do Cijus

Portaria do Cijus

Jardinagem do TJMS

Portarias do TJMS

Segurança do TJMS

Copa do TJMS

Limpeza do TJMS

Limpeza do Fórum de Campo Grande

Limpeza do Fórum de Ponta Porã

Limpeza, copeiragem e jardinagem em Rio Verde

Limpeza, copeiragem e jardinagem em Nova Alvorada do Sul

Limpeza, copeiragem e jardinagem em Rio Negro

Limpeza, copeiragem e jardinagem em Anaurilândia

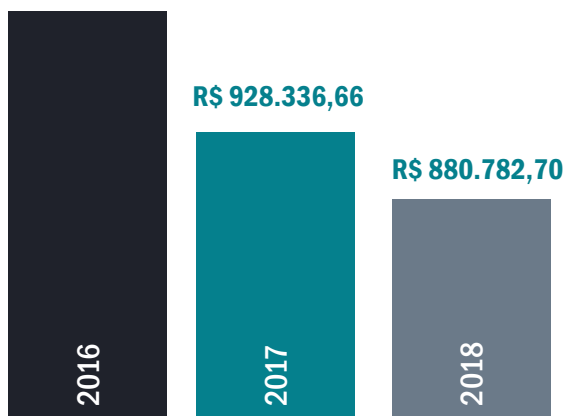
DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTO E LOGÍSTICA

Coordenadoria de Almoxarifado

No ano de 2017, houve redução de 20,90% no consumo dos materiais com relação ao ano de 2016.

No ano de 2018, houve redução de 24,96% no consumo dos materiais com relação ao ano de 2016.

R\$ 1.173.677,74



Consumo de Materiais		
Ano	Redução	% *
2017	R\$ 245.341,08	20,90%
2018	292.895,04	24,96%
Total de Economia	R\$ 538.236,12	

* Redução de consumo em relação ao ano de 2016

Coordenadoria de Patrimônio

Execução de novo *layout* do prédio da Secretaria do Tribunal de Justiça, com mudanças que contemplam a nova realidade da atual Administração;

Estruturação do novo depósito da Coordenadoria do Arquivo Judicial Centralizado da Secretaria Judiciária;

Economia média de 55% referente a aquisições, com destaque para a aquisição de mobiliário (73%).



Coordenadoria de Transportes

Contratação de serviço de táxi;

Renovação de parte da frota de veículos;

Recebimento de caminhão doado pela Receita Federal para atendimento à Carreta de Justiça;

Leilão de Veículos inservíveis (17 veículos);

Recebimento de ônibus doado para atendimento à Justiça Itinerante na comarca de Três Lagoas.

Comissão Permanente de Inventário

Desde o início do biênio até julho de 2018, foram realizados inventários em 72 áreas do Judiciário de MS, sendo 50 em comarcas e 22 na Secretaria do TJ, totalizando 58.702 itens inventariados, no valor de R\$ 60.472.476,44.

Foram realizados ainda 65 processos de baixa patrimonial, num total de 4.136 itens doados e/ou destruídos, totalizando R\$ 827.515,04 líquidos.

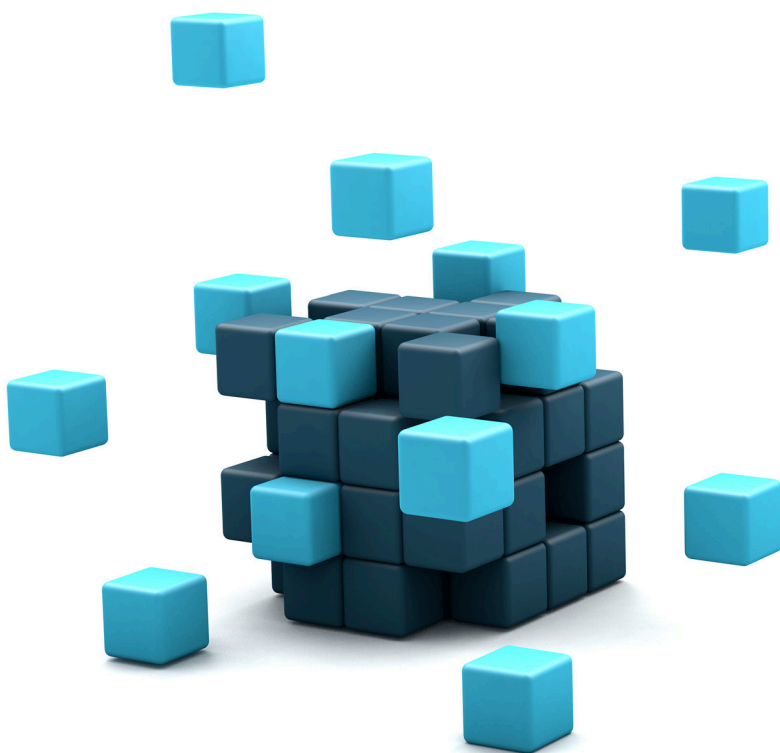


Controle Interno cumpre ações programadas nos Planos Anuais de Atividades

O Controle Interno do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul auxilia a Presidência do TJ no controle da legalidade da gestão do Poder Judiciário e neste biênio realizou com eficácia as ações programadas nos Planos Anuais de Atividades de Auditoria aprovados para os exercícios 2017/2018.

O setor é responsável por acompanhar a gestão e a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal e a execução dos programas de trabalho, bem como verificar a utilização regular e racional dos recursos e bens públicos e avaliar os resultados alcançados pelos administradores. É ainda competência da unidade orientar os administradores, mediante fornecimento de informações, com vistas ao aperfeiçoamento das atividades de planejamento, orçamento e programação financeira.

Os planos estabeleceram as áreas de controle, objeto, objetivo, escopo, composição de equipes e período da ação. As áreas de controle foram selecionadas a partir de critérios de materialidade, relevância e criticidade. As ações programadas para área de gestão orçamentária, financeira e contábil objetivaram certificar a aderência dos registros contábeis às normas e princípios de contabilidade, a fidedignidade dos balanços contábeis e o cumprimento dos limites de despesas da Lei de Responsabilidade Fiscal. As ações de controle não enquadradas como auditoria, decorrentes de obrigação legal, bem como as ações de monitoramento das auditorias realizadas em 2015/2016, com identificação de ações implementadas, também foram incorporadas aos planos de 2017/2018.



Ações de Auditoria realizadas

- Auditoria no procedimento de Registros Contábeis das Obrigações Contratuais do PJMS

- Auditoria no procedimento de Admissão de Servidores do PJMS

- Auditoria nas Sanções Administrativas definidas e aplicadas pelo PJMS

- Auditoria Coordenada CNJ

- Análise do reconhecimento de Obrigações por competência (férias, 13º e encargos)

- Análise da fiscalização administrativa nos contratos de prestação de serviços terceirizados

- Análise do Processo Anual de Contas TJ e FUNJECC

- Análise da frequência dos servidores do PJMS

- Análise da execução do Contrato 01.045/2016

- Análise dos Bens Móveis – Controle Patrimonial de Bens Móveis

- Análise da Gestão da Frota do PJMS

Ações de Controle Concomitante

O Controle Interno realiza também o trabalho preventivo sobre ações realizadas pela Administração com a finalidade de minimizar as inconsistências detectadas, buscando fortalecer e orientar as áreas quanto à regularidade e relevância dos atos de gestão.

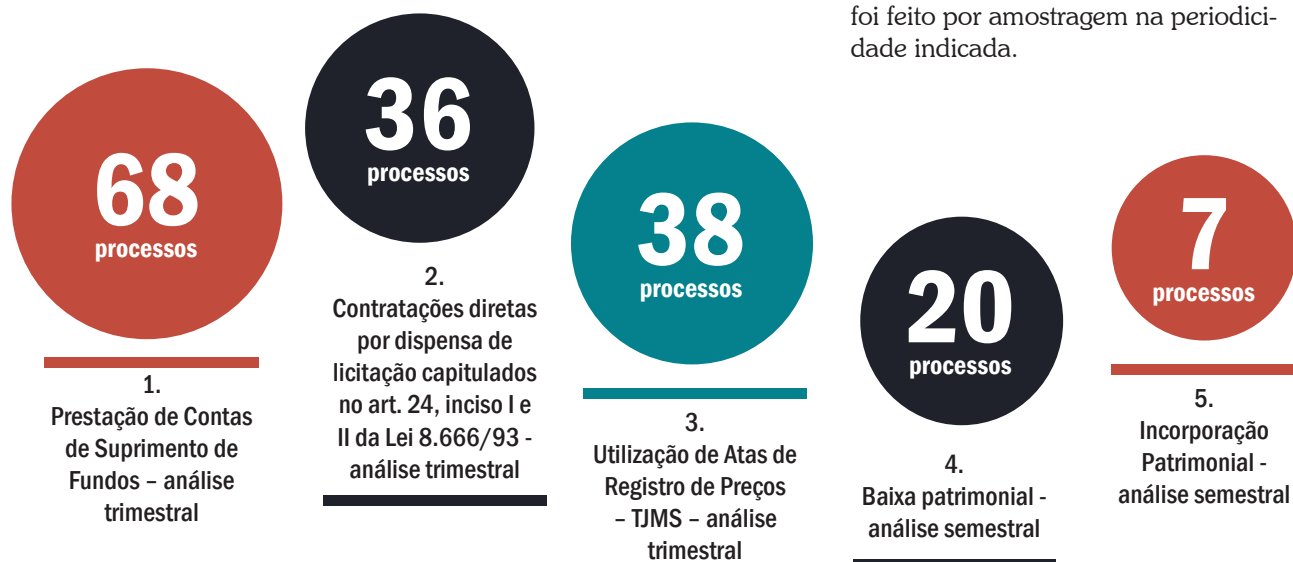
O Procedimento de Controle Concomitante consiste no exame que antecede o processamento de um ato ou um fato, para prevenir a ocorrência de omissões, inadequações e intempestividade dos atos de gestão, com a finalidade de subsidiar as decisões da Administração quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, publicidade e eficiência.

No período de janeiro/2017 a junho/2018, foram encaminhados ao Controle Interno para verificação concomitante, os procedimentos relativos a Orçamento, Finanças, Contabilidade, Pessoal, Licitações e Contratos, tais como: Concessão de Aposentadorias e Pensões (187); Aditamentos Contratuais (362); Cessão de Uso (4); Convênios e Termos de Cooperação (12); Contratação direta, por dispensa e inexigibilidade (160); Licitações nas modalidades Convite, Tomada de Preços e Concorrência (22); Licitação na modalidade Pregão, presencial e eletrônico (174); Utilização de atas de registro de preços (8); Planejamento de Contratação de TI (38); e Balanços TJ e FUNJECC (36).



Ações de Controle Posterior

Para os processos abaixo selecionados o trabalho de análise dos autos foi feito por amostragem na periodicidade indicada.



Ações de Monitoramento das recomendações das auditorias realizadas em 2015/2016

O monitoramento das recomendações expedidas pelo Controle Interno é a ação de controle que objetiva averiguar se as unidades auditadas adotaram medidas para o saneamento de irregularidades, inconformidades e a melhoria dos controles internos administrativos de seus processos.

O Controle Interno possuía um total de 67 recomendações monitoráveis ao final do exercício 2016, 34 relativas ao ano de 2015 e 33 ao ano de 2016. Deste total, 30 foram implementadas, 23 estão em implementação e apenas 14 constam como não implementadas.



Outras Ações

Além do cumprimento de suas atribuições, o Controle Interno ainda desenvolveu as seguintes ações:

- Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria – PAAA

- Elaboração do Plano de Auditoria a Longo Prazo – PALP – 2018-2021

- Elaboração do Plano Anual de Capacitação dos Servidores do Controle Interno

- Elaboração do Manual de Fiscalização de Contratos Administrativos

- Elaboração do Manual de Orientação de Suprimento de Fundos

- Elaboração do Manual para Orientação das Compras e Contratações do Poder Judiciário

O Controle Interno vem constantemente implementando sua atuação por meio do aprimoramento qualitativo e consubstancial de suas ações, da estruturação organizacional de uma equipe de auditoria, da operacionalização de procedimentos, do desenvolvimento e do aprimoramento de técnicas e de métodos de trabalhos.

Durante os exercícios 2017 e 2018, o Controle Interno atuou no sentido de cumprir integralmente as ações de auditoria programadas nos Planos Anuais

de Atividades de Auditoria, bem como orientar a Administração na consecução de seus objetivos, ao propor melhorias na execução dos trabalhos nas diversas áreas e ao sugerir soluções às inconsistências detectadas, contribuindo, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança.



Administração do TJ investe em segurança no Poder Judiciário

No biênio 2017/2018, a Assessoria Militar do Tribunal de Justiça de MS atuou em benefício da segurança de magistrados, servidores e jurisdicionados que frequentam os prédios do Poder Judiciário em todo o Estado.

A administração do Tribunal de Justiça empenhou-se em investir em sistemas de segurança, mais precisamente na implantação do Sistema de Segurança Privado, nas Portarias e entradas de estacionamentos do Fórum de Ponta Porã, com portas com sensores eletrônicos de metais e outros objetos, além de seguranças armados em todas as entradas e guaritas.

A Assessoria Militar do TJMS atuou na vistoria por parte de oficiais e praças com relação à Segurança das instalações prediais pertencentes ao Poder Judiciário, com elaboração de relatórios com a finalidade de melhorias e adequações pertinentes à melhora da segurança para os magistrados, servidores e demais usuários.

Dentre as ações, destaca-se ainda a continuidade do Plano de Recolhimento e Encaminhamento de Armas e Itens de munições oriundas das Comarcas do Interior e Capital para a destruição no 9º Batalhão de Suprimento do Exército Brasileiro, com o recolhimento de 3.561 armas e mais de 30 mil itens de munições.

Neste biênio foram adquiridos pares de fardamento completo para os policiais militares que prestam serviços ao Poder Judiciário. Os militares participaram ainda das ações do TJ nas idas da Carreta da Justiça aos municípios do interior que não possuem fórum; realizaram várias ações de proteção pessoal a magistrados sob ameaças em razão do desempenho de atividade funcional; executaram os serviços de proteção e segurança das autoridades nos cursos ministrados pela Escola Judicial; e auxiliaram em serviços junto ao Detran e na regularização das armas de uso restrito dos magistrados estaduais.

Instalados postos de vigilância no Fórum de Ponta Porã

Considerando prioridade a segurança de magistrados e servidores, o Tribunal de Justiça criou, em julho de 2010, a Comissão Permanente de Segurança Institucional. Desde então, a comissão trabalha para implantar a efetiva segurança nos locais onde esta não existia e aprimorar nos Fóruns da Capital e do interior.

Assim, no mês de junho de 2017, foram instalados no prédio do Fórum de Ponta Porã quatro postos de vigilância: um na entrada do prédio, outro na entrada de acesso do plenário do Tribunal do Júri, uma na garagem dos juízes e a quarta no estacionamento dos servidores.

Foi instalado ainda o controle de portaria, como o já existente no Tribunal de Justiça, quando as pessoas são cadastradas e informam aos atendentes em quais locais pretendem ir para que esses confirmem a informação. As mudanças na comarca de Ponta Porã foram muito bem recebidas, tanto por servidores quanto por juízes, que passaram a se sentir mais seguros.

População participa da construção das Metas da Justiça

O Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul consultou toda a sociedade com o propósito de construir as Metas Nacionais e Política Judiciária da Justiça Estadual para os anos de 2018 e 2019. A consulta pública promovida pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul foi realizada por meio de formulário disponibilizado no Portal do TJMS. Tudo foi realizado de forma participativa e democrática, com o envolvimento de diversos segmentos da justiça, instituições e de toda a sociedade sul-mato-grossense.

A iniciativa é do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e foi realizada em Mato Grosso do Sul pelo Tribunal de Justiça. A proposta devia estar inserida dentro de um dos Macrodesafios estabelecidos, que abordam diversos temas desde o combate à corrupção e à improbidade administrativa até melhorias da infraestrutura de TI. Também foi possível opinar na construção da Política Judiciária e sugerir melhorias no Poder Judiciário sobre temas não relacionados, diretamente, com os Macrodesafios.

O material recebido foi analisado e compilado pela Assessoria de Planejamento e colocado à apreciação da administração do TJMS. As propostas aprovadas pelo presidente do TJMS foram levadas para apreciação da Rede de Governança Estadual do CNJ e votação nos encontros nacionais, quando o país define as metas para o Judiciário no exercício seguinte.

No ano de 2017, a consulta feita em Mato Grosso do Sul recebeu cerca de 1.000 sugestões de metas. Analisadas pela administração do TJMS, foram levadas 10 propostas para aprovação, e a sugestão de Política Judiciária, proposta pela equipe do TJMS, que previa ações contra violência doméstica contra a mulher foi aceita.





Oficinas estimulam **iniciativas estratégicas** no Judiciário de MS

A Assessoria de Planejamento, por meio da Coordenadoria de Planos Institucionais, realizou, no primeiro semestre de 2018, Oficinas de Estímulo a Iniciativas Estratégicas no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, que objetivaram estimular ações e projetos visando alavancar o Plano Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário.

Utilizando a metodologia Metaplan, que consiste no registro visual contínuo de todo o processo, as oficinas, que tinham a duração de seis horas, foram aplicadas para nove áreas do Poder Judiciário.

O modelo estimula uma atuação participativa dos integrantes, bem como a tomada das decisões em conjunto, razão pela qual a Assessoria de Planejamento optou em utilizá-la. Os participantes tiveram a oportunidade de identificar os problemas e dificuldades da área, analisar, refletir e tomar as decisões de forma embasada, tendo como ferramenta a visualização móvel de todo o processo (metodologia Metaplan). Além de reuniões estruturadas e executadas com enfoque participativo; problematização, provocando debates ou análise por meio de perguntas orientadoras; trabalhos em grupo; sessões plenárias; categorização; debate ativo e avaliação.

Esse conjunto de métodos e técnicas possibilitou um trabalho com diversas áreas do TJMS, objetivando um maior grau de capacitação, organização e responsabilização das equipes. O envolvimento dos grupos, com consequente tomada de decisões em conjunto, resultou no compromisso dos envolvidos em propor novas iniciativas estratégicas para o plano vigente.

As áreas envolvidas nessas oficinas foram: Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar; Secretaria de Gestão de Pessoal; Secretaria de Bens e Serviços; Secretaria da Magistratura; Secretaria de Obras; Secretaria de Comunicação; Controle Interno; Nupemec; e Secretaria de Tecnologia da Informação.

As oficinas possibilitaram a participação efetiva de 71 servidores, entre Diretores de Secretaria, Diretores de Departamento e Coordenadores, presentes durante as atividades realizadas nas nove Oficinas de Estímulo a Iniciativas Estratégicas, quebrando o modelo mental “esperar que alguém diga o que tem que ser feito” para agir, “o que nós podemos fazer”.

Houve receptividade dos grupos à proposta apresentada, e de forma participativa e autônoma chegaram aos seus gargalos e apresentaram as possíveis soluções mediante debate produtivo e com a contribuição e aprovação de todos os envolvidos. A moderação permitiu um processo equilibrado no qual os diferentes pontos de vistas foram debatidos, esclarecidos e convergidos para a melhor iniciativa a ser proposta, contribuindo para que a área saia do desempenho atual e alcance o desempenho desejado.

Como produto das oficinas, foram propostas 106 iniciativas estratégicas, das quais 94 foram planos de ação e 12 foram projetos estratégicos.

Todas as iniciativas foram encaminhadas à Coordenadoria de Racionalização e Projetos Estratégicos, da Assessoria de Planejamento, responsável por orientar a segunda etapa deste projeto, qual seja a sua estruturação. O cronograma das iniciativas estratégicas encontra-se pronto, com os respectivos prazos definidos pelas áreas.

A Assessoria de Planejamento, diante dos resultados apresentados, acredita que este seja a primeira grande ação para dar continuidade ao processo de amadurecimento da cultura da estratégia no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

Convênio com o TRE permite empréstimo recíproco de material

A fim de promover a disseminação da informação, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul firmou convênio com o Tribunal Regional Eleitoral visando ao empréstimo recíproco de material constante no acervo e ao intercâmbio de pesquisas, objetivando o aproveitamento de sistemas daquela instituição. Os empréstimos podem ser realizados, inclusive, para os servidores lotados no interior, com o envio dos livros via malote.

Todo o material que compõe a biblioteca (livros, periódicos, CD's, DVD's) recebe uma etiqueta protetora de tecnologia eletromagnética que deve ser desativada quando o empréstimo for realizado (para que não haja disparo do alarme) e reativada quando da devolução do material.

A instalação do referido sistema trouxe maior comodidade no trato entre servidores e consulentes, visto que uma possível solicitação de verificação de material na saída do consulente se faz necessária apenas em caso de disparo do mecanismo.



Biblioteca do TJMS

Tribunal de Justiça entrega Comenda Colar do Mérito Judiciário

O Tribunal de Justiça realizou, no dia 27 de julho, no plenário do Tribunal Pleno, a edição 2018 da entrega da comenda do Colar do Mérito Judiciário. A honraria foi entregue pelo presidente do TJMS, Des. Divoncir Schreiner Maranhão, a pessoas que se destacaram por sua dedicação à causa da justiça: o Des. Romero Osme Dias Lopes (*in memoriam*), o ministro Humberto Eustáquio Soares Martins (STJ), a servidora Idianez Maria Menegas e o médico Luiz Antônio Monteiro Simões.

A comenda, que é a mais alta homenagem outorgada a pessoas que prestaram relevantes serviços à cultura jurídica ou ao Poder Judiciário, foi instituída pela Resolução nº 249, de 18 de dezembro de 1997, e, desde sua instituição, foi entregue a ministros, desembargadores, procuradores e pessoas que colaboraram de forma expressiva com a justiça.

A medalha é dourada, inscrita com o símbolo da justiça (balança e espada), tem ao centro o contorno do Estado de MS em retículo, e, em seu interior, tem a figura do tuiuiú – símbolo do pantanal sul-mato-grossense – ladeada pelo café frutificado (à direita) e pela erva-mate florida (à esquerda), circundadas pelos dizeres Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul – Mérito Judiciário.



Concurso de Servidores reúne mais de 22 mil candidatos

Com o objetivo de formar cadastro de reserva para futuro e eventual provimento na estrutura funcional do Judiciário de MS, foi realizado, no dia 29 de outubro de 2017, o VIII Concurso Público de provas para a estrutura funcional do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul. Foram nomeados 79 candidatos até o dia 26 de novembro de 2018.

As provas do certame foram realizadas nas universidades Uniderp e UCDB para os cargos de Analista Judiciário/área meio (Curso Superior Completo) e Técnico de Nível Superior, no período da manhã, e Analista Judiciário – área fim (Bacharel em Direito) no período da tarde.

O cadastro de reserva foi formado para os cargos de Analista Judiciário – Bacharel em Direito, Analista Judiciário – Curso Superior Completo, e Técnico de Nível Superior, nas seguintes especialidades: Engenheiro Civil, Contabilidade, Jornalista, Serviço Social, Analista de Governança, Biblioteconomia, Psicologia, Analista de Suporte de TI, Odontologia, Analista de Sistemas, Analista de Infraestrutura de Rede, Arquiteto, Analista de Banco de Dados, Engenheiro Eletricista, Analista de Segurança de TI, *Web Designer*, Estatística e Psiquiatria.

De acordo com levantamento da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, 22.814 candidatos se inscreveram para os

20 cargos oferecidos no certame. Os cargos com o maior número de inscritos foram os de Analista Judiciário – Bacharel em Direito, com 10.679 inscrições, e Analista Judiciário – Curso Superior Completo, com 4.837.

As vagas surgidas, no curso de validade do concurso, em decorrência do desligamento do titular do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário por motivo de aposentadoria, exoneração e óbito, demissão ou remoção, serão providas por servidor do quadro de pessoal do Poder Judiciário, por meio de remoção, na forma da Norma Estatutária, e por candidatos habilitados neste Concurso.



Diretor-geral do TJ, Marcelo Vendas Righetti, e o diretor da Secretaria de Gestão de Pessoal, Raphael Vicente Bilinski, acompanharam as provas do concurso (da direita para a esquerda na foto)

Tribunal de Justiça avança na implantação da Gestão por Competências



O Tribunal de Justiça, por meio da Secretaria de Gestão de Pessoal, deu início, em julho de 2017, à segunda etapa dos procedimentos para implantação do modelo de Gestão por Competências no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

A Gestão por Competências constitui-se num moderno e eficaz modelo de gestão de pessoas, cujo objetivo é identificar, desenvolver e mobilizar as competências necessárias para o alcance dos objetivos da organização.

Na primeira etapa, no ano de 2016, a empresa Leme Consultoria realizou oficinas de coleta das competências técnicas e comportamentais das funções de 1ª e 2ª Instâncias, resultando na entrega de 553 funções devidamente mapeadas.

Nesta nova fase, foi realizado o “1º Ciclo de Avaliação dos Servidores com foco em Competências”. Foram cinco meses de intenso trabalho, o que envolveu a participação de gestores e servidores de todas as áreas do Judiciário. Durante esse período, foram realizadas palestras de orientação e sensibilização, previamente agendadas pela Secretaria de Gestão de Pessoal.

Desde o dia 16 de julho de 2018, gestores e servidores contam com um espaço na intranet para acessar as informações acerca da implantação do modelo de gestão de pessoas por competências no âmbito do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

Nele, gestores e servidores podem acessar as informações gerais desse novo modelo de gestão, bem como assistir aos vídeos, apresentações, consultar as últimas notícias, sanar dúvidas e obter o contato dos membros do Comitê de Implantação da GPC.

Outra importante informação constante no link é a “Consulta Descritivos de Função”, local em que estão disponibilizados os documentos que relacionam as competências técnicas e comportamentais, aptidões, tarefas e responsabilidades requeridas por função mapeada no Poder Judiciário de MS.

Capacitação

Nos dias 28 e 29 de junho de 2018, o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Gestão de Pessoal e da Escola Judicial (Ejud-MS), realizou em Campo Grande o 1º Encontro de Gestão por Competências do PJMS. Pelo menos 500 servidores, entre Gestores da Secretaria do Tribunal de Justiça e das Comarcas do Estado, participaram do evento que trouxe a Leme Consultoria, a maior especialista do Brasil em gestão de pessoas por competências.

No encontro foi abordada a avaliação por desempenho e a importância do *feedback*, além da homologação dos descritivos de função, construídos de forma democrática entre gestores e servidores. No total, o Poder Judiciário de MS teve 607 funções mapeadas, 11 competências comportamentais identificadas e 55 indicadores.



Valorização: Servidores contam com Programa de Preparação para Aposentadoria

Em reconhecimento àqueles que por anos se dedicaram à prestação jurisdicional, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul realizou, nos anos de 2017 e 2018, o Programa de Preparação para Aposentadoria – PPA, com a participação de 156 servidores. O evento é promovido anualmente pela Secretaria de Gestão de Pessoal, por meio do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Pessoas, e conta com o apoio da Escola Judicial (Ejud-MS), da Secretaria de Comunicação e da Secretaria de Bens e Serviços.

O PPA tem o objetivo de oportunizar aos servidores em vias de aposentação um momento de reflexão, orientação, apoio e compartilhamento de conhecimentos e experiências, alternando palestras informativas e vivenciais, com temas voltados ao desenvolvimento de projetos de vida que permitam aos participantes desfrutarem da aposentadoria com saúde física, financeira, emocional e social.

Um evento organizado nesses moldes é fundamental não só para a disseminação de informações responsáveis e adequadas sobre a aposentadoria, como também para demonstrar a gama de possibilidades que surgirão a partir dessa transição, como o fortalecimento da qualidade de vida e a construção de novos projetos pessoais.

Parcerias – A edição de 2017 do PPA contou com a participação de servidores do Tribunal Regional Eleitoral/MS.

Em 2018, pela primeira vez desde sua implantação, o evento contou com a parceria e participação dos servidores da Justiça Federal/MS, do Tribunal Regional Eleitoral/MS e do Tribunal Regional do Trabalho/MS.



Tribunal de Justiça de MS cria exposição Memória em Movimento

Com o objetivo de divulgar a história do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, no ano de 2017 deu-se início à apresentação da Exposição Memória em Movimento, que visa contar a história de algumas das comarcas sul-mato-grossenses. Lançada em agosto de 2017, a mostra é aberta ao público e já esteve à disposição para visitação no prédio do Tribunal de Justiça, no Centro Integrado de Justiça (Cijus) e nos fóruns de Campo Grande, Dourados e Três Lagoas. A iniciativa é do Departamento de Pesquisa e Documentação da Secretaria Judiciária em com parceria com a Secretaria de Comunicação e com a colaboração das secretarias de Bens e Serviços e Obras.

A exposição “Memória em Movimento do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul” é um resgate da memória do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul e apresentando para a sociedade imagens, documentos, fatos e personagens históricos que, de alguma forma, contribuíram para a construção da justiça e da cultura sul-mato-grossense.

Todo o trabalho foi realizado por servidores do Poder Judiciário. A seleção do material foi feita pelos servidores do Departamento de Pesquisa e Documentação da Secretaria Judiciária. Os expositores e *stands* foram produzidos na marcenaria do TJMS, vinculada à Secretaria de Bens e Serviços, em parceria com a Secretaria de Obras. A divulgação e elaboração das artes gráficas foi feita pela Secretaria de Comunicação.

Os visitantes têm acesso a este importante acervo com fotografias de prédios antigos, pessoas e momentos importantes, além de processos anteriores à separação do antigo Mato Grosso, com fatos curiosos que chamam atenção na atualidade, por seus relatos e pela dinâmica processual, um tempo em que a tecnologia da informação ainda não fazia parte da vida das pessoas nem do Judiciário.

A exposição também tem uma seção que conta não apenas a história da comarca, mas a comarca na história. Fatos como a Guerra do Paraguai e seus personagens, como Guia Lopes, Tenente Antônio João e Barão de Melgaço, assim como o Ciclo da Erva Mate, são muito bem retratados, por serem momentos que destacam o Estado na historiografia nacional.

Além disso, são apresentados processos com histórias curiosas, demonstrando como eram os crimes e as demais demandas da justiça no passado e, também, casos pitorescos, como o do falso juiz que atuou como magistrado em uma comarca do interior. Fotos do ato de posse do usurpador estão expostas neste trabalho.

A previsão é que a exposição percorra todas as comarcas ao longo dos próximos anos.





TJ beneficia ex-servidores do Judiciário com pagamento da URV

O presidente do Tribunal de Justiça, Des. Divoncir Schreiner Maranhão, com o objetivo de atender ao direito de recomposição salarial aos ex-servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, autorizou, em fevereiro de 2017, o pagamento dos valores referentes à URV àqueles que pertenceram ao quadro de pessoal do PJMS durante o período compreendido entre os meses de abril/1994 a dezembro/1995.

O ressarcimento foi realizado exclusivamente aos servidores desligados. Ativos e aposentados que recebem pela folha de pagamento do TJMS já perceberam os valores da URV 1994/1995 na sua integralidade, no período de março/2014 a janeiro/2016, não havendo, portanto, valores remanescentes a serem pagos.

Crianças e idosos são beneficiados por campanhas do Tribunal de Justiça

No biênio 2017/2018, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, por meio do Pacijus, realizou diversas campanhas em prol de associações e entidades que atendem crianças, adolescentes e idosos de várias comarcas do Estado.

No ano de 2017, foram realizadas as campanhas Páscoa Solidária; Campanha do Agasalho; Bazar do Bem; campanha de arrecadação de lenços em prol de mulheres com câncer de mama; Dia Internacional do Idoso; campanha Diversão com Esperança para o Dia das Crianças; e a tradicional Campanha de Natal.

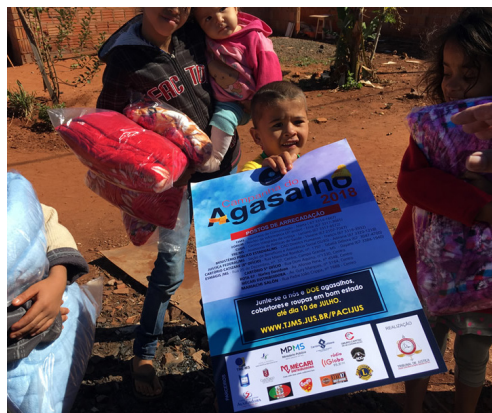
No ano de 2018, ocorreram as mesmas campanhas do ano anterior, exceto a campanha de arrecadação de lenços, que deu lugar à Campanha de Doação de Livros do Projeto Mulheres Inspiradoras, da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de MS.

As campanhas são iniciativas do Tribunal de Justiça, por meio do Programa para Ajuda à Criança e ao Idoso (Pacijus). Criado em 2009, o Pacijus visa dar apoio a instituições que cuidam de crianças e idosos, por meio de projetos e programas relacionados ao desenvolvimento do bem-estar social e mental.

Todas as edições das campanhas contam com o auxílio de órgãos, empresas e associações parceiras, e alcançam a participação não apenas de magistrados e servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, mas também da sociedade, que já se mobiliza e participa das ações.



O casal Viviane Alves e Des. Divoncir Schreiner Maran realizou entregas do Pacijus





Vice- Presidência padroniza procedimentos e reduz estoque de processos

A Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, sob a gestão do Des. Julizar Barbosa Trindade, realizou, no biênio 2017/2018, diversas ações para a melhoria da prestação jurisdicional.

Dentre as atribuições da Vice-Presidência, são funções jurisdicionais gerenciadas pelo juiz auxiliar Albino Coimbra Neto: juízo de admissibilidade de recursos especiais e extraordinários; NUGEP – Núcleo de Gerenciamento de Precedentes; cumprimento de acórdãos de competência originária do Tribunal de Justiça; apreciação de recursos (agravo interno e embargos de declaração em face de decisões proferidas no âmbito da admissibilidade recursal), nos quais o Vice-Presidente é o relator natural; análise de incidentes processuais anteriores à distribuição e posteriores à publicação do acórdão das Câmaras Julgadoras; cumprimento de carta de ordem e precatória oriundas de outros tribunais e de tribunais superiores; e resposta de telegramas, malotes e pedidos de informações aos Tribunais Superiores, referentes a processos de Habeas Corpus, Recursos em Habeas Corpus e Reclamações.

Dentre as ações desenvolvidas neste biênio destacam-se:

Da padronização de procedimentos

Para atender a grande demanda de processos, especialmente de recursos especiais e extraordinários, uma das primeiras medidas adotadas, logo em fevereiro de 2017, foi a padronização dos modelos de decisões. Para tanto, foram inseridos arquivos de modelos de grupo no sistema SAJ.

A medida visa não apenas à padronização jurídica e de formatação das decisões, como também facilitar a transição para a nova gestão, que poderá se utilizar de um amplo banco de decisões e modelos, em atendimento à determinação da Resolução nº 95, do Conselho Nacional de Justiça.

Após a elaboração de um modelo novo pela assessoria, este é revisado pelo Juiz Auxiliar e o nome do arquivo é enviado a todos os assessores via e-mail, para que observem estritamente o padrão nas decisões de casos simi-

lares. Dessa maneira, há harmonia e padronização nos procedimentos, uma vez que a assessoria é formada pelos servidores ligados diretamente ao Desembargador, ao juiz auxiliar, além da assessoria jurídica da Vice-Presidência e NUGEP.

Para agilizar a comunicação entre juiz auxiliar, desembargador e assessores, utiliza-se a ferramenta do SAJ de “observações da fila”, em que o assessor descreve o tipo de recurso, matéria (civil, criminal) e o tema. Assim, é possível a união de processos da mesma espécie para correção conjunta, agilizando o trabalho de revisão das decisões. Por meio das observações, os magistrados podem deixar instruções aos assessores, determinando correções nas decisões, simplificando a comunicação interna.

Cada assessor cuida de seu próprio sequencial numérico de processo, uma vez que foram designados para atuar na admissibilidade recursal os assessores do gabinete do desembargador, além da ampliação do quadro de servidores da Vice-Presidência em mais três pessoas. A designação de um sequencial por assessor também agiliza a correção e a identificação de quem elaborou determinada decisão, sabendo-se antecipadamente qual o servidor responsável por processo, simplificando-se também a correção por parte do Magistrado, que sabe exatamente a quem se reportar. Por fim, a designação de sequencial para cada assessor permite que o tempo de conclusão dos recursos especiais e extraordinários caia para, no máximo, 45 dias.

Os servidores do gabinete do Juiz Auxiliar, na divisão de trabalho, ficaram responsáveis pela elaboração das minutas de agravos internos, embargos de declaração, cumprimentos de sentença, cartas precatórias, malotes e ofícios.



Ainda dentro do quesito de “padronização de procedimentos”, estabeleceu-se como padrão da análise do pedido de efeito suspenso após a juntada das contrarrazões, como forma de economia processual. Assim, salvo nos casos de extrema urgência, analisa-se na mesma decisão a admissão do recurso e, em sendo positiva, se estão preenchidos os requisitos para a concessão do efeito. A medida facilita também a atuação dos advogados, que não precisarão interpor dois recursos, mas apenas um englobando as duas pretensões. A medida também simplifica os procedimentos do cartório, que encaminha para conclusão o processo uma única vez e preparado, notadamente porque a intimação para contrarrazões é feita *ex officio*.

Da redução de processos em estoque

Padronizados os procedimentos e decisões, na sequência, o foco da gestão passou a ser o levantamento dos processos que estavam paralisados em virtude de sobrestamento.

Durante o ano de 2017, a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul fez uma apuração rigorosa de tudo que havia sido julgado ou mesmo desafetado pelos Tribunais Superiores e, com esta gestão, conseguiu reduzir em 33% o número de processos sobrestados.

Em fevereiro de 2017, quando o Des. Julizar Barbosa Trindade assumiu o cargo de Vice-Presidente, 5.771 processos estavam sobrestados e, no final do referido ano, restavam 3.813.

O juiz auxiliar da Vice-Presidência do TJMS, Albino Coimbra Neto, explica que esses processos estavam parados foram devidamente revistos e isso permitiu que lhes fossem dados os devidos andamentos. Assim, recursos cujo tema já estava com a tese julgada ou que haviam sido desafetados foram desarquivados. Referida medida prosseguiu no ano de

2018, conforme os temas vão sendo julgados ou desafetados pelos Tribunais Superiores, conferindo agilidade e reduzindo o número de processos em estoque.

Por fim, o Desembargador Julizar Barbosa Trindade destacou a baixa no estoque de processos. Em junho de 2018, por exemplo, foram recebidos em estoque do mês anterior, somados à distribuição mensal, 12.924 processos. Ao final do referido mês, permaneceu em estoque a quantidade de 10.199 processos, demonstrando que o Gabinete vem vencendo a distribuição mensal e baixando o estoque em 2.752 processos.

Ferramentas de Gestão de Gabinete

Entre setembro de 2017 a fevereiro de 2018, foram instaladas novas ferramentas de sistema que propiciaram o aprimoramento do controle dos processos.

A primeira, o Power “BI” (*Power Business Intelligence*) gerencia, em tempo real, as estatísticas da Vice-Presidência, e permite a consulta, a qualquer tempo, do acervo processual e o quantitativo de recursos em cada tipo de andamento e situação processual, possibilitando que o Vice-Presidente e o Juiz Auxiliar possam monitorar, constantemente, a evolução da produtividade dos gabinetes e fazer ajustes nas rotinas de trabalho, visando maior efetividade na prestação jurisdicional.

Na sequência, há o “BI” (*Business Intelligence*), que gerencia e expede o formulário eletrônico de alimentação de dados de processos sobrestados, o qual é encaminhado quinzenalmente ao CNJ, em atendimento à Resolução 235. A inovação é significativa, porque, antes da instalação do “BI”, os dados eram enviados pela Secretaria Judiciária por e-mail ao NUGEP, e agora os servidores do Núcleo têm acesso direto a estes dados para encaminhá-los ao CNJ, desburocratizando o processo.

Por fim, o “Cadastro de temas”, funcionalidade instalada na última versão do sistema SAJ. Com ela, todos os temas afetados no STJ, STF e inclusive os Incidentes de Resolução de demandas repetitivas (IRDR) afetados no TJMS foram cadastrados, com seus andamentos atualizados, e inseridos na base de dados do SAJ. Na próxima etapa, haverá a vinculação dos processos que envolvem recursos repetitivos e repercussão geral aos seus respectivos temas, para aprimorar o gerenciamento dos processos sobrestados no TJMS.

Foram ainda criadas “filas de trabalho” dentro do sistema SAJ para agilizar a movimentação dos processos entre assessores e magistrados.

Recursos especiais e extraordinários são encaminhados ao gabinete em fila própria “conclusos para admissibilidade” e os demais processos na fila “conclusos ao Vice-Presidente”. Com a elaboração das minutas de decisão, os assessores enviam os processos para a fila “vindos da assessoria – admissibilidade/recurso externo”, conforme o tipo de processo. Com a correção pelo juiz auxiliar, este encaminha para “vindos do juiz auxiliar” para visualização pelo Desembargador Vice-Presidente, o qual assina a decisão ou devolve para correção na aba “Devolvidos ao juiz auxiliar”.

Inspeção do Conselho Nacional de Justiça

Em 24 de abril de 2018, o CNJ promoveu inspeção no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. A atividade foi realizada pelo Desembargador Carlos Vieira Von Adamek, designado para o ato pelo Corregedor Nacional, Ministro João Otávio de Noronha.

Na ocasião, o Conselho inspecionou os gabinetes e serventias ligados à Vice-Presidência, onde se pôde constatar que não havia processos conclusos há mais de cem dias, cumprindo o órgão os

prazos e atuando com diligência e celeridade na entrega da prestação jurisdicional.

O Conselho constatou também o cumprimento das determinações relativas à proporção entre servidores comissionados e concursados, havendo, dentre 15 assessores, apenas dois não pertencentes ao quadro.

Do incentivo à composição de litígios

Outro ponto de destaque é o incentivo à composição de litígios, especialmente com a Fazenda Pública, tanto estadual quanto INSS, para a celebração de acordos relacionados aos índices de correção dos créditos decorrentes de precatórios e Requisição de Pequeno Valor, resultando assim na extinção de dezenas de recursos especiais e extraordinários.

Referidos processos estão sobrestados por determinação do Supremo Tribunal Federal (tema 810) e Superior Tribunal de Justiça (tema 905) e, sempre que as partes credoras demonstram interesse, a Fazenda Pública é intimada para que se possa encaminhar o acordo.

Ainda nessa linha, ressalta-se que os processos oriundos da correção das cadernetas de poupança (“expurgos”) têm sido alvo de dúvidas de muitas partes e advogados que pretendem

aderir ao acordo homologado por bancos e entidades junto ao STF. Para facilitar a orientação, nesses casos, a partir de maio de 2018 a Vice-Presidência passou a informar nas decisões de sobrestamento desses feitos todos os canais e sites que as partes podem acessar para participar dos acordos, para que assim mais processos possam ser baixados.

Do julgamento do tema 983 pelo STJ

No mês de maio de 2018, houve um evento importante para a Vice-Presidência. Nessa ocasião, foram julgados os Recursos Especiais repetitivos nº 1.675.874/MS e 1.643.051/MS, originados do TJMS e afetados como representativos (Tema nº 983), a respeito da indenização fixada em sentença penal nos casos de violência doméstica.

A matéria, que era objeto de frequente questionamento, motivou o pedido de afetação dos recursos pelo TJMS, o que foi acatado pelo STJ e que resultou na fixação da seguinte tese: “Nos casos de violência contra a mulher praticados no âmbito doméstico e familiar, é possível a fixação de valor mínimo indenizatório a título de dano moral, desde que haja pedido expresso da acusação ou da parte ofendida, ainda que não especificada a quantia, e independentemente de instrução probatória”.

Da nomeação da comissão gestora do NUGEP

Dentre as atividades da gestão 2017/2018, destaca-se o cumprimento da Resolução 235, do CNJ, cujo art. 6º, parágrafo terceiro, determina a nomeação da comissão gestora do NUGEP, a ser formada por Desembargadores representantes de Seção ou Câmara.

Para tanto, foram nomeados, por intermédio da Portaria 1.342, de 17 de julho de 2018, os seguintes Desembargadores: Luiz Gonzaga Mendes Marques, Vilson Bertelli e Odemilson Roberto Castro Fassa.

Da digitalização de processos físicos

A partir de julho de 2018, visando facilitar a gestão de gabinete, foi determinada a digitalização de processos que ainda remanescem no formato físico. O procedimento possui inúmeras vantagens, especialmente porque agiliza a tramitação, uma vez que os advogados podem ter acesso aos autos a partir do sistema e-SAJ, e a digitalização também permite que se execute trabalho remoto por servidores e magistrados, via sistema SAJ Web connection.

Realização de cálculos e perícias por servidores do quadro

A partir da gestão 2017/2018, foi reduzida a nomeação de peritos externos para atuar nos cumprimentos de sentença de competência originária. O Gabinete do Juiz Auxiliar passou a se utilizar da expertise dos servidores contabilistas atuantes no Departamento de Precatórios, o que resultou em economia para partes e cofres públicos, além de agilidade na entrega dos laudos técnicos.



Inspecção do Conselho Nacional de Justiça no TJMS

TJ expede alvarás de forma automática e paga R\$ 367 mi em precatórios



Na gestão de precatórios no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, o biênio 2017/2018 foi marcado por avanços tecnológicos no sistema de administração de precatórios, ampliação do espaço físico, incremento de pessoal, além da capacitação dos servidores que utilizam o aplicativo SAPRE (Sistema de Administração de Precatórios). Os processos referentes a precatórios são de competência da Vice-Presidência do TJ, sob a gestão do Des. Julizar Barbosa Trindade, auxiliado pela juíza Simone Nakamatsu.

Um dos principais avanços na área tecnológica foi o desenvolvimento da expedição dos alvarás de forma automática. Em apenas uma manhã, foi possível a expedição mais de mil alvarás oriundos da liquidação de precatórios, o que representou um recorde para a atividade de expedição de Guias de Levantamento no Setor.

A agilidade auferida com o SAPRE para expedição de alvarás implica um sistema célere e eficiente, permitindo o pagamento direto nas contas-correntes dos credores, de forma individualizada e sem a necessidade de preenchimento manual.

Desde o início do biênio, em 1º de fevereiro de 2017, até o dia 13 de julho de 2018, foram expedidos 19.758 alvarás (eletrônicos pelo sistema SAPRE), o que possibilitou, até esta apuração, o pagamento de R\$ 367.765.415,46 (trezentos e sessenta e sete milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e quinze reais e quarenta e seis centavos). Cada alvará expedido foi precedido de revisão de contas e verificação de conformidade com o título executivo (judicial ou extrajudicial).

Com maior facilidade para expedição de alvarás, um grande esforço foi realizado para remanejamento da força de trabalho, ao se desenvolver tarefas novas e mais complexas. Não se limitou à atividade de simples liquidação do precatório. Inovou-se com pesquisas da matéria e doutrina, auditorias contábeis, consulta de legislação e matéria tributária para as retenções dos impostos, além da inovação frequente das rotinas.

O esforço todo foi recompensado. Atualmente conta-se com mais segurança e certeza tanto para o credor como o devedor, que podem se assegurar pela

exatidão dos valores calculados. Os alvarás efetivamente pagos incluem todas as atualizações devidas e o crédito não fica congelado.

O trabalho vai muito além das atividades de revisão de cálculos e expedição de alvarás. Tais atividades, inerentes à gestão da Ordem Cronológica de Pagamentos das Fazendas, ocorrem de forma concomitante ao pagamento de pedidos superpreferenciais, seja por idade ou doença. Trata-se da fila de pagamento, distinta das requisições comuns, também dotada de especificidades. De fevereiro de 2017 a maio de 2018, foram expedidos 1.328 alvarás superpreferenciais, que totalizaram quase R\$ 30 milhões.

Em relação à disponibilidade financeira, a atual Gestão utilizou 100% dos pagamentos (depósitos voluntários das Fazendas Públicas) do Regime Especial e Geral. A destinação, sem demora, de todos os recursos financeiros viabilizou pagamentos da ordem cronológica e principalmente os pedidos preferenciais de forma célere e eficiente.



19.758

Alvarás eletrônicos
expedidos pelo sistema SAPRE



1.328

Alvarás superpreferenciais



Para o sucesso dos trabalhos desenvolvidos, a sensibilidade e apoio da Presidência do Tribunal de Justiça foi de extrema importância, pois permitiu o aumento significativo da estrutura física do Departamento de Precatórios. Atualmente, o setor pode alocar 48 servidores, com espaço físico confortável, mobiliário adequado, computadores e softwares instalados em todas as máquinas, auxiliando a maior concentração dos servidores nos trabalhos desenvolvidos e evolução de produtividade.

Além da ampliação do espaço físico, obteve-se grande avanço na área de treinamento e capacitação institucional. Tornaram-se rotinas do departamento as atividades de capacitação dos servidores das Comarcas que utilizam o Sistema SAPRE – Sistema de Administração de Precatórios (desenvolvido pela Secretaria de TI do TJMS).

Com o apoio da Escola Judicial, a capacitação por meio de cursos em EAD – Ensino a Distância – tornou-se fundamental na expedição dos Precatórios, minimizando os erros na expedição dos ofícios precatórios pelas Comarcas do Estado.

Desafio

Em virtude da modulação da declaração de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 62/2009, nos moldes delineados pelo Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento da questão de ordem nas ADI's 4357 e 4425, impôs-se um outro desafio.

A alteração legal determinou alterações no regime especial de pagamento de precatórios. Após o julgamento que modulou os efeitos da EC 62/2009, não mais se exigia a cobrança de parcelas anuais, mas sim aportes mensais dos Entes devedores submetidos ao regime especial.

Em decorrência dessa nova sistemática, o acompanhamento da inadimplência passou a ser mensal, obrigatoriamente. Tal exigência legal demandou a elaboração de um plano estratégico e eficiente. Assim, empreendeu-se maior diligência no controle dos processos administrativos instaurados para se acompanhar os depósitos judiciais de precatórios.

As Fazendas Públicas, não raro, tornam-se devedoras dos repasses obrigatórios. Por esta razão, a inadimplência e efetivos pagamentos são verificados pelo Departamento de Precatórios mensal e constantemente.

A ausência de repasses da maioria dos Entes devedores implica a necessidade de realização de sequestros sobre os recursos de quase todas as Fazendas Públicas submetidas ao regime especial.

Mesmo diante do enorme obstáculo imposto com o novo regime de pagamento mensal, já nos primeiros meses de 2017, 100% dos Entes devedores foram formalmente informados e notificados acerca das novas obrigações mensais. O acompanhamento rigoroso motivou medidas mais eficientes dos devedores, garantindo redução significativa de inadimplência crônica e retirada antecipada de vários Entes do regime especial, com conseqüente retorno ao Regime Comum de Pagamentos.

Foi durante a gestão 2017/2018 que 11 Municípios, até então submetidos ao Regime Especial, ingressaram no Regime Ordinário de Pagamentos, quitando todos os precatórios em orçamento, um evidente benefício a toda a sociedade sul-mato-grossense.



Resultados

Entre os diversos resultados obtidos, destaca-se a quantidade de decisões e despachos produzidos no biênio 2017/2018. O número de decisões é significativo e supera a marca de 5.862.

No total, a produção decisória promoveu a baixa de 2.611 processos de precatórios, que foram extintos após o regular encerramento.

Referência

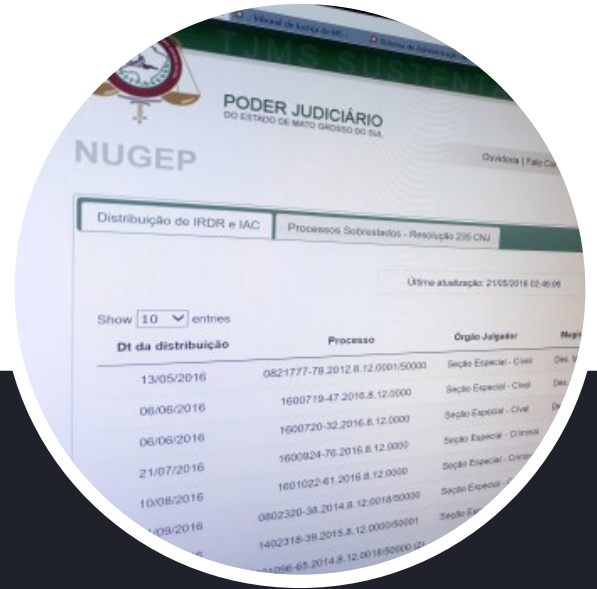
O Departamento de Precatórios foi submetido à correição pelo Conselho Nacional de Justiça no mês de abril de 2018. O relatório de inspeção, embora ainda não publicado, já foi precedido de congratulações. Os responsáveis pela inspeção do CNJ (Des. Carlos Vieira von Adamek e Des. Luís Paulo Aliende Ribeiro, ambos do TJSP) foram unânimes em elogiar os pontos positivos, tanto da eficiente gestão, quanto da estrutura física, pessoal e tecnológica do setor.

O destaque não se limitou às palavras dos componentes da comissão correicional. O bom exemplo de gestão foi ofertado a vários Tribunais Estaduais que visitaram a estrutura e o trabalho desenvolvido no TJMS.

Equipes de diversas Cortes conheceram as boas práticas e ainda firmaram convênios para utilização do *software* produzido pela Secretaria de TI do TJMS. O programa SAPRE (Sistema de Administração de Precatórios) já foi, inclusive, solicitado pelos Estados do Pará e Rondônia. O Estado do Ceará já utiliza o programa e, recentemente, a sua equipe retornou para conhecer e levar a última versão do sistema, que conta com inúmeras inclusões e alterações, tornando o programa mais eficiente. O Estado do Acre já demonstrou o mesmo interesse.

Chega-se ao final da gestão 2017/2018 com o sentimento de missão cumprida, com inúmeros objetivos alcançados e com a certeza de que muito se fez para aprimorar os mecanismos de controle e segurança no pagamento dos precatórios.

Portal do TJMS permite consulta de IRDR, IAC e processos sobrestados



Os advogados e demais operadores do Direito que precisem pesquisar os Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), os Incidentes de Assunção de Competência (IAC) e processos sobrestados têm uma nova ferramenta para consultá-los na internet. O Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul criou uma página em seu Portal, simples e de fácil navegação, para a consulta desses precedentes judiciais. Basta entrar no link <https://www.tjms.jus.br/projetos/nugep/index.php> e consultar as duas abas.

A nova página no Portal do TJMS é do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep) e busca dar ampla publicidade aos precedentes e incidentes. Nela o advogado pode consultar, de modo fácil, em uma das abas, os IRDR e IAC na Justiça Estadual. Ali é possível visualizar a data de distribuição, o número do processo, em qual Órgão Julgador está e qual magistrado é o relator. Também é possível ver qual o assunto principal e seu *status* atual.

Em outra aba, é possível consultar os Processos Sobrestados (Resolução nº 235 CNJ). Essa aba tem as mesmas informações dos IRDR e IAC, mas também a informação do tema, que é um número criado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ou Superior Tribunal de Justiça (STJ), que define um assunto de grande repercussão, suspenso para análise da orientação que as cortes terão que ter sobre o tema.

Normatização

O Provimento nº 394, de 20 de junho de 2017, criou o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), no âmbito do TJMS, sendo vinculada à Vice-Presidência.

A Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 235/2016 dispõe sobre a padronização de procedimentos administrativos decorrentes de julgamentos de repercussão geral, de casos repetitivos e de incidente de assunção de competência previstos na Lei 13.105, de 16 de março de 2015, o Código de Processo Civil (CPC).

No próprio CPC, no § 5º do seu art. 927, prevê: “Os tribunais darão publicidade a seus precedentes, organizando-os por questão jurídica decidida e divulgando-os, preferencialmente, na rede mundial de computadores”.

O Incidente de Assunção de Competência (IAC) está previsto no art. 947 do CPC que diz: “É admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos”.

Já o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) é previsto no art. 976, que diz: “É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente: I - efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito; II - risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica”.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

BIÊNIO 2017/2018



A Corregedoria-Geral de Justiça marcou o biênio 2017/2018 com a eleição do Desembargador Romero Osme Dias Lopes, iniciou suas atribuições no dia 27 de janeiro de 2017, que interrompeu suas atividades no dia 3 de julho de 2018, em virtude de seu falecimento. Na data de 12 de julho de 2018, o Desembargador Carlos Eduardo Contar assumiu o cargo como Corregedor-Geral de Justiça, permanecendo até completar o biênio 2017/2018.

O Desembargador Romero Osme Dias Lopes teve atuação bastante intensa, imprimindo rigorosa fiscalização nas unidades judiciais e extrajudiciais, inclusive determinando medidas interventivas em algumas serventias.

Ao assumir, o Desembargador Carlos Eduardo Contar deu

continuidade às atividades que estavam sendo desenvolvidas, atuando de maneira firme e zelando pela função de investigar, aprimorar e corrigir o que se apresentava necessário. Implementou-se, então, uma nova política de aproximação, diálogo e resolução de problemas, sem abrir mão do poder correccional, de sorte a verificar com primazia os problemas enfrentados em cada unidade judicial e, via de consequência, identificar a solução mais adequada para sanear as dificuldades.

Em todo o período, foram valorosos os préstimos trazidos pelos Juízes Auxiliares indicados pelo Des. Romero Osme Dias Lopes, e mantidos pelo Des. Carlos Eduardo Contar, que não abriu mão do conhecimento e da operacionalidade trazidas pelos Drs. Fábio Salamene e Fernando Paes de Barros, cujas

missões a eles delegadas sempre foram cumpridas diligente e com eficiência, em especial para amenizar as incorreções nos procedimentos cartorários, visando à sua padronização em prol da celeridade processual necessária à boa prestação jurisdicional, o que reflexamente contribuiu para alcançar as metas estabelecidas ao Poder Judiciário.

De igual proceder, a Secretaria da Corregedoria-Geral de Justiça à frente com a Diretora Azenaide Alencar, composta pelos Diretores e o reduzido, mas confiável e atencioso corpo de servidores permaneceu a postos para todas as eventualidades, sempre ocorrentes, diligenciando nas questões ordinárias com zelo e correção, o que é fato merecedor de reconhecimento e agradecimento.

GESTÃO

DESEMBARGADOR ROMERO OSME DIAS LOPES |

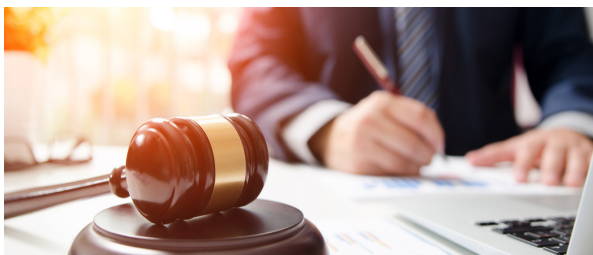
DESEMBARGADOR VILSON BERTELLI



No período em que o Desembargador Romero Osme Dias Lopes assumiu o cargo de Corregedor-Geral de Justiça, em razão de licença para tratamento de saúde, foi substituído em suas ausências pelo Desembargador Vilson Bertelli, designado para exercer a função de Corregedor-Geral de Justiça Adjunto pela Portaria nº 350/2017, a partir de 24/3/2017.

Sob a direção do Desembargador Carlos Eduardo Contar designou-se, por meio da Portaria nº 884/2018, o Desembargador Sérgio Fernandes Martins para exercer a função de Corregedor-Geral de Justiça Adjunto, no período de 18/7/2018 a 31/1/2019, revogando-se a Portaria nº 350/2017.

NORMATIZAÇÃO E JULGAMENTOS



Na gestão do Desembargador Romero Osme Dias Lopes, a Corregedoria-Geral de Justiça normatizou questões afetas à atividade orientativa e fiscalizatória, editando 50 (cinquenta) Provimentos, 18 (dezoito) Portarias e 1 (uma) Ordem de Serviço, com a finalidade de regulamentar e fiscalizar as atividades desempenhadas nos foros judicial e extrajudicial.

EXPEDIENTES E DECISÕES PROFERIDAS



Importante destacar o quantitativo de recebimento, protocolo, expedição de documentos e tramitação processual de natureza administrativa, que tratam de matéria a ser apreciada pelo Órgão Correicional entre 1º/2/2017 a 10/7/2018.

Procedimentos	Qtde.
Acompanhamento CNJ	1
Acompanhamento de Decisão	1
Análises de Portarias	124
Cancelamentos de Matrícula	23
Cancelamentos de Selos	18
Cartas Precatórias	2
Consultas	85
Credenciamento de Empresa Leilão Eletrônico	1
Credenciamentos Leiloeiro Público Oficial	3
Credenciamentos de Corretores;	3
Interdições Estabelecimento Penal	2
Investigação Preliminar	1
Pedidos de Credenciamento	12
Pedidos de Providências	485
Pedidos de Providências - Delegatário	2
Pedido de Reconsideração	1
Processos Administrativos Disciplinare	2
Reclamações	13
Recursos Administrativos	4

Representações por Excesso de Prazo	70
Sindicâncias	7
Sugestões	11
Vacâncias e Extinções (Extrajudicial)	9
Total	868

Outrossim, foram emitidos 405 pareceres e proferidos 2.051 despachos e 655 decisões, que totalizaram 3.111 pronunciamentos jurisdicionais.

CEJAI – ADOÇÃO INTERNACIONAL



No que tange às atividades voltadas à adoção internacional, desempenhadas pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (CEJAI), a Corregedoria-Geral de Justiça autuou 13 procedimentos de habilitação para adoção internacional e expediu 13 laudos de habilitação, 4 certificados de continuidade de adoção, 8 certificados de conformidade de adoção; realizando-se 3 sessões para o julgamento dos pedidos apresentados perante a Corregedoria-Geral de Justiça, durante o período em que esteve a sua frente o Desembargador Romero Osme Dias Lopes.

Por fim, foram incluídos no Cadastro Nacional de Adoção, no período, 13 pretendentes estrangeiros habilitados perante a Comissão.

ATIVIDADES AFETAS À EXECUÇÃO PENAL



A Corregedoria-Geral de Justiça, por meio da Coordenadoria das Varas de Execução Penal do Estado de Mato Grosso do Sul que lhe é vinculada, exerce o efetivo controle e fiscalização do sistema carcerário, sistematizando a regionalização das Varas de Execução Penal e amenizando o problema da superlotação carcerária. Sendo dirigida, por primeiro, pelo Desembargador Luiz Gonzaga

Mendes Marques e, após, pelo Desembargador José Ale Ahmad Netto.

Dentre as ações desenvolvidas no curso do biênio relativas ao Sistema Carcerário e ao Sistema de Justiça Criminal, podem-se destacar:

- Reuniões do Colegiado da COVEP/GMF/MS realizadas no Tribunal de Justiça do Estado e para tratar do projeto do Banco Nacional de Monitoramento das Prisões (BNMP 2.0);
- Inspeções realizadas na Delegacia de Polícia de São Gabriel do Oeste; na Delegacia de Polícia Civil e nos Estabelecimentos Penais Fechado, Semiaberto e Aberto Masculinos de Corumbá, e no Estabelecimento Penal Feminino de Corumbá; nos Estabelecimento Penais Masculinos de Regime Fechado, Semiaberto e Aberto de Coxim; nas obras de ampliação do Estabelecimento Penal Masculino de Regime Fechado de Coxim, e no prédio do novo IMOL de Coxim; na Delegacia de Polícia Civil de Água Clara e Brasilândia; na Delegacia de Polícia Civil de Sidrolândia; na Delegacia de Polícia Civil de Rio Negro; na Delegacia de Polícia Civil de Nova Alvorada do Sul;
- Encontro e debate de ressocialização de detentos com apresentação de boas práticas;
- Participações do Supervisor no Fórum sobre Segurança Pública; do Fórum Nacional de Juízes Criminais (Fonajuc); da entrega do novo Instituto Médico Legal (IML) da comarca de Coxim; da inauguração da Nova Central de Monitoramento e do lançamento do Projeto-piloto de apresentação de apenados por biometria e inauguração de reformas e ampliações em presídios da Comarca de Três Lagoas;
- Acompanhamento na Inspeção realizada nos presídios femininos

de Campo Grande pela Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, a Dr.^a Andremara dos Santos. Por determinação da Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, ministra Carmen Lúcia, foi criado o Cadastro Nacional de Presas Grávidas e Lactantes, que visa gerar um registro contínuo da quantidade de mulheres nessa situação em todo o país;

- Composição do Desembargador Luiz Gonzaga Mendes Marques. (Supervisor da Covep na época dos fatos) na mesa de abertura dos trabalhos envolvendo o treinamento de juízes e servidores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul sobre a implantação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0), organizado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Tornozeleiras eletrônicas:



a disponibilização de 350 tornozeleiras eletrônicas para o Poder Judiciário Estadual, seu mecanismo, modo de funcionamento e eficiência foram os temas amplamente abordados no plenário do Fórum da Capital. Autoridades da Segurança Pública, da Polícia e do Judiciário reuniram-se com representantes da Spacecom, empresa vencedora da licitação para o fornecimento de 2 mil equipamentos, a fim de conhecer melhor essa nova alternativa de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Uma iniciativa da Coordenadoria das Varas de Execução Penal/GMF/MS, o evento trouxe a explanação de dois colaboradores da Spacecom, tanto sobre a empresa em si e sua

experiência no monitoramento de sentenciados no Estado de São Paulo desde 2010, quanto sobre o Sistema de Acompanhamento de Custódia 24 horas (SAC24).

APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES NO ÂMBITO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

AUDIÊNCIAS POR VIDEOCONFERÊNCIAS



Na gestão do Desembargador Romero Osme Dias Lopes, foi ampliada a sala de reunião na Corregedoria-Geral de Justiça, com estrutura remodelada, contendo 35 assentos disponíveis, e com uma nova visão, para funcionar como uma espécie de auditório, idealizado para realização de mini palestras, reuniões e audiências por videoconferências.

As audiências designadas em processos administrativos passaram a ser realizadas no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça, otimizando os atos instrutórios, imprimindo celeridade e gerando economia.

PADRONIZAÇÃO



A Corregedoria-Geral de Justiça desempenhou diversas atividades de orientação e

CORREIÇÃO JUDICIAL

padronização, buscou avaliar a possibilidade de novas implementações nos sistemas, unificar novos procedimentos, esclarecimento de dúvidas, etc, podendo-se destacar algumas orientações mais relevantes:

Consultas, Manifestações e Informações Diversas, no total de 188.

Incluem-se dentre tais atividades aquelas exaradas em expedientes encaminhados para a Corregedoria, com o fito de analisar novas implementações no sistema, padronização de novos procedimentos, esclarecimento acerca de dúvidas, etc.

Orientações GPS, no total de 39. Com a implantação do novo formato do GPS – Eletrônico, foi possível incrementar as orientações, possibilitando revisões periódicas e constantes atualizações. Foi inserida ainda ferramenta de pesquisa na página da web, um antigo anseio dos servidores, fazendo com que as orientações fossem localizadas com maior facilidade. Cumpre esclarecer que dezenas de orientações estão em revisão pela Corregedoria.

Importante destacar, ainda, a participação da Corregedoria na elaboração de novos e atualização dos atuais modelos institucionais do SAJ-PG.

Ademais, cumpre evidenciar o laboro dispendido pela Corregedoria-Geral de Justiça para padronização dos procedimentos com a implantação do BNMP 2.0, que teve seus trabalhos arraigados desde o início, passando pelo sistema propriamente dito, elaboração dos modelos a serem utilizados e pela dinâmica de sua implementação como um todo.



A Corregedoria-Geral de Justiça, auxiliado pelo Departamento de Correição Judicial e Apoio às Unidades Judiciais, realiza as correições e inspeções ordinárias presenciais e remotas nas unidades judiciais.

Durante as correições realizadas no período, foi possível diagnosticar irregularidades e deficiências, bem como identificar gargalos, sugerindo estratégias para otimização do fluxo de atividades, modificando, inclusive, algumas formas de realização de tarefas rotineiras, dentro do propósito de orientação.

Por outro lado, a despeito das carências e dificuldades, foi possível constatar o compromisso de juízes e servidores, o que foi reconhecido pelo Corregedor por meio de anotação de elogio no termo de correição, com sugestão de anotação em ficha funcional.

No decorrer do biênio foram realizadas correições/inspeções nas unidades judiciais de primeira entrância: Água Clara, Anastácio, Anaurilândia, Angélica, Bandeirantes, Batayporã, Brasilândia, Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti, Eldorado, Glória de Dourados, Iguatemi, Inocência, Itaporã, Itaquiraí, Nioaque, Nova Alvorada do Sul, Pedro Gomes, Ribas do Rio Pardo, Rio Verde de Mato Grosso, Sete Quedas, Sonora, Terenos, Rio Negro e Porto Murtinho.

As unidades inspecionadas na segunda entrância foram: Amambai, Aparecida do Taboado, Aquidauana, Bataguassu, Bela Vista, Bonito, Caarapó, Camapuã, Cassilândia, Chapadão do Sul, Coxim, Fátima do Sul, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Miranda, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã, Rio Brilhante, São Gabriel do Oeste, Sidrolândia e Costa Rica.

Na entrância especial, foram correccionadas as Comarcas de Campo Grande (1ª Vara Criminal Residual, 2ª Vara Criminal Residual, 3ª Vara Criminal Residual, 4ª Vara Criminal Residual, 5ª Vara Criminal Residual, 6ª Vara Criminal Residual, 7ª Vara Criminal Residual, 1ª Vara de Família e Sucessões, 2ª Vara de Família e Sucessões, 3ª Vara de Família e Sucessões, 4ª Vara de Família e Sucessões, 5ª Vara de Família e Sucessões, 6ª Vara de Família e Sucessões, 9ª Vara Cível Residual), de Corumbá (1ª Vara Cível, 2ª Vara Cível, 3ª Vara Cível, 1ª Vara Criminal, 2ª Vara Criminal, Vara de Fazenda e Registros Públicos, Vara do Juizado Especial Cível e Criminal), de Dourados (todas as varas) e de Três Lagoas (1ª Vara Cível, 2ª Vara Cível, 3ª Vara Cível, 4ª Vara Cível, 1ª Vara Criminal, 2ª Vara Criminal, 3ª Vara Criminal, Vara de Fazenda e Registros Públicos e Vara do Juizado Especial Cível e Criminal).

UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE VIDEOCONFERÊNCIA NAS COMARCAS

A Corregedoria-Geral de Justiça editou o Provimento nº 184, de 27 de fevereiro de 2018, regulamentando a utilização dos sistemas de videoconferência e estabeleceu que as audiências para interrogatório, inquirição e/ou depoimento pessoal de pessoa residente neste Estado, em comarca diversa daquela em que tramita o processo judicial,

serão realizadas preferencialmente por intermédio do mencionado sistema, competindo ao juiz do processo presidir o feito, expedindo carta precatória nesses casos tão somente para os atos de comunicação.

PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL NAS MEDIDAS DE BUSCA E APREENSÃO DE MENORES



A atuação dos profissionais de psicologia e serviço social nas medidas de busca e apreensão de menores foi regulamentada por meio do Provimento nº 173/2017, o qual estabeleceu o protocolo de acompanhamento de psicólogos e assistentes sociais nas medidas de busca e apreensão de menores.

Com a medida, a Corregedoria visou uniformizar e estabelecer regras gerais de orientação, encaminhamento e prevenção, com objetivo de mediar o ato de busca e apreensão e minimizar eventuais traumas psíquicos causados ao menor em decorrência da medida cautelar adotada.

META DE NIVELAMENTO DA CNJ - DESTITUIÇÃO E SUSPENSÃO DO PODER FAMILIAR

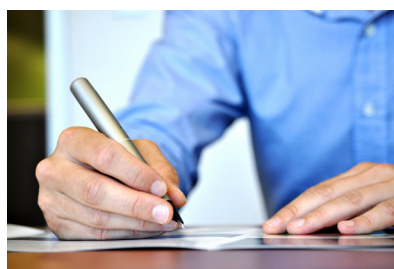


Visando concretizar as Metas de Nivelamento estabelecidas para o ano de 2017 pela Corregedoria Nacional de Justiça, a Corregedoria-Geral de Justiça deste Estado editou a Portaria nº 126.661.072.0009/2017, de 15 de agosto de 2017, com intuito de normatizar a forma de cumprimento das Metas 1 (Implantação do PJeCor – suspensão pelo CNJ), 5 (Controle dos prazos na medida socioeducativa) e 7 (Fiscalização do prazo legal de encerramento das ações de destituição e suspensão do poder familiar).

As comarcas encaminham mensalmente as informações sobre o cumprimento ou não do prazo de 120 dias para o encerramento das ações de destituição e suspensão do poder familiar, justificando eventual extrapolação do prazo, de tal sorte que a Corregedoria-Geral de Justiça realiza o acompanhamento das referidas ações.

O objetivo é acelerar os processos de destituição, não os deixando paralisados, pois tal situação dificulta os processos de adoção.

CGJ REGULAMENTA A LAVRATURA DO TCO PELA PRF



A Corregedoria-Geral de Justiça regulamentou por meio do Provimento nº 191, de 28 de maio de 2018, o recebimento de Termo Circunstanciado de Ocorrência lavrado pela Polícia Rodoviária Federal, no âmbito dos Juizados Especiais Criminais do Estado de Mato Grosso do Sul. Trata-se de mecanismo que agiliza o pleno atendimento aos delitos de menor potencial ofensivo e atos infracionais a eles

assemelhados praticados nas rodovias e estradas federais.

De acordo com o Provimento, os Juizados Especiais Criminais são autorizados a receber Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCO) lavrados por autoridades policiais da Polícia Rodoviária Federal, os quais poderão ser encaminhados de forma eletrônica pela PRF.

ALIENAÇÃO JUDICIAL ELETRÔNICA



No decorrer do biênio foi realizado o cadastro de mais dois corretores para realizar alienação judicial no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, em consonância com o Provimento-CSM 375/2016, cuja habilitação possui validade de 2 (dois) anos. A habilitação é fruto do resultado final do Edital nº 001/2017, divulgado por meio do DJE 3932, de 4/12/2017, que determinou a abertura do processo seletivo de habilitação de leiloeiros públicos oficiais e corretores no âmbito do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

CORREIÇÃO EXTRAJUDICIAL

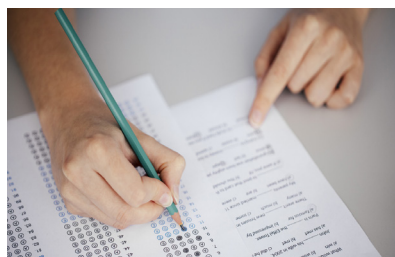


Foram realizadas correções extraordinárias no 3º Tabelionato de Protesto, situada na capital, e em 21 serventias extrajudiciais localizadas no interior do Estado de Mato Grosso do Sul.

AAs serventias do interior correccionadas no período foram as seguintes: Serviço Notarial e Tabelionato de Protesto de Amambai; Serviço Notarial e de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Anastácio; Serviço Notarial e de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Angélica; Serviço de Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas e Tabelionato de Protesto de Aparecida do Taboado; 4º Serviço Notarial e de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Aquidauana; Serviço de Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Bataguassu; Serviço Notarial e de Registro Civil das Pessoas Naturais do Município de Figueirão; 3º Serviço Notarial e Tabelionato de Protesto de Títulos e 4º Serviço Notarial e de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Corumbá; Serviço Notarial e de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Deodápolis; Serviço de Notarial e de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Culturama; Serviço Notarial e de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Iguatemi; 2º Serviço Notarial e de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Jardim; Serviço de Registro de Imóveis e de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Maracaju; 3º Serviço Notarial e Tabelionato de Protesto de Títulos de Paranaíba; Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas e de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Porto Murtinho; Serviço Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Rio Negro; Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Sonora; 2º Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Três Lagoas e Serviço de Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas, de Registro Civil das

Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Nova Andradina e de Serviço de Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas e de Tabelionato de Protesto de Títulos de Iguatemi.

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARTÓRIOS



A Corregedoria-Geral de Justiça deu início à preparação do V Concurso Público de Provas e Títulos de Serviços Notariais e Registrários do Estado de Mato Grosso do Sul, mediante delegação da Presidência deste Tribunal de Justiça, por força da Resolução nº 188, de 22 de novembro de 2017.

Dados de outubro de 2018 apontam que existem 56 Serviços Notariais e de Registro vagos, que serão disponibilizados para o concurso de provimento e remoção.

O certame encontra-se com sua regular tramitação, atendendo à meta estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça.

CGJ PROPÕE MINUTA DO PROJETO DE LEI PARA REDUÇÃO DAS TAXAS DE CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS

A Corregedoria-Geral de Justiça encaminhou à Presidência proposta de alteração de leis que tratam das taxas dos cartórios extrajudiciais de MS. No mês de dezembro de 2017, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul aprovou a referida minuta. O objetivo geral do projeto foi readequar o valor dos emolumentos para permitir maiores facilidades para a população e para

a economia do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como a manutenção dos serviços extrajudiciais em diversas comarcas do Estado.

O projeto está atualmente na Assembleia Legislativa para discussões e votação.

METAS SOBRE SERVIÇOS EXTRAJUDICIAIS



O Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador Romero Osme Dias Lopes, participou do I Encontro de Corregedores do Serviço Extrajudicial, promovido pela Corregedoria Nacional de Justiça no ano de 2017, ocasião em que foram estabelecidas 20 metas às Corregedorias locais para melhorar os serviços extrajudiciais, sobretudo no que tange às inovações tecnológicas, para cumprimento até junho de 2018.

A Corregedoria-Geral de Justiça cumpriu integralmente todas as metas estabelecidas, sendo que algumas delas inclusive já estava implantada no âmbito do Tribunal de Justiça.

ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS EM AÇÕES PENAIS



A Corregedoria integra na sua estrutura a Comissão de Alienação de Bens Apreendidos em Ações Penais, criada pelo Provimento-

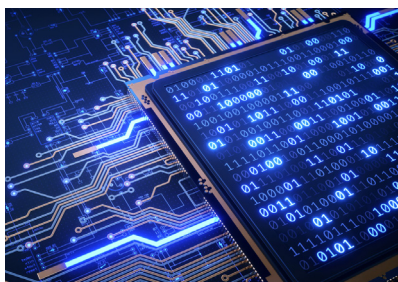
-CSM nº 287/2013, e subordinada ao Gabinete de um dos Juizes Auxiliares. No curso do biênio, a mencionada Comissão foi presidida pelo Dr. Fernando Paes de Campos.

No ano de 2017, a Comissão realizou um total de 17 leilões eletrônicos, os quais resultaram numa arrecadação de R\$ 7.267.440,00, decorrentes das alienações de bens apreendidos em processos criminais, em especial os veículos que ficavam depositados em pátios da Polícia Civil e do Poder Judiciário. Ao todo, foram levados a leilão 1.390 veículos.

No ano de 2018, o ritmo da atividade foi intensificado, sendo que neste ano, até o presente momento, foram realizados 32 leilões, com um total arrecadado de mais de R\$ 10.000.000,00, de tal sorte que foram levados a leilão 2.700 veículos.

A Corregedoria-Geral de Justiça, com a realização de leilões judiciais no Estado, tem dado efetivo cumprimento à Recomendação nº 30/2010, do Conselho Nacional de Justiça, o que tem surtido efeitos positivos, pois se evita a desvalorização dos bens e economiza-se com os custos de mantê-los nos pátios, na grande maioria guardados em depósitos abertos e expostos à intempérie e ao vandalismo.

GERENCIAMENTO DE SISTEMAS EXTERNOS



A Corregedoria-Geral de Justiça possui a Coordenadoria de Gerência de Sistemas Externos, criada pela Portaria nº 1.259, de 30 de janeiro de 2018, publicada no DJE 3.961, de 1º/2/2018, decorrente da

transformação da antiga Comissão de Gerência de Sistemas Externos, em razão da crescente demanda quanto à solicitação de acessos aos sistemas gerenciados por este órgão correcional.

A Corregedoria, com a finalidade de dar o suporte à Primeira Instância, efetua o gerenciamento de diversos sistemas; inclui, exclui, remaneja e acompanha as informações lançadas nos sistemas CNJ e audita a utilização dos sistemas pelos usuários.

No período 2017-2018 foram diversas as atividades desempenhadas visando atender e gerenciar os trabalhos afetos ao setor. Dentre os atendimentos, pode-se destacar as solicitações de 24.203 acessos, realizadas por meio de e-mail, telefone e SCDPA, as quais foram todas atendidas.

Ainda, foram solicitados 50 cadastros de servidores na Supervisão de Gestão da Informação-SGI e Detran/MS, bem como 10 cadastros para a Polícia Federal (SINIC) e 81 cadastros para acesso ao SIGO junto à Polícia Civil. Durante o período, também foram emitidas 123 certidões de antecedentes solicitadas à Corregedoria e encaminhados 28 relatórios do sistema Pai Presente à Corregedoria Nacional de Justiça.

Os sistemas gerenciados pela Corregedoria são:

Sistemas CNJ: Cadastro de Adolescentes em Conflito com a Lei; Cadastro de Crianças Acolhidas; Cadastro de Adoção; Cadastro de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade; Cadastro de Vistoria nos Estabelecimentos Penais; Sistema Nacional de Controle de Interceptações; Sistema Nacional de Bens Apreendidos; Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade; Audiências Concentradas; Banco Nacional de Mandado de Prisão; Sistema de Audiência de Custódia; Sistema Nacional de

Vídeo Conferência; Bacenjud; Renajud; Infojud; Sinesp/Infoseg; Malote Digital; Cadastro de Indisponibilidade de Bens; Cadastro de Subsídio de Magistrados; Cadastro de Audiência Digital; Cadastro Nacional de Mediadores Judiciais e Conciliares.

Outros Sistemas (Cadastro/ Suporte técnico/Orientações): Prec-web; AJG; SGI/Detran; Sinic; Sigo, Ceri/MS, Plataforma do Consumidor e Águas Guariróba.

Por fim, a Corregedoria também administra os Relatórios de Prisões; de Internação Provisória por período superior a 45 dias; de Penas Pecuniárias (Provimento 86); Pai Presente; de Processos Arquivados fora do SAJ e de Certidão da Dívida Ativa.

PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS

O Corregedor-Geral de Justiça, Des. Romero Osme Dias Lopes, participou de eventos de destaque no âmbito do Poder Judiciário, alusivos à administração e à atividade correcional, podendo-se destacar:

- XI Encontro Nacional do Poder Judiciário, no qual foi aprovado o conjunto de metas da Justiça para 2018;
- I Encontro de Corregedores do Serviço Extrajudicial, no qual foram apresentadas 20 metas para serem desempenhadas até junho de 2018;
- Workshop “Um debate sobre a Proteção Integral da Infância e da Juventude”;
- 75º, 76º Encontros do Colégio dos Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça – ENCOGE;
- I Encontro dos Juizes de Direito Diretores do Foro do Estado de Mato Grosso do Sul;
- Reunião do Colegiado da Coordenadoria das Varas de Execução Penal/Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário - COVEP/GMF/MS, para tratar

acerca de videoconferência para agilizar audiências com presos;

- Curso “A responsabilidade do Poder Judiciário na fiscalização das serventias extrajudiciais”, como Coordenador;
- 2º Simpósio Notarial e Registral de Mato Grosso do Sul, na Associação dos Notários e Registradores do Estado do Mato Grosso do Sul (Anoreg-MS);
- III Encontro do Fórum Nacional de Justiça Protetiva –FONAJUP;
- Solenidade de abertura do curso para novos magistrados do MS;
- Cerimônia de assinatura e instalação no Fórum Heitor Medeiros da 6ª Vara de Família e Sucessões;
- Inauguração da nova sede da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL);
- Curso para novos magistrados: correição extrajudicial;

- Visita à instituição de acolhimento da cidade, Projeto Segunda Casa e à instituição de acolhimento da cidade, Lar Infantil Lygia Hans;

- Solenidade de Posse da nova Diretoria Executiva da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Mato Grosso do Sul (ADEPOL/MS) para o biênio 2017/2019;

- Encontro Estadual da Magistratura;

- Solenidade militar de Passagem de Comando do 14º Batalhão de Polícia Militar Rodoviária, representando o TJMS.

Des. Romero foi homenageado e agraciado com a Medalha Prêmio outorgada pela Polícia Civil, em comemoração ao Dia do Policial Civil.

O Desembargador Wilson Bertelli, como Corregedor-Geral de Justiça Adjunto, participou do 74º Encontro do Colégio dos Corregedores-Gerais dos Tribunais de

Justiça – ENCOGE e das seguintes reuniões: com os gestores das escolas da Região Centro-Oeste; para regulamentação de procedimentos de georreferenciamento de imóveis rurais e com comitiva da Corregedoria-Geral de Justiça do TJRO.

INSPEÇÃO DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

A Corregedoria Nacional de Justiça realizou inspeção no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado no período de 23 a 27 de abril de 2018 para verificação do funcionamento dos setores administrativos, judiciais e das serventias extrajudiciais.

A Corregedoria-Geral de Justiça, especificamente, foi inspecionada no dia 25 de abril de 2018, sob a Coordenação do Desembargador Carlos Vieira Von Adamek.

GESTÃO

DESEMBARGADOR CARLOS EDUARDO CONTAR

O Desembargador Carlos Eduardo Contar, eleito pelo Tribunal Pleno, em virtude do falecimento do Des. Romero Osme Dias Lopes, foi empossado no cargo pelo Des. Divoncir Schreiner Maran, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, na data de 12 de julho de 2018.

Na ocasião, o novo Corregedor-Geral de Justiça ressaltou que seu tempo de gestão na Corregedoria-Geral de Justiça seria demasiado curto para as atividades que gostaria implementar, mas que buscaria o apoio necessário para o que fosse possível.

Durante sua gestão, o novo Corregedor-Geral de Justiça empenhou-se em comprovar ser efetivamente capaz de realizar algo diferente, com planejamento e métodos de gestão, atingindo a reclamada celeridade processual, sem abandonar a necessária qualidade dos serviços ofertados à comunidade.

Buscou conhecer de maneira mais acurada os problemas enfrentados nas unidades judiciais e extrajudiciais, suas principais causas e, via de consequência, implementou medidas no sentido de minimizá-los.

Ponderou que, no exercício de sua função orientadora, a Corregedoria poderia e deveria ser parceira dos magistrados e dos servidores para o estabelecimento do trabalho de equipe na serventia e para a adoção de procedimentos inovadores e, assim, superar os problemas que interferem no rápido processamento dos feitos.



ATIVIDADES NORMATIVAS



Durante a gestão do Desembargador Carlos Eduardo Contar, a Corregedoria-Geral de Justiça editou 10 (dez) Provimentos e 7 (sete) Portarias, com a finalidade de regulamentar e fiscalizar as atividades desempenhadas nos foros judicial e extrajudicial.

EXPEDIENTES E DECISÕES PROFERIDAS

Dentre as atividades de natureza administrativa, consistentes em recebimento, protocolo, expedição de documentos e tramitação de processos administrativos, importa destacar o quantitativo de documentos e processos, cujos dados foram extraídos do Sistema de Controle de Documentos e processos Administrativos (SCDPA) entre os dias 12 de julho a 27 de novembro de 2018.

Foi instaurado um total de 269 procedimentos, quais sejam: 29 Acompanhamento de Decisão; 23 Análises de Portarias; 6 Cancelamentos de Selos; 2 Cartas Precatórias; 40 Consultas; 1 Credenciamento de Corretor; 3 Pedidos de Credenciamento; 116 Pedidos de Providências; 11 Pedidos de Providências – Delegatários; 14 Pedidos de Providências – Magistrados; 2 Reclamações; 17 Representações por Excesso de Prazo; 2 Sindicâncias; 2 Sugestões e 1 Vacância e Extinção (Extrajudicial).

Outrossim, foram emitidos 194 pareceres e proferidos 664 despachos e 414 decisões, que totalizaram 1.272 pronunciamentos jurisdicionais.

PADRONIZAÇÃO

Na gestão do Desembargador Carlos Eduardo Contar, a Corregedoria-Geral de Justiça intensificou as diversas atividades de orientação e padronização, podendo-se destacar as principais:

Manifestações, Pareceres Técnicos, Consultas e

Informações Diversas: no total de 82.

Incluem dentre tais atividades aquelas exaradas em expedientes encaminhados para a Corregedoria, com o fito de analisar novas implementações no Sistema de Automação da Justiça – SAJ PG5, padronização de novos procedimentos cartorários, propostas de melhorias ou desenvolvimento de módulos em sistemas administrativos de apoio, esclarecimento acerca de dúvidas, etc.

2. Novas orientações disponibilizadas no GPS ELETRÔNICO, no total de 25.

Com a implantação do novo formato do GPS – Eletrônico, foi possível incrementar as orientações, possibilitando revisões periódicas e constantes atualizações.

Neste período, diversos roteiros do GPS foram atualizados e 25 novas orientações foram disponibilizadas com o intuito de padronizar as rotinas cartorárias, auxiliar os servidores na execução dos processos eletrônicos, bem como na utilização de novas ferramentas do SAJ-PG e de outros sistemas de apoio, como a integração com o BNMP 2.0.

Demais atividades

Cumpram evidenciar a continuidade do trabalho envolvendo a padronização dos procedimentos cartorários em decorrência da implantação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões - BNMP 2.0, tanto na área criminal quanto na cível, que resultou na elaboração do material didático utilizado pela EJUD para ministrar o curso de capacitação de servidores sobre o assunto. O amplo material já se encontra atualizado e disponibilizado no GPS Eletrônico para consulta.

Outrossim, a Corregedoria está participando do desenvolvimento e da implantação do sistema e-CDA, para o envio eletrônico de Certidão de Dívida Ativa - CDA à Procuradoria-Geral do Estado, referentes à multa penal e às custas judiciais.

Elaborou-se, também, proposta para alteração do processamento da suspensão condicional do processo na 2ª Vara de Execuções Penais de Campo Grande/MS (CEPA), que resultou na alteração da Resolução nº 339/2001, do Pleno deste Tribunal, e na alteração do antigo procedimento de cadastro de Processo de Execução Criminal – PEC, realizado até então indevidamente pelas varas criminais.

Apresentou, ademais, proposta para criação de um sistema de “Banco de Dados Estadual

sobre Decretação de Falências e Deferimento de Recuperações Judiciais” a ser alimentado a partir das movimentações do SAJ-PG5.

A proposta culminou no estudo para o desenvolvimento de outro sistema idealizado pelo Deppi para atender o disposto no artigo 156 do CPC e Resolução-CNJ nº 233/2016, o “Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos e Científicos - CPTEC”, a fim de instituir um cadastro único de auxiliares da justiça, mediante exame das questões técnicas e normativas, visando a elaboração de proposta de minuta a ser encaminhada ao Conselho Superior da Magistratura.

O sistema de Cadastro Único está em fase de homologação e implantação, e o Banco de Falências e Recuperações, em fase de finalização pela Secretaria de Tecnologia da Informação – STI.

ADOÇÃO INTERNACIONAL DELIBERAÇÕES DA CEJAI

Durante sua gestão, o Desembargador Carlos Eduardo Contar atuou em um total de 2 (dois) procedimentos de habilitação para adoção internacional, tendo expedido 1 (um) laudo de habilitação, 1 (um) Certificado de Continuidade de Adoção e 9 (nove) Certificados de Conformidade de Adoção.

Foi realizada uma sessão de julgamento, em 22 de agosto de 2018, e incluídos no Cadastro Nacional de Adoção um casal de pretendentes estrangeiros habilitados perante a Comissão.

Durante sua gestão, o Desembargador Carlos Eduardo Contar participou de uma sessão para o julgamento dos pedidos apresentados perante a Corregedoria, deferindo um pedido de habilitação de adoção e um pedido de renovação.

Desembargador Carlos Eduardo Contar	
Agosto	
Participação em sessão	1 (22.8.2018)
Relatoria em processos	1 habilitação 1 renovação Total: 2 processos
Deliberação	Processo 1: A Comissão deferiu o pedido de habilitação; Processo 2: A Comissão deferiu o pedido de renovação.
Laudo de habilitação	1
Certificado de Continuidade de Adoção	1
Certificado de conformidade de Adoção	9

SISTEMA DE REGISTRO ELETRÔNICO NO ÂMBITO DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS



A Corregedoria-Geral de Justiça publicou o Provimento nº 192, de 31 de julho de 2018, instituindo o Sistema de Registro Eletrônico de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas no Estado de Mato Grosso do Sul, de modo a atender à necessidade de interligação entre os Serviços de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas com o Poder Judiciário, a Administração Pública e o público em geral e, via de consequência, imprimir eficácia e maior celeridade à prestação jurisdicional e ao serviço público.

Com a publicação do ato, a Corregedoria atendeu aos ditames previstos no Provimento-CNJ nº 48/2016, que havia estabelecido diretrizes gerais para o sistema

de registro eletrônico de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas e atribuiu às Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados a edição de ato normativo regulamentando a instituição das centrais de serviços eletrônicos compartilhados.

É de se ressaltar que referido sistema foi integrado pelos Oficiais de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas do Estado de Mato Grosso do Sul, os quais providenciaram seus respectivos cadastros na Central Eletrônica RTDPJBrasil.

NÚCLEO DE MONITORAMENTO DO PERFIL DE DEMANDAS – NUMOPEDE



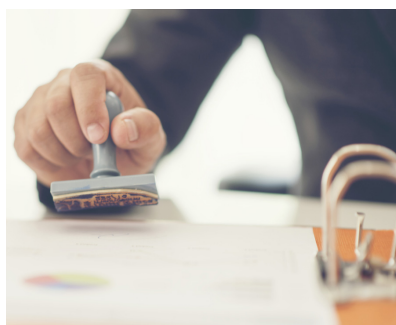
A Corregedoria-Geral de Justiça instituiu, por meio do Provimento nº 193, de 2 de agosto de 2018, o Núcleo de Monitoramento do Perfil de Demandas – NUMOPEDE, visando otimizar o gerenciamento dos processos em trâmites e de novas demandas e, ainda, de coibir e de eliminar o uso fraudulento da jurisdição.

O Provimento visou atender à recomendação do Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil CCOGE, na Carta de Belo Horizonte, de 30 de junho de 2017, no sentido de que os magistrados implementem ações de enfrentamento a demandas predatórias e de diminuição de seus impactos.

O Núcleo é vinculado à Corregedoria-Geral de Justiça, com a finalidade de auxiliar no enfrentamento e diminuição dos impactos decorrentes das deman-

das fraudulentas e predatórias, cujos membros foram designados pelo Corregedor-Geral de Justiça por meio da Portaria nº 049.688.080.0002/2018, publicado no DJE 4160, de 30/11/2018, nas pessoas do Desembargador Vilson Bertelli (que atuará como supervisor do Grupo), dos Juízes de Direito Fábio Possik Salamene (na qualidade de Juiz Auxiliar deste CGJ), Wilson Leite Corrêa (representando as Comarcas de Entrância Especial), Ricardo Mata Reis (representando as comarcas de Segunda Entrância), Evandro Endo (representando as comarcas de Primeira Entrância) e dos Diretores dos Departamentos de Correição Judicial e Extrajudicial desta Corregedoria-Geral de Justiça.

CORREGEDORIA REVOGA O PROVIMENTO 170/2017 QUE EXIGIA CÓPIAS ATUALIZADAS DE CERTIDÃO



Na data de 14 de agosto de 2017, a Corregedoria-Geral de Justiça editou o Provimento nº 170/2017, com a finalidade de acrescentar o inciso XII ao artigo 557 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça para exigir apresentação ao tabelião e o arquivamento de cópia nas notas da serventia notarial.

No entanto, o Desembargador Carlos Eduardo Contar analisou pormenorizadamente as questões trazidas na reclamação formulada perante o Conselho Nacional de Justiça nos autos do Pedido de Providências nº 0002286-48.2018.2.00.0000 e, ponderando os reflexos negativos ao usuário do serviço que por certo

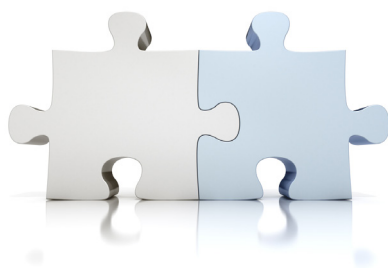
ocorreram em razão das exigências contidas no Provimento nº 170/2017 da CGJ, determinou a revogação do referido ato, extirpando-o do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Mato Grosso do Sul, com as alterações dele decorrentes.

Fundamentou o Corregedor que “O ponto inicial a destacar é que tal exigência configura, em sua primeira acepção, a mitigação da boa-fé objetiva na interpretação dos negócios jurídicos – princípio consagrado em nosso ordenamento jurídico (art. 113, do Código Civil) – na medida em que apregoa a má-fé como presunção. É verdade, também, que as exigências contidas no Provimento poderão acarretar demasiada demora na concretização de uma relação negocial imobiliária, por exemplo na situação hipotética de um vendedor de determinado imóvel ter seu nascimento ou casamento registrado em cartório de longínquo Estado da Federação, o que poderia comprometer ou mesmo inviabilizar a transação”.

Finalizou, concluindo que “não se olvide, ademais, que tal Provimento não trará total segurança jurídica ao negócio, uma vez que no interregno de 90 (noventa) dias poderá ocorrer situação de alteração no estado civil da pessoa, comprometendo, ainda assim, a autenticidade da certidão”.

Desse modo, o Provimento 170/2017 foi revogado por meio Provimento nº 195, de 22 de agosto de 2018, publicado no DJE 4095, p. 48, de 23/8/2018.

DESACUMULAÇÃO DA SERVENTIA DE ANASTÁCIO



A Corregedoria-Geral de Justiça encaminhou projeto de lei para acumulação e desacumulação das serventias extrajudiciais de Anastácio, para que passe a figurar naquela comarca um cartório de Serviço Notarial e Tabelionato de Protesto de Títulos e um cartório de Serviço de Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas e de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas.

A organização dos serviços extrajudiciais por parte do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul está prevista no art. 96, inciso I, alínea “b”, da Constituição Federal. Diante disso, foi realizado estudo socioeconômico e populacional para fins de readequação das serventias extrajudiciais de Anastácio, oportunidade em que a Corregedoria concluiu favoravelmente à proposta de desacumulação e acumulação das especialidades atribuídas às duas unidades extrajudiciais da Comarca de Anastácio MS, sobretudo para cumprir a regra inserta na alínea “c” do § 2º do art. 7º da Resolução/CNJ nº 80, de 9 de junho de 2009 (Pedido de Providências nº 126.152.0124/2015).

Foi encaminhada minuta de projeto à Presidência para a desacumulação dos Serviços de Registro de Imóveis e de Tabelionato de Protesto da Comarca de Anastácio visando a modificação do anexo III da Lei nº 1511/94 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso do Sul, na parte que trata do Quadro Permanente dos Ofícios de Justiça do Foro Extrajudicial.

Atualmente, ambas as serventias encontram-se vagas e sob a responsabilidade de oficiais interinos.

CONVERSA COM A MAGISTRATURA

Numa postura havida pelo Corregedor-Geral de Justiça como algo absolutamente natural, porém de forma inédita até então,



ao assumir o cargo, o Des. Carlos Eduardo Contar decidiu convidar todos os magistrados estaduais para uma reunião individual, estabelecendo uma maior interação com os integrantes da carreira, principalmente com o interesse de ouvir as necessidades e colher as expectativas, com a finalidade de encaminhar as soluções de tudo que se fizesse preciso.

O objetivo da proposta, denominada “Conversa com a Magistratura”, foi o de conhecer a realidade dos juízes, integrar, aproximar, estabelecer um intercâmbio entre as Instâncias, de modo a obter uma devolutiva do que pode ser melhorado e construir a eficiência operacional do Poder Judiciário; sendo proveitosamente realizada com os Juízes de Direito da comarca de Campo Grande, pela facilidade de acesso, e com alguns outros do interior, na medida de suas vindas à Capital.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

1º Fórum de Direito Administrativo no TCE/MS



O Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador Carlos Eduardo Contar, participou no dia

17/9/2018 do “1º Fórum Brasileiro de Direito Administrativo, Serviços Públicos e Regimes Jurídicos”, sediado pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul. A palestra de abertura foi discorrida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, que explanou sobre o tema: Comando Preventivo Exercido pelos Órgãos de Controle e o Princípio da Segurança Jurídica.

O Corregedor presidiu o último painel do evento, que teve como tema o “Controle Jurisdicional do Ato Administrativo” e contou com a participação do Ministro do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) Reynaldo Soares da Fonseca e do Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Doutor pela USP-SP Tarcísio Vieira de Carvalho Neto.

Presença do Corregedor na posse do Desembargador Jonas Hass da Silva Jr



O Corregedor-Geral de Justiça prestigiou, na data de 19/7/2018, a solenidade de posse do Desembargador Jonas Hass da Silva Júnior, que assumiu o cargo em razão do falecimento do Desembargador Romero Osme Dias Lopes.

Corregedor participa da Solenidade de outorga da Comenda “Colar do Mérito Judiciário 2018”



O Corregedor-Geral de Justiça esteve presente na solenidade de outorga da Comenda “Colar do Mérito Judiciário 2018” entregues ao Desembargador Romero Osme Dias Lopes, Ministro Humberto Eustáquio Soares Martins, Servidora Indianez Maria Menegas, Médico Luiz Antônio Monteiro Simões, realizado no dia 27 de julho de 2018, no plenário do Tribunal Pleno.

O evento versa sobre a mais alta homenagem outorgada a pessoas que prestaram relevantes serviços à cultura jurídica ou ao Poder Judiciário, que foi instituída pela Resolução nº 249/1997 e, desde sua instituição, foi entregue a ministros, desembargadores, procuradores e pessoas que colaboraram de forma expressiva com a justiça.

Corregedor Adjunto participa do 79º Encoge



O Corregedor-Geral de Justiça Adjunto, Des. Sérgio Fernandes Martins, participou da 79ª edição do Encontro do Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil, realizado no período de 18 a 20 de outubro de 2018, em Natal/RN, que teve como tema “A Corregedoria como Instrumento de Gestão do Poder Judiciário”.

OUTRAS ATIVIDADES DO CORREGEDOR

Visita aos Representantes do Ministério Público

Ao assumir as atribuições inerentes ao cargo, na data de 16/7/2018, o Corregedor-Geral de Justiça, Des. Carlos Eduardo Contar, acompanhado dos Juízes Auxiliares, visando estabelecer bons resultados e o fortalecimento de parcerias positivas, realizou visita a Procurador-Geral de Justiça, Dr. Paulo Cezar dos Passos e ao Corregedor-Geral do Ministério Público, Dr. Marcos Antônio Martins Sottoriva.



Visita à Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de MS

O Corregedor-Geral de Justiça, juntamente com os Juízes Auxiliares, realizou visita ao Presidente da OAB/MS, Mansour Elias Karmouche, e ao Conselheiro Federal, Ary Raghiant, na data de 17 de julho de 2018, colocando-se à disposição da advocacia, de modo a estreitar os laços com a instituição para um aprimoramento cooperativo do sistema da justiça.



Visita ao Defensor Público Geral e à Corregedora-Geral da Defensoria Pública de MS

O Corregedor-Geral de Justiça também realizou visita de apresentação ao Defensor Público Geral, Dr. Luciano Montalli, e à Corregedora-Geral da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, Dr.^a Salete de Fátima Nascimento, na data de 2 de agosto de 2018.

ATENDIMENTOS/ REUNIÕES EM GERAL

JULHO

- Reunião com a delegatária do cartório extrajudicial de Paraíso das Águas;
- Reunião com o Presidente da OAB-MS, acerca de reclamações referentes aos Juizados Especiais;
- Reunião com Secretário Municipal do Meio Ambiente e Gestão Urbana, para tratar do desmembramento de uma área irregular no município, com as presenças do Procurador Geral do Município e do Presidente da ANOREG;
- Reunião com a Associação dos Escrivães e Diretores de Cartório do Estado de Mato Grosso do Sul, para tratar do resgate da isonomia remuneratória entre os escrivães e os chefes de cartório;
- Reunião com Delegados da Polícia Civil e presidente da ADEPOL, solicitando reanálise de provimento.

Atendimento	1
Eventos	2
Reuniões	4
Visitas	3
Total	10

AGOSTO

- Reunião com associados da ANOREG;
- Reunião com a delegatária do 4º Ofício, referente a questões de seu cartório.
- Reunião com Professora da UFMS e alunos, presidente da ANOREG e Juiz Auxiliar desta Corregedoria, para tratarem de registro de corpo a ser direcionado para estudo.

Atendimento	1
Eventos	2
Reuniões	15
Visitas	4
Total	22

SETEMBRO

- Reunião com servidor do Conselho de Supervisão de Juizados.
- Reunião com Prefeito de Bataguassu e Presidente da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (ASSOMASUL).
- Atendimento à servidora aposentada do Ministério Público.
- Atendimento à advogada.
- Reunião com Diretor de Planejamento deste Tribunal de Justiça;
- Reunião com o Diretor da Comunicação do Tribunal de Justiça;
- Reunião com Diretor Geral e Juizes Auxiliares da Corregedoria;
- Reunião conjunta com Diretor de Planejamento e da Coordenadoria de Estatística do Tribunal de Justiça;
- Reunião com a Defensora Pública para tratar de reclamações nos cartórios extrajudiciais do interior;
- Reunião com o Juiz Auxiliar da Presidência do TJMS;
- Reunião com servidores do Setor de informática;
- Reunião com Assessor Jurídico da Governadoria;
- Reunião com a Diretora do Departamento de Remuneração do Conselho Superior da Magistratura;

- Reunião com o Advogado e Diretor da Escola Judiciária Eleitoral;
- Reunião com servidores da Covep;
- Reunião com Corregedor-Geral do Ministério Público e à Assessora Especial do Corregedor.

Atendimentos Geral	7
Atendimentos Juizes (Reuniões)	35
Eventos	2
Reuniões	22
Visitas	0
Total	66

OUTUBRO

- Reunião com o Diretor de Planejamento;
- Atendimento a Advogado;
- Participação na Solenidade de Posse dos Desembargadores Dileta Terezinha Souza Thomaz e Emerson Cafure;
- Reunião com Desembargador Sérgio Fernandes Martins;
- Participação no 33º Aniversário do Comando Militar do Oeste
- Reunião com a Defensora Pública de 2ª Instância;
- Reunião com Corregedor-Geral do Ministério Público e Assessor Especial do Corregedor;
- Reunião com o Diretor de Planejamento;
- Reunião com Desembargador Sérgio Fernandes Martins e Juízes Auxiliares;
- - Reunião com Advogado e Diretor da Escola Judiciária Eleitoral (EJE-MS);
- - Reunião com Presidente da ANOREG e advogado para tratar das questões de CND, INSS e Fundo de Registro Civil;
- - Reunião com o Advogado e Diretor da Escola Judiciária Eleitoral (EJE-MS) e Juiz Auxiliar da CGJ/MS;
- - Reunião com a Diretora da Secretaria da Magistratura;
- - Visita à Procuradoria-Geral de Justiça;
- - Reunião com Desembargador Ruy Celso Barbosa Florence
- - Participação na reunião da Comissão de Concursos
- - Reunião com Procurador Geral do Município e com Juiz Auxiliar desta Corregedoria;
- - Reunião com Desembargador Marcos José de Brito Rodrigues.

Atendimentos Geral	1
Atendimentos Juízes (Reuniões)	33
Eventos	3
Reuniões	24
Visitas	1
Total	62

NOVEMBRO

- Reunião com Assistentes de Inteligência do TJMS;
- - Desembargador Alexandre Bastos;
- - Reunião com Desembargador Sérgio Fernandes Martins, Presidente da Assembleia Legislativa, Juiz Auxiliar da CGJ e Assessor de Projetos Especiais;
- - Reunião com Coordenador de Estatística da Assessoria de Planejamento do TJMS;
- - Atendimento a advogado;
- - Reunião com Desembargador Ruy Celso Barbosa Florence;
- - Reunião com participantes da Federação de Tiro de Mato Grosso do Sul e Assessor de Projetos Especiais do TJMS;
- - Reunião com o Diretor de Planejamento do TJMS.
- - Reunião com o Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoal do TJMS;
- - Atendimento à advogada;
- - Participação em reunião na Presidência com o Contra-Almirante;
- - Reunião com Presidente da Assembleia Legislativa;
- - Reunião com a Diretora Jurídica da Assessoria Jurídico-legislativa;
- - Reunião com o Assessor de Inteligência do TJMS;
- - Reunião com o Diretor de Comunicação do TJMS;
- - Reunião com Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul – SINDIJUS;

- Reunião com o Vice-Presidente do TJMS;
- Reunião com o Procurador Geral do Município de Campo Grande

Atendimentos Geral	3
Atendimentos Juízes (Reuniões)	14
Eventos	1
Reuniões	24
Visitas	0
Total	42

• Atuação nas Sessões do Tribunal Pleno

JULHO

SESSÕES	18/7/2018
COMPARECIMENTO	SIM
PROCESSOS RELATADOS	0

AGOSTO

SESSÕES	1º/8/2018 15/8/2018
COMPARECIMENTO	SIM
PROCESSOS RELATADOS	0

SETEMBRO

SESSÕES	5/9/2018 26/9/2018
COMPARECIMENTO	SIM
PROCESSOS RELATADOS	1 0

OUTUBRO

SESSÕES	30/10/2018 31/10/2018
COMPARECIMENTO	SIM
PROCESSOS RELATADOS	0 0

NOVEMBRO

SESSÕES	28/11/2018
COMPARECIMENTO	SIM
PROCESSOS RELATADOS	2
Total	3

Atuação nas Sessões do Órgão Especial

JULHO

SESSÕES	18/7/2018
COMPARECIMENTO	SIM
PROCESSOS RELATADOS	0

AGOSTO

SESSÕES	1º/8/2018 15/8/2018
COMPARECIMENTO	SIM
PROCESSOS RELATADOS	0

SETEMBRO

SESSÕES	5/9/2018 19/9/2018
COMPARECIMENTO	SIM
PROCESSOS RELATADOS	0

OUTUBRO

SESSÕES	17/10/2018
COMPARECIMENTO	SIM
PROCESSOS RELATADOS	0

NOVEMBRO

SESSÕES	7/11/2018 21/11/2018
COMPARECIMENTO	SIM
PROCESSOS RELATADOS	0

Atuação nas Sessões do Conselho Superior da Magistratura

JULHO

SESSÕES	16/7/2018 31/7/2018
COMPARECIMENTO	SIM
PROCESSOS RELATADOS	0 3

AGOSTO

SESSÕES	14/8/2018 23/7/8018
COMPARECIMENTO	SIM
PROCESSOS RELATADOS	10 1

SETEMBRO

SESSÕES 4/9/2018 | 26/9/2018

COMPARECIMENTO SIM

PROCESSOS
RELATADOS **9 | 6**

OUTUBRO

SESSÕES 16/10/2018 |
29/10/2018

COMPARECIMENTO SIM

PROCESSOS
RELATADOS **4 | 0**

NOVEMBRO

SESSÕES 13/11/2018 |
27/11/2018 30/11/2018

COMPARECIMENTO SIM

PROCESSOS
RELATADOS **2 | 2 | 0**

EJUD

Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul



Diretor-Geral da Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul - Ejud-MS
Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso

Vice-Diretor da Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul - Ejud-MS
Des. Odemilson Roberto Castro Fassa

Conselho Consultivo e de Programas da Ejud-MS

Des. Jairo Roberto de Quadros
Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva
Des. Paschoal Carmello Leandro
Des. Sideni Soncini Pimentel
Des. Vladimir Abreu da Silva
Dr. Ricardo César Carvalheiro Galbiati

Conselho Editorial e de Pesquisa da Ejud-MS

Dra. Luíza Vieira Sá de Figueiredo
Dr. Thiago Nagasawa Tanaka
Dr. Vinicius Pedrosa Santos

Coordenadoria do Núcleo de Ensino a Distância da Ejud-MS

Coordenador - Dr. Renato Antônio de Liberali

Coordenadoria de Projetos da Ejud-MS

Coordenador - Des. José Ale Ahmad Neto

Diretora de Secretaria da Escola Judicial

Natacha Neves de Jonas Bastos

Consultoria Educativa

Deise Moura Mathias

Assessoria Técnica Especializada I

Mauro César Candido Pereira

Assessoria Técnica Especializada II

Aline Ferreira de Campos

Diretora do Departamento de Apoio Administrativo e Logístico

Otávia Gonçalves da Cunha

Diretora do Departamento de Ensino

Rosimar Maria da Silva Gomes

Diretora do Departamento de Processamento e Controle

Vilma Helena Marques Ferreira

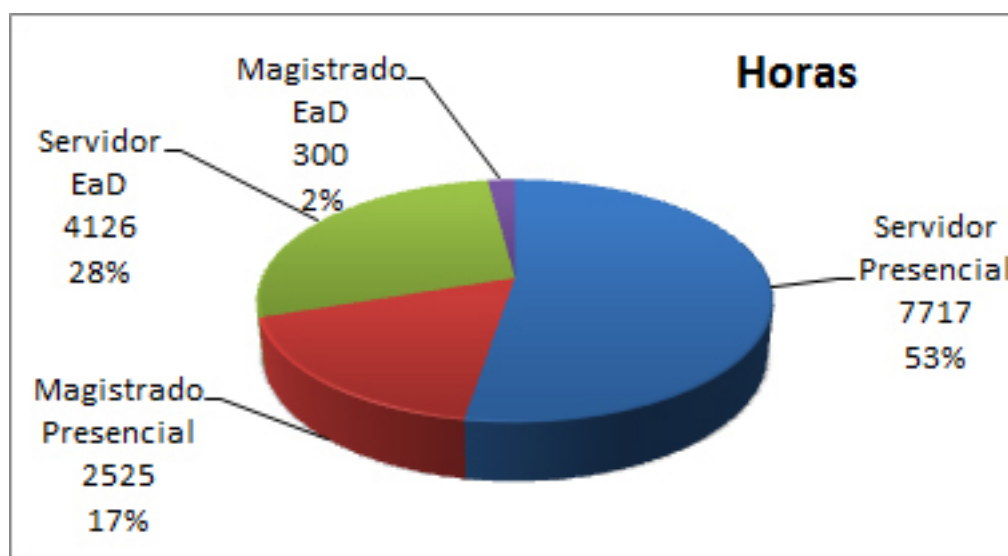
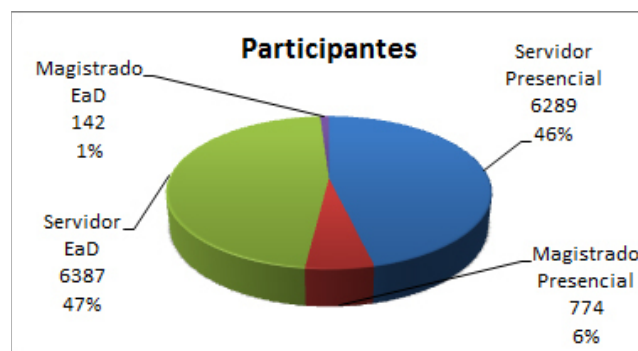
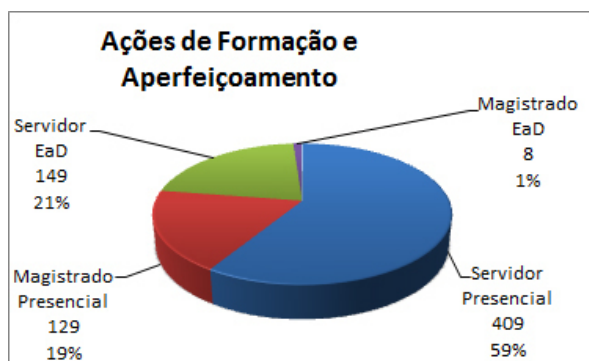
Este relatório apresenta as atividades desenvolvidas pela Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul (Ejud-MS), com o detalhamento em planilhas, discriminando todas as ações de formação e aperfeiçoamento para magistrados e servidores realizadas no biênio 2017/2018. Ao todo foram 695 ações de ensino, dentre as quais 137 para magistrados e 558 para servidores. Tais ações implicaram em formação e aper-

feiçoamento de aproximadamente 13.592 participantes, perfazendo um total de 14.668 horas-aula. Esses dados destacam o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul no cenário nacional.

A Ejud-MS, criada por meio da Lei 3.932, de 13/07/2010, é um Órgão auxiliar do Poder Judiciário Estadual para implementação das políticas e estratégias institucionais. Mantém intensa

agenda de atividades, proporcionando aperfeiçoamento profissional a magistrados, servidores e colaboradores da justiça com ênfase na formação humanista, integral e interdisciplinar voltada para a prática judiciária, a fim de fomentar o alcance de exímios resultados na prestação dos serviços jurisdicionais à sociedade sul-mato-grossense.

Modalidade	Presencial			EaD			Total Geral
	Servidor	Magistrado	Total	Servidor	Magistrado	Total	
Público Alvo							
Ações de Formação e Aperfeiçoamento	409	129	538	149	8	157	695
Participantes	6.289	774	7.063	6.387	142	6.529	13.592
Horas	7.717	2.525	10.242	4.126	300	4.426	14.668



Fonte: Sistema da Escola Judicial de MS - SEJUD de 01/01/2017 a 23/10/2018.

O processo de ensino aprendizagem da Ejud-MS:

O processo de ensino aprendizagem da Ejud-MS compreende o desenvolvimento individual e coletivo, pautando-se nos valores éticos, na solidariedade, na justiça e nos pilares da educação eleitos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO): aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser.

Os cursos são realizados na modalidade presencial, semipresencial e a distância. A classificação dos cursos abrange a formação inicial e a formação continuada, sendo a inicial aquela destinada ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para o desempenho das atividades inerentes às atribuições do cargo e à continuada quando se referir ao desenvolvimento das competências e atualizações necessárias ao longo da vida profissional.

Alteração da Estrutura Administrativa da Ejud-MS:

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, Desembargador João Maria Lós, em 2 de março de 2015, por meio da Portaria n. 697 do TJ/MS, alterou a estrutura administrativa da Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul – Ejud-MS, unificando as Secretarias de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e a Secretaria de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores em uma única Secretaria, denominada Secretaria da Escola Judicial. Essa mudança trouxe redução de 30% do contingente de servidores da estrutura anterior.

As ações desenvolvidas nestes dois anos seguiram o planejamento das ações de ensino realizado por esta Direção, observando o alinhamento com as diretrizes da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), nos cursos para magistrados e, nos cursos para servidores, a observância das diretrizes do Ceajud-CNJ, dando assim, cumprimento ao Plano Político-Pedagógico. Convém ressaltar que as ações da Ejud-MS deram prioridade ao aprimoramento dos serviços relativos ao Primeiro Grau de Jurisdição, conforme disposto no art. 3º da Resolução n. 194, de 26 de maio de 2015, do Conselho Nacional de Justiça.

Ao finalizar o ano de 2017 a avaliação dos resultados das ações educacionais desenvolvidas pela Ejud-MS, é muito positiva, mesmo com uma redução de 30% no seu quadro de pessoal. Esta gestão não mediu esforços quanto aos investimentos em conhecimento, revelando o zelo e cuidado para com a busca contínua da excelência na prestação jurisdicional. Corroboro as palavras do presidente do TJMS, Desembargador João Maria Lós, de que no biênio de 2015/2016 “A Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul sai fortalecida, pois a Ejud-MS capacitou magistrados e servidores do Poder Judiciário, o que proporciona aos jurisdicionados cada vez mais com menos e com mais eficiência.”

Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso

Diretor-Geral da Ejud-MS

Ejud-MS realizou Encontro de Juízes Diretores de Foro do Estado de MS



Nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2017, o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, por meio da Escola Judicial de MS (Ejud-MS), realiza o 1º Encontro de Juízes de Direito Diretores de Foro do Estado de Mato Grosso do Sul. O evento acontece no auditório da Amamsul Sede Campestre, situado na Av. Ana Rosa C. Ocampos, 1.455. A abertura ocorreu na quinta-feira (23), às 9 horas.

Com a publicação da Portaria nº 165, de 15 de fevereiro de 2017, em que o presidente do Conselho Superior da Magistratura, Des. Divoncir Schreiner Maran, designou os Juízes Diretores de Foro para o ano Judiciário de 2017, a partir do dia 1º de março, fez-se necessária a convocação de 24 deles para participar deste curso, a fim de passar instruções sobre temas atinentes à função de Diretor do Foro.

No primeiro dia de curso (23), o juiz da 2ª Vara do Tribunal no Júri de Campo Grande, Aluizio Pereira dos Santos, abordará, no período da manhã, o tema “O Papel do Juiz Diretor do Foro na Fiscalização das Serventias Extrajudiciais”. À tarde, o presidente da Associação dos Notários e Registradores de MS (Anoreg-MS), Juan Pablo Correa Gossweiler, abordará o tema “As Atividades Notariais e Registrais, Natureza Jurídica e Implicações”.

No segundo dia de curso, no período da manhã, o servidor do TJMS, lotado na Corregedoria-Geral de Justiça, Edir Soken, abordará o tema “Questões Práticas das Correções Extrajudiciais e Fiscalização dos Livros de Registro Diário Auxiliar de Receitas e Despesas”. O juiz Aluizio Pereira dos Santos estará no período da tarde para dar Orientações Técnicas Procedimentais acerca do primeiro tema do curso. Ao final, o Corregedor-Geral de Justiça, Des. Romero Osme Dias Lopes, fará o encerramento do Encontro. O curso terá metodologia com aulas expositivas, dialogadas e relato de experiências dos Juízes Diretores de Foro.

Ejud realiza curso para juízes Diretores dos Foros sobre correções extrajudiciais



Durante dois dias de intensos estudos e debates, os novos juízes de Direito Diretores de Foro estiveram reunidos na Sede campestre da Amamsul para o 1º Encontro de Juízes de Direito Diretores de Foro do Estado de Mato Grosso do Sul, promovido pelo Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, por meio da Escola Judicial de MS (Ejud-MS). A abertura do evento, ocorrida na quinta-feira (23), foi feita pelo presidente do TJMS, Des. Divoncir Schreiner Maran. O encontro teve como coordenador o Corregedor-Geral de Justiça, Des. Romero Osme Dias Lopes.

Na abertura, o presidente do TJ considerou a iniciativa pioneira e muito oportuna. “A iniciativa da Corregedoria-Geral de Justiça é merecedora de nosso reconheci-

mento e aplauso. Realizado dias antes dos novos juízes diretores de foro assumirem o comando administrativo de suas comarcas, este curso, por certo, ajudará em suas incumbências. A temática gravita em torno dos cartórios extrajudiciais e é de sabinça de todos nós, que os juízes Diretores do Foro, são corregedores natos e devem efetuar correções periódicas, principalmente nas serventias extrajudiciais”, disse.

O Des. Divoncir Schreiner Maran aproveitou a reunião dos juízes para chamar atenção sobre o teor da Portaria 1.056/2017, que estabelece medida de racionalização do gasto público, no âmbito do Poder Judiciário, tendo como meta a redução de 20% das despesas. “Quero conclamá-los para auxiliar a administração do TJMS na aplicação da referida portaria, diante do delicado momento de crise econômica a qual passa o país, sem que, com isto, comprometa-se o bom atendimento da população”.

O diretor-geral da Ejud-MS, Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, explicou que a Escola também está fazendo sua parte de modo a racionalizar os gastos públicos da melhor maneira, contribuindo com a Administração do TJMS. O diretor da Ejud também lembrou que a Escola sempre capacitou os Secretários de Direção de Foro, e este é o primeiro curso voltado para os juízes Diretores, a fim de tratar de assuntos relacionados, exclusivamente, a estes últimos.

“Este curso para nós é muito importante, uma vez que dentre outras atribuições que são cabíveis ao juiz Diretor do Foro, está por exemplo, a de fiscalizar os emolumentos dos cartórios extrajudiciais”, disse o diretor da Ejud.

No primeiro dia de curso (23), o juiz da 2ª Vara do Tribunal no Júri de Campo Grande, Aluizio Pereira dos Santos, abordou, no período da manhã, o tema “O Papel do Juiz Diretor do Foro na

Fiscalização das Serventias Extra-judiciais”. À tarde, o presidente da Associação dos Notários e Registradores de MS (Anoreg-MS), Juan Pablo Correa Gossweiler, abordou o tema “As Atividades Notariais e Registrais, Natureza Jurídica e Implicações”.

No dia 24, no período da manhã, o servidor do TJMS, lotado na Corregedoria-Geral de Justiça, Edir Soken, tratou do tema “Questões Práticas das Correições Extrajudiciais e Fiscalização dos Livros de Registro Diário Auxiliar de Receitas e Despesas” e, no período da tarde, novamente o juiz Aluizio Pereira dos Santos esteve com os juízes Diretores de Foro para dar mais Orientações Técnicas Procedimentais acerca do primeiro tema do curso.

O juiz Aluizio Pereira dos Santos, que está deixando a Direção do Foro da Capital, relatou sua experiência desta atribuição, em especial sobre correições extrajudiciais. Para ele, o Diretor do Foro deve sempre estar muito atento ao trabalho dos notários e registradores públicos. **“Este é um serviço essencial prestado ao público, de modo que o magistrado deve fazer as correições necessárias, com o objetivo de o usuário dos cartórios receber um ótimo serviço”.**

TJ realiza curso para formação de formadores da Ejud-MS



O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, por meio da Escola Judicial do Estado de MS (Ejud-MS), realizou, nos dias 13 e 14 de março, no laboratório de estudo da Ejud, o Curso Formação de Formadores - Docência Supervisionada, com o tema “Orientações

Pedagógicas para Formação de Magistrados”. A abertura da capacitação foi proferida pelo diretor-geral da Ejud, Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso.

O curso teve como objetivo aplicar as diretrizes pedagógicas da Enfam para formadores do curso de formação inicial para Magistrados do TJMS, além de proporcionar a compreensão do processo de ensino da educação liberal e progressista; e elaborar um plano de aula observando os elementos que compõem o planejamento de ensino, conforme dispõe a Instrução Normativa n. 3/16, da Enfam.

Com carga horária equivalente a 10 h/a de aulas teóricas e práticas, participaram do curso magistrados e servidores. Atuaram como formadores na capacitação os juízes Vinicius Pedrosa Santos e Luiza Vieira Sá de Figueiredo, além dos servidores da Ejud Deise Moura Mathias, Mário Fernandes Barbosa e Mauro César Candido Pereira.

Escola Nacional realizará curso de Formação de Formadores na Ejud-MS



Levando em conta o desempenho alcançado pela Ejud-MS, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira – Enfam, em sinal de prestígio da nossa instituição, realizou no período de 18 a 20 de abril, na Ejud-MS, a primeira etapa do Curso de Formação de Formadores para Magistrados, contemplando as escolas da região Centro-Oeste e do Distrito Federal.

Objetivando contemplar as demandas de todas as escolas do Brasil, serão realizadas, durante o ano corrente, oito turmas nesse novo formato, sendo duas em Brasília e outras seis em escolas localizadas nas cinco regiões federativas do Brasil, sendo a primeira delas a Ejud-MS.

Tal iniciativa representa um tento a mais oriundo da gestão do Presidente Des. Divoncir Schreiner Maran.

Ejud promove cursos sobre Gestão de Documentos e Informática



Desde a segunda-feira (27), os servidores Luís Otávio e Rodrigo Schmidt atuam como instrutores do curso “Informática Básica – 1ª Turma” direcionado para 18 participantes. O objetivo deste curso, que teve duração de 30 h/a, foi capacitar servidores do Poder Judiciário, buscando mais eficiência e efetividade na utilização de equipamentos de informática, ao mesmo tempo em que eleva a qualidade da prestação jurisdicional e facilita a utilização dos recursos de informática, conforme resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

No período de 27 a 31 deste mês, dois servidores participaram do Curso “Automatizando a Administração com o Windows PowerShell”, promovido pela empresa Green Treinamento e Consultoria. A presença dos servidores justificou-se em razão de o treinamento objetivar aumento de conhecimentos e habilidades necessários para gerenciar, de maneira remota, servidores que

se baseiam no sistema Windows e Windows PowerShell 4.0, administrando vários serviços dentro do ambiente do sistema Windows, além de automatizar tarefas de gestão realizadas manualmente no dia a dia.

Na sexta-feira dia 31 de março, o curso sobre “Sistema de Controle de Documentos e Processos Administrativos (SCDPA) Gestão de Documentos – 2ª Turma” foi ministrado para 12 servidores pelos instrutores Carla Fernandes de Barros e Ossan Mohamed Mazlon. O treinamento visou à atualização dos servidores com conhecimentos específicos do SCDPA, para que aqueles possam desempenhar suas funções com mais eficiência e celeridade diariamente, relacionadas ao envio de documentos administrativos e jurisdicionais.

Em todos os cursos, o diretor-geral da Ejud-MS, Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, enfatizou a importância da participação dos servidores em cursos e atualizações, visto que estas ficam registradas em seus históricos funcionais e são consideradas em casos de permuta, remoção e promoção.

O Diretor-Geral ainda falou aos servidores interessados em instrutoria que enviem seus currículos para o e-mail ejud@tjms.jus.br, pois há necessidade de novos instrutores na Escola Judicial.

Ejud-MS realiza a 1ª replicação do Curso Gerenciamento de Riscos e Crises para magistrados



Nos dias 6 e 7 de abril, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, por meio da Escola Judicial do Estado de MS (Ejud-MS), realizou a 1ª Replicação do Curso Gerenciamento de Riscos e Crises no Exercício da Magistratura, na Academia de Polícia (Acadepol). O curso, credenciado na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), é voltado para a magistratura sul-mato-grossense e será novamente promovido em virtude do sucesso obtido quando da primeira realização



O curso atende solicitação da Comissão Permanente de Segurança Institucional do TJMS, presidida pelo Des. Vladimir Abreu da Silva, que entende ser essencial a formação do magistrado na área de segurança, visando a proteção de sua integridade física, de seus familiares e da própria instituição.

A primeira disciplina do curso, na manhã da quinta-feira (6), foi “Os Sistemas de Segurança do Poder Judiciário Estadual”, apresentado pela delegada Suzimar Batistela, assessora de inteligência do TJMS, e pelo Coronel QOPM Geraldo Garcia Orti, assessor militar do TJMS.

Deu continuidade às aulas, na manhã da quinta-feira, o juiz Fernando Paes de Campos e o Coronel Luís Antônio Sá Braga, com o tema “Gerenciamento de Riscos e Crises no Cotidiano do Magistrado”.

Na sequência, as aulas ficarão a cargo do servidor do TJMS, Luis Alfredo Pereira Soto, que discorrerá sobre “Segurança da Informação” e do perito médico legista

Ronaldo Rosa, que trará informações de “Primeiros Socorros”.

Na tarde da quinta-feira, os magistrados tiveram as disciplinas de “Segurança Pessoal e Institucional, Legislação e Normas”, com os delegados de Polícia Civil Ivan Barreira, Alberto Vieira Rossi e Fábio Però Correa Paes, e de “Procedimentos de Defesa Pessoal”, com o investigador de Polícia Lincoln Silva Cristóvão.

No último dia de curso, sexta-feira (7), os magistrados realizaram aulas práticas de direção defensiva e evasiva, com o escrivão de Polícia Wilson Xavier Paiva, e ao final conhecerão tipos de armamentos e técnicas de tiro, com o delegado de Polícia Civil Márcio Shiro Obara.



Dirigentes da Enfam se reúnem com diretores das escolas judiciais no TJMS



Na tarde da segunda-feira do dia 17, diretores de Escolas Judiciais da região centro-oeste se reuniram com representantes da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) para tratar de temas de interesses e demandas dessas Escolas Judiciais. O encontro ocorreu no Salão Pantanal do Tribunal de

Justiça, e foi aberto pelo presidente do TJMS, Des. Divoncir Schreiner Maran, e pelo Diretor-Geral da Escola Judicial de MS (Ejud-MS), Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, com a participação do Corregedor-Geral de Justiça, Des. Romero Osme Dias Lopes.

O secretário-geral da Enfam, juiz Carl Olav Smith, e o desembargador Eladio Lecey, presidente da Comissão de Desenvolvimento Científico e Pedagógico conduziram a reunião que tratou, dentre outros temas, da Formação de Juízes durante o processo de vitaliciamento, do alinhamento do Plano Estratégico do Tribunal com a Escola Judicial, do Curso de Formação Inicial de Magistrados, das Atividades Práticas Educacionais, do compartilhamento de cursos da Enfam, por meio de Ead, e do site institucional, que contará com Banco Nacional de Tutores que podem atuar como colaboradores.



A partir da terça-feira dia 18 até a quinta-feira dia 20 os magistrados participaram do Curso de Formação de Formadores, que se realizou no Novotel, em Campo Grande. Esta é a primeira vez que o curso, tradicionalmente ofertado em Brasília/DF, ocorrerá em outro Estado da Federação.

Em evento da Enfam e Ejud-MS, Ministra Nancy Andrichi destaca formação de magistrados humanistas

Durante o curso de Formação de Formadores realizado em Campo Grande-MS, pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e pela Escola Judicial de Mato Grosso do Sul (Ejud-MS), a minis-

tra Nancy Andrichi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), disse que as Escolas estão empenhadas em formar juízes humanizados, voltados ao melhor interesse das partes processuais.

Nancy Andrichi veio a Campo Grande participar da ação educativa e falou para magistrados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal que participam do curso. Na abertura participaram o presidente do TJMS, Des. Divoncir Schreiner Maran, o diretor-geral da Ejud-MS, Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, e o Des. Eladio Lecey, presidente da Comissão de Desenvolvimento Científico e Pedagógico da Enfam.

Para a ministra do STJ, as Escolas Judiciais têm papel fundamental na construção do profissional. Com 41 anos de magistratura, Nancy Andrichi participou ativamente da criação de uma Escola Nacional de Magistrados, ainda nos anos 80, juntamente com o Des. Eladio Lecey e o ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, in memoriam, que, hoje, dá nome à Enfam. A ministra falou aos colegas sobre a atuação do juiz, que segundo ela deve estar voltada para o lado humano do processo.



“Nós estamos trabalhando com seres humanos. Os processos são altamente técnicos, mas o conteúdo principal que as escolas precisam passar para os magistrados é a humanização do trabalho do juiz em relação às partes. Elas são o centro da atenção do juiz. Precisamos ter misericórdia, ter piedade e aplicar a lei com muita humanidade”, disse a ministra do STJ.

O curso de Formação de Formadores ocorreu, no período de 18 a 20 de abril, pela primeira vez fora de Brasília-DF, sede da Enfam. Esta é a terceira edição do curso e está sendo ofertado o Nível I, Módulo 1, para 35 participantes de Cortes do Centro-Oeste brasileiro, com carga horária de 24h.

A Ejud-MS se tornou referência na formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores e por isto foi escolhida pela Enfam para sediar, de forma descentralizada, o Curso Formação de Formadores.

“A Escola Judicial de Mato Grosso do Sul sente-se sobejamente honrada por ter sido a escola destacada para receber este importante curso (Formação de Formadores). A Ejud-MS foi uma das escolas que mais habilitou cursos na Enfam e isto trouxe o reconhecimento do trabalho realizado aqui, em Mato Grosso do Sul. Inclusive, nos foi solicitado pela Escola Nacional que passássemos o formato do curso “Gerenciamento de Riscos e Crises no Exercício da Magistratura”, para que outras Escolas Judiciais do país possam capacitar seus magistrados, nos moldes do nosso curso”, disse o Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, Diretor-Geral da Ejud-MS.

O Des. Eladio Lecey explica que com a nova gestão da ministra Maria Thereza de Assis Mourada, à frente da Enfam, foi pensado um novo formato de cursos da Escola, de modo a regionalizá-los, os quais antes eram concentrados no Distrito Federal. “Escolhemos Mato Grosso do Sul porque já conhecíamos a boa estrutura e o pessoal capacitado e dedicado da Ejud. Isto nos deu entusiasmo por começar por Mato Grosso do Sul e acreditamos que acertamos na escolha. Esta é a primeira oportunidade que estamos fazendo isto e é muito relevante, de maneira que a Enfam, como Escola Nacional, possa se aproximar das outras Escolas Judiciais e de Magistratura do Brasil”.

Regionalização de Curso da Enfam potencializa formação de magistrados

Terminou na quinta-feira dia 20 a terceira edição do curso de Formação de Formadores, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e pela Escola Judicial de Mato Grosso do Sul (Ejud-MS), em Campo Grande-MS. Esta foi a primeira vez que a ação educativa foi desenvolvida fora de Brasília, como forma de regionalizar a oferta de cursos para as outras unidades da federação. O curso ocorreu entre os dias 18 e 20 de abril e reuniu 35 participantes de Cortes do Centro-Oeste brasileiro, com carga horária de 24h, do Nível I, Módulo 1.



O objetivo deste módulo é desenvolver as competências didático-pedagógicas do magistrado que atua no ensino judicial, quanto à produção e organização de plano de aulas, estruturando articuladamente os seus diferentes elementos, como explica a coordenadora pedagógica da Enfam, Marizete da Silva Oliveira.

“O curso é desenvolvido para o magistrado que já atua como formador ou pretende atuar. Assim, nós trabalhamos na sensibilização do magistrado, para se visualizar quem é este formador, quais suas capacidades e habilidades, os saberes que ele tem que aplicar. Com isto trazemos uma reflexão do trabalho dele nas instituições de ensino judicial”, disse a coordenadora da Enfam.

A juíza federal, Daniele Maranhão, atua em Brasília. Ela

entende que a decisão da Escola Nacional em descentralizar a oferta de cursos foi acertada. “É imprescindível a regionalização dos cursos para magistrados, pois o Brasil é um país de dimensões continentais e os Estados têm realidades e condições distintas. A regionalização faz com que se propicie uma qualificação maior e melhor a determinadas regiões fora dos grandes centros”.



A magistrada, também destacou a qualidade da Ejud-MS, na condução deste curso, junto à Enfam. “Nós percebemos muita qualidade na organização, na logística e em especial no investimento de pessoal por parte da Ejud, o que demonstra que existe um interesse muito grande de formar formadores. Então é uma grata satisfação ver um Estado se movimentando neste sentido e trazendo pessoas de outros Estados da federação. É o que nós podemos constatar aqui neste encontro”, finalizou Daniele Maranhão.

O curso de Formação de Formadores realizado em Campo Grande-MS, pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e pela Escola Judicial de Mato Grosso do Sul (Ejud-MS), contou com a participação da ministra Nancy Andrighi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que abriu a ação educativa falando aos colegas magistrados do Centro-Oeste brasileiro, sobre a atuação humanística que o juiz deve ter perante a sociedade.



A abertura do curso foi feita pelo presidente do TJMS, Des. Divoncir Schreiner Maranhão, e pelo diretor-geral da Ejud-MS, Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, e contou com participação do Des. Eladio Lecey, presidente da Comissão de Desenvolvimento Científico e Pedagógico da Enfam. Também estavam presentes os Desembargadores Paulo Alberto de Oliveira e José Ale Ahmad Netto.

Ejud realiza curso sobre fiscalização de serventias extrajudiciais



Na quinta e sexta-feira, dias 11 e 12 de maio, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio de sua Escola Judicial (Ejud-MS), realizou o curso “A Responsabilidade do Poder Judiciário na Fiscalização das Serventias Extrajudiciais”. A ação educativa ocorreu nos períodos matutino e vespertino, no Novotel, em Campo Grande, com abertura às 7h45. Credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), este o curso tem a finalidade de atender o programa de formação continuada, para fins de aperfeiçoamento, vitaliciamento e/ou promoção na carreira da magistratura, com carga-horária de 20 horas-aula.

O treinamento contou com a participação do Desembargador Luís Paulo Aliende Ribeiro, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que atualmente é coordenador da Diretoria de Execução de Precatórios – DEPRE do TJSP. O magistrado paulista atuou, de 2009 a 2012, na Corregedoria Nacional de Justiça para os trabalhos relativos à Resolução 80 e para inspeções em vários Estados, sempre relacionadas aos serviços notariais e de registros públicos.

Na manhã do primeiro dia de curso, o corregedor-geral de justiça, Des. Romero Osme Dias Lopes, juntamente com o juiz auxiliar da Corregedoria, Fábio Possik Salamene, tratarão sobre o tema “As orientações da Corregedoria-Geral de Justiça na fiscalização das serventias extrajudiciais em MS e a responsabilidade do Poder Judiciário nesta atuação”.

Em seguida, o Des. Luís Paulo Aliende Ribeiro, ministrará a disciplina sobre “a regulação, pelo Poder Judiciário, da atividade notarial e de registros”, que traça um panorama da função notarial e de registro no Brasil; o regime jurídico das atividades de notariais e de registro e; a regulação da função notarial e de registro pelo Poder Judiciário.

No período da tarde, o magistrado de São Paulo deu aula sobre a Lei n. 8.935/94 e os princípios registrais e notariais, abordando os Princípios Notariais e Registrais, Imobiliários e da Publicidade Registral, segurança jurídica, legalidade dentre outros princípios norteadores, além dos aspectos da concentração e fé pública registral. Livros e classificadores do registro de imóveis e do tabelionato de notas.

Na manhã da sexta-feira dia 12, o diretor do Departamento de Correição Extrajudicial e de Apoio às Unidades Extrajudiciais do TJMS, Edir Soken, abordará com os magistrados questões práticas das correições extrajudiciais e fiscalização dos livros de registro diário

auxiliar de receitas e despesas, conforme as normas da Corregedoria-Geral de Justiça de MS.

E no período vespertino o Des. Luís Paulo Aliende Ribeiro retornou para falar sobre a correição em Cartórios de Registro de Imóveis e de Tabelionato de Notas, trazendo um momento de prática da atividade correicional, fazendo visita guiada a um Cartório de Registro de Imóveis e a um de Tabelionato de Notas, em Campo Grande-MS, com a exposição e manuseio de documentos e livros obrigatórios, de acordo com a especificidade de cada cartório, conciliando o conhecimento teórico à experiência prática para aprimoramento da função correicional.

Em curso da Ejud, juiz de SP defende o quarto tipo de responsabilidade



Iniciou, na manhã da quinta-feira dia 25, o curso “Crimes de Responsabilidade e Improbidade Administrativa”. Promovido pelo Tribunal de Justiça de MS, por meio de sua Escola Judicial (Ejud-MS), a ação educativa aconteceu até sexta-feira dia 26, no Novotel, em Campo Grande e tem a participação 44 juízes estaduais.

A abertura do evento foi feita pelo diretor-geral da Ejud, Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, e pelo Des. Alexandre Bastos, que representou o presidente do TJMS, Des. Divoncir Schreiner Maranhão. Também estavam presentes o juiz presidente da Amamsul, Fernando Chemin Cury, e o juiz-auxiliar da presidência do TJMS, Luiz Antonio Cavassa de Almeida.



O primeiro a ministrar aula foi o juiz de São Paulo, Luis Manoel Fonseca Pires, que apresentou a teoria da autonomia da Improbidade Administrativa como um quarto tipo de responsabilidade no ordenamento jurídico.

Para o magistrado, responsabilizar os agentes públicos, que cometeram algum tipo de ato de improbidade administrativa, apenas na esfera penal, cível ou administrativa pode não ser suficiente. A própria Lei de Improbidade (Lei 8.429/92), em seu art. 12, acresce outras hipóteses de responsabilidade, que não os três tipos já consagrados.

Apesar de o Superior Tribunal de Justiça (STJ) ter pacificado que a improbidade encaixa-se na responsabilidade civil, para Luiz Manoel, dá-se abertura para julgar sob a égide do direito privado, o que não é correto.

“Isto tem um sentido de fato, quando se fala em instância cível, em um regime jurídico de direito privado. O que não pode ser aplicado, em relação a apuração deste tipo de responsabilidade, porque relaciona-se à função pública, ou ao gestor da coisa pública. Então não posso aplicar fundamentos que dizem respeito à autonomia da vontade, tampouco aplicar a natureza de direito penal, porque são tipos vagos, que se preenchem no caso concreto. Como também, na seara administrativa, que considera diversas situações como infrações, não se pode encaixar como atos de improbidade”, salienta.

Ainda segundo o magistrado paulista, a jurisprudência no sentido da responsabilidade da

improbidade administrativa já vem sendo utilizada e “acabam se desvencilhando das amarras de se fixarem, necessariamente, em um destes escaninhos tradicionais. Para quem tenta associar uma improbidade administrativa como um crime, tenho que reconhecer que tem um foro de prerrogativa de função. Dessa forma, parte das ações deveriam tramitar nos tribunais superiores e outra questão seria a própria segurança jurídica que estaria prejudicada, porque os tipos são muito abertos”, explicou o juiz, ressaltando que se deve aplicar o regime público, que se volta a um confronto de natureza ética muito intensa.

Ainda na quinta-feira dia 25, o Des. Luís Francisco Aguilar Cortez, do TJSP discorreu em sua aula, sobre o “Direito Administrativo e Corrupção: a aplicação da Lei de Improbidade”. Na sexta-feira (26), a Procuradora da República Samantha Chantal Dobrowolski abordará sobre o tema “Combate à corrupção e à Lei de Leniência” e o juiz Marcos de Lima Porta tratará acerca de “Temas controvertidos na Lei de Improbidade Administrativa”.



Credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), este o curso tem a finalidade de atender o programa de formação continuada, para fins de aperfeiçoamento, vitaliciamento e/ou promoção na carreira da magistratura, com carga horária de 20 horas-aula. O coordenador é o Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso.

O curso também foi oportunizado para assessores de juízes e desembargadores.

Procuradora da República fala sobre Corrupção e Leniência em curso da Ejud

Terminou na sexta-feira dia 26 o curso “Crimes de Responsabilidade e Improbidade Administrativa”, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio de sua Escola Judicial (Ejud-MS). A ação educativa recebeu 44 juízes estaduais para colocar em debate um dos temas de maior atualidade no Brasil, o combate aos crimes contra a administração pública. O diretor-geral da Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul, Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, foi o coordenador deste curso.

No período da manhã do dia 26, a Procuradora Regional da República em São Paulo, Samantha Chantal Dobrowolski, tratou do tema “Combate à corrupção e à Lei de Leniência”. Antes da aula, a procuradora deu entrevista para o Jornal “Bom Dia MS”, da TV Morena, falando um pouco do trabalho da justiça em punir corruptos e corruptores.



Para ela, a legislação tem evoluído e inovado muito, principalmente nas últimas duas décadas. “Isto permite um avanço no trabalho das instituições de combate à corrupção, tanto o Judiciário como o Ministério Público. Mas ainda há necessidade de alguns ajustes, para que essa norma funcione adequadamente, com eficiência, respeito aos direitos e à segurança jurídica. Por isto seria bom se houvesse melhoras legislativas”, disse a procuradora, que ressaltou ainda a importância da

iniciativa da Ejud-MS em sempre manter uma reflexão permanente com os operadores do Direito.

No período da tarde, o juiz Marcos Porta, formador da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), tratou acerca de “Temas controvertidos na Lei de Improbidade Administrativa”, com análise da legislação vigente e estudo de casos concretos ou hipotéticos inerentes à atividade jurisdicional.

Na quinta-feira, primeiro dia de curso, o juiz de São Paulo, Luis Manoel Fonseca Pires, apresentou, no período matutino, o tema a teoria da autonomia da Improbidade Administrativa como um quarto tipo de responsabilidade no ordenamento jurídico. À tarde, no mesmo dia, o Des. Luís Francisco Aguilar Cortez discorreu sobre o “Direito Administrativo e Corrupção: a aplicação da Lei de Improbidade”.

Credenciado pela Enfam, este curso tem a finalidade de atender o programa de formação continuada, para fins de aperfeiçoamento, vitaliciamento e/ou promoção na carreira da magistratura, com carga horária de 20 horas-aula.

Todo o curso ocorreu no Novotel, em Campo Grande, e na abertura do evento estavam presentes o diretor-geral da Ejud, Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, o Des. Alexandre Bastos, que representou o presidente do TJMS, Des. Divoncir Schreiner Maran, o juiz presidente da Amamsul, Fernando Chemin Cury, e o juiz-auxiliar da Presidência do TJMS, Luiz Antonio Cavassa de Almeida.

Abertas inscrições para o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Judiciária



A partir do dia 19 de junho, foram reabertas as inscrições para o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Judiciária, que será oferecida pela Universidade Federal do Estado de MS – UFMS, desinente da parceria com o Tribunal de Justiça de MS, por intermédio de sua Escola Judicial (Ejud-MS).

O curso teve a carga horária de 360 (trezentos e sessenta) horas, com duração de 18 (dezoito) meses e foi ministrado no campus da Universidade Federal, na modalidade presencial, com aulas a cada quinze dias (sempre às quintas-feiras no período noturno e sextas-feiras durante o dia), no período de agosto/2017 a outubro/2018, com exceção dos meses de dezembro, janeiro e julho.

O valor da mensalidade é de R\$ 358,60 (trezentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), sendo que o Tribunal arcará com o pagamento de 50 % do valor da mensalidade aos magistrados, equivalente a R\$ 179,30 (cento e setenta e nove reais e trinta centavos), e concedeu bolsa integral para 4 servidores.

O início das aulas foi previsto para os dias 03 e 04 de agosto de 2017.

Curso de formação dos novos juízes aborda serviços extrajudiciais e mundo virtual

Começou na manhã de terça-feira do dia 25 o segundo dia do Curso de Formação Inicial dos 18 novos juízes substitutos de Mato

Grosso do Sul. Na referida semana foi desenvolvido o Módulo Nacional oferecido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

No período da manhã os juízes acompanham aula do tabelião Zenildo Bodnar, de Curitiba/PR, sobre “O Juiz e os Serviços Extrajudiciais”. À tarde os trabalhos serão conduzidos pelo juiz Marcelo Pizolati, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, e o tema abordado será “O Juiz e o Mundo Virtual”.



Curso – Após esta semana com o Módulo Nacional, a partir do dia 31 de julho começará o Módulo Local, sob a coordenação-geral do Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, Diretor-Geral da Ejud-MS, com carga horária de 480 horas-aula. No Módulo I serão abordadas as disciplinas do conteúdo obrigatório mínimo estabelecido pela Enfam, sob a coordenação da juíza Luíza Vieira Sá de Figueiredo.

No Módulo II, coordenado pelo juiz Ricardo Galbiati, as disciplinas de interesse da Administração do TJMS serão ministradas no período matutino e, no vespertino, os juízes terão atividade de prática judicante, integrante do Módulo III, que será coordenado pelo Des. José Ale Ahmad Netto.

Módulo Nacional da Enfam discute infância e juventude e impactos das decisões judiciais

Na quarta-feira dia 26, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) desenvolveu o terceiro

dia do Curso de Formação Inicial – Módulo Nacional – para os 18 novos juízes substitutos de Mato Grosso do Sul.



No período da manhã, os magistrados recém-ingressos acompanharam a aula do Desembargador José Antônio Daltoé Cezar, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, sobre “Infância e Juventude (Depoimento Especial e Adoção)”. À tarde, os trabalhos são conduzidos pelo juiz André Augusto Salvador Bezerra, do Tribunal de Justiça de São Paulo, que aborda o tema “Impactos Sociais, Econômicos e Ambientais das Decisões Judiciais e a Proteção do Vulnerável”.



Curso – O Módulo Nacional é ministrado pela Enfam e trabalha as disciplinas do conteúdo obrigatório mínimo estabelecido pela Escola Nacional. Após a conclusão do Módulo Nacional, começará, em 31 de julho, o Módulo Local, sob a coordenação-geral do desembargador Júlio Roberto Siqueira Cardoso, diretor-geral da Escola Judicial de Mato Grosso do Sul (Ejud-MS), com carga horária de 480 horas-aula.

Enfam conclui Módulo Nacional do curso de formação dos juízes substitutos de MS

Terminou na sexta-feira dia 24 o Módulo Nacional do Curso de Formação Inicial dos 18 novos juízes substitutos de Mato Grosso do Sul, oferecido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), realizado no Tribunal de Justiça.

Durante toda a semana, os novos integrantes da magistratura sul-mato-grossense adquiriram conhecimento com palestrantes de renome nacional como o Des. José Antonio Daltoé Cezar (TJRS), o juiz federal Vladimir Santos Vitovsky (TRF da 2ª Região), o juiz Marcelo Pizolati (TJSC), o juiz André Bezerra (TJSP), a juíza Luíza Vieira Sá de Figueiredo (TJMS), o juiz Edinaldo Santos Jr. (TJSE), o juiz José Henrique Torres (TJSP), a juíza federal Célia Bernardes (TRF 1ª Região) e o tabelião Zenildo Bodnar (Curitiba/PR).

Os temas discutidos nesses cinco dias de módulo nacional versaram sobre Ética e Humanismo; O juiz e os serviços extrajudiciais, O juiz e o mundo virtual, Infância e juventude (depoimento especial e adoção), Políticas raciais, Questões de gênero; Impactos Sociais, econômicos e ambientais das decisões judiciais e a proteção do vulnerável; O juiz, a juíza e a sociedade e os direitos humanos.

Na abertura do curso, na manhã de segunda-feira (24), o presidente do TJMS, Des. Divoncir Schreiner Maran, lembrou os desafios enfrentados até esse momento de início da carreira, garantiu que o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul investirá fortemente na formação dos novos integrantes da magistratura e espera que estes valorizem a nova conquista.

“O Tribunal de Justiça está à disposição para ajudá-los. Empe-

nham-se e pautem-se pela modestia, pelo bom senso. Honrem a função que de agora em diante exercerão no cargo, não pensem que ser juiz faz de vocês super homens. Espero que alcancem o maior de seus objetivos, que é de todos: um trabalho profícuo em prol do nosso jurisdicionado”, aconselhou.

O presidente da Comissão de Desenvolvimento Científico e Pedagógico da Enfam, Des. Eládio Luiz da Silva Lecey, fez uma avaliação extremamente positiva do curso, dos participantes e confessou estar encantado com a qualidade da magistratura sul-mato-grossense.



“Os juízes mostraram muito interesse nas aulas e estão bem conscientes das responsabilidades que um magistrado deve ter. São jovens muito alinhados às diretrizes da Enfam e muito sensíveis às nossas abordagens. Arrisco-me a dizer que esta foi a melhor turma pela qual passei nesses dois anos em que trabalho com formação inicial. Mato Grosso do Sul está de parabéns”, elogiou.

O diretor-geral da Ejud-MS, Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, lembrou que findo o módulo nacional, os juízes iniciam o módulo local, com 480 horas-aula. “A Enfam preocupou-se em mostrar aos novos juízes novas a responsabilidade que se adquire com o cargo e, na parte local, traremos formadores ligados às mais diferentes áreas, ou seja, a tudo o que acontece no Estado, permitindo que tenham capacitação técnico-jurídica, seguida da parte prática”.

A magistrada Larissa Luiz Ribeiro falou em nome dos juízes substitutos e destacou que foram todos muito bem recepcionados, que o módulo da Enfam do curso foi muito bom e apontou que a expectativa quanto ao trabalho a ser enfrentado nas comarcas é grande.

“Tenho amigos magistrados e eles já haviam mencionado a qualidade da preparação. Os professores apresentam temas polêmicos e não trazem a solução, porém, discutindo com os colegas, acabamos descobrindo que cada um tem um posicionamento, o que torna a experiência enriquecedora e agrega muito conhecimento”.

Na próxima segunda-feira (31) será iniciado o Módulo I, em que serão abordadas as disciplinas do conteúdo obrigatório mínimo estabelecido pela Enfam, sob a coordenação da juíza Luíza Vieira Sá de Figueiredo.

No Módulo II, coordenado pelo juiz Ricardo Galbiati, as disciplinas de interesse da Administração do TJMS serão ministradas no período matutino e, no vespertino, os juízes terão atividade de prática judicante, integrante do Módulo III, que será coordenado pelo Des. José Ale Ahmad Netto. O Módulo Local será coordenado pelo Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso.

Ejud-MS oferece primeiro curso EAD para Magistrados com carga horária válida para promoção

A Ejud-MS, em parceria com Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, realizará o primeiro curso EAD, com o tema Tribunal do Júri.

O curso foi elaborado pela Enfam e disponibilizado para a Ejud-MS, que ficou responsável pela sua tutoria, que será realizada pelo juiz Aluizio Pereira dos Santos, titular da 2ª Vara/Ofício do Tribunal do Júri, e Formador de Formadores habilitado pela Enfam.

De forma geral, a finalidade do curso é proporcionar aos magistrados e magistradas a atualização, o aperfeiçoamento e o aprofundamento dos saberes teóricos e práticos necessários para o exercício de sua função jurisdicional na condução dos processos de competência do Tribunal do Júri.

Com 40 vagas, o curso terá carga horária de 30 horas, sendo que 10% das vagas serão disponibilizadas para Magistrados vinculados a outros Tribunais.

As inscrições serão realizadas pela Intranet a partir do dia 12 de setembro, iniciando as aulas no dia 25 de setembro, e carga horária válida para o concurso de promoção por merecimento.

Abertas inscrições do IV Congresso de Direito Processual Civil de MS



O Tribunal de Justiça de MS, por intermédio da Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul (Ejud-MS), em parceria com a Escola de Direito Processual Civil (Edpc), realizou nos dias 14 e 15 de setembro, no Novotel, o IV Congresso de Direito Processual Civil de MS, em homenagem ao Professor Antônio Carlos Marcato.

O coordenador geral do Congresso é o Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, diretor-geral da Ejud-MS, e o coordenador acadêmico é Luiz Henrique Volpe Camargo, advogado e diretor da Edpc, que foi um dos autores do texto de elaboração do novo Código de Processo Civil.

Foram apresentados 23 painéis com palestras e debates. A parceria estabelecida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio de sua Escola Judicial, com outras instituições públicas e privadas busca oportunizar aos participantes um ambiente de discussão e aprendizagem a respeito das alterações legislativas no ordenamento jurídico trazidas pelo Novo CPC, 500 dias após sua entrada em vigor.

Dentre os renomados profissionais e doutrinadores do Congresso estarão Antônio Carlos Marcato, Daniel Amorim Assumpção Neves, Flávio Cheim Jorge, Rodrigo Mazzei, Eduardo Talamini e José Miguel Garcia Medina.

Inscrição de servidores – A Ejud-MS efetuou, sem nenhum custo, a inscrição no evento dos servidores interessados em participar.

Interior – Os magistrados e servidores do interior que tiveram interesse em participar se inscreveram por meio da Ejud sem nenhum custo, porém não houve o pagamento de diárias a estes participantes.

TJ abre inscrições para o II Encontro de Justiça Restaurativa em MS



Nos dias 21 e 22 de setembro, no Plenário do Tribunal Pleno, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, por meio da Coordenadoria da Infância e da Juventude e da Escola Judicial de MS

(Ejud-MS), realizou o II Encontro de Justiça Restaurativa em Mato Grosso do Sul. O evento terá como finalidade a capacitação e posterior treinamento de voluntários multiplicadores para passarem a atuar nesta técnica de diálogo.

Com vagas limitadas, e sem custo, o encontro contou com grandes especialistas na temática da Justiça Restaurativa e Círculos de Construção de Paz, como o Dr. Leoberto Brancher, coordenador estadual do Programa Justiça para o Século XXI do TJRS, o Prof. Marcelo Pelizzioli, coordenador do Espaço de Diálogo e Reparação da UFPE, e a psicóloga Monica Mumme, consultora e capacitadora em Justiça Restaurativa e Procedimentos Restaurativos.

Saiba mais – Justiça Restaurativa é um programa da Coordenadoria da Infância e da Juventude subdividido em Justiça Restaurativa na Escola e Justiça Restaurativa Juvenil.

A Justiça Restaurativa na Escola atende 26 escolas, sendo 21 da Rede Estadual de Educação e 5 da Rede Municipal de Educação, com previsão de ampliação para mais quatro escolas e extensão para a rede estadual de Dourados. É executado em ações conjuntas entre o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, Secretaria Estadual de Educação – SED e a Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

Entre as principais atividades desenvolvidas pelo programa estão ações preventivas, por meio de diálogos restaurativos com os alunos, visando trabalhar questões relacionadas à violência na escola, além de resolução de conflitos, reunião com os pais e capacitação de multiplicadores. A equipe é muito pequena para as proporções quantitativas de alunos e para isso é necessária a adesão de voluntários.

A equipe da Justiça Restaurativa na Escola é composta de pedagogos, psicopedagogos, psi-

cólogos, servidores do Tribunal de Justiça e professores que realizam diariamente visitas às escolas, nos turnos matutino e vespertino, para os atendimentos de resolução de conflitos e o desenvolvimento das ações preventivas. Sendo cinco cedidos pela SED e quatro cedidos pela SEMED.

O programa da Justiça Restaurativa Juvenil é executado em conjunto entre o Tribunal de Justiça e a Secretaria de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) para os casos judicializados. Atende adolescentes infratores de pequeno potencial ofensivo no resgate dos valores, realizando acordos consensualizados, sendo apresentado como um novo modelo de justiça, que busca soluções pacíficas, cujo foco está em prevenir conflitos, propiciando a execução de uma justiça mais educativa.

A Justiça Restaurativa objetiva, além da resolução de conflitos e da prevenção de processos, instaurar a Cultura da Paz, incentivando o respeito à vida, o ouvir e compreender o outro por meio dos valores declarados.

Governador e presidente da AL participam do Curso de Formação de Magistrados



Os 18 novos juízes substitutos de Mato Grosso do Sul, que participam do Curso de Formação Inicial, realizado pela Escola Judicial de MS (Ejud-MS), receberam, nesta segunda-feira (4), o governador Reinaldo Azambuja, o presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Junior Mochi e o Procurador-Geral de Justiça,

Paulo Passos. O governador, entre outros assuntos relacionados à segurança, destacou que o Estado é vizinho de países produtores de drogas e lembrou que no ano passado foram apreendidas 300 toneladas desses entorpecentes em MS, além de manter mais de 7 mil presos de outros estados.

“O problema é complexo e MS vive um completo abandono das forças federais na fronteira. Em qualquer país do mundo quem cuida da fronteira é a Polícia Federal. No Brasil é o contrário, nós temos hoje um esvaziamento das forças federais. A Polícia Rodoviária Federal vive quase sem combustível e a Polícia Federal, que deveria estar na fronteira, sofre com um baixíssimo contingente”, explicou Reinaldo Azambuja, afirmando que trabalha para reverter este quadro.

O governador destacou as potencialidades do Estado, o atual cenário econômico e projetos de desenvolvimento. Esclareceu sobre obras e investimentos que melhoram as questões da segurança pública e lembrou que falar aos 18 novos juízes de MS é fundamental, considerando que estes estarão nas comarcas, convivendo com os problemas e trabalhando para resolver os conflitos.



O presidente da Assembleia Legislativa, Junior Mochi, enalteceu que os órgãos públicos são agentes autônomos, mas harmônicos. “Nos municípios que os senhores serão designados e lotados a partir de agora, a figura do Poder Judiciário estará representada na pessoa de cada um dos senhores, portanto é importante que o texto constitucional não seja apenas letra fria da lei, mas que se

verifique no dia a dia das ações, a harmonia entre os poderes, pois ela é fundamental para que se possa fazer com que os municípios e o Estado se desenvolvam efetivamente, tanto no ponto de vista econômico, como no ponto de vista social”, pontuou.



O Procurador-Geral de Justiça Paulo Passos exaltou a importância de trabalhar em prol do jurisdicionado e asseverou que o Ministério Público e o Poder Judiciário existem em razão da sociedade.

O Curso de Formação Inicial dos Juízes Substitutos tem a coordenação-geral do Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso e uma carga horária de 480 horas-aula. O primeiro módulo termina no dia 15 de setembro e depois dois novos módulos complementarão a formação com a prática em cartórios, com o dia a dia de um juiz. Somente depois destas fases é que efetivamente os magistrados começarão a julgar. A previsão de encerramento é no dia 26 de novembro e o Diretor-Geral da Ejud destacou que MS é o primeiro a oferecer esta formação no novo modelo determinado pelo CNJ, o que demonstrará para os novos magistrados a importância de seus cargos e a responsabilidade de um juiz junto a comunidade em que irá atuar. Neste sentido, o contato com todas as autoridades constituídas do Estado são de fundamental importância.

Presidência – Após a participação na sala de formação, o Governador foi recebido pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Des. Divoncir Schreiner Maranhão, na sala da Presidência.

Novos juízes substitutos conhecem os órgãos da Justiça Eleitoral



Na manhã da quinta-feira (5), os 18 juízes substitutos participaram do Curso de Formação Inicial, promovido pela Escola Judicial de MS (Ejud-MS), tiveram uma aula diferente. Além da aula teórica, explanada pelo juiz José de Andrade Neto, da 14ª Vara Cível da Capital, os magistrados foram a campo e conheceram o 53º cartório eleitoral de Campo Grande e a estrutura do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MS).

Durante a aula, José de Andrade transmitiu suas experiências com a justiça eleitoral do Estado, falou sobre as dificuldades encontradas nas comarcas do interior e destacou a importância da atenção com as mídias digitais durante o período eleitoral. “As redes sociais vieram para ficar e cabe a nós, juízes, ficarmos atentos, para que esses meios de comunicações não infrinjam as leis”, disse ele.

Em seguida, os novos juízes foram ao 53º Cartório Eleitoral de Campo Grande, localizado no Fórum Eleitoral da Capital, sendo recebidos pela chefe de cartório Ana Carolina Cedroni e pela analista Luzia Gonçalves, onde tiveram a oportunidade de tirar as suas dúvidas e aproximar-se do expediente diário de um cartório eleitoral.

Além da visita ao Fórum Eleitoral, os novos juízes foram recebidos pela presidente do TRE/MS, Desa. Tânia Garcia de Freitas Borges, em seu gabinete. Durante a visita, a desembargadora desta-

cou a importância do curso e do treinamento dado pela Ejud-MS para o Poder Judiciário Eleitoral. “Esse treinamento constante é fundamental para garantir eleições tranquilas”, afirmou a desembargadora.

O juiz substituto Daniel Foletto Geller participou da visita aos órgãos e ressaltou a importância da atuação dos juízes durante o período eleitoral, para que tudo ocorra de forma rápida e conforme a lei.

“Sabemos que a condução do processo eleitoral é um dos pontos sensíveis no exercício da judicatura, em razão da própria conflituosidade da disputa eleitoral. Em breve estaremos nas comarcas de primeira entrância e nosso dever é atuar de forma transparente, segura e célere. Nosso primeiro encontro com a justiça eleitoral foi uma boa oportunidade de verificar que o TRE/MS está bem estruturado em nosso Estado e tem servidores capacitados em seu quadro”, afirmou o juiz substituto.

Participou ainda da visita o juiz Ricardo Cesar Carvalheiro Galbiati, titular da 2ª Vara de Fazenda Pública e Registros Públicos da Capital e coordenador do Módulo II do Curso de Formação Inicial.

Ejud promove aula sobre Depoimento Especial aos novos Juízes Substitutos



Nos dias 16, 17 e 18 de outubro, os novos juízes do Poder Judiciário de MS, participaram da aula “Depoimento Especial”, ministrada pela psicóloga Rosângela do Carmo e pela assis-

tente social Doêmia Ignez Ceni. Nos dias 16 e 17 as aulas são teóricas e ocorrem no antigo Plenário das Turmas Recursais, localizado no prédio do TJMS, e, no dia 18, as aulas serão práticas e ocorrerão no Fórum da Capital.

Sob coordenação-geral do Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, diretor-geral da Ejud-MS, o curso conta com grade atualizada e adequada com as normas da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), incluindo as novas diretrizes da Lei nº 13.431/17, sancionada em abril deste ano. A nova metodologia prepara o juiz para lidar com o depoimento de crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas de violências ou abusos, oferecendo um tratamento diferenciado e humanizado.

O novo procedimento coloca o juiz, acompanhado do promotor e advogado, em uma sala e a criança com o entrevistador em outra. Desta forma, o entrevistador poderá resgatar a memória da criança de forma mais confortável e intimista, sem com isto revitimizá-la. “Com o auxílio da tecnologia, o juiz ou promotor, caso tenha restado algum assunto a ser abordado, poderá ao final da entrevista perguntar através de um microfone ao entrevistador que, em seguida, transformará a pergunta, para que a criança possa compreender”, relata a psicóloga Rosa do Carmo.

O curso é uma forma de capacitar os novos juízes para que eles conheçam a metodologia do Depoimento Especial aplicada pelo entrevistador, que tratará de conduzir a entrevista de forma imparcial, coibindo a existência de indução ou condução das respostas dada pelas vítimas ou testemunhas, explica a assistente social Doêmia Ceni. “Mesmo que o juiz não aplique a entrevista, ele precisa entender a metodologia que o entrevistador utiliza”, disse.

O Tribunal de Justiça, por meio da Coordenadoria da Infância e da Juventude, vem

implementando e difundindo o Depoimento Especial de crianças e adolescentes em processos judiciais desde 2014, garantindo a este público o direito de ser ouvido judicialmente de forma diferenciada, minimizando os danos e a revitimização.

Seminário – Nos dias 26 e 27 de outubro, o Tribunal de Justiça sediará, no plenário do TJMS, o Seminário sobre Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência. As inscrições se encerram no dia 20 de outubro e podem ser realizadas pelo site www.tjms.jus.br/seminariodepoimentoespecial/.

O Seminário tem o objetivo de capacitar magistrados, promotores, defensores públicos, delegados, advogados, técnicos da rede de proteção da infância e a sociedade civil em geral a respeito da metodologia do Depoimento Especial, além de incentivar e socializar a Lei nº 13.431/2017.

O evento é realizado pela Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, coordenado pela juíza Katy Braun do Prado, em parceria com a Ejud-MS, Ministério Público, Escola Superior da Magistratura (Esmagis) e Childhood do Brasil.

Juízes de MS debatem precatórios e ROPV'S em curso da Ejud

Teve início na manhã da quinta-feira (26), no Novotel, o curso de “Métodos de Requisição de Pagamento à Fazenda Pública: precatórios e ROPV'S”, realizado pela Escola Judicial de Mato Grosso do Sul (Ejud-MS).

O objetivo da capacitação é discutir o tema e atualizar os juízes de Mato Grosso do Sul com os últimos procedimentos previstos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e, dessa forma, atualizar e aperfeiçoar o Poder Judiciário estadual.

Assim, durante os dias 26 e 27, nos períodos matutino e vespertino, 28 juízes que atuam na Capital e em comarcas do interior imergirão em uma série de aulas para explorar e discutir as melhores práticas, técnicas e procedimentos sobre os processos de execução contra a Fazenda Pública.



Na abertura do curso, o diretor-geral da Ejud-MS, Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, relatou que o Conselho Nacional de Justiça, ao identificar a necessidade de padronizar as questões relativas a precatórios e de tornar o documento de cobrança dos créditos judiciais mais célere, instituiu um sistema a fim de sintetizar e padronizar as regras processuais e procedimentos para a tramitação dos precatórios.

“O curso é uma forma de preparar nossos servidores e juízes a como procederem quanto às normas e atualizá-los a respeito das orientações do CNJ. Isso tudo para que os ordenadores de despesas relativas aos ofícios requisitórios tomem conhecimento das últimas técnicas existentes, para que no final o Poder Judiciário seja beneficiado com mais agilidade”, destacou.

O juiz Silvio Cezar do Prado, titular da 1ª Vara de Chapadão do Sul, acredita que o curso é uma forma de enriquecer os conhecimentos e aprimorar o trabalho. “A Ejud-MS sempre tem propiciado cursos que aprimoraram o trabalho do magistrado, dos servidores e também do sistema Judiciário. A expectativa após o curso é realizar um trabalho mais efetivo, com assistência jurisdicional mais rápida”.

O Des. Julizar Barbosa Trindade, presidente em exercício do TJMS, esteve no evento para prestigiar a fala do Des. Luís Paulo Aliende Ribeiro e do juiz Francisco Eduardo Fontenele Batista, duas referências em precatórios no país, e lembrou aos magistrados presentes a importância de cursos como este, já que os gestores de precatórios administram dinheiro alheio.

Programação – O conteúdo programático do curso abrange os seguintes temas: Precatórios: aspectos gerais, análise legal, características e gestão; A Requisição de Obrigação de Pequeno Valor (ROPV); Auditoria de cálculos de liquidação de sentença e Expedição de precatório e ROPV's.

As aulas são ministradas por especialistas no assunto, com notório conhecimento e vasta experiência profissional, contando com a presença do Des. Luís Paulo Aliende Ribeiro, desembargador do TJSP e coordenador da Diretoria de Execução de Precatórios – DEPRE do TJSP; do juiz de Direito do Estado do Ceará, Francisco Eduardo Fontenele Batista; e dos servidores Mônica Vogl, diretora do Departamento de Precatórios do TJMS, e Elioenai dos Santos Arruda, coordenador da Coordenadoria de Cálculo de Liquidação de Precatório do TJMS.

O curso é coordenado pelo juiz Renato Antonio de Liberali, titular da 11ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande.

Com 20 horas/aula, a ação formativa é credenciada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

TJMS realiza palestra com Leandro Kamal no dia 1º de dezembro

No dia 1º de dezembro, às 19h30, o Tribunal de Justiça de MS, por meio da Escola Judicial (Ejud-MS), realizou a palestra “Sociedade Inteligente”, com o

historiador Leandro Karnal. As vagas foram limitadas.



Conheça – Leandro Karnal é historiador pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (RS) e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Além disso, é escritor com publicações sobre ensino de História, História da América e das Religiões.

Atualmente, leciona aulas na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), na área de História da América, apresenta diariamente a coluna “Careca do Saber”, na Band News TV, na qual fala sobre religião, filosofia, história, política e comportamento e é colunista no jornal O Estado de São Paulo.

Ejud-MS finaliza ações educacionais de 2017 com palestra de Leandro Karnal

Em um evento com mais de 600 inscritos, dentre magistrados e servidores, a Escola Judicial de Mato Grosso do Sul (Ejud-MS) realizou na noite desta sexta-feira (1), no Grand Mere Buffet, o encerramento das atividades em 2017 com a palestra “Sociedade Inteligente”, com o historiador Leandro Karnal.

Na palestra, Karnal ressaltou que o Judiciário e a sociedade devem se empenhar no aprimoramento das pessoas e das funções. “Nós somos pessoas perfectíveis, não perfeitas. O Judiciário está num esforço muito grande para atrair formadores, debatedores. A grande mensagem que eu quero passar é que a inteligência é a norma do futuro. A inteligência é o que vai reger não só a sociedade,

mas seus organismos oficiais como o Judiciário. Por isso, sociedade inteligente não é um debate sobre um conceito, mas sobre uma prática que vai garantir a sobrevivência do Judiciário brasileiro, cada vez mais eficaz em prol da justiça e da construção de um Brasil melhor”.



O palestrante destacou a importância do Tribunal de Justiça, por meio de sua Escola Judicial, trazer à reflexão de magistrados e servidores questões mais amplas, além da formação específica e técnica da área. “Precisamos ampliar, pensar em questões gerais, pensar em senso crítico. Precisamos pensar em coisas mais amplas para que a nossa função não seja de um cumpridor de tarefas. Isso decorre da filosofia, da história, das ciências sociais. Ou seja, em primeiro lugar a formação técnica, mas ela é seca e vazia se não vier acompanhada de uma formação humanística ampla e sólida que permita a interpretação da lei a partir de uma visão mais ampla e não a segura de um computador. Hoje a demanda é por pensar e pensar não é apenas a repetição da lei”, concluiu Karnal.

O diretor-geral da Escola Judicial de MS, Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, ressaltou os esforços empreendidos pela direção da Ejud e pela administração do Tribunal de Justiça, na gestão dos desembargadores Divoncir Schreiner Maran (Presidente), Julizar Barbosa Trindade (Vice-presidente) e Romero Osme Dias Lopes (Corregedor-Geral de Justiça), para o constante aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul durante todo o ano de 2017. “Encerramos mais um ano

de intensas atividades educacionais de atualização e transmissão de novos conhecimentos. Finalizamos nossas ações deste ano com um tema diferente do jurídico que trabalhamos ao longo dos meses e para isso trouxemos, como procuramos sempre fazer nos finais de ano, mais um renomado palestrante, o Dr. Leandro Karnal, para passar uma importante mensagem aos nossos magistrados e servidores diante da sociedade em que vivemos”.

No ano de 2017, a Ejud ofereceu 229 cursos para servidores, formando 3.669 pessoas, e 61 cursos para magistrados, com 344 participantes concluídos. “Por mais um ano seguimos as diretrizes da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) nos cursos destinados aos nossos magistrados e buscamos capacitações para os servidores que tem ajudado a manter a excelência da prestação jurisdicional do Judiciário sul-mato-grossense”, destacou o diretor-geral da Ejud.

Dentre os cursos realizados, um dos maiores destaques do ano foi o Curso de Formação Inicial dos novos magistrados do Estado de Mato Grosso do Sul, aprovados no 31º Concurso para o cargo de Juiz Substituto, formatado segundo as diretrizes da Enfam. O curso foi dividido em dois Módulos: Nacional e Local.

O Módulo Nacional, executado pela Enfam de 24 a 28 de julho, nas dependências do TJMS, com carga horária de 40 horas/aula, começou a formação inicial. O Módulo Local, sob a coordenação-geral do Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, com a duração de 480 horas-aula, foi subdividido em três módulos e realizado no período de 31 de julho a 6 de novembro de 2017.

A Ejud-MS elaborou o processo de ensino aprendizagem em conformidade com as diretrizes pedagógicas da Enfam, planejado e operacionalizado com ênfase na

formação humanística, integral e interdisciplinar, com atividades teóricas e práticas e foco no desenvolvimento de competências profissionais inerentes à magistratura, para atuação nos diferentes ramos da Justiça.

Currículo – Leandro Karnal é historiador pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (RS) e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Além disso, é escritor com publicações sobre ensino de História, História da América e das Religiões.

Atualmente, leciona aulas na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), na área de História da América, apresenta diariamente a coluna “Careca do Saber”, na Band News TV, na qual fala sobre religião, filosofia, história, política e comportamento e é colunista no jornal O Estado de São Paulo.

2018

Ejud informa preenchimento de vagas do curso Gestão Cartorária para Magistrados



Dois dias após a abertura das inscrições, foram preenchidas as 36 vagas disponibilizadas para magistrados do TJMS no curso Gestão Cartorária, na modalidade EAD, elaborado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam, e compartilhado com a Ejud-MS, que ficou responsável pela sua aplicação.

O curso será realizado no período de 05/03/2018 a 10/04/2018 e a carga horária é válida para o concurso de promoção por merecimento e para o processo de vitaliciamento, nos termos dos arts. 30 e 33 da Resolução Enfam n. 2/2016, alterada pela Resolução Enfam n. 2/2017 e pela Resolução Enfam n. 4/2017.

O tutor da ação educacional será o Magistrado Vinicius Pedrosa Santos, titular da 1ª Vara/Ofício Cível e Criminal da comarca de Bela Vista, e Formador de Formadores habilitado pela Enfam.

A realização de cursos EAD compartilhados pela Enfam demonstra a preocupação da EJUD-MS no oferecimento de ações formativas credenciadas para o cumprimento de carga horária exigida para o concurso de promoção por merecimento e para o processo de vitaliciamento, bem como no atendimento da disposição do art. 46 da Resolução ENFAM n. 2/2016:

“Art. 46. A Enfam e as escolas judiciais e de magistratura devem priorizar, sempre que possível, observada a especificidade da ação formativa, o uso da educação a distância como forma de otimizar recursos públicos e abranger um número maior de magistrados.”

Após o término do período de inscrição (dia 1º/03/2018), em caso de não preenchimento das 04 (quatro) vagas inicialmente destinadas para magistrados vinculados a outros Tribunais (10% do total de vagas do curso), referidas vagas remanescentes serão disponibilizadas aos magistrados do TJMS que informarem interesse na realização do curso pelo e-mail ejud.processamento@tjms.jus.br.

Lançamento dos enunciados da Comissão Mista OAB-MS/TJMS será dia 27

O Presidente do TJMS, Des. Divoncir Schreiner Maranhão, o Diretor-Geral da EJUD/MS, Des. Júlio

Roberto Siqueira Cardoso, e o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Mato Grosso do Sul (OAB/MS), Mansour Elias Karmouche convidam a comunidade jurídica de Campo Grande e do Estado de Mato Grosso do Sul para o lançamento dos enunciados aprovados pela Comissão Mista OAB-MS/TJMS do Novo CPC, que será realizado no dia 27 de março de 2018, às 17 horas, no Salão Pantanal do Tribunal de Justiça de MS.

Comissão Mista - Em agosto de 2016, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, com interveniência da Escola Judicial (EJUD/MS), firmou termo de cooperação técnica com a OAB/MS para a criação de uma comissão mista, formada por magistrados e advogados, para estudar e debater questões relativas à aplicação da Lei nº 13.105/2015, Novo Código de Processo Civil e para elaborar enunciados.

Integram a comissão mista os desembargadores Marcelo Câmara Rasslan e Wilson Bertelli, os juízes Alexandre Correa Leite, Juliano Rodrigues Valentim e Alessandro Carlo Meliso Rodrigues, que é também Diretor-geral da Escola Superior da Magistratura (Esmagis) e os advogados Ana Paula Tavares Simões, Alexandre Ávalo Santana, Guilherme Ferreira de Brito, Heitor Miranda Guimarães e Mozart Vilela Andrade Jr. Já compuseram a referida comissão mista os juízes José de Andrade Neto e Mário José Esbalqueiro Jr. e o advogado Cassiano Garcia Rodrigues.

Comissão Mista do TJ e OAB lança enunciados sobre Novo CPC nesta Terça



Em agosto de 2016, o Tribunal de Justiça de MS, por meio da Escola Judicial de MS, firmou termo de cooperação técnica com a OAB/MS que permitiu criar uma comissão mista para discutir e formar entendimentos quanto à aplicação da Lei nº 13.105/2015, o Novo Código de Processo Civil, que entrou em vigor em março daquele ano. Da comissão participam renomados magistrados e advogados.

Pouco mais de um ano de trabalho, os resultados começam a aparecer. Assim, nesta terça-feira (27), no Salão Pantanal do TJMS, a comunidade jurídica prestigiará o lançamento dos enunciados aprovados pela Comissão Mista TJMS/OAB-MS do Novo CPC.

Na solenidade de assinatura do termo de cooperação, o diretor-geral da Ejud-MS, Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, ressaltou a preocupação que a administração do TJMS sempre teve em aproximar o jurisdicionado do Poder Judiciário e, com o Novo CPC, muitas matérias são de ordem geral, até de sazonalidade.

“A elaboração de propostas de enunciados pela comissão de magistrados e advogados visa uma identificação de propósitos no sentido de que seja melhor aproveitado o Novo CPC. É preocupação da Ejud-MS, da Escola da Magistratura de MS (Esmagis) e da comissão dos advogados a facilidade da busca jurisprudencial, dos entendimentos que vão unir em nome da justiça o Judiciário e a OAB”.

Integram a comissão mista os desembargadores Marcelo Câmara Rasslan e Vilson Bertelli, os juízes Alexandre Correa Leite, Juliano Rodrigues Valentim e Alessandro Carlo Meliso Rodrigues, que é também diretor-geral da Escola Superior da Magistratura (Esmagis) e os advogados Ana Paula Tavares Simões, Alexandre Ávalo Santana, Guilherme Ferreira de Brito, Heitor Miranda Guimarães e Mozart Vilela Andra-

de Jr. Já compuseram a referida comissão mista os juízes José de Andrade Neto e Mário José Esbalqueiro Jr. e o advogado Cassiano Garcia Rodrigues.

Parceria TJ e UFMS: Simpósio debate Violência de Gênero a partir de hoje



Os palestrantes são de primeira linha. Profissionais renomados e conhecidos em todo o país pela qualificação para debater os temas. Magistrados sul-mato-grossenses coordenarão os debates em três dias de muito trabalho para se discutir violência de gênero.

Assim será o Simpósio Regional Violência de Gênero, um dos mais abrangentes eventos para discussão de gênero já realizado em Mato Grosso do Sul, resultado de uma parceria do Tribunal de Justiça de MS, por meio da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de MS e apoio da Escola Judicial (Ejud-MS) com a Universidade Federal de MS (UFMS).

Foram disponibilizadas 400 vagas, esgotadas em dois dias, para o evento que será nos dias 4, 5 e 6 de abril, nas salas de multiuso da UFMS, e tem em sua programação grandes nomes do meio jurídico e profissionais preparados para transformar o simpósio em um encontro memorável.

A juíza Jacqueline Machado, que responde pela Coordenadoria da Mulher e pela primeira Vara de Medidas Protetivas do Brasil, acredita que, por ser um evento regional e ter pessoas de vários locais, será uma ótima oportunidade para troca de experiências.

Ela lembrou ainda que os trabalhos serão muito proveitosos para os operadores do direito e das outras ciências, já que o simpósio fará a interlocução entre o direito e ciências como a sociologia, psicologia, jornalismo, antropologia, entre outros.

“O simpósio será muito abrangente, pois teremos representantes da ONU Mulheres, magistrados que atuam há bastante tempo na área, da Coordenadoria da Mulher do Piauí, palestrantes importantes. Minha expectativa é que se tenha três dias de intensos debates sobre a questão da mulher na sociedade atual, da violência contra a mulher como um fenômeno social, já que acontece em razão da posição estrutural da mulher, de subjugação dentro da sociedade”, disse ela.

Importante destacar, no entender de Jacqueline, que o simpósio fomentará a discussão de tema importantíssimo dentro da universidade para que os acadêmicos conheçam a realidade não só de Mato Grosso do Sul, mas do país em que estão vivendo.

A Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de MS é ligada diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça, o que significa dizer que o Des. Divoncir Schreiner Maran, presidente do TJMS, é um grande apoiador de eventos que proporcionem discussões acadêmicas de qualidade.

Programação – Os três dias de trabalho serão divididos em temas como Violência doméstica enquanto fenômeno social; Femicídio; Mulheres encarceradas; Violência contra meninas adolescentes; Corpo, gênero e identidade; Violência sexual: um diálogo entre o Direito e a neurociência; Mulheres e a Mídia.

Representando a magistratura e o Poder Judiciário estarão os juízes Jessé Cruciol Jr. (Nova Alvorada do Sul), Alessandro Leite Pereira (Dourados), Mário José Esbalqueiro Jr. (Campo Grande),

Rafael Gustavo Mateucci Cassia (Rio Verde de MT), Katy Braun do Prado (Campo Grande) e Liliana de Oliveira Monteiro (Campo Grande), além da juíza Jacqueline Machado, que responde pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de MS.

Estão confirmados como palestrantes Joana Chamusca Chagas, Aline Yamamoto, Iara Gonçalves Carrilho, Thais Dumet Faria, Sandra Maria Francisco de Amorim, Jacy Curado, Losandro Antonio Tedeschi, Berenice Franco, Adriana Mello, Regina Lúcia Nogueira, Luciana Rocha e Jacira Mello.

Participam como debatedores Aparecida Gonçalves, Zaira Andrade Lopes, Luciana Amaral Rabelo, Ariene Murad, Rejane Alves Arruda, Cláudia Maria Garcês, Daniella de Cássia Duarte, Angelo Motti, Flávio Adriano Nantes, Tiago Duque, Paulo Roberto Iotti Vecchiatti, Ana Lara Camargo de Castro, Sandra Regina Monteiro Salles, Katarini Giroldo Miguel, Lynara Ojeda e Deyvis de Oliveira Marques.

Coordenarão os trabalhos nas mesas de debate Edmeiry Silara Broch Festi, Ynes da Silva Félix, Vanessa Vieira e Carlos Kuntzel. Ressalte-se que os magistrados sul-mato-grossenses também serão coordenadores de mesa e debatedores.

Simpósio reúne autoridades e acadêmicos para debater Violência de Gênero



Em três dias de trabalho com palestrantes renomados, os 400 participantes do Simpósio Regional Violência de Gênero discutirão

pontos que efetivamente vão marcar o tema em território sul-mato-grossense.

O Simpósio Regional Violência de Gênero, um dos mais abrangentes eventos para discussão de gênero já realizado em Mato Grosso do Sul, é resultado de uma parceria do Tribunal de Justiça de MS, por meio da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de MS e apoio da Escola Judicial (Ejud-MS), com a Universidade Federal de MS (UFMS).

Na solenidade de abertura, a juíza Jacqueline Machado ressaltou e agradeceu a parceria da UFMS na realização do evento, o apoio incondicional do Des. Divoncir Schreiner Maran, presidente do TJMS, os préstimos da Escola Judicial (Ejud-MS), os juízes participantes e os colaboradores da Coordenadoria da Mulher, reconhecendo que sem esses atores o destaque alcançado pelas ações que combatem a violência de gênero não seria possível.

Jacqueline citou ainda o enfrentamento diário a violência contra a mulher, apontou que feminismo não tem a ver com usar batom, salto ou outro tipo de ornamento feminino, mas que ser feminista, nas palavras dela, é lutar pela liberdade de escolha da mulher.

“Para ser feminista não precisa ser ativista, embora respeitemos os antepassados de luta do movimento feminista. Não precisamos concordar com todos os tópicos de movimento, pois cada um constrói seu feminismo. A Lei Maria da Penha, em vigor há 11 anos, foi um avanço significativo no combate à violência contra a mulher e está entre as três melhores legislações no mundo”, destacou ela.

A juíza, que responde pela Coordenadoria da Mulher e pela primeira Vara de Medidas Protetivas do Brasil, citou números alarmantes: a cada duas horas uma mulher é morta, a cada 11 minu-

tos há um estupro no Brasil, Mato Grosso do Sul lidera o ranking de feminicídios, pois em 2017 foram mortas 28 mulheres no Estado e somente nos três primeiros meses desse ano oito vidas femininas foram ceifadas.

“Precisamos falar de gênero, pois falar do assunto é desconstruir os padrões culturais impostos por anos a homens e mulheres. Falar de gênero é lutar contra a naturalização da masculinidade, como sinônimo de dominação e agressividade, e da feminilidade, como sinônimo de submissão e passividade”. Destacando que em pleno século XXI é necessário parar de reproduzir estereótipos e conceitos, Jacqueline citou a filósofa francesa Simone de Beauvoir. “No dia que for possível à mulher amar-se em sua força e não em sua fraqueza – não para fugir de si mesma, mas para se encontrar; não para renunciar, mas para se afirmar, nesse dia então o amor tornar-se-á para ela, como para o homem, fonte de vida e não de perigo mortal”.



Representando o presidente do TJMS, o diretor-geral de Escola Judicial (Ejud-MS), Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, destacou a disposição da juíza Jacqueline à frente da Coordenadoria da Mulher, em uma luta diária no combate à violência contra a mulher. “Só poderemos acabar, aniquilar, eventualmente, brigar com as situações de perigo e de minorias por meio do estudo, da cultura. E é essa cultura que buscamos, pelo TJMS, pela UFMS, propiciar à nossa população”.

O reitor da UFMS, Marcelo Augusto Santos Turine, apontou que esse simpósio é uma oportunidade de reflexão e discussão

de tema tão importante, que é a violência de gênero. “É com satisfação que a UFMS recebe esse simpósio, um projeto de extensão da faculdade de Direito da UFMS, em parceria com o TJMS”.

Ele destacou que se avizinha a chegada da rota bioceânica e da ferrovia transamericana que vai conectar MS ao Paraguai, Chile e Argentina, por meio de Porto Murtinho. Lembrou que esse avanço internacional pode elevar os indicadores de violência contra a mulher.

“É preciso prevenir e, nesse contexto, as universidades exercem papel importante de promover o debate sobre o assunto, pois somente por meio da educação podemos combater a violência e construir, em um futuro próximo, um mundo mais justo, respeitoso e solidário. Falar sobre violência, seja ela física, psicológica, verbal, é sempre muito emblemático. Particularmente a violência de gênero, representada pela violência doméstica, é matéria que merece atenção especial. Precisamos sim ter absoluto respeito pelas mulheres”, afirmou Turine.

Durante a solenidade foi feita uma homenagem à professora Ana Maria Gomes, por uma vida dedicada à educação e à ciência.



Entre as autoridades que prestigiaram a abertura do simpósio estavam a Desa. Maria Isabel de Matos Rocha, os juízes Liliana de Oliveira Monteiro, Rafael Gustavo Mateucci Cassia, Joseliza Alessandra Vanzela Turine, Jessé Cruciol Jr., Alessandro Leite Pereira e o presidente da Associação de Magistrados de MS (Amamsul), Fernando Chemin Cury.

Estavam presentes ainda a coordenadora do curso de Direito da UFMS, Ynes da Silva Félix, o coordenador da Escola de Conselho, Ângelo Motti, a promotora Luciana Rabelo, a diretora da Casa da Mulher Brasileira, Tai Loschi, a defensora pública Edmeire Silara; além de alunos de vários cursos da UFMS.

Participam do evento como palestrantes Joana Chamusca Chagas, Aline Yamamoto, Iara Gonçalves Carrilho, Thais Dumet Faria, Sandra Maria Francisco de Amorim, Jacy Curado, Losandro Antonio Tedeschi, Berenice Franco, Adriana Mello, Regina Lúcia Nogueira, Luciana Rocha e Jacira Mello.

Representando a magistratura e o Poder Judiciário estão os juízes Jessé Cruciol Jr. (Nova Alvorada do Sul), Alessandro Leite Pereira (Dourados), Mário José Esbalqueiro Jr. (Campo Grande), Rafael Gustavo Mateucci Cassia (Rio Verde de MT), Katy Braun do Prado (Campo Grande) e Liliana de Oliveira Monteiro (Campo Grande), além da juíza Jacqueline Machado, que responde pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de MS.

Participam como debatedores Aparecida Gonçalves, Zaira Andrade Lopes, Luciana Amaral Rabelo, Ariene Murad, Rejane Alves Arruda, Cláudia Maria Garcês, Daniella de Cássia Duarte, Angelo Motti, Flávio Adriano Nantes, Tiago Duque, Paulo Roberto Iotti Vecchiatti, Ana Lara Camargo de Castro, Sandra Regina Monteiro Salles, Katarini Giroldo Miguel, Lynara Ojeda e Deyvis de Oliveira Marques.

Ejud-MS realizará curso Produção de Provas no Processo Penal nos dias 5 e 6

A Escola Judicial do Estado de MS realizará, nos dias 5 e 6 de abril, o curso “Produção de Provas no Processo Penal”, com o objetivo de proporcionar aos magistrados sul-mato-grossenses

aperfeiçoamento no desempenho do exercício jurisdicional sobre apreciação de provas produzidas no processo penal e respectiva valoração para fundamentação das decisões judiciais.



O conteúdo programático do curso abrange os seguintes temas: Parâmetros para apreciação e valoração das provas pré-processuais e processuais, Teoria Geral das Provas no Processo Penal, Standards probatórios na Execução Penal – tipicidade penal e as faltas da Lei de Execução Penal e Colaboração e Delação Premiada.

As aulas serão ministradas por especialistas no assunto, com notório conhecimento e vasta experiência profissional, contando com a presença do Dr. André Matsushita Gonçalves, Delegado de Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul; do Dr. Alexandre Moraes da Rosa, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina; do Dr. Thiago Colnago Cabral, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e Dr. Renato Brasileiro de Lima, Promotor da Justiça Militar da União em São Paulo.

O curso é coordenado pelo juiz Aluizio Pereira dos Santos, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Campo Grande.

Com 20 horas/aula, a ação formativa é credenciada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

Juizes discutem producao de provas no Processo Penal



Campo Grande sedia o curso Produção de Provas no Processo Penal, realizado pelo Tribunal de Justiça de MS, por meio da Escola Judicial (Ejud/MS), devidamente credenciado e com a participação de representantes da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

O curso visa proporcionar aos magistrados sul-mato-grossenses aperfeiçoamento no desempenho do exercício jurisdicional sobre apreciação de provas produzidas no processo penal e respectiva valoração para fundamentação das decisões judiciais.

Importante lembrar que a produção de provas fundamenta dois pilares do direito processual penal brasileiro: a ampla defesa e o contraditório. Contudo, a lei processual no Brasil é de 1941 e efetivamente está desatualizada, obrigando magistrados a interpretar alguns pontos à luz do ordenamento jurídico atual.

Assim, a Escola Judicial elaborou o curso que permitirá – em razão dos formadores com expertise na matéria – transmitir conhecimentos e competência necessários para uma análise técnica da apreciação e valoração do processo penal.

No conteúdo programático estão temas relevantes como Parâmetros para apreciação e valoração das provas pré-processuais e processuais, Teoria Geral das Provas no Processo Penal, Standards probatórios na Execução Penal – tipicidade penal e as faltas da Lei de Execução Penal e Colaboração e Delação Premiada.

Na abertura do curso, o Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, diretor geral da Ejud/MS, lembrou que participam desse curso 48 juizes, tanto da Capital quanto do interior, que aproveitaram a oportunidade oferecida pelo TJMS de apreciar o que há de mais recente no mundo jurídico.



“A delação premiada será esmiuçada nesse curso pelo competente Renato Brasileiro de Lima, que na votação de HC ontem no STF teve seu nome cinco vezes citado pelo ministro Celso de Mello. Fomos buscar a técnica da norma penal. É preciso que seja devolvida ao delegado de polícia a função constitucional de fazer a investigação, buscando elementos e técnicas para os quais foi formado. De qualquer maneira, o mais importante e tê-los conosco em dois dias de convivência, pois tempo é conhecimento”, disse ele.

O coordenador do curso, juiz Aluizio Pereira dos Santos, apontou o quanto o tema a ser discutido nesses dois dias de trabalho é atual. “Não só nesse curso, como nos demais, a Ejud tem nos permitido a atualização na busca do conhecimento, pois o aperfeiçoamento é muito importante. Ao final desses dois dias de trabalho almejamos estabelecer parâmetros para a correta prestação e valoração das provas no processo penal, de modo que permita alcançar uma conclusão segura da verdade dos fatos e aplicação da justiça”.

O primeiro palestrante foi André Matsushita Gonçalves, delegado em MS e professor de pós-graduação. Ele destacou que a importância desse trabalho é demonstrar a relação que existe na persecução penal entre o dele-

gado e o juiz de direito. Professor há 14 anos, ele contou que a primeira fase da persecução penal é transmitida na universidade de forma muito rápida e, muitas vezes, distorcida.

“Encontramos doutrinas em que o inquérito policial e conceituado como uma mera peça, e mera significa de pouca importância. Assim, o conceito de que o inquérito é mera alguma coisa, merece uma reflexão, pois é pelo inquérito, que será homologado e transformado em prisão preventiva pelos juizes, que retiramos do indivíduo seu bem mais caro em tempos de paz, que é a liberdade – por meio da prisão em flagrante”, afirmou.

Matsushita destacou ainda que é pelo inquérito policial que os delegados representam aos juizes no sentido de busca e apreensão, de interceptação telefônica, quebra de diversas garantias fundamentais previstas na Constituição Federal. No entender dele, ao dizer que o inquérito policial é mero alguma coisa, afirma-se que a liberdade também é mera.

“Trabalhemos então, e isso tem que ser feito pelo Poder Legislativo, para que se modernize o sistema de persecução penal, mas enquanto assim estiver posto, ele tem sim a sua devida importância”, disse aos juizes participantes.

À tarde, a difusão de conhecimento será responsabilidade de Alexandre Moraes da Rosa, juiz do TJSC, que abordará a teoria geral das provas no Processo Penal.

Nessa sexta, o juiz de Minas Gerais Thiago Colnago Cabral falará sobre Standards probatórios da Execução penal - tipicidade penal e as faltas da LEP. Para encerrar o curso, Renato Brasileiro de Lima abordará Colaboração e Delação Premiada.

Ejud-MS abre inscrições de cursos online com destaque para o tema Sustentabilidade



A Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul abre inscrições, via intranet, nesta terça-feira (10), para 550 vagas nos seguintes cursos na modalidade a distância:

- Desenvolvimento de Competências Gerenciais- EaD
- Ciclo de Palestras – CPC/2015 - EaD
- Administração Judiciária - EaD
- Uso do Hífen - EaD
- Sistema de Gestão de Videoconferência - EaD
- Execução e o CPC/2015 – EaD
- Formação Continuada da STI - 2º Módulo - EaD
- Precatório Eletrônico: da Expedição ao Pagamento - EaD
- Processo Penal - EaD
- Os Juízes e os Serviços Extrajudiciais - EaD
- Estilos de Vida Sustentável (MMA) – EaD
- Treinamento para Estagiários - EaD

A data para acesso aos cursos será do dia 1º a 30 de maio. Os cursos Administração Judiciária, Execução e o CPC/2015 e Precatório Eletrônico: da Expedição ao Pagamento tem um cronograma específico com seu término previsto para 15 de junho.

Em destaque o curso online Estilos de Vida Sustentável, um dos 15 cursos cedidos pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA),

mediante Acordo de Cooperação Técnica firmado em 2017 com o TJMS, por interveniência da Ejud-MS. Esse acordo, visa estabelecer a conjunção de capacidades técnicas e políticas dos partícipes para o desenvolvimento de cursos a distância de Educação Ambiental, Cidadania e Responsabilidade Socioambiental.

As inscrições poderão ser feitas a partir das 13 horas do dia 10 com encerramento dia 13 de abril de 2018, ou até que sejam preenchidas as vagas.

Nupemec e Ejud realizam Curso de Formação de Facilitadores das Oficinas de Parentalidade

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), por meio da Escola Judicial de Mato Grosso do Sul (Ejud-MS), iniciou na manhã desta quinta-feira (12) o Curso de Formação de Facilitadores das Oficinas de Parentalidade. Solicitada pelo coordenador da Mediação do Nupemec, Des. Ruy Celso Barbosa Florence, a capacitação está em Mato Grosso do Sul pela primeira vez e termina na sexta-feira (13).

A formação tem como intuito principal compartilhar o conceito de parentalidade, para que os participantes possam passar esse entendimento a outras pessoas. Um dos objetivos do evento é auxiliar os integrantes a entenderem melhor o divórcio, pois, de acordo com a juíza do Tribunal de Justiça de São Paulo, Vanessa Aufiero da Rocha, uma das instrutoras da aula, esse é o segundo acontecimento mais difícil de lidar, perdendo apenas para o luto.

Durante a abertura, a magistrada acrescentou ainda que os conhecimentos servirão como um grande apoio para aqueles que passam ou conhecem alguém que esteja passando pela fase da separação, principalmente se tiverem filhos, uma vez que as crianças podem desenvolver traumas nesse

período. Portanto, pretende trazer estabilidade e harmonia para as famílias.

De acordo com Vanessa, a instrução, que já passou por quase todos os estados do Brasil, aborda ainda questões jurídicas, como, por exemplo, os tipos de guarda dos filhos após a separação, visando o bem-estar das crianças. Ainda segundo a instrutora, o projeto vem fortalecendo os vínculos familiares e trazendo muita satisfação aos mediadores.

Os alunos participantes do curso têm o compromisso de realizar cinco oficinas gratuitas, como contrapartida à formação e para serem certificados como facilitadores junto ao Conselho Nacional de Justiça. As psicólogas Cristina Palason Moreira Cotrim e Fabiana Cristina Aidar da Silva também serão instrutoras da capacitação.

Simpósio de Violência de Gênero recebe moções de deputados estaduais



O Simpósio Regional Violência de Gênero, realizado entre os dias 4 e 6 de abril, pelo Tribunal de Justiça, por meio da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de MS, com apoio da Escola Judicial (Ejud-MS) e parceria com Universidade Federal de MS (UFMS), recebeu o reconhecimento dos deputados estaduais Júnior Mochi e Pedro Kemp, com uma “Moção de Congratulação”, aprovadas em sessão ordinária.

A honraria homenageou o presidente do TJMS, Des. Divoncir Schreiner Maran; o reitor da UFMS, Marcelo Turine; o

diretor-geral da Ejud-MS, Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, e a Coordenadora estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e juíza da 3ª Vara de Violência Doméstica da Capital, Jacqueline Machado.

O deputado Mochi salientou que o Simpósio de Violência de Gênero teve como finalidade a promoção do bem comum, reconhecimento, valorização, desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul e defesa do povo.

Para o deputado Kemp, o evento foi de cunho educativo, informativo, jurídico, social e cultural, com dimensão regional no Centro-Oeste, desenvolvendo um espaço de discussão no meio acadêmico e social, abordando o fenômeno da violência de gênero, as especificidades das mulheres em situação de violência, fomentando o diálogo interdisciplinar do Direito com as demais ciências.

A juíza Jacqueline Machado, idealizadora do Simpósio, recebeu o reconhecimento da Casa de Leis Sul-mato-grossense com imensa satisfação. “Esta Moção de Congratulação representa o reconhecimento do trabalho da Coordenadoria da Mulher e demais parceiros em prol dos direitos da mulher e no combate à violência de gênero, que tem feito inúmeras vítimas, não somente no nosso Estado, mas em todo o Brasil”, salientou.

O Simpósio Regional Violência de Gênero foi realizado no ambiente acadêmico da UFMS e trouxe diversos especialistas para tratar do fenômeno social da violência de gênero que destrói famílias, histórias e vidas.

5ª Enastic.JE discute o uso da tecnologia no Judiciário



Terminou nesta sexta-feira (27) o 5ª Encontro Nacional de Tecnologia da Informação da Justiça Estadual (Enastic.JE). O evento trouxe à Campo Grande grandes especialistas na área de informática e inovação para debater com magistrados, diretores de secretarias TI, servidores e convidados, o uso da tecnologia no Poder judiciário.

O 5ª Enastic.JE foi uma realização do Tribunal de Justiça de MS, por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação e da Escola Judicial (Ejud-MS). Todo o encontro foi realizado no Novotel. A abertura oficial do evento foi na manhã da quarta-feira (25), com a participação do Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva, que representou o presidente do TJMS, Des Divoncir Schreiner Maran.

Em sua fala, o magistrado - que é o presidente do Comitê de Governança de Tecnologia do Judiciário Estadual, louvou a iniciativa dizendo que o TJMS está alinhado com a evolução tecnológica e implementando conceitos no judiciário sul-mato-grossense.

O evento foi dividido em painéis, palestras e debates e trouxe também stands de empresas consolidadas do ramo da informática, além de startups com ideias criativas para problemas do Direito.

Durante o pitch de Legaltechs, três startups apresentaram inovações para serviços judiciários, com autocomposição, serviço notariais entre outros. Também foram

debatidos o uso da inteligência artificial e a criação de blockchains, tecnologia muito usada atualmente como base das criptomoedas, que pode fazer parte da justiça.

No 5ª Enastic.JE também foram debatidas parcerias com as universidades para troca de experiências e de conteúdos, além de oportunidades e soluções para o judiciário, o futuro do judiciário e o impacto da tecnologia.

Este painel teve como debatedores o Des. Wilson Benevides, presidente do comitê tecnologia do TJMG; Fábio Porto, juiz auxiliar presidência do TJRJ; Sergio Tejada Garcia, juiz do TRF da 4ª Região; Vitor Luis de Oliveira Guibo, do TJMS, e Ademir Milton Piccoli, moderador neste painel.

Além de temas de TI, o evento trouxe palestras como a de Teddy Corrêa, vocalista da banda Nenhum de Nós, com o workshop Soluções Criativas. No final, o coach e autor de livros, Gabriel Carneiro Costa, fez a palestra Não me Iluda! O futuro depende de quem faz.

Esta foi a primeira vez que o Enastic.JE foi realizado em um estado do Centro-Oeste brasileiro. O primeiro foi realizado em 2014, no Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO), quando se tornou um dos principais fóruns de discussões da justiça brasileira para debater a utilização da informática e suas inovações como ferramenta de modernização dos Tribunais brasileiros, diminuindo custos e a burocracia para entregar uma prestação jurisdicional efetiva e de qualidade para a sociedade.

Palestra para mediadores e conciliadores será transmitida para todo o Estado no dia 7



A Escola Judicial de Mato Grosso do Sul (Ejud-MS), atendendo ao pedido realizado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), em parceria inédita com a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, realizará, na próxima segunda-feira, dia 7 de maio, das 8 às 11 horas, uma palestra com o tema Mediação de processos de família em que haja histórico de violência contra a mulher.

A palestra ocorrerá no plenário do Tribunal Pleno do TJMS, com transmissão ao vivo para todas as comarcas, e será realizada pela juíza Jacqueline Machado, coordenadora da Mulher e titular da 3ª Vara de Violência Doméstica, acompanhada de Sandra Regina Monteiro Salles e Vanessa Vieira, psicóloga e assistente social da Coordenadoria da Mulher e com a servidora Andréia de Lima Duca Bobadilha, responsável pelo Nupemec.

Trata-se de uma sensibilização dos Auxiliares da Justiça sobre a situação da mulher em situação de violência doméstica e familiar, o ciclo da violência em que ela está inserida e as questões de gênero implicadas nessa realidade.

Será emitido certificado para os mediadores e conciliadores da Capital, sendo que a participação dos auxiliares da justiça das varas de família e Cejuscs de Campo Grande é preferencial. O certifica-

do poderá valer como critério para a renovação de designações na comarca de Campo Grande.

Campo Grande receberá Encontro Nacional de Ouvidores Judiciais



De 17 a 19 de maio, a Capital de Mato Grosso do Sul sediará o Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais. Dentre os objetivos do encontro estão difundir o instituto das ouvidorias como instrumento de promoção da cidadania e de aprimoramento democrático da gestão do Poder Judiciário, incentivar a integração entre as ouvidorias judiciais e fomentar a atuação transparente, ética e responsável.

Realizado pela primeira vez em março de 2016, o evento reunirá ouvidores dos Tribunais de Justiça de todo o Brasil, com o propósito de permitir a atuação uniformizada das ouvidorias, por meio da discussão coletiva dos problemas enfrentados.

Com vasta programação para os três dias de encontro, a intenção do Colégio Permanente de Ouvidores Judiciais (Cojud) é compartilhar práticas adotadas pelos ouvidores permitindo que se avalie a possibilidade e a necessidade da aplicação de rotinas de trabalho em seus tribunais, observando a realidade de cada um.

No dia da abertura (17), além da palestra magna, haverá a fala de representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apresentação de relatórios dos encontros regionais ocorridos no

Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e ainda a apresentação de inovações na atuação das ouvidorias judiciais.

Na sexta-feira (18), o Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho (Coleouv) e da Controladoria-Geral da União (CGU) apresentarão as conclusões sobre a regulamentação da lei dos usuários dos serviços públicos, além da apresentação de sugestões dos participantes do Cojud e debates sobre a regulamentação e seus efeitos nas ouvidorias judiciais.

No último dia de evento (19), serão apresentadas as conclusões do Cojud, com leitura e aprovação da ata do IV Encontro Regional, realizado em Palmas (TO) em abril, escolha da sede do V encontro e eleição da diretoria executiva do Cojud.

O Encontro Nacional de Ouvidores Judiciais será promovido pelo Cojud e pelo Tribunal de Justiça de MS, por meio da Escola Judicial (Ejud-MS).

Mais informações sobre o evento e a ficha de inscrição estão disponíveis no link <http://ejud.tjms.jus.br/cojud/>.

TJ promove palestra “Serviço Público e Felicidade” nesta quinta-feira



Apesar da agenda repleta de compromissos, o juiz federal William Douglas, da 4ª Vara Federal de Niterói (RJ), estará em Campo Grande esta semana para falar aos servidores do Poder Judiciário da comarca de Campo Grande. O evento é uma realização da Escola Judicial (Ejud-MS),

atendendo iniciativa e pedido do Diretor do Foro da comarca, juiz Ariovaldo Nantes Corrêa.

Na quinta-feira (17), Douglas fará a palestra Serviço Público e Felicidade, às 13 horas, no plenário do Tribunal Pleno do TJMS, e às 16 horas, no plenário do Tribunal do Júri, no Fórum da Capital. O conteúdo de suas palestras é variado e mescla experiências pessoais, temas bíblicos e estratégias de superação de obstáculos. Haverá transmissão ao vivo pela intranet para servidores das comarcas do interior.

De magistrado, William se tornou um fenômeno no universo dos livros de autoajuda e das palestras motivacionais. Foi o livro Como Passar em Provas e Concursos, de 1998, que projetou William à fama entre autores de autoajuda. A ideia de escrever orientações para candidatos a funcionário público é um mix de espírito cristão com faro capitalista.

Em fevereiro, quando esteve em Campo Grande e falou aos alunos do curso preparatório para a magistratura da Escola Superior da Magistratura (Esmagis), um dos mais renomados em preparação para o ingresso na carreira, William Douglas contou que, quando passou no concurso, muita gente lhe pediu dicas, razão pela qual escreveu o livro.

Considerado o papa dos concursos, já que é autor do livro mais vendido sobre o tema em todos os tempos no Brasil, o juiz federal tem larga experiência em dividir o conhecimento em suas palestras e conferências.

Além do Como Passar em Provas e Concursos, que em 2013 teve editada a 28ª edição, ele é autor de Como passar no exame da OAB; Coaching para concursos; A arte da guerra para provas e concursos; Mapas mentais e memorização para concursos; Concursos públicos – 20 passos para ser aprovado; Manual de dis-

ciplina e planejamento de carreira; Como estudar e ficar preparado para o vestibular, entre outros.

O juiz federal também escreve na área de desenvolvimento pessoal e profissional. Sua obra As 25 leis bíblicas do sucesso, além da publicação no Brasil pela editora Sextante, foi publicada na Colômbia, em Lisboa, nos Estados Unidos e na Letônia.

Conheça – William Douglas Resinente dos Santos passou em sete concursos e foi reprovado em mais de uma dezena e, em suas palestras, dá dicas de estudo, fixação de conteúdo e técnicas de como não ter branco.

Aos servidores públicos, ele fala sobre como ser eficiente e, nessas ocasiões, costuma contar como mudou a gestão da 4ª Vara Federal de Niterói.

O juiz federal é também professor universitário, mestre em Direito, pela Universidade Gama Filho (UGF); pós-graduado em Políticas Públicas e Governo (EPPG/UFRJ), conferencista da Escola da Magistratura do RJ (Emerj), Doutor Honoris Causa da ESA/OAB/RJ, professor de Pós-Graduação em Economia da FGV; membro das bancas examinadoras de Direito Penal dos V, VI, VII e VIII concursos para Delegado de Polícia (RJ), conferencista em simpósios, seminários, empresas, universidades e cursos preparatórios.

Autor de artigos publicados na imprensa, colunista do jornal O Fluminense, do site CorreioWeb e Jornal dos Concursos, da revista Geração JC, CPADNews e da UOL. Apontado como o maior especialista em aprovação em provas e concursos pela Veja, Exame, Você S.A., Piauí, jornal Valor Econômico, etc.

Mais de um milhão de pessoas já acompanharam suas palestras. Douglas é líder de diversas equipes de alta performance e, em suas palestras, demonstra como

motivar equipes para construir resultados positivos. Para os liderados aponta como tornar as metas em desafios apaixonantes e oportunidades de crescimento.

Encontro no TJMS reúne Ouidores Judiciais de todo o país



Teve início na manhã desta quinta-feira (17), no plenário do Tribunal Pleno do TJ, o Encontro do Colégio Nacional de Ouidores Judiciais. O evento tem o objetivo de permitir a atuação uniformizada das ouvidorias, por meio da discussão coletiva dos problemas enfrentados. Com vasta programação para os três dias de encontro, a intenção do Colégio Permanente de Ouidores Judiciais (Cojud) é compartilhar práticas adotadas pelos ouvidores permitindo que se avalie a possibilidade e a necessidade da aplicação de rotinas de trabalho em seus tribunais, observando a realidade de cada um.

Na abertura do evento, o Ouidor Judiciário do TJMS, Des. Marcos José de Brito Rodrigues, deu as boas-vindas aos participantes que estarão reunidos até o próximo sábado (19) e agradeceu a todos que tornaram possível a realização do evento na Capital sul-mato-grossense. “Agradeço a Deus por nos possibilitar esse encontro, ao Des. Divoncir Schreiner Maran, presidente dessa Corte, por não medir esforços para a realização desse evento, ao eminente Ministro Humberto Martins, vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, que deixou seus múltiplos afazeres para nos prestigiar com seus conhecimentos, ao Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, Diretor-Geral da Escola Judicial

de Mato Grosso do Sul, que de forma admirável acolheu nossos pleitos, e ao Des. Altair de Lemos Júnior, presidente do Colégio de Ouvidores Judiciais. Quero ainda agradecer aos eminentes ouvidores judiciais pelo comparecimento a este ato que é abrilhantado por tão ilustres presenças”.

Em sua fala na abertura do encontro, o presidente do Colégio de Ouvidores Judiciais, Des. Altair de Lemos Júnior, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, destacou a criação do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais, em março de 2015, com o principal objetivo de troca de experiências entre as diversas ouvidorias judiciais, para que estas possam sempre melhorar suas estruturas e seus planejamentos, bem como a execução de medidas visando uma melhor efetividade a fim de contribuir para o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo Poder Judiciário.

A palestra magna do encontro foi proferida pelo Ministro Humberto Martins, vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, com uma explanação sobre a história e o funcionamento das Ouvidorias Judiciais. Em sua palestra, ressaltou o papel essencial e constitucional das Ouvidorias de fortalecer o regime da democracia ao viabilizar a todos o acesso à justiça.

“A Ouvidoria pode ser esse canal de que todas as pessoas possam e sintam que o Poder Judiciário pode dar a resposta aos seus reclamos. As Ouvidorias Judiciais aproximam os Tribunais da realidade da vida de cada cidadão, de cada jurisdicionado, de cada pessoa que vê no Judiciário o exemplo, a solução e o veículo para consolidação do Estado de Direito. As Ouvidorias Judiciais são hoje essenciais ao funcionamento do Poder Judiciário brasileiro fortalecendo o exercício da jurisdição e dando transparência e credibilidade às atividades, não só dos magistrados, mas de todos os servidores e auxiliares do Poder Judiciário. Sem justiça não há cidadania, sem cidadania não

há democracia, sem democracia não há Estado de Direito. O Poder Judiciário brasileiro é viável e as Ouvidorias são essenciais ao seu funcionamento. Exercem com amor o papel de Ouvidores, sejam o instrumento dessa Ouvidoria, para que o espírito do amor, da igualdade, da fraternidade e da solidariedade sejam instrumentos de pacificação. Eu acredito nos homens, eu acredito na Ouvidoria do Brasil”, concluiu o Ministro Humberto Martins.

Os trabalhos da manhã ainda tiveram a palestra “Serviço Público e Felicidade”, com o juiz federal William Douglas.

Ao final da programação do período matutino, o Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais homenageou os desembargadores Hermenegildo Fernandes Gonçalves, Moacyr Lobato de Campos Filho e Ricardo Tadeu Bugarin com o diploma de Ouvidor Emérito do Cojud, honraria concedida em reconhecimento aos relevantes serviços prestados às Ouvidorias Judiciais.

Além do desembargador presidente do Cojud, Des. Altair de Lemos Júnior, e do Ministro Humberto Martins, compuseram a mesa de autoridades de abertura do evento o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Des. Divoncir Schreiner Maran, o vice-presidente do TJ, Des. Julizar Barbosa Trindade, o diretor-geral da Escola Judicial de MS, Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, o desembargador Sérgio Fernandes Martins, o presidente da Associação dos Magistrados de MS (Amamsul), juiz Fernando Chemin Cury, e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional MS, Mansour Elias Karmouche.

Programação – Na tarde desta quinta-feira (17) haverá a explanação de representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apresentação de relatórios dos encontros regionais ocorridos no Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e ainda a apresentação de inovações na atuação das ouvidorias judiciais.

Na sexta-feira (18), o Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho (Coleouv) e da Controladoria-Geral da União (CGU) apresentarão as conclusões sobre a regulamentação da lei dos usuários dos serviços públicos, além da apresentação de sugestões dos participantes do Cojud e debates sobre a regulamentação e seus efeitos nas ouvidorias judiciais.

No último dia de evento (19), serão apresentadas as conclusões do Cojud, com leitura e aprovação da ata do IV Encontro Regional, realizado em Palmas (TO) em abril, escolha da sede do V encontro e eleição da diretoria executiva do Cojud.

O Encontro Nacional de Ouvidores Judiciais é promovido pelo Cojud e pelo Tribunal de Justiça de MS, por meio da Escola Judicial (Ejud-MS).

Palestras sobre proteção, segurança e defesa pessoal acontecem em junho na Capital



O Tribunal de Justiça, por meio da Escola Judicial de MS (Ejud-MS), realizará, nos dias 4, 11 e 21 de junho, a palestra “Proteção, Segurança e Defesa Pessoal”. O evento é destinado a magistrados, servidores e demais colaboradores que trabalham no Tribunal de Justiça, no Fórum de Campo Grande e no Centro Integrado de Justiça (Cijus). A palestra, com duração de duas horas, é gratuita e não é necessário fazer inscrição.

A primeira palestra será no Fórum da Capital, no dia 4 de junho, às 16 horas, no Plenário Assis Pereira da Rosa. Depois, será a vez de quem trabalha no Cijus, que receberá a palestra no dia 11 de junho, às 16 horas. E, para finalizar, a palestra acontecerá no Tribunal de Justiça no dia 21 de junho, a partir das 14 horas.

As palestras serão conduzidas por Márcio Shiro Obara, delegado titular da Delegacia Especializada de Homicídios, e por Aurélio Hermes Vandresen, investigador da Polícia Civil. Eles farão demonstrações de defesa pessoal, baseadas em técnicas de segurança.

Não serão emitidos certificados da Palestra “Proteção, Segurança e Defesa Pessoal” aos participantes.

Servidores do Fórum da Capital participam de palestra sobre segurança pessoal



Você costuma entrar com seu veículo em casa de marcha ré? Sabia que esta prática pode auxiliar você e sua família a se prevenir e/ou antecipar um possível roubo? Estar sempre em estado de alerta, esta foi uma das dicas dos policiais da delegacia de homicídios que promoveram uma palestra nesta segunda-feira (4) com dicas sobre segurança e defesa pessoal aos magistrados e servidores do Fórum de Campo Grande.

Realizada pela Escola Judicial de MS (Ejud-MS), a palestra “Proteção, Segurança e Defesa Pessoal” será realizada nos dias 11 e 21 de junho no Centro Integrado de Justiça (Cijus) e no Tribunal de

Justiça, respectivamente. Com duração de duas horas, a explanação foi conduzida pelo delegado titular da Delegacia Especializada de Homicídios, Márcio Shiro Obara, e por Aurélio Hermes Vandresen, investigador da Polícia Civil.

Entre os temas discutidos, os policiais explanaram sobre comportamentos que geram uma situação de total vulnerabilidade diante de criminosos e de como é importante estar sempre atento à sua volta. O intuito é antecipar possíveis roubos e/ou ataques violentos e assim poder evitar o conflito em primeiro lugar.

Num segundo estágio, os policiais adentram em dicas sobre como reagir de modo a garantir a sua sobrevivência diante de um confronto inevitável. Os palestrantes falaram da importância de surpreender o bandido, ou seja, agir antes mesmo deles, seja com golpes de defesa pessoal ou disparos de arma de fogo, para quem possui posse e porte de arma.

A palestra gerou bastante curiosidade dos servidores e juízes presentes que fizeram diversos questionamentos aos policiais. Para a servidora Eline Ortega, da administração do Fórum, “é um assunto que me interessa porque da maneira que estamos expostos o tempo todo nos dias atuais são dicas que podemos aproveitar para nos precaver de situações de risco. Se existem cuidados que podemos adotar para não nos tornarmos vítimas, eu opto por não me tornar um alvo fácil”.

O Tribunal de Justiça, por meio da Escola Judicial de MS (Ejud-MS), realizará a palestra “Proteção, Segurança e Defesa Pessoal” no Fórum, na Secretaria do TJMS e no Cijus para magistrados, servidores e demais colaboradores. A palestra, com duração de duas horas, é gratuita e não é necessário fazer inscrição.

A primeira palestra foi realizada no Fórum da Capital, no dia 4 de junho, e a próxima será nesta

segunda-feira (11), às 16 horas, no Cijus. E, para finalizar, a última está programada para o Tribunal de Justiça no dia 21 de junho, a partir das 14 horas.

As palestras estão sendo conduzidas por Márcio Shiro Obara, delegado titular da Delegacia Especializada de Homicídios, e por Aurélio Hermes Vandresen, investigador da Polícia Civil. Eles farão demonstrações de defesa pessoal, baseadas em técnicas de segurança.

Capital sedia Congresso Internacional de Direito Processual nos dias 7 e 8



Será realizado nos dias 7 e 8 de junho, no auditório da OAB/MS, o I Congresso Internacional ADPMS – ABDPro de Direito Processual. O evento, realizado pela Academia de Direito Processual de MS em parceria com a Associação Brasileira de Direito Processual, será gratuito e conta com o apoio do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, por meio de sua Escola Judicial (Ejud-MS).

Dentre os temas na pauta do evento, que começará às 19h30 do dia 7, estão Tutelas provisórias, Medidas Executivas Atípicas, IRDR, Negócio Processual, Agravo de Instrumento, Cooperação Processual, Precedentes e sua Superação, Garantismo Processual na América Espanhola e no Brasil, e La Crisis de la Justicia em Latinoamérica y los Sistemas de Enjuiciamiento.

Como palestrantes foram convidados nomes de prestígio na esfera jurídica como Eduardo Costa, Araken de Assis, Georges Abboud, Carmen Nery, Nelson

Nery Jr., Diego Crevelin, Lúcio Delfino, Glauco Gumerato e Alvarado Velloso.

As inscrições podem ser feitas pelo site www.esams.org.br. Mais informações podem ser obtidas no 3342-4000.

Saiba mais – A Academia de Direito Processual de Mato Grosso do Sul (ADPMS) tem entre seus integrantes cinco representantes do Poder Judiciário sul-mato-grossense: os desembargadores Ruy Celso Barbosa Florence, Vilson Bertelli e Marcelo Câmara Rasslan, e os juízes Alessandro Carlo Meliso Rodrigues e José de Andrade Neto.

Congresso Internacional reúne operadores do Direito na Capital



Teve início na noite desta quinta-feira (7), no auditório da OAB/MS, o I Congresso Internacional ADPMS – ABDPro de Direito Processual. O evento, realizado pela Academia de Direito Processual de MS em parceria com a Associação Brasileira de Direito Processual, conta com o apoio do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, por meio de sua Escola Judicial (Ejud-MS).

Com o auditório lotado, o primeiro dia do evento contou com a participação do vice-presidente do TJMS, Des. Julizar Barbosa Trindade, e do vice-diretor da Ejud-MS, Des. Odemilson Roberto Castro Fassa, que compuseram a mesa de abertura, além do Des. Marcelo Câmara Rasslan, presidente de mesa da segunda palestra da noite.

As primeiras palestras do congresso foram proferidas pelos juristas Eduardo Costa, com o tema Tutelas Provisórias, e Araken de Assis, que falou sobre Medidas Executivas Atípicas.

O evento segue nesta sexta-feira (8), com as palestras dos seguintes juristas: Diego Crevelin (Cooperação Processual), Lúcio Delfino (Precedentes e sua Superação), Georges Abboud (IRDR), Nelson Nery Jr. (Agravo de Instrumento), Carmen Nery (Negócio Processual), Glauco Gumerato (Garantismo Processual na América Espanhola e no Brasil) e Alvarado Velloso (La Crisis de la Justicia em Latinoamérica y los Sistemas de Enjuiciamiento).

Saiba mais – A Academia de Direito Processual de Mato Grosso do Sul (ADPMS) tem entre seus integrantes cinco representantes do Poder Judiciário sul-mato-grossense: os desembargadores Ruy Celso Barbosa Florence, Vilson Bertelli e Marcelo Câmara Rasslan, e os juízes Alessandro Carlo Meliso Rodrigues e José de Andrade Neto.

Novas defesas de dissertação resultam em mais cinco juízes mestres



Mais um grupo de juízes da Capital e do interior defenderam dissertação de mestrado essa semana: Valter Tadeu Carvalho, Cláudio Muller Pareja, Roberto Hipólito da Silva Jr, Márcio Rogério Alves e Paulo Henrique Pereira. Aprovados, todos concluíram o mestrado em Garantismo, Direitos Fundamentais e Processo Judicial.

O curso de pós-graduação faz parte de um convênio do

TJMS, por meio da Ejud-MS, com a Cátedra de Cultura Jurídica da Universidade de Girona, na Espanha, e o Instituto de Direito e História (IDH).

Valter Tadeu Carvalho escreveu sobre “Princípio da presunção de inocência e medidas cautelares nos casos de violência de gênero”. Ele confessou estar muito contente com o encerramento de mais uma etapa e admitiu que pensa em doutorado, mas não nesse momento. “É uma sensação muito boa, de dever cumprido. Só tenho a agradecer ao Tribunal de Justiça que, por meio da Ejud, nos permitiu essa oportunidade acadêmica”.

O tema da dissertação de Márcio Rogério Alves foi “Produção de prova de ofício e o princípio da imparcialidade” e ele foi outro a confessar o sentimento de dever cumprido. “A banca sugeriu que eu continue o trabalho de pesquisa e apresente tese para doutorado. Gostaria de agradecer aos colegas que responderam meu questionário/pesquisa sobre o tema do mestrado. Todos me auxiliaram”.



Cláudio Muller Pareja escreveu sobre “Direito ao Silêncio e a Ilegalidade da Mentira no Processo Penal”. Para ele, a experiência do mestrado foi fantástica. “Sem o apoio do Tribunal de Justiça, da Ejud e do Des. Ruy Celso como mentor do curso, certamente nunca teria conseguido fazer o mestrado”, conta.

Pareja avalia o mestrado como de altíssimo nível, com professores excelentes e oportunidade única de aperfeiçoamento, com pouco prejuízo ao exercício profissional. “Embora não tenha-

mos nos afastado da jurisdição, com as aulas e respondendo pelas comarcas, foi a forma que o Tribunal atendeu os magistrados. Assim, fizemos o mestrado e a unidade jurisdicional não ficou prejudicada”.

Para Claudio, foi muito gratificante chegar ao final, apresentar o trabalho, receber elogio da banca pela escolha do tema. “Isso tudo faz a gente chegar ao final, olhar pra trás e ver que todo sacrifício valeu a pena. É óbvio que já valeria por tudo que aprendi durante o curso, mas também vale a pena pelo esforço de estudar pra fazer o trabalho. O acúmulo de conhecimento é visível e isso já me ajudou profissionalmente em alguns processos. Os conhecimentos obtidos no mestrado tiveram aplicabilidade imediata no exercício jurisdicional. Foi uma experiência única e fiquei muito feliz de ter sido um dos escolhidos pelo Tribunal para fazer esse mestrado”, concluiu.

O tema escolhido por Paulo Henrique Pereira foi “Discrecionalidade do juiz na aplicação da pena privativa de liberdade”. Questionado sobre escrever a dissertação na área criminal quando judica em Vara de Família, Paulo explicou que um juiz tem que estudar direito o tempo todo.

“Foi uma experiência muito proveitosa, com professores de alto nível, universidade conceituada, o que exigiu de todos muita dedicação. Sinto-me satisfeito e motivado para continuar na área acadêmica. Doutorado será o próximo passo”.

Outro a defender sua dissertação foi Roberto Hipólito da Silva Jr. e o tema escolhido por ele foi “A prova de ofício no processo penal e o sistema acusatório”. Muito contente com o resultado de todo o esforço nessa fase acadêmica, ele conta que pretende tentar o mestrado mais para a frente.

“Sinto-me aliviado por ter terminado, mesmo com todas

as dificuldades, principalmente o volume de trabalho, pois até o término do trabalho respondia por duas comarcas. Valeu muito a pena pelos professores excelentes e pela oportunidade”.

Ejud-MS abre inscrição de curso presencial credenciado pela ENFAM para magistrados



A Escola Judicial do Estado de MS realizará nos dias 1º, 2 e 3 de agosto, o curso Violência Doméstica, uma Questão de Gênero: valores e possibilidades. A ação formativa foi compartilhada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (Enfam), que realizou referido curso em dezembro de 2017. Para a presente replicação, foi acrescido tema sobre a estruturação da rede de atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar no Estado de Mato Grosso do Sul.

As inscrições podem ser efetivadas no período de 16 a 20 de julho de 2018, ou até o integral preenchimento das 40 vagas.

A ação educacional objetiva subsidiar a atuação dos magistrados sul-mato-grossenses nos juízos de violência doméstica, proporcionar o aprofundamento sobre as condições necessárias para a concretização dos direitos do jurisdicionado e o efetivo enfrentamento e prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de violência contra a mulher, da Convenção Interamericana e de outros trata-

dos internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil.

Pretende ainda criar condições para que os magistrados desenvolvam uma atitude crítica-reflexiva, baseada na ética e no humanismo, reconhecendo as causas e consequências da violência de gênero e a violação dos direitos humanos das mulheres, percebendo-se como agente político e social e compreenda a necessidade de agir com proatividade no sentido de adotar estratégias preventivas e contribuir para a reversão de uma situação de violência.

A importância e a atualidade da matéria evidenciam a imprescindibilidade da ação formativa em questão. O conteúdo programático abrange temas como Aproximação conceitual: Gênero. Histórico do conceito. Principais desdobramentos do conceito de gênero. Violência contra as mulheres; Direitos Humanos das Mulheres: legislação nacional, instrumentos e mecanismos internacionais de enfrentamento à violência doméstica e familiar; Direitos Humanos das mulheres: legislação nacional, instrumentos e mecanismos internacionais de enfrentamento à violência doméstica; Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). Aspectos criminais e processuais penais. Das medidas protetivas de urgência; O papel do poder judiciário no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher; O atendimento multidisciplinar nos casos de violência contra a mulher; e estruturação das redes de atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar em Mato Grosso do Sul.

As aulas serão ministradas por especialistas no assunto, com notório conhecimento e vasta experiência profissional, como a Adriana Ramos de Mello, juíza titular do I Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Rio de Janeiro; de Ben-Hur Viza, juiz coordenador do Centro Judiciário da Mulher em Situação de Violência Doméstica Juizado Central Criminal de Brasília – CJM/DF, de

Jacqueline Machado, juíza titular da 3ª Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Campo Grande e coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMS; de Bila Sorj, pós-doutorada em Ciências Humanas pela Ecole des Hautes Études em Sciences Sociales, EHESS, França. Doutorado em Sociologia pela Manchester University, UM, Grã-Bretanha. Mestrado em Sociologia pela University Of Haifa, Israel. Graduação em Sociologia e História pela University Of Haifa, Israel. Atualmente é professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui experiência na área de Sociologia, com ênfase em estudos de gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, trabalho, família e políticas públicas; de Leila Linhares Barsted, advogada, atua ativamente na defesa dos direitos humanos das mulheres, especialmente nas questões relativas à violência de gênero e aos direitos sexuais e reprodutivos, Membro e Ex-Coordenadora do Comitê de Especialistas do MESECVI - Mecanismo de Monitoramento da Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará da Organização dos Estados Americanos – OEA, Membro do Fórum de Violência Doméstica e Familiar da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ; Membro da Comissão de Segurança da Mulher do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDIM/RJ. Fez parte do grupo das 1000 Mulheres indicadas ao Prêmio Nobel da Paz 2005 pela Associação Internacional Mulheres pela Paz. Integrou o grupo de advogadas feministas que teve grande participação no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988 e, mais recentemente, no processo de elaboração de proposta legislativa que redundou na Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha de enfrentamento da violência contra a mulher e da Lei do Femicídio de 2015. Foi agraciada, em agosto de 2010, com o 1º. Lugar do Prêmio Boas Práticas

na Implementação da Lei Maria da Penha, instituído pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM da Presidência da República, das servidoras Vanessa Vieira, Assistente Social e Regina Monteiro Salles, Psicóloga, colaboradoras da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMS.

O curso é coordenado pela juíza Jacqueline Machado, titular da 3ª Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Campo Grande e coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMS.

Com 24 horas/aula, a ação formativa é credenciada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

Realizado pela Escola Judicial do Estado de MS, a ação formativa, com a participação de 40 magistrados, foi compartilhada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), que realizou o curso em dezembro de 2017. Para esta replicação, foi acrescido tema sobre a estruturação da rede de atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar no Estado de Mato Grosso do Sul.

Na abertura do curso, o diretor-geral da Ejud-MS, Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, ressaltou a importância da atualização dos magistrados nos mais diversos temas. “A magistratura não é paralisada, ela se atualiza. A violência doméstica é uma questão que foi atualizada poucos anos atrás, portanto os magistrados precisam estar atualizados quanto a este tema. Um juiz só julga bem quando está sabendo o que aconteceu e o que está acontecendo no âmbito jurídico. Esse é o interesse da Enfam, esse é o interesse da Ejud e do Tribunal de Justiça de fazer esse tipo de ação”.



De acordo com a coordenadora estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, juíza Jacqueline Machado, Mato Grosso do Sul é o primeiro Estado a replicar este curso, já realizado pela Enfam, na tentativa de trazer e já iniciar as discussões sobre essa questão de gênero e violência de gênero neste mês de agosto, marcado por mobilizações como a Semana da Justiça pela Paz em Casa. “Este é um curso que traz muito essa questão da violência no dia a dia, o que os magistrados todos os dias veem nas varas deles é o que eles vão estudar e trabalhar aqui”, ressaltou a magistrada, responsável pela coordenação desta ação formativa.

A juíza auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Andremares dos Santos, que apresentou no curso as ações do CNJ e recomendações em relação à Política Judiciária de Enfrentamento à Violência de Gênero, destacou a importância desta capacitação e o trabalho desenvolvido no Judiciário sul-mato-grossense no combate à violência contra a mulher. “Essa iniciativa do Tribunal é digna de aplausos, afinal de contas Mato Grosso do Sul hoje é referência no investimento na implementação da política judiciária, por meio do fortalecimento da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar.



Esse curso, que reproduz um curso do CNJ em parceria com a Enfam, tem esse objetivo de capacitar, de contribuir para a melhor formação, o aperfeiçoamento dos magistrados que atuam, lá na ponta, com a questão da violência doméstica e familiar contra a mulher. O juiz julga os fatos da sociedade que o Direito regula. Para tanto ele necessita conhecer o fenômeno, se atualizar, se preparar para dar a resposta jurídica necessária e entregar uma prestação jurisdicional mais célere e com maior qualidade”.



Saiba mais – O curso objetiva subsidiar a atuação dos magistrados sul-mato-grossenses nos juízos de violência doméstica, proporcionar o aprofundamento sobre as condições necessárias para a concretização dos direitos do jurisdicionado e o efetivo enfrentamento e prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher.

O conteúdo programático abrange temas como Aproximação conceitual: Gênero. Histórico do conceito. Principais desdobramentos do conceito de gênero. Violência contra as mulheres; Direitos Humanos das Mulheres: legislação nacional, instrumentos e mecanismos internacionais de enfrentamento à violência doméstica e familiar; Direitos Humanos das mulheres: legislação nacional, instrumentos e mecanismos internacionais de enfrentamento à violência doméstica; Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). Aspectos criminais e processuais penais. Das medidas protetivas de urgência; O papel do poder judiciário no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher; O atendimento multidisciplinar nos casos de violência contra

a mulher; e estruturação das redes de atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar em Mato Grosso do Sul.

Com 24 horas/aula e credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), a ação formativa segue até sexta-feira (3)..

Juízes realizam audiência de custódia por videoconferência durante curso



Durante o curso Violência Doméstica, uma Questão de Gênero: valores e possibilidades, realizado pela Escola Judicial (Ejud-MS), nos dias 1º, 2 e 3 de agosto, os 40 magistrados participantes tiveram à disposição duas salas de videoconferência para realizar audiência de custódia de presos em suas comarcas do interior.

Essa é mais uma iniciativa do Poder Judiciário de MS que utiliza as mais modernas tecnologias de comunicação para atender com celeridade as demandas judiciais.

A juíza Adriana Lampert, da comarca de Bonito, veio a Capital para o curso e solicitou o agendamento da audiência de custódia, realizada no início da tarde de sexta-feira (3), na secretaria do Tribunal de Justiça. Foram ouvidas quatro pessoas. “Eu utilizo essa tecnologia com frequência para ouvir réus presos em outras comarcas, além de testemunhas”, contou a juíza.

Segundo ela, a tecnologia permite que o juiz saia da comarca para se qualificar e, ao mesmo tempo, continue atuando para

garantir o direito de custodiados a serem levados a presença de um magistrado, logo após a prisão. “No ato estão presentes a promotoria e a defesa do acusado, o que garante uma decisão embasada na garantia de ampla defesa, além de o réu poder contar como foi realizada a prisão e se houve algum abuso de direitos”, explica Lampert.

Outro a utilizar a sala de videoconferência foi o juiz Diogo de Freitas, da comarca de Dois Irmãos do Buriti, que ouviu um casal acusado de tráfico. A transmissão foi feita com um link na comarca do juiz e outra em Anastácio, comarca próxima.

“Em tecnologia e inovação, o TJMS é um tribunal muito a frente de outros por nos permitir buscar uma evolução jurídica enquanto realizamos audiências de custódia, que garante direitos fundamentais. Os juízes analisam as circunstâncias da prisão e decidem se é caso de manter ou soltar o réu. E isso só é possível com investimento tecnológico”, disse Diogo ao apontar benefícios como a celeridade, a redução de custos e melhor gestão das vagas do sistema prisional.

Em Mato Grosso do Sul a justiça estadual utiliza o recurso de videoconferência há algum tempo com muito sucesso. O recurso é utilizado em processos comuns e até em sessões do Tribunal do Júri, quando réus participam de todo o julgamento como se estivessem presentes.

Existem experiências de audiências realizadas com cidades de outros Estados da Federação e até com outros países, em que réus e testemunhas são ouvidas na instrução e julgamento.

Servidores têm educação contínua em cursos de aprimoramento digital



O Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul tem se destacado por estar na vanguarda do processo de implantação de inovações tecnológicas que impactam diretamente na prestação jurisdicional. Uma importante etapa para a utilização efetiva e plena destas inovações é o desenvolvimento dos servidores.

Diante disso, em parceria com a Secretaria de Tecnologia de Informação, a Escola Judicial tem disponibilizado cursos de informática básica e LibreOffice Calc básico e intermediário. Tais ações visam preparar e atualizar os usuários internos de forma a otimizar a utilização dos equipamentos, softwares e sistemas de TI já disponíveis no ambiente de trabalho, contribuindo para um resultado mais célere e efetivo, aproveitando todo o potencial dos mesmos.

Tais ações tiveram início em 2012 e, desde 2017, foram estendidas para todos os servidores que precisam aprimorar seus conhecimentos para atuar com eficiência e eficácia no mundo digital. Os cursos são disponibilizados mensalmente, mediante inscrição na intranet e devem ser autorizados pelo gestor imediato. Até hoje já foram realizados 39 cursos, com 495 servidores, que obtiveram ótimo aproveitamento.

O aprimoramento digital faz parte da programação contínua da Ejud, uma vez que praticamente todas as atividades desenvolvidas envolvem a utilização de alguma

ferramenta ou serviço de TI, tornando imprescindível o desenvolvimento de habilidades técnicas de TI para que os servidores as utilizem com familiaridade, conforto e fluência.

Ejud inicia curso EAD válido para promoção e vitaliciamento de magistrados



A Ejud-MS, em parceria com Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), realizará o curso Improbidade Administrativa, na modalidade a distância.

As inscrições podem ser realizadas pela intranet, de 6 a 10 de agosto ou até o preenchimento das vagas. O curso será realizado no período de 16/08/2018 a 21/09/2018, com carga horária válida para o concurso de promoção por merecimento e para o processo de vitaliciamento, nos termos dos arts. 30 e 33 da Resolução Enfam nº 2/2016, alterada pela Resolução Enfam nº 2/2017 e pela Resolução Enfam nº 4/2017.

O curso foi elaborado pela Enfam e disponibilizado para a Ejud-MS, responsável pela aplicação. O tutor da ação educacional será o juiz Marcos de Lima Porta, titular da 5ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo (SP), graduado em Direito pela PUC/SP (1990), onde obteve os títulos de Mestre (2001) e Doutor (2007) em Direito do Estado, sub-área de Direito Administrativo.

É Especialista em Docência do Ensino Superior (2015) pela FMU-SP e Especialista em Inovação em Tecnologias Educacio-

nais pela Anhembi Morumbi/SP. Cursa Especialização em Gestão Pública na Unifesp. Professor de Direito Administrativo e de Fundamentos de Direito Público na Faculdade de Direito da PUC-SP, onde também exerce as funções de sub-Chefe de Departamento V - Direito Público. Formador da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam. (CV: <http://lattes.cnpq.br/6815663583923416>)

O curso objetiva instrumentalizar o magistrado com conhecimentos teóricos e práticos para auxiliá-lo nas demandas que tratam de improbidade administrativa. Serão abordados os seguintes temas: 1. O cenário de construção da improbidade administrativa; 2. Atos de improbidade administrativa; 3. Sanções; 4. Procedimento administrativo e processo.

A ação formativa terá carga horária de 40 horas-aula e 40 vagas, das quais 10% (04 vagas) serão disponibilizadas para magistrados vinculados a outros Tribunais.

Juízes de MS são capacitados em relacionamento com a imprensa

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) realizou, de 6 a 8 de agosto, em Brasília, o curso O Poder Judiciário e a Mídia. O objetivo do curso foi o de promover melhor entendimento sobre os aspectos relacionados à magistratura e aos profissionais de imprensa.

Participaram do curso, por indicação da Ejud/MS, os juízes Aluizio Pereira dos Santos, da 2ª Vara do Tribunal do Júri de Campo Grande; Marcelo Ivo de Oliveira, da 7ª Vara Criminal de Campo Grande, e Maurício Cleber Miglioranzzi Santos, da 1ª Vara Cível de Corumbá.

Durante a capacitação foram proferidas palestras por renomados operadores do direito e jor-

nalistas, destacando-se o Ministro Geraldo Og Fernandes (STJ), que discorreu sobre a necessidade de uma boa relação de diálogo do judiciário com os meios de comunicação em massa, e o ministro aposentado Carlos Ayres Britto (STF), sobre o Sigilo da Fonte.

Foram também abordados temas importantes como Os fundamentos da Crítica ao Poder Judiciário pela Mídia, os Aspectos Positivos e Negativos de Exposição do Juiz nas redes Sociais, o Gerenciamento de Crises do Judiciário com a Mídia, o Direito ao Esquecimento, entre outros.

“Não rara são às vezes em que os magistrados se deparam com matérias veiculadas na mídia que não correspondem à verdade dos fatos, e essas transbordam do campo de informação, gerando tensão de relacionamento com a imprensa”, disse o juiz Aluizio.

Para ele, a importância do curso está principalmente nas técnicas para evitar, nos momentos de crise, o distanciamento com a mídia, a quebra de confiança ou de diálogo, e a utilização de ferramentas de contenção ou, pelo menos, para amenização.

No entender do juiz, vive-se um momento de transformação no mundo midiático, em razão das possibilidades oferecidas pela internet, e a imprensa deixou de ser a única responsável pela formação da opinião pública.

“Não se tem mais controle das mídias sociais como whatsapp, facebook, twitter, instagram, etc, e o Poder Judiciário, como órgão produtor de resultados, terá que conviver com a nova realidade, a começar por compreender melhor a liberdade da imprensa de informar o cidadão e o direito deste ser bem informado e ter a sua opinião sobre os órgãos públicos, principalmente por ser o Judiciário um dos poderes da República que mais se destaca no cenário nacional nos últimos tempos”, completou.

Aluizio falou ainda sobre seu relacionamento particular com a imprensa, no qual não vê dificuldades, salientando que em sua concepção há uma relação de dependência recíproca entre as duas instituições. “De um lado a imprensa interessada nas matérias de cunho jornalístico e do outro o Judiciário se beneficia divulgando a prestação jurisdicional, sempre tendo como norte o interesse institucional, inclusive, ao se pronunciar sobre questões periféricas no curso do processo sem que isto signifique pré-julgamento”.

Foi de Aluizio a iniciativa acolhida pelo Tribunal de Justiça de MS para atribuir ao juiz Diretor do Foro a função de Porta-Voz do Poder Judiciário toda vez que um magistrado que preside determinado processo de repercussão social não queira se manifestar, em razão da preocupação com eventuais questionamentos sobre sua imparcialidade.

“O Poder Judiciário jamais deve se omitir quando a imprensa procura divulgar um fato de interesse da sociedade, qualificando a omissão como falta de estratégia institucional”, finalizou.

Capital sediará Encontro Estadual de Juizes dos Juizados Especiais



Nos dias 8, 9 e 10 de novembro, por meio da Escola Judicial (Ejud/MS), o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, presidido pelo Des. Paschoal Carmello Leandro, realizará o V Encontro Estadual dos Juizes dos Juizados Especiais. O evento visa proporcionar palestras como forma de aperfeiçoamento e atualiza-

ção dos magistrados que judicam no sistema dos juizados especiais

Os palestrantes convidados para compartilhar seus conhecimentos sobre temas como O Novo CPC e os Juizados Especiais, Juizado e Fazenda Pública, Conciliação nos Juizados Especiais, Aplicabilidade do Novo CPC nos Juizados Especiais, são Arnaldo Rossepian Salles Lima Jr., conselheiro do CNJ; juiz Maurício Ferreira Cunha, do Juizado Especial de Poços de Caldas (MG), juiz Ricardo Cunha Chimenti, substituto na 18ª câmara de Direito Privado do TJSP, e o Des. Roberto Portugal Bacellar.

Após os três dias de trabalho espera-se que os juizes participantes do encontro apliquem as principais inovações contidas na Lei nº 13.105/2015 e na Lei nº 13.140/2015, no desenvolvimento dos processos da competência dos Juizados Especiais, além de avaliar o alcance e o impacto do Novo CPC e da Lei da Mediação nas ações de competência dos Juizados Especiais.

O encontro justifica-se em razão de, desde 2009, a justiça comum brasileira receber mais ações não-criminais nos Juizados Especiais do que no somatório de todos os outros órgãos destes segmentos judiciários. Os dados são do Conselho Nacional de Justiça e essa realidade faz com que os juizados especiais sejam regra em matéria de prestação ordinária da tutela jurisdicional.

Diretor da Ejud participa de seminário da Enfam em Brasília



Nesta quinta-feira (23), Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, diretor-geral da Escola Judicial de MS (Ejud/MS), está em Brasília, representando o Poder Judiciário de MS, no Seminário sobre Práticas de Capacitação Judicial, realizado no Conselho da Justiça Federal, pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), em parceria com o Centro de Estudos Judiciais das Américas (Ceja).

Do evento, com 8 horas aula, participam 300 diretores e professores de escolas judiciais, de escolas da magistratura e demais escolas de governo, de órgãos do Poder Judiciário e de instituições de ensino superior.

O seminário visa promover o intercâmbio de ideias sobre práticas com as quais as escolas judiciais e de governo desenvolvem sua missão e sobre problemas compartilhados e medidas que podem ser adotadas para melhorá-los, além de explorar estratégias de solução inovadoras e de baixo custo. Após cada palestra, os palestrantes destinarão 40 minutos para os participantes tirarem dúvidas e trocarem experiências.

O conteúdo da capacitação está dividido em quatro módulos: Módulo 1 – Governo e capacitação judicial na América Latina; Módulo 2 – O processo de elaborar uma ação formativa; Módulo 3 – Diagnóstico da capacitação judicial na América Latina: a opinião de seus principais atores; e Módulo 4 – Laboratório: Ações concretas para uma atividade-piloto com base em inovações e estratégias identificadas.

Ao final, todos os participantes receberão certificados disponibilizados na plataforma da Enfam.

Dia da Segurança da Informação terá palestra com hacker ético



Nesta sexta-feira (14), às 14 horas, no plenário do Tribunal Pleno, será realizada uma palestra sobre segurança da informação, com o hacker ético Anderson Tamborim.

O evento é uma realização da Secretaria de Tecnologia da Informação, por meio da Escola Judicial (Ejud-MS). Não é necessário fazer inscrição para participar e haverá transmissão ao vivo para todas as comarcas pela internet.

Ao final haverá sorteio dos brindes: um JBL - Flip 4 e quatro Kindles.

Conheça – Anderson Tamborim é perito em Codificação Científica da Expressão Facial da Emoção, especialista em Investigação do Impacto da Conduta Humana, Engenharia Social e palestrante internacional.

É diretor e docente do Curso de Especialização Universitária da Universidade à Distância de Madrid em Codificação Avançada da Expressão Facial da Emoção, com o Facial Action Coding System (FACS).

É idealizador e desenvolvedor da metodologia ICAP - Integrity Coefficient Analysis Protocol, que visa identificar, por meio da investigação científica da conduta não-verbal, vestígios sólidos para identificar, mapear, quantificar e evidenciar indícios de conduta dissimulativa. Este protocolo objetiva servir como base para geração

de um coeficiente de integridade durante entrevistas forenses investigativas e interrogatórios policiais.

Enunciados da Comissão Mista OAB-MS/TJMS são selecionados para a II Jornada de Direito Processual Civil



O Centro de Estudos Judiciais do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) realizará nos dias 13 e 14 de setembro de 2018, no auditório do CJF, em Brasília, a II Jornada de Direito Processual Civil.

O objetivo da Jornada é padronizar posições interpretativas sobre o Código de Processo Civil vigente, adequando-as às inovações legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais, a partir do debate entre profissionais do direito e especialistas em direito processual.

Para participar do evento, os interessados deveriam propor enunciados com a respectiva exposição de motivos. Os membros da Comissão Mista OAB-MS/TJMS de Estudos do CPC enviaram enunciados redigidos e aprovados pela comissão.

Dos enunciados propostos pela Comissão Mista OAB-MS/TJMS de Estudos do CPC, cinco foram selecionados para discussão na jornada.

O Des. Vilson Bertelli, do TJMS, é responsável pelo enunciado sobre o art. 485, § 6º do CPC, que será analisado pela comissão de Processo de Conhecimento, presidida pela Ministra do STJ Isabel Gallotti, com relatoria do Desembargador Federal Rogério de Meneses Fialho Moreira,

do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e participação dos renomados Humberto Theodoro Júnior, Fredie Didier Junior e Eduardo Talamini, coordenadores científicos.

Já o juiz Alexandre Correa Leite, titular da 13ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande, é encarregado do enunciado que trata do leilão eletrônico. Referido enunciado será avaliado pela comissão Execução e Cumprimento de Sentença, composta pelo Ministro Ribeiro Dantas do STJ, presidente, pela Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região Mônica Nobre, relatora e pelos célebres doutrinadores Araken de Assis, Eduardo Arruda Alvim e Antonio do Passo Cabral, coordenadores científicos.

Por fim, foram selecionados os três enunciados enviados por Mozart Andrade Junior, integrante da OAB/MS. Mencionados enunciados tratam da desconsideração da personalidade jurídica e serão objeto de discussão pela comissão da Parte Geral, presidida pela Ministra do STJ Nancy Andrichi, composta ainda pelo Desembargador Federal Ney Bello, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região Federal, relator, e pelos notáveis coordenadores científicos Nelson Nery Junior, José Miguel Garcia Medina e Daniel Mitidiero.

O Desembargador Vilson Bertelli e o advogado Mozart Andrade Junior já estão em Brasília/DF para participar do evento e defender os enunciados da comissão mista selecionados. Já o magistrado Alexandre Correa Leite não poderá participar da jornada em virtude de suas férias.

Da Comissão Mista - A Comissão Mista OAB-MS/TJMS de Estudos do Novo CPC foi criada em agosto de 2016, após Termo de Cooperação Técnica firmado pelo então Presidente do Tribunal de Justiça, Des. João Maria Lós, e pelo presidente da OAB/MS, Mansour Elias Karmouche - com interveniência da Escola Judicial

(EJUD/MS). Aludido Termo de Cooperação Técnica foi prorrogado em 2018 pelo atual Presidente Des. Divoncir Schreiner Maran.

É formada por magistrados e advogados e tem como finalidade estudar e debater questões relativas à aplicação da Lei nº 13.105/2015, Novo Código de Processo Civil, e produzir enunciados com o objetivo de orientar os operadores do direito do Estado de Mato Grosso do Sul.

A Comissão Mista é coordenada pelo Diretor-Geral da Ejud-MS, Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso. Integram a comissão os desembargadores Marcelo Câmara Rasslan e Vilson Bertelli, os juízes Alexandre Correa Leite, Juliano Rodrigues Valentim e Alessandro Carlo Meliso Rodrigues, que é também Diretor-geral da Escola Superior da Magistratura (Esmagis) e os advogados Alexandre Ávalo Santana, Guilherme Ferreira de Brito, Heitor Miranda Guimarães, Mozart Vilela Andrade Jr. e Ana Paula Tavares Simões. Já compuseram a referida comissão mista os juízes José de Andrade Neto e Mário José Esbalqueiro Jr. e o então advogado Cassiano Garcia Rodrigues.

A presidente da Comissão Mista, Ana Paula Tavares Simões, considera a seleção pelo CJF dos enunciados elaborados um reconhecimento do trabalho exercido pelos integrantes da comissão, ao longo de mais de dois anos.

“Estamos muito felizes em saber que o fruto do trabalho de nossa comissão será apreciado por expoentes nacionais do direito processual, e estamos na torcida para que os enunciados selecionados sejam aprovados na II Jornada de Direito Processual Civil do Conselho da Justiça Federal”.

II Seminário de Gestão Socioambiental do PJMS será no dia 10



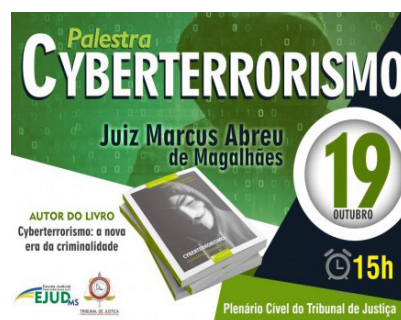
O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, por meio de sua Escola Judicial (Ejud-MS), realiza o II Seminário Sul-Mato-Grossense de Gestão Socioambiental do Poder Judiciário. O evento será no dia 10 de outubro, no Plenário do Tribunal Pleno, a partir das 8h30. As inscrições são gratuitas e vão até o dia 8 pelo link no site do TJMS. Os participantes receberão certificado de participação e uma caneca de brinde.

O evento traz para Campo Grande a diretora executiva do Departamento de Pesquisa Judiciário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Gabriela Moreira de Azevedo Soares, que fará a palestra de abertura com o painel “Balço Socioambiental do Poder Judiciário”, que começará às 10 horas. Na sequência, Adriana Tostes, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, apresenta o painel “PLS – Ferramenta de gestão de consumo e gastos”.

No período da tarde, Benjamin Lima Júnior, do Tribunal de Contas da União, apresenta o painel “Política de Sustentabilidade do TCU”. Depois Ganem Amiden Neto palestra no painel “Plano de Logística Sustentável aplicado a Gestão Territorial/Jurisdicional do TJMS”. Ganem é representante do Associação Internacional de Administração de Tribunais (IACA/EUA). O último painel “Arte com Pneus – da ressocialização de presos ao desenvolvimento lúdico de crianças”, será apresentado por Vinicius Saraiva de Oliveira, da Agepen-MS.

O II Seminário Sul-Mato-Grossense de Gestão Socioambiental do Poder Judiciário tem como objetivo favorecer o cumprimento da Resolução CNJ n. 201, de 16 de setembro de 2015, e de integrar os órgãos do Poder Judiciário, Executivo e Legislativo de Mato Grosso do Sul no que diz respeito às questões socioambientais, além de fomentar o desenvolvimento de temas ligados à sustentabilidade e Gestão Socioambiental no Poder Judiciário de MS e estimular o cumprimento dos Planos de Logística Sustentável, compras sustentáveis e compartilhadas e capacitações entre os órgãos.

Juiz profere palestra sobre Cyberterrorismo dia 19 no TJMS



Nesta sexta-feira (19), o juiz Marcus Abreu de Magalhães, da comarca de Costa Rica, estará no Plenário Cível, no Tribunal de Justiça, às 15 horas, para proferir a palestra Cyberterrorismo. O evento é uma realização da Escola Judicial de Mato Grosso do Sul (Ejud-MS).

Segundo Marcus Abreu, a palestra é uma iniciativa do Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, diretor-geral da Ejud, que fez o convite quando do lançamento de seu livro Cyberterrorismo: a nova era da criminalidade, no Congresso do IBCCRIM, em setembro, na cidade de São Paulo. Assim, o juiz falará sobre crimes cibernéticos, em especial os praticados com uso da internet.

“A palestra foi organizada em três momentos. O primeiro apresentará conceitos abordados

no livro como metadados, dark web, interceptação por organizações governamentais e privadas, aplicativos mensageiros. A seguir, serão apresentados conceitos de ferramentas cibernéticas, ataques cibernéticos militares, casos concretos e a abordagem dos riscos corporativos. Por último, será apresentada a discussão acerca da Era da Informação, novas ferramentas de trabalho, novos paradigmas para o Direito ante os novos limites da privacidade, o uso de identidade falsa, a divulgação de notícias falsas e o controle social por meio de redes e dispositivos cibernéticos. Em seguida haverá abertura para perguntas”, explicou o palestrante.

A divisão em três módulos se destina a trazer o conteúdo para o leigo, apresentando cada perspectiva com exemplos cotidianos de interesse geral. O juiz Marcus Abreu de Magalhães destaca que, ao contrário do que possa parecer a primeira vista, os temas têm ligação direta com o dia a dia contemporâneo, incidindo diretamente na rotina pessoal, familiar e social do cidadão comum.

“No caso dos operadores forenses, a cibernética não só permeia as ferramentas de trabalho como, não raro, constitui o próprio objeto das demandas judiciais, tais como o vazamento de fotografias íntimas, uso de identidade falsa na rede, divulgação de notícias forjadas, pedidos de apresentação de registros, mensagens ou bloqueio de valores em criptomoedas”, concluiu.

Saiba mais – O livro Cyberterrorismo: a nova era da criminalidade integra a coleção Cybercrimes, da Editora D’Plácido e, apesar de focar na defesa estratégica, aborda temas atuais como uso por organizações criminosas de aplicativos de mensagens, uso de dados e metadados em investigações criminais, extensão e aplicações da dark web, conceito e alcance das fake news, influência e perspectivas das redes sociais.

Nesta sexta-feira (19), o juiz Marcus Abreu de Magalhães, da comarca de Costa Rica, esteve no Plenário Cível, no Tribunal de Justiça, para proferir a palestra Cyberterrorismo. O evento, realizado pela Escola Judicial (Ejud-MS), foi transmitido, ao vivo, para as 54 comarcas do Estado, e prestigiado por servidores, juizes e colaboradores da justiça.



Em nome do TJMS, o juiz auxiliar da presidência Renato Antonio de Liberali recebeu o palestrante, ressaltando a importância de eventos como esse e parabenizando o juiz pelo lançamento do livro Cyberterrorismo: a nova era da criminalidade, no Congresso do IBCCRIM, em setembro, na cidade de São Paulo.

“Precisamos estar atentos na utilização da informação e o livro mostra crimes cibernéticos, em especial os praticados com uso da internet, casos reais, estudo de casos de forma aprofundada. Uma obra de conteúdo significativo que muito acrescentará aos que desejam aprender mais sobre o tema. Bem-vindo, Marcus!”.

O juiz de Costa Rica explorou os conceitos de informação, de terrorismo, apontou a mudança dos tempos e ressaltou que a informação é o valor de hoje. Como definição de terrorismo citou as palavras violência, medo, pânico, intriga, controle social, chantagem, pressão política. Ele lembrou ainda a Lei nº 13.260/16, que disciplina o terrorismo, trata de disposições investigatórias e processuais e reformula o conceito de organização terrorista, embora não seja tão eficiente quanto o desejado na elaboração.

Atualizado com o ordenamento jurídico, o juiz citou ainda o Decreto nº 9.527, de 15/10/18, que criou a força tarefa de inteligência para o enfrentamento ao crime organizado no Brasil – uma forma também de combater o terrorismo, já que este se apresenta também nas organizações criminosas.

Ao abordar o cyberterrorismo, ele citou a necessidade urgente de controle e proteção da informação para o Estado e para o país. “O cyberterrorismo é o uso premeditado de atividades destrutivas ou sua ameaça contra computadores ou redes. Um ataque cibernético pode ser disparado de qualquer lugar do mundo, com a facilidade de ser imune à perseguição criminal”.

Destacando que o Brasil é pioneiro na questão de segurança, com o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14, que regula o uso da internet no país por meio da previsão de princípios, garantias, direitos e deveres para quem usa a rede, bem como da determinação de diretrizes para a atuação do Estado), ele citou que a primeira ordem de bloqueio de whatsapp ocorreu em fevereiro de 2015, em Teresina (PI).

“O juiz Luiz Moura Carvalho determinou a quebra de sigilo de mensagem em investigação de crimes de pedofilia e compartilhamento de imagens pornográficas de crianças e adolescentes e decretou a suspensão do serviço de mensagem instantânea, baseado no Marco Civil da Internet, mas o primeiro bloqueio efetivo do aplicativo no Brasil ocorreu em dezembro de 2015, por ordem da juíza Sandra Marques, de São Bernardo do Campo (SP).

Ele lembrou ainda que em fevereiro de 2015, com a Operação Quijarro, a Polícia Federal apreendeu 1,4 tonelada de cocaína em Corumbá. A carga, avaliada em R\$ 30 milhões no Brasil, seria remetida à Europa. Na época, o delegado da PF explicou que não foi possível descobrir o núcleo

comprador da droga na Espanha e no Brasil em razão de não ter acesso às mensagens do aplicativo.

Marcus Abreu citou três grupos com importância direta sobre a internet: Wikileaks, cuja proposta é de transparência absoluta; Edward Snowden, agente americano que vazou informações que afetaram o mundo todo; e o grupo Anonymus, um aglomerado heterogêneo, difuso e impreciso, originado o que hoje se conhece por fake news.

Ele falou ainda da surface web, como páginas públicas, facebook, páginas de notícias; a deep web, cujos dados são inacessíveis como, por exemplo, as transações bancárias, nuvem, e-mails, whatsapp, e a dark web, onde o conteúdo não é rastreável e crimes bárbaros são perpetrados, como pedofilia, encomenda de assassinatos, venda e compra de drogas, tráfico de entorpecentes – tudo com pagamento em bitcoin.

Segundo o palestrante, o facebook acompanha a vida de quatro bilhões de pessoas, embora tenha apenas dois bilhões de usuários. Na verdade, o facebook fez a maior compra da história ao adquirir o whatsapp por US\$ 19 bilhões.

“A questão é: é lícito oferecer comunicação criptografada? A Rússia proibiu o Telegram. Em maio de 2016, o juiz Marcel Montalvão, de Lagarto (SE), em investigação de tráfico de entorpecentes, determinou a interceptação de mensagens do whatsapp e decretou a prisão do vice-presidente do Facebook para a América Latina e finalmente a suspensão do serviço por 72 horas. Tudo porque o facebook não atende a justiça, mas a ordem judicial não foi cumprida”.

Ao final, o juiz Marcus Abreu destacou que, ao contrário do que possa parecer a primeira vista, os temas têm ligação direta com o dia a dia contemporâneo, incidin-

do diretamente na rotina pessoal, familiar e social do cidadão comum.

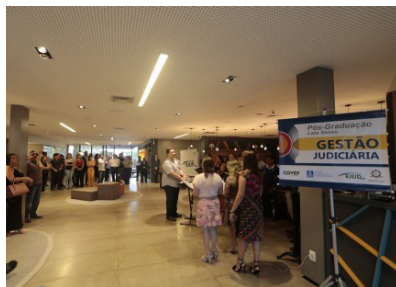
Autor - O livro Cyberterrorismo: a nova era da criminalidade, escrito pelo juiz palestrante, integra a coleção Cybercrimes, da Editora D'Plácido e, apesar de focar na defesa estratégica, aborda temas atuais como uso por organizações criminosas de aplicativos de mensagens, uso de dados e metadados em investigações criminais, extensão e aplicações da dark web, conceito e alcance das fake news, influência e perspectivas das redes sociais.

Pós-Graduação em Gestão Judiciário aumentará qualidade dos serviços do TJMS



Terminaram, na sexta-feira (19), as aulas do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Judiciária, resultante da parceria do Tribunal de Justiça de MS, por meio da Escola Judicial (Ejud-MS), com a Faculdade de Direito (Fadir) da UFMS. A especialização teve como acadêmicos servidores, juízes e um desembargador. No último encontro, ocorrido no Novotel, o Coral do TJMS brindou os estudantes concluintes com uma apresentação musical primorosa.

O curso teve carga horária de 360 horas-aulas, na modalidade presencial, com aulas a cada 15 dias. A capacitação começou em agosto de 2017 e foi o resultado das tratativas do Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, Diretor-Geral da Ejud-MS, e do Des. Odemilson Roberto Castro Fassa, Vice-Diretor, para que o curso se tornasse uma realidade.



A Especialização Lato Sensu trouxe aprendizado diferenciado, principalmente na área da administração, contribuindo para a melhoria na gestão e no atendimento aos jurisdicionados, já que o corpo discente era composto por magistrados e servidores.

Na avaliação do Des. Marcelo Câmara Rasslan, um dos acadêmicos da especialização, foi uma oportunidade de conhecer caminhos da gestão moderna e fazer um intercâmbio de ideias com os servidores que atuam em diversos setores do Tribunal.

“Tivemos a oportunidade de conhecer a capacidade e o conhecimento dos servidores do quadro do TJMS e da quantidade de competências que são atribuídas aos diversos setores no Judiciário. Mais que isso, os professores nos apresentaram vários caminhos para solucionar problemas que enfrentamos no dia a dia, seja na atividade-fim, em termos jurisdicionais, seja nas atividades-meio, que nos levam a prestar a jurisdição de uma forma mais célere e também efetiva”, contou o magistrado.

A capacitação possibilitou aos servidores e aos magistrados condições para se aperfeiçoarem e poder, com isto, melhorar sua produção profissional, o que trará impactos positivos no melhor atendimento ao jurisdicionado. A demanda de qualidade surge da própria sociedade que entende que magistrados e servidores são gestões de recursos e devem dar tratamento adequado à coisa pública.

A Professora Doutora Andrea Flores, coordenadora da pós-graduação da Fadir/UFMS, destacou

a formação do curso, que envolveu profissionais de diferentes áreas do TJMS. “Tivemos como alunos servidores, juízes e desembargadores, e foi um troca de experiências entre ele e a possibilidade de se aprofundar naquilo que é o seu trabalho, mas não é da sua área da formação. Um magistrado, por exemplo, tem uma grande bagagem de conhecimento jurídico, mas talvez não tenha nenhum na área de administração. E foi neste ponto que focamos”, disse a docente, contando que sentiu o grande interesse dos participantes, o que deve trazer melhorias nos serviços do Poder Judiciário.

Convênio - Durante dois anos, por meio da Ejud-MS, o Tribunal de Justiça e a UFMS, por meio da Fadir, realizaram tratativas para formatação e criação do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Judiciária.

O Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, Diretor-Geral da Ejud-MS, e o Des. Odemilson Roberto Castro Fassa, Vice-Diretor, fizeram diversas reuniões com representantes da Universidade e do curso de Direito até chegarem a apresentação do curso, uma forma de estimular o aperfeiçoamento profissional do quadro do TJMS e aumentar a qualidade na gestão de recursos e na prestação jurisdicional.

Será realizado em Novembro Fórum Nacional de Justiça Juvenil e Fórum Nacional de Justiça Protetiva

A Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, por meio de sua Escola Judicial (Ejud-MS), realiza o FONAJUV Fórum Nacional de Justiça Juvenil e também do FONAJUP Fórum Nacional da Justiça Protetiva, sendo que cada evento tem a estimativa de cinquenta participantes.

No final de maio próximo passado, estava previsto para ser realizado em Bonito o V FONAJ-

JUP, porém devido à greve dos caminhoneiros ocorrido na época, o evento teve que ser adiado.

Durante a realização do XXVI Congresso da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e Juventude, ocorrido nos dias 11 e 12 de junho de 2018, em Brasília, foram deliberados o local e as datas para realização do FONAJUV Fórum Nacional de Justiça Juvenil e também do FONAJUP Fórum Nacional da Justiça Protetiva, sendo escolhida a nossa capital Campo Grande, para sediar os dois eventos, respectivamente, nos dias 12 e 14 de novembro/2018, das 9h às 18h, sendo que a abertura de ambos será realizada às 20h do dia 12 de novembro/2018.



- FONAJUV Fórum Nacional de Justiça Juvenil, por se tratar de um encontro entre os magistrados de todo o país, com representatividade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Associação Brasileira de Magistrados (AMB), Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP), tem como objetivo incentivar o intercâmbio de experiências bem-sucedidas de cada região para construir soluções que garantam a agilidade na prestação da tutela jurisdicional infantojuvenil, de acordo com as diretrizes nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.



- FONAJUP: Fórum Nacional da Justiça Protetiva, tem como missão, promover o debate de temas relevantes entre os magistrados com competência em infância e juventude, com vistas a atribuir eficácia máxima às normas protetivas, bem como trabalhar na elaboração legislativa pertinente, para que a magistratura seja ouvida em todos os projetos de lei que digam respeito à criança e adolescente em situação de vulnerabilidade.

Ejud-MS realizará o curso presencial credenciado pela ENFAM para magistrados



No encerramento do curso de Formação Inicial, realizado para os magistrados recém empossados no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (nov/2017), foi aplicada uma avaliação diagnóstica com o intuito de averiguar a necessidade de estudo aprofundado em matérias tratadas durante o referido curso. A equipe da Escola Judicial constatou relevante interesse no tema “Direito Previdenciário”, como formação importante para o desenvolvimento das atividades judicantes delegadas, pois se no domicílio do segurado inexistir vara da Justiça Federal, a ação judicial proposta pelo segurado contra o INSS será processada e julgada na Justiça Estadual, conforme determinar o § 3º do art. 109 da CF: “serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá

permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual”.

Nessa perspectiva, a seguridade social, delineada pelo art. 194, caput, da CF, assim é definida: “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (grifo nosso). Esse embrião constitucional de políticas públicas gera direitos e deveres no âmbito da sociedade e poder público. Quando, por algum motivo, ocorre precariedade nesse atendimento, conseqüentemente gera conflito de interesse que, na maioria das vezes, por força do inciso XXXV do art. 5º da CF, recai ao Poder Judiciário a atribuição de dirimir e solucionar a demanda.

Vale ressaltar que o Judiciário exerce relevante papel social ao pacificar conflitos para assegurar os direitos fundamentais, dos quais a dignidade da pessoa humana é pedra basilar na construção de um Estado Democrático de Direito. Sobre essa responsabilidade, o Professor Silvio de Salvo Venosa comenta que “O Poder Judiciário é visto nesta época pós-moderna não mais como um mero garantidor da aplicação da lei, mas passou a exercer um papel importante nas conquistas sociais e nos direitos individuais e coletivos”. Assim, o magistrado, ao aplicar as leis com o objetivo de reparar as relações sociais e jurídicas violadas, cumpre sua finalidade de guardião dos direitos e deveres individuais e coletivos, assegurando os meios e os caminhos para a construção de uma sociedade saudável, justa e solidária.

Desse modo, compreende-se que a função jurisdicional é de interesse público, motivo pelo qual se constata imprescindível garantir os magistrados de competências necessárias para melhor subsidiar seu trabalho no exercício da profissão.

Nesse contexto, considerando que a saúde integra o conjunto de ações das políticas públicas da seguridade social que, conforme o § 1º do art. 198 da CF, é responsável pelo financiamento do sistema único de saúde (SUS), origem do fenômeno da judicialização das causas de saúde, a direção da Ejud-MS propõe a realização do curso intitulado “Seguridade Social e Judicialização da Saúde”, com o intuito de trabalhar assuntos correlacionados e pertinentes para o atual papel do Poder Judiciário diante dos julgados dessa natureza, exigindo cada vez mais empenho e conhecimento dos magistrados para entrega qualitativa da prestação jurisdicional.

O planejamento de ensino dessa ação educacional, em conformidade com as diretrizes pedagógicas da Enfam, parte do conhecimento prévio dos participantes, com objetivos traçados para o desenvolvimento das competências cognitivas, procedimental e atitudinal. A estratégia de ensinagem, com total de 20 h/a, foi dividida em quatro unidades (I, II, III e IV), sendo o conteúdo programático elaborado em consonância com os objetivos do curso e ministrado por formadores com expertise na matéria, enfatizando o foco dos estudos no protagonismo do aluno diante das necessidades práticas do cotidiano laboral do magistrado, tendo em vista a produção de julgados a partir de uma perspectiva crítico-humanista nas demandas relacionadas à seguridade social e a judicialização da saúde no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul.

TJMS realiza palestra com Mário Sérgio Cortella no dia 6 de dezembro



O Tribunal de Justiça de MS, por intermédio da sua Escola Judicial, realizará a palestra “Gestão do Conhecimento: um desafio necessário”, no dia seis de dezembro de 2018, na Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul – AMANSUL, localizada na Av. Ana Rosa Castilho Ocampos, n. 1455, nesta capital.

O tema será abordado pelo Professor Mario Sergio Cortella, Filósofo e doutor em Educação, e nos apresenta a importância do aprendizado contínuo para os seres humanos e as organizações. O Professor afirma que: “Não nascemos sabendo! Por isso, do nascimento ao final da existência individual, aprendemos (e ensinamos) sem parar; o que caracteriza um ser humano é a capacidade de inventar, criar, inovar e isso é resultado do fato de não nascermos já prontos e acabados.

Aprender sempre é o que mais impede que nos tornemos prisioneiros de situações que, por serem inéditas, não saberíamos enfrentar”. O filósofo ainda destaca: “Uma educação que sirva apenas ao âmbito individual perde impulso na estruturação da vida coletiva, pois, afinal de contas, ser humano é ser junto, e, aquilo que aprendemos e ensinamos tem de ter como meta principal tornar a comunidade na qual vivemos mais apta e fortalecida”.

Para Cortella, os profissionais de hoje devem ser flexíveis e dispostos à mudança. “Ser flexível significa ser capaz de, sem alterar seus princípios e valores básicos, enxergar e viver a realidade de outros modos”. O palestrante ainda acrescenta que “a flexibilidade se caracteriza pela capacidade de romper algumas amarras e preconceitos que tornam alguém refém de uma condição que, parecendo segura e confortável, pode ser indicadora de indignância e fragilidade intelectual”.

O Conselho Nacional de Justiça estabelece dentro de seu plano estratégico nacional para o Poder

Judiciário, que Gestão do Conhecimento visa a disseminação dos conhecimentos provenientes das pesquisas para subsidiar a adoção de melhores práticas nas instituições do Judiciário por meio das realizações de seminários e cursos, da editoração dos relatórios de pesquisa e da construção de bases de dados e sistemas de informações e do mapeamento dos conhecimentos diagnosticados como necessários ao bom funcionamento do Judiciário.

O CNJ defende que o Poder Judiciário invista cada vez mais na gestão por competência e na gestão do conhecimento, fundamentais, para a qualificação dos serviços prestados aos cidadãos.

O Conselho Nacional de Justiça já externou em seu sítio: “É preocupante perceber que o conhecimento (sobretudo o tácito) do Poder Judiciário está, pelo menos em parte das instituições, fragmentado e desorganizado. Inúmeros exemplos do dia a dia de cada um dos senhores evidenciam essa realidade, como aquele servidor que era o único que fazia determinada atribuição e teve a ‘ousadia’ de se aposentar ou aquele servidor que era o único que sabia operar determinado sistema e foi convidado por outra unidade”.

Na área judiciária, cerne do conhecimento do Judiciário, observam-se tribunais que não têm sequer repositório de jurisprudência.

O magistrado de primeiro grau não tem como pesquisar o entendimento do seu tribunal sobre o assunto. Ou o magistrado não recebe o feedback das suas decisões, ou seja, não sabe se está julgando certo ou errado. Ou seja, o conhecimento jurídico da instituição não é transmitido para as pessoas que nela trabalham”, afirma o Conselho Nacional de Justiça.

Em Comemoração dos 30 Anos da Constituição Federal TJMS realiza palestra com Ministro Luis Roberto Barroso em dezembro



No ano em que celebramos os 30 anos da atual Constituição Federal, que fora promulgada no dia 05 de outubro de 1988, e que se tornou o principal símbolo do processo de redemocratização nacional, após 21 anos de regime militar, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio de sua Escola Judicial, promoverá no dia 17 de dezembro, no Plenário do Tribunal de Justiça de MS, às 17 horas, um evento formativo, em que abordará as novas atribuições do Poder Judiciário, dentro dessa nova realidade do Estado de Direito.

Conhecida também como Constituição Cidadã, foram garantidos os Direitos Fundamentais em várias áreas, determinando por exemplo, que a Educação é dever do Estado, ampliando a Educação Rural, e enfatizando a necessidade de inclusão às crianças com deficiência e à população indígena.

Outros temas também destacamos, como Direito do Consumidor, acesso à Cultura, reconhecimento da importância da Biodiversidade e a possibilidade de os cidadãos apresentarem projetos de lei, com a assinatura de 1% dos eleitores do País.

Nesse diapasão, com vistas à realização do referido evento, necessário se faz proceder à contratação de profissional para prestação de serviços técnicos especializados, o qual, por força de sua atuação profissional, detém conhecimento e experiência aprofundados sobre a matéria, conseguimos como palestrante, o ilustre Ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso, que é Professor Titular de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Professor Visitante da Universidade de Brasília - UnB. Graduação em Direito pela UERJ. Mestre (Master of Laws) pela Yale Law School. Doutor e Livre-Docente pela UERJ. Estudos de Pós-Doutorado na Harvard Law School. Professor Visitante da Universidade de Poitiers, França (fev. 2010) e da Universidade de Wrocław, Polônia (out. 2009). Experiência acadêmica na área de direito público em geral, incluindo teoria constitucional, direito constitucional contemporâneo, interpretação constitucional, controle de constitucionalidade, direito constitucional econômico, administrativo, atualmente ministro do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, sendo vice-presidente dessa corte.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL

